







OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, bem como por parceiros convidados, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente - 9ª Carta de Conjuntura

Reitor: Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

Líder do Grupo de Pesquisa CNPq do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Adjunta do Observatório:

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Prof^a. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Prof^a. Me. Marta Ângela Marcondes

Prof^a. Me. Rosana Marçon da Costa Andrade

Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto (USCS)

Doutorando André Ximenes de Melo (USCS)

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho (USCS)

Doutorando Francisco Rozsa Funcia (USCS)

Mestranda Gisele Yamauchi (UFABC e USJT)

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea (USP)

Doutoranda Maria do Socorro Souza (USCS)

Doutorando Ricardo Makoto Kawai (USCS)

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos (USCS)

Mestranda Sandra Collado (USCS)

Mestranda Stefanie Sussai (USP)

Convidados desta edição:

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira da Silva (PUC)

Prof^a. Dr^a. Alessandra Bitante

Arq. Ana Elisa Beio Garcia

Prof. Aristogiton Moura (USCS e Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo)

Dr. Carlos O. Ocké-Reis (UERJ, IPEA e ABrES)
Graduanda Carolina Gouveia (UFABC)
Pós-Graduanda Celay Sene Rodrigues Silva (USCS)
Profª. Cibele Cristine Remonds Sequeira (USCS e PMSCS)
Edilmo Oliveira Lima
Pós-Graduanda Flávia Pereira dos Santos (Universidade Veiga de Almeida)
Profª. Me. Jacqueline de Souza Anjolin (FSA)
Prof. Dr. João Carlos da Silva Bizario (Medicina SCS - USCS)
Pós-graduanda Maísa Sodré (USCS)
Mestre Maria Rita Serrano
Dra. Regina Maura Zetone Grespan (USCS e Secretaria de Saúde SCS)
Prof. Me. Reginaldo Braga Lucas (FASB)
Graduada em Farmácia Renata Veggi Tozato
Prof. Dr. René Henrique Götz Licht
Mestranda Scarlett Rodrigues da Cunha (UFABC)
Profª. Simonne de Nazareth Carmona Quaglia (USCS)
Profª. Dra. Sonia Regina Pereira de Souza (USCS)
Ms. Vivian Machado de Oliveira Rodrigues (DIEESE)

Apoio na organização dos textos:

Mestranda Gisele Yamauchi

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Mestranda Gisele Yamauchi
Jefferson José da Conceição

Carta online:

Alan de Almeida Matias
Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquilim

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Visite nosso site: www.uscs.edu.br/sites/conjuscs

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. CENTRO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO DA USCS (CAU-USCS): OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL..... | 7 |
| <i>Cibele Cristine Remonds Sequeira</i> | |
| <i>João Carlos da Silva Bizario</i> | |
| <i>Regina Maura Zetone Grespan</i> | |
| <i>Simonne de Nazareth Carmona Quaglia</i> | |
| <i>Sonia Regina Pereira de Souza</i> | |
| 2. A ASFIXIA FINANCEIRA DO SUS E OS REFLEXOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC: O QUE FAZER?..... | 19 |
| <i>Francisco R. Funcia</i> | |
| <i>Carlos O. Ocké-Reis</i> | |
| 3. ALIMENTAÇÃO INSUSTENTÁVEL NO BRASIL E PROJEÇÃO DE DADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA..... | 26 |
| <i>Carolina B. F. Gouveia</i> | |
| 4. SINDROME DE <i>BURNOUT</i>: UM ESTUDO SOBRE A DOENÇA E SEUS IMPACTOS NOS TRABALHADORES | 32 |
| <i>Flávia Pereira dos Santos</i> | |
| 5. BANCOS E <i>FINTECHS</i>: COLABORAÇÃO E COMPETIÇÃO QUE AFETAM O EMPREGO NOS BANCOS E A OFERTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS | 37 |
| <i>Vivian Machado de Oliveira Rodrigues</i> | |
| 6. INDÚSTRIA GRÁFICA: COMPARTILHAR É NECESSÁRIO..... | 51 |
| <i>Edilmo Oliveira Lima</i> | |
| 7. O ABC DA CRISE: LEITURAS DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO INSTITUTO DE PESQUISAS INPES/USCS | 55 |
| <i>Lucio Flávio da Silva Freitas</i> | |
| 8. EMPRESAS PÚBLICAS: MITOS E FATOS | 59 |
| <i>Maria Rita Serrano</i> | |
| 9. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS LOJAS FRANCAS EM FRONTEIRA TERRESTRE – <i>DUTY FREE</i> | 67 |
| <i>Rosana Marçon da Costa Andrade</i> | |
| 10. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: INDICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS | 72 |
| <i>Volney Gouveia</i> | |
| 11. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA E DA LIDERANÇA EXERCIDA NA SATISFAÇÃO POR PARTE DOS PARTICIPANTES DO APL | 79 |
| <i>Alessandra Bitante</i> | |
| 12. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO..... | 87 |
| <i>Jacqueline de Souza Anjolin</i> | |
| 13. A INFLUÊNCIA DO PERFIL COMPORTAMENTAL NO EMPREENDEDORISMO FEMININO | 95 |
| <i>Maísa Sodré</i> | |

| | |
|--|------------|
| 14. DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E FOME: UMA PERSPECTIVA NACIONAL E DO GRANDE ABC..... | 101 |
| <i>Alessandra Santos Rosa</i> | |
| 15. INDICADORES DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA | 107 |
| <i>David Pimentel Barbosa de Siena</i> | |
| 16. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA O MUNDO REAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A EXPERIÊNCIA DO PROJETO RONDON SP® NO GRANDE ABC..... | 111 |
| <i>Stefanie Sussai</i> | |
| 17. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) NO CONTEXTO ATUAL..... | 119 |
| <i>Scarlett Rodrigues da Cunha</i> | |
| 18. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA..... | 130 |
| <i>Adriana Pereira da Silva</i> | |
| 19. ENTENDENDO O <i>BULLYING</i>, A DIFICULDADE EM QUANTIFICAR AS PRÁTICAS E COMBATER ESTA VIOLÊNCIA | 134 |
| <i>Celoy Sene Rodrigues Silva</i> <i>Vinicius Oliveira Silva</i> | |
| 20. LOCAÇÃO SOCIAL E O GRANDE ABC: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS ITALIANA, FRANCESA E URUGUAIA | 142 |
| <i>Enio Moro Junior</i> | |
| 21. ESPAÇOS PÚBLICOS COMO DIREITO HUMANO: O CASO DO MERCADO DE FLORES DA VILA ALPINA E DA PRAÇA ALCIDES FRANCO DE LIMA | 145 |
| <i>Luís Felipe Xavier</i> | |
| 22. A SAUDABILIDADE ARQUITETÔNICA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL..... | 154 |
| <i>Ana Elisa Beio Garcia</i> | |
| 23. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS É REALIDADE NAS INDÚSTRIAS E LARES BRASILEIROS, APONTAM ESTUDOS RECENTES..... | 159 |
| <i>Daniel Vaz</i> | |
| 24. INDÚSTRIA QUÍMICA E RELAÇÕES DO TRABALHO: ENTREVISTA COM PAULO LAGE, EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS QUÍMICOS E ATUAL PRESIDENTE DO INSTITUTO ART DO SABER..... | 163 |
| <i>Jefferson José da Conceição</i> <i>Gisele Yamauchi</i> <i>Renata Veggi Tozato</i> | |
| 25. CONTRIBUIÇÕES INESPERADAS..... | 172 |
| <i>René Henrique Götz Licht</i> | |

Nota Técnica

1. CENTRO AMBULATORIAL UNIVERSITÁRIO DA USCS (CAU-USCS): OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

**Cibele Cristine Remonds Sequeira
João Carlos da Silva Bizario
Regina Maura Zetone Grespan
Simonne de Nazareth Carmona Quaglia
Sonia Regina Pereira de Souza**

A Comunidade de Prática

O aprendizado clínico em serviços de atenção à saúde permite utilizar as experiências vivenciadas pelo acadêmico, na construção de um profissional crítico e reflexivo em relação às práticas adotadas, cooperativo, propositivo e capaz de transformar a realidade do cuidado em saúde (CRUESS, 2019).

A ampliação do impacto e a eficácia das experiências na formação do médico demandam condições favoráveis tanto no ambiente de trabalho, quanto dos profissionais envolvidos. A compreensão do aprendizado em serviço parte de quatro premissas: engajamento dos profissionais de saúde no desempenho de sua atividade e valorização de seu trabalho; engajamento dos profissionais de saúde na recriação de suas atividades e transformação das práticas de cuidado; engajamento ativo dos acadêmicos a todos os aspectos do conhecimento (clínico, social, relacional) proporcionado pela experiência; posicionamento dos acadêmicos como produtores de significado e construtores de seu conhecimento a partir de suas próprias experiências (BILLETT, 2016).

O aprendizado baseado na prática clínica traz em si um triplo significado para a vivência do acadêmico, pois se aprende no trabalho, para e pelo trabalho. Essas facetas coexistem a cada momento em que se estabelecem as relações de troca entre os profissionais de saúde e o estudante. Ao integrar-se a equipes interdisciplinares e multiprofissionais, conformando uma comunidade mais alargada, abre-se para a possibilidade de diferentes formas de compreensão da realidade, ampliando seus conhecimentos para o desenvolvimento de novas práticas de cuidado (STEINERT 2010).

As comunidades assim constituídas são profícuas para o aprendizado mútuo, e comportam-se como um organismo vivo e complexo, em constante evolução. Barab *et al.* (2002), em um contexto diferente, definiu esses arranjos, denominados Comunidades de Prática, como:

“uma rede social, sustentada e persistente, de indivíduos que compartilha e desenvolve uma base de conhecimento, conjunto de crenças, valores, história e experiência comuns, focada em prática ou projeto mútuo”.

Na Comunidade de Prática, são as atividades de trabalho que promovem o movimento contínuo e fluído do aprendizado, fortalecendo o vínculo entre os seus membros, e criando uma nova identidade profissional. Nesse contexto os aprendizes deslocam-se de uma posição mais periférica em direção a mais central, na medida em que adquire mais competência. A cada entrada de novos membros, a comunidade se modifica, evoluindo (BARAB 2002).

O modelo proposto pela teoria social do aprendizado destaca quatro pilares fundamentais: a comunidade (aprendizado pelo pertencimento), a identidade (aprendizado pelo tornar-se), o significado (aprendizado pela experiência) e a prática (aprendizado pelo fazer). A partir desse modelo, pode-se pensar a Comunidade de Prática como a inter-relação dinâmica desses componentes, permeada por tensões e conflitos, mas também por sustentação e conciliação. Como resultado dessas inter-relações, em sua vivência na prática clínica, não apenas o acadêmico

transforma-se e molda a sua identidade profissional, também cada membro da Comunidade de Prática igualmente se transforma (WENGER 2008).

O Centro Ambulatorial Universitário da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – CAU-USCS

O Centro Ambulatorial Universitário proporciona atendimento à população residente no município de São Caetano do Sul, durante o período letivo do curso de medicina. As consultas médicas especializadas estão sob a responsabilidade de professores do curso de medicina, sempre acompanhados de acadêmicos do 3º e 4º anos da graduação. Os atendimentos ocorrem nas instalações do Hospital São Caetano, em espaço adaptado para a atividade assistencial docente. Ao todo, são vinte e três especialidades médicas, com horários de atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

O CAU-USCS foi inaugurado em 2017, nas instalações do antigo Hospital São Caetano, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Caetano do Sul, para atendimento da população adscrita das unidades básicas de saúde. O encaminhamento dos casos para acompanhamento ambulatorial é precedido de reunião do médico especialista, professor do curso de medicina de USCS, com a equipe de saúde da UBS. Nessas reuniões participam também os acadêmicos de medicina, e constituem-se em espaço para compartilhamento de vivências e saberes necessários para resolução dos casos complexos em discussão. Os casos de maior complexidade são agendados para consulta com o médico especialista, sempre com acompanhamento dos acadêmicos de medicina.

Assistência médica prestada pelo CAU-USCS em 2019

No período de fevereiro a junho de 2019, houve um total de 1271 agendamentos de consultas nas vinte e três especialidades médicas. Desse total, 990 pacientes passaram em consulta, correspondendo a 78% dos agendamentos. Os 22% remanescentes representam os pacientes que se ausentaram ou remarcaram a consulta, bem com os cancelamentos de agenda dos médicos decorrente de imprevistos.

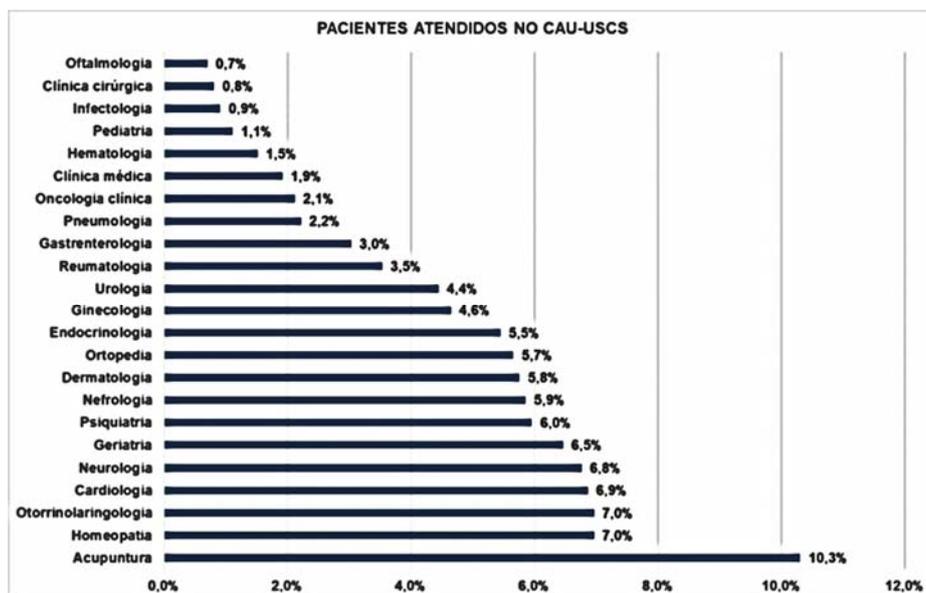
As especialidades com maior demanda de agendamento, em ordem decrescente, foram a acupuntura, seguida de otorrinolaringologia, psiquiatria, nefrologia e cardiologia. No outro extremo, menos procura para agendamento, em ordem crescente, ocorreu para clínica cirúrgica, infectologia, pediatria, oftalmologia e hematologia (Figura 1).

Figura 1 – Frequência percentual de agendamentos no CAU-USCS, segundo especialidade médica, no período de fevereiro a junho de 2019.



A se analisar as consultas efetivadas, o padrão se modifica, em função do absenteísmo que ocorre mais em algumas especialidades. A maior frequência de consultas, em ordem decrescente, foi para acupuntura, homeopatia, otorrinolaringologia, cardiologia e neurologia. A menor frequência, em ordem crescente, foi encontrada para oftalmologia, clínica cirúrgica, infectologia, pediatria e hematologia (Figura 2).

Figura 2 – Frequência percentual de pacientes atendidos no CAU-USCS, segundo especialidade médica, no período de fevereiro a junho de 2019.



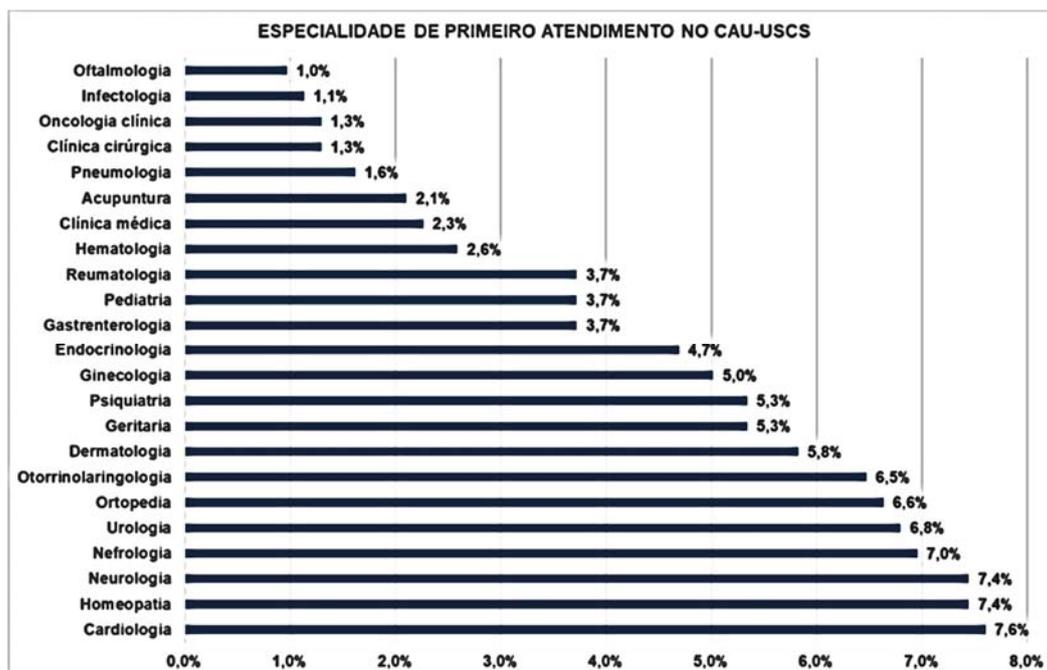
A maior frequência de absenteísmo/remarcação de consultas, em ordem decrescente, foi para oftalmologia, clínica médica, urologia, psiquiatria e dermatologia. A menor frequência, em ordem crescente, foi encontrada para reumatologia, acupuntura, ginecologia, endocrinologia e neurologia (Figura 3).

Figura 3 – Frequência percentual de absenteísmo ou remarcação de consultas no CAU-USCS, segundo especialidade médica, no período de fevereiro a junho de 2019.



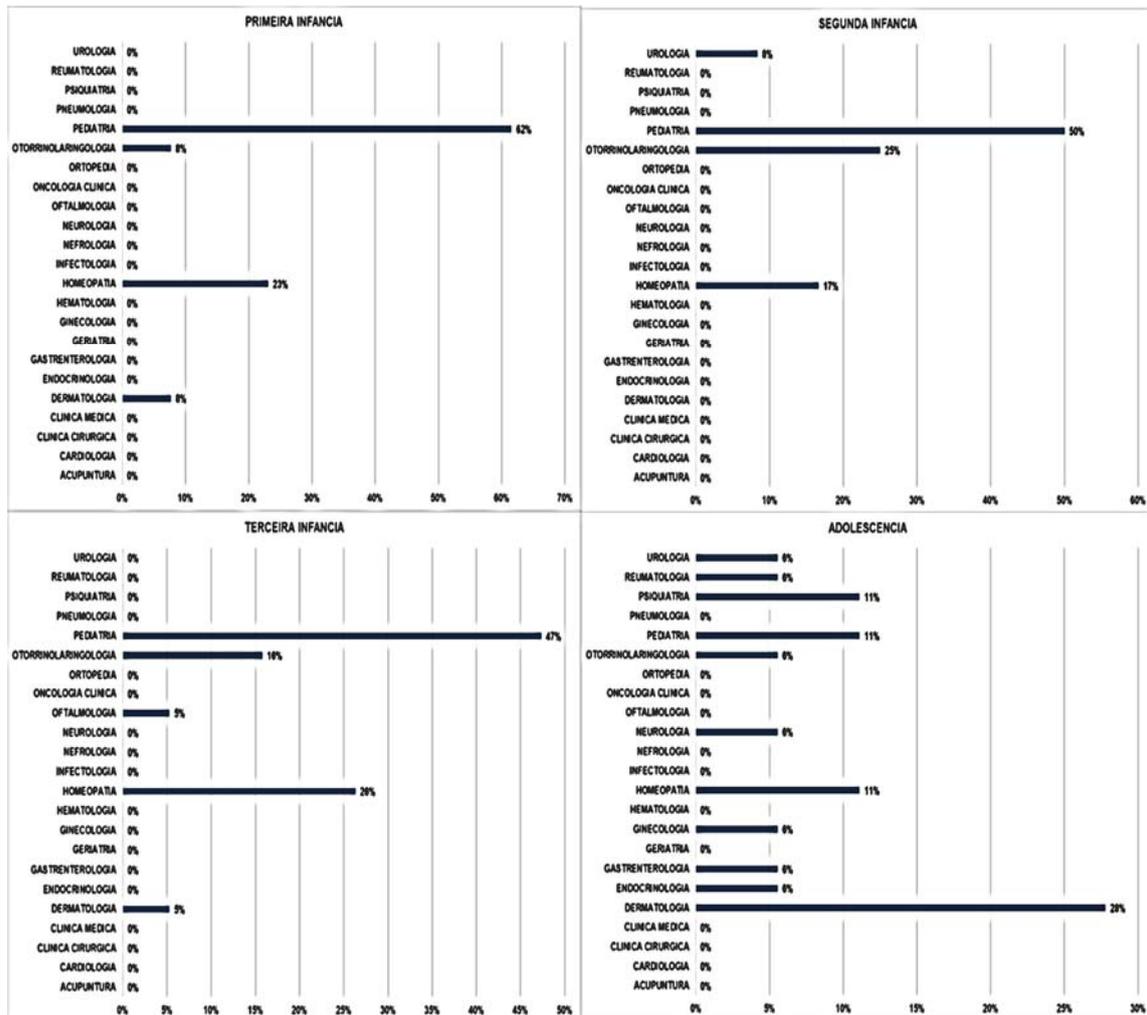
A maior demanda de primeira consulta, a qual estabelece o vínculo inicial do paciente com o CAU-USCS, apresenta um padrão bem diferente do agendamento. Pode-se notar que a maior frequência primeira consulta no ambulatório, em ordem decrescente, foi para cardiologia, homeopatia, neurologia, nefrologia e urologia. A menor frequência, em ordem crescente, foi encontrada para oftalmologia, infectologia, oncologia clínica, clínica cirúrgica e pneumologia (Figura 4).

Figura 4 – Frequência percentual de primeira consulta no CAU-USCS, segundo especialidade médica, no período de fevereiro a junho de 2019.



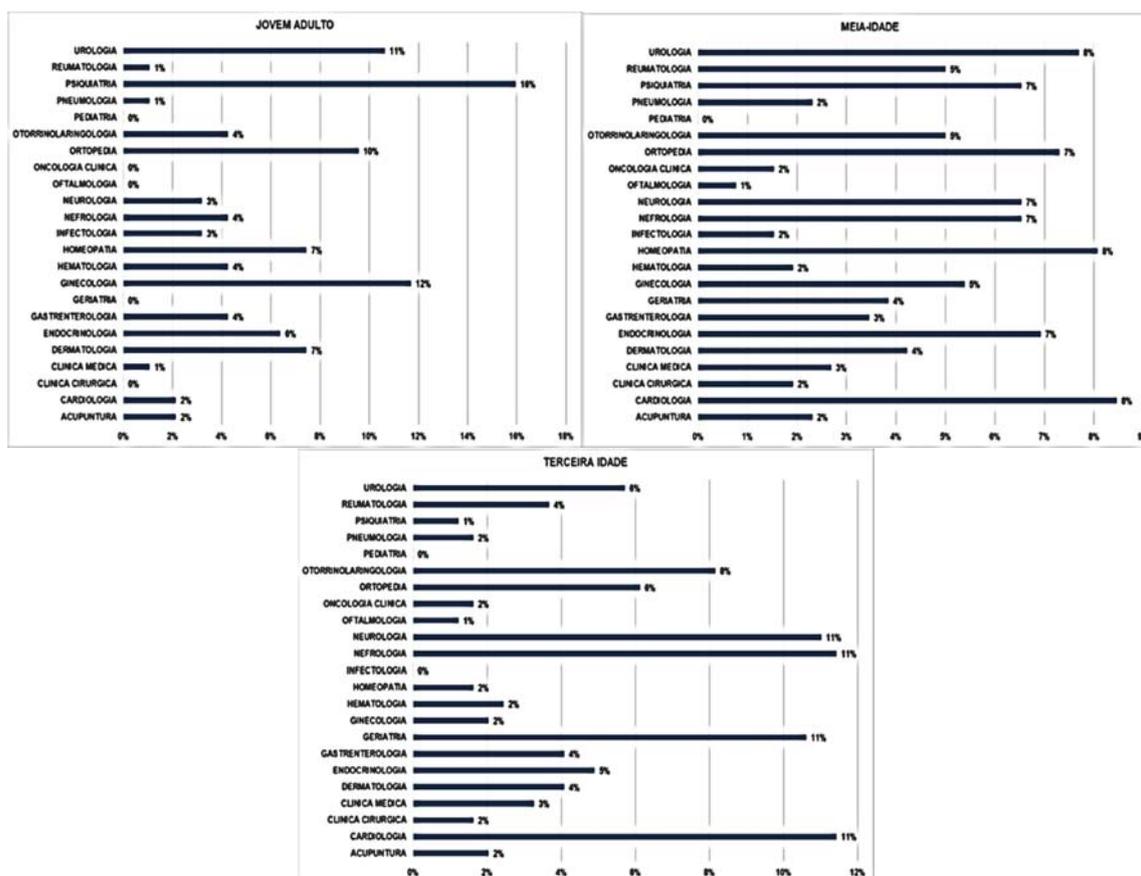
Ao se analisar a especialidade médica de primeiro contato no ambulatório nas diferentes categorias de ciclo de vida, observa-se o padrão de morbidade característico dessas fases do desenvolvimento humano. Na primeira infância, além da pediatria, as especialidades de maior procura foram homeopatia (23%), otorrinolaringologia (8%) e dermatologia (8%). Na segunda infância, a procura pela especialidade de otorrinolaringologia (25%) superou a homeopatia (17%), e cresceu a demanda por consulta em urologia (8%). Na terceira infância, após a especialidade de pediatria, a maior demanda foi para homeopatia (26%), otorrinolaringologia (16%), oftalmologia (5%) e dermatologia (5%). O ciclo de vida da adolescência é caracterizado pela maior procura de consulta em dermatologia (28%), seguido, com igual frequência proporcional (11%), das especialidades de pediatria, homeopatia e psiquiatria (Figura 5).

Figura 5 – Frequência percentual de primeira consulta no CAU-USCS, segundo especialidade médica e ciclos de vida da infância e adolescência, no período de fevereiro a junho de 2019.



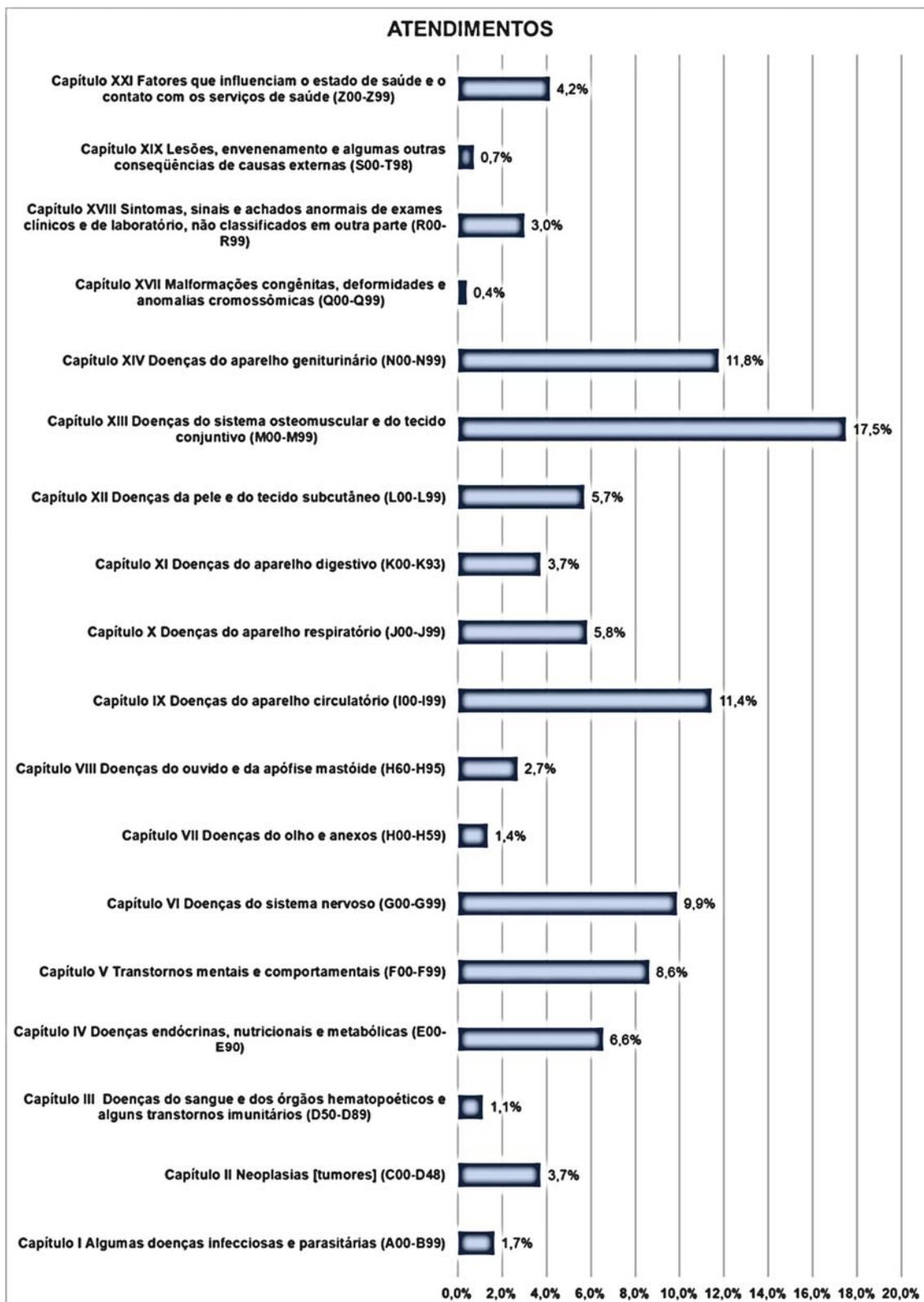
Em relação aos atendimentos de 2019, o padrão da demanda por especialidade praticamente reproduziu a morbidade esperada em cada ciclo de vida. Os ciclos de vida da fase adulta são caracterizados pelas doenças crônicas, doenças ou condições associadas à reprodução humana e pelos transtornos mentais e comportamentais. No ciclo de vida do jovem adulto, a maior procura foi pela especialidade de psiquiatria (16%), seguida pelas especialidades de ginecologia (12%), urologia (11%) e ortopedia (10%). Os munícipes do grupo da meia-idade buscaram mais as especialidades de cardiologia (8,5%), homeopatia (8,1%) e urologia (7,7%). No grupo da terceira idade as especialidades médicas de maior procura foram: nefrologia (11,4%), cardiologia (11,4%), neurologia (11,0%) e geriatria (10,6%). (Figura 6)

Figura 6 – Frequência percentual de primeira consulta no CAU-USCS, segundo especialidade médica e ciclos de vida da fase adulta, no período de fevereiro a junho de 2019.



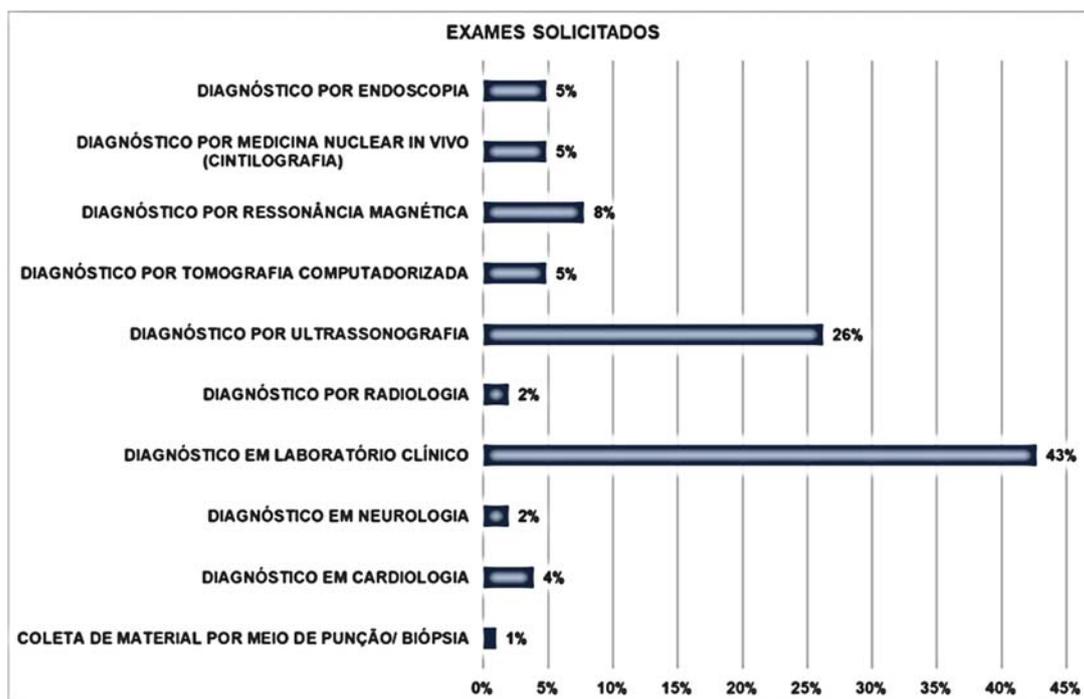
Ao se agrupar os casos atendidos, segundo o capítulo da CID 10, pode-se notar que a maior frequência percentual é para as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, seguida das doenças do aparelho geniturinário, do aparelho circulatório e do sistema nervoso (Figura 7). As doenças desses quatro capítulos correspondem a 51% das consultas. Esse padrão de morbidade é característico do perfil demográfico da população atendida, a qual é composta, em grande parte, por munícipes pertencentes aos ciclos de vida da meia-idade e terceira idade. As consultas ocorreram nas especialidades médicas de ortopedia, reumatologia, homeopatia, acupuntura, nefrologia, urologia, ginecologia, cardiologia e neurologia.

Figura 7 – Frequência percentual das consultas no CAU-USCS, segundo diagnóstico por capítulo da CID 10, no período de fevereiro a junho de 2019.



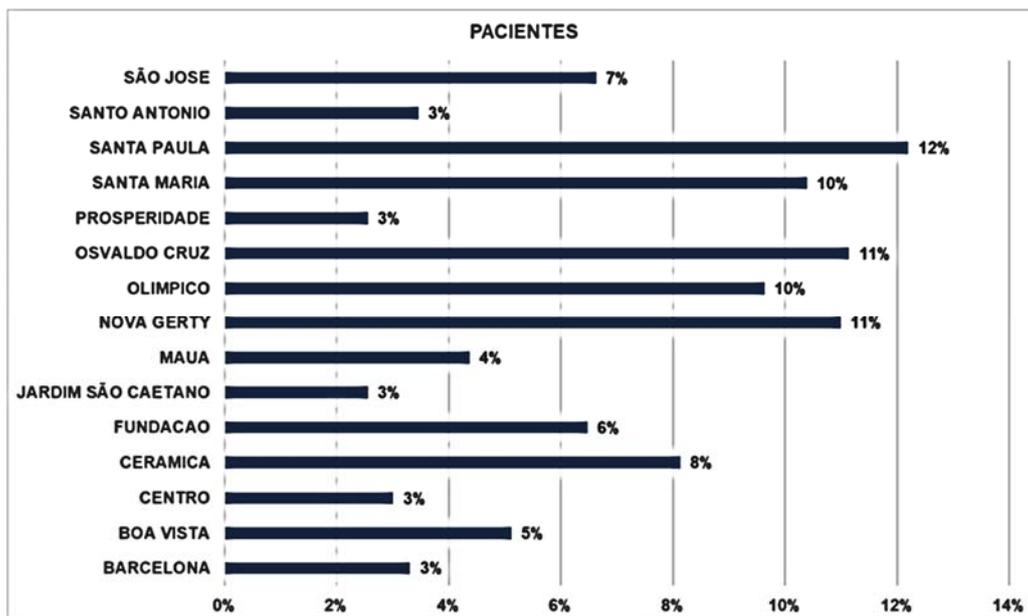
Em relação à solicitação de exames complementares pelos médicos especialistas, docentes do curso de medicina, pode-se notar um padrão de atendimento que privilegia a entrevista clínica e o exame físico, e com reduzida dependência de procedimentos de alta complexidade. No período de fevereiro a junho de 2019, foram solicitados 251 exames de apoio ao diagnóstico, o que representa, em média, o pedido de um exame a cada 4 pacientes que passaram em consulta. A maioria dos exames (69%) foi com diagnóstico em laboratório clínico (43%) e diagnóstico por ultrassonografia (26%). Houve ainda o predomínio da solicitação de exames de imagem, representando um total de 50% dos exames. Na sequência do diagnóstico por ultrassonografia, a maior solicitação ocorreu para diagnóstico por ressonância magnética (8%) (Figura 8).

Figura 8 – Frequência percentual de exames solicitados para apoio ao diagnóstico nas consultas no CAU-USCS, segundo o grupo de exames, no período de fevereiro a junho de 2019. Distribuição geográfica dos municípios atendidos no CAU-USCS em 2019



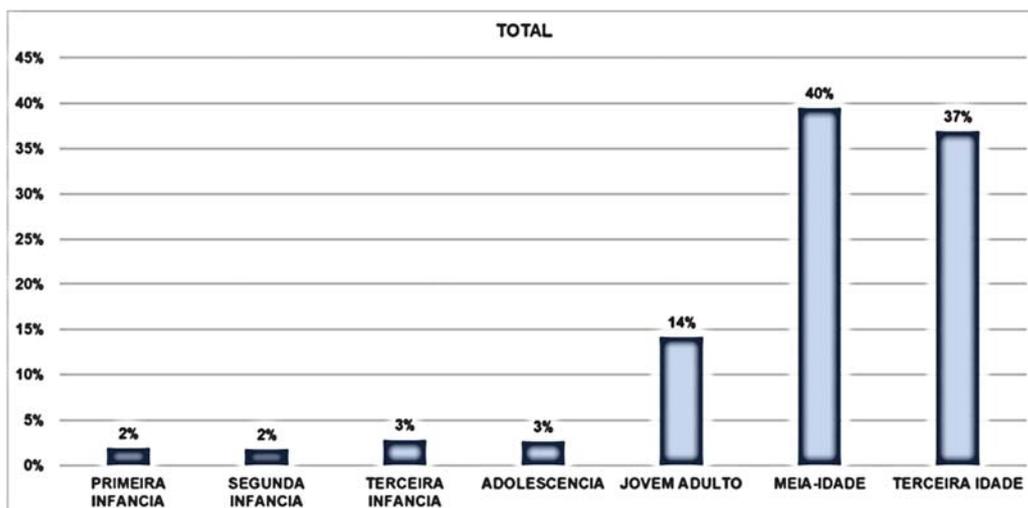
Ao se analisar o núcleo de origem dos pacientes, observa-se que um pouco mais da metade (54%) das consultas foram de residentes de cinco bairros: Santa Paula (12,2%), Osvaldo Cruz (11,1%), Nova Gerty (11,0%), Santa Maria (10,4%) e Olímpico (9,6%). Os bairros com menor contribuição para o total de atendimentos foram: Prosperidade (2,6%), Jardim São Caetano (2,6%), Centro (3,0%), Barcelona (3,3%) e Santo Antônio (3,5%) (Figura 9).

Figura 9 – Frequência percentual dos munícipes em consulta no CAU-USCS, segundo bairro de residência do munícipe, no período de fevereiro a junho de 2019.



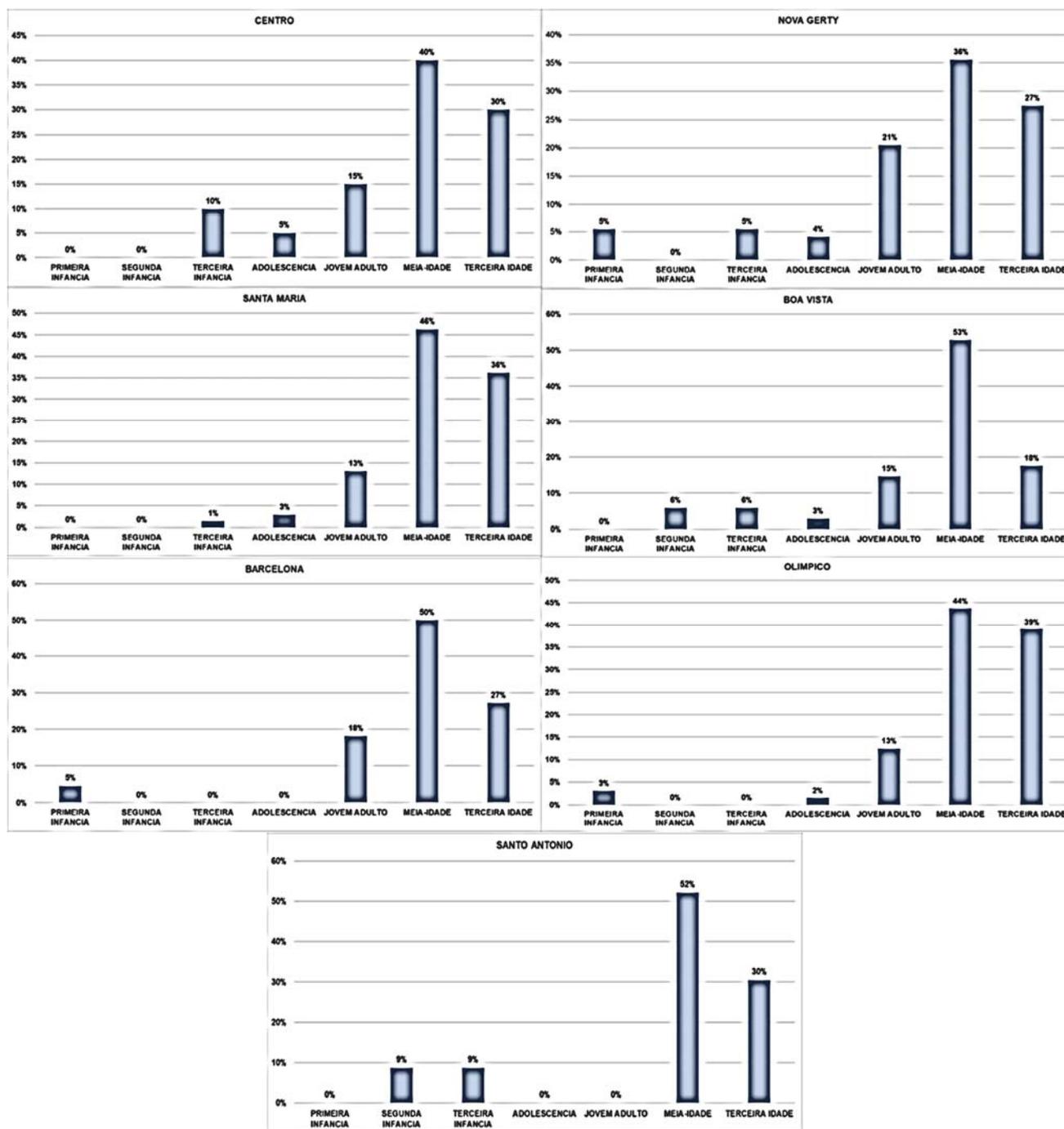
Essa população é caracterizada por, predominantemente, munícipes adultos pertencentes aos ciclos de vida jovem adulto (14%), meia-idade (40%) e terceira idade (37%). As crianças e adolescentes que passaram em consulta representaram 10% da população que frequentou o ambulatório (Figura 10).

Figura 10 – Frequência percentual dos munícipes em consulta no CAU-USCS, segundo ciclo de vida, no período de fevereiro a junho de 2019



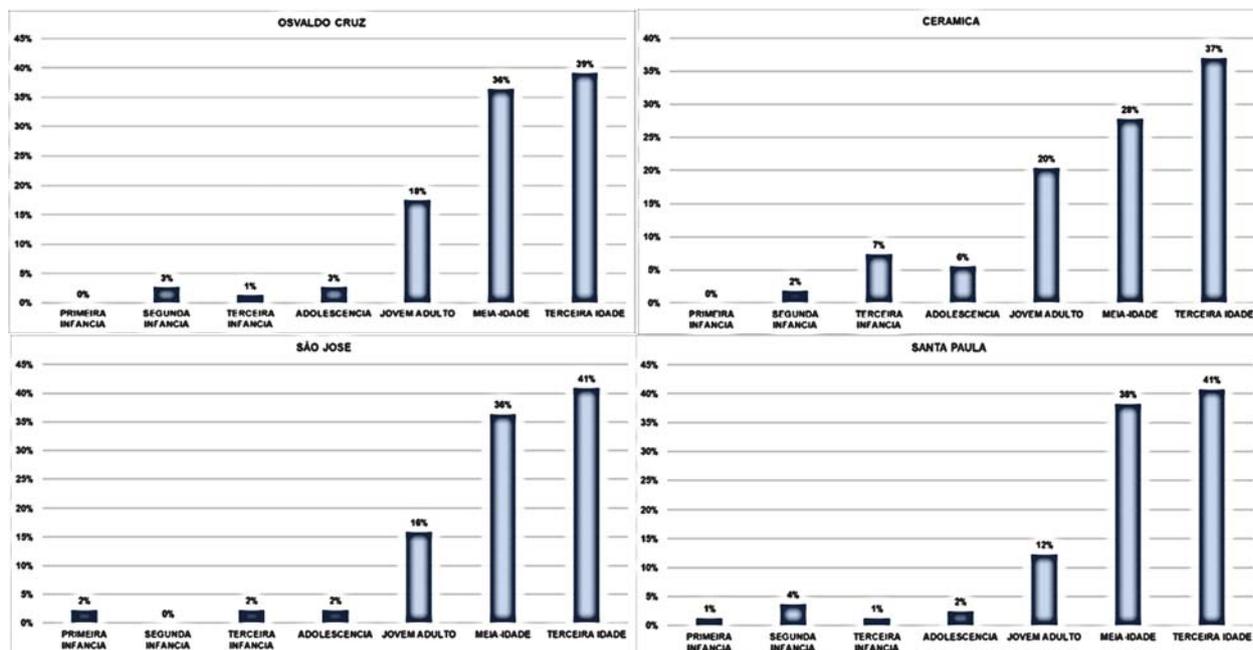
Ao se analisar a distribuição dos ciclos de vida em cada núcleo residencial de origem dos pacientes, observa-se três padrões distintos. O primeiro padrão é caracterizado por uma representação moderada de crianças e adolescentes na composição do grupo populacional, porém com predominância dos ciclos de vida jovem-adulto e meia-idade. Nesta categoria estão os bairros do Centro, Nova Gerty, Santa Maria, Boa Vista, Barcelona. Olímpico e Santo Antônio (Figura 11).

Figura 11 – Frequência percentual dos munícipes em consulta no CAU-USCS, segundo ciclo de vida e bairro de residência, no período de fevereiro a junho de 2019 – Padrão 1



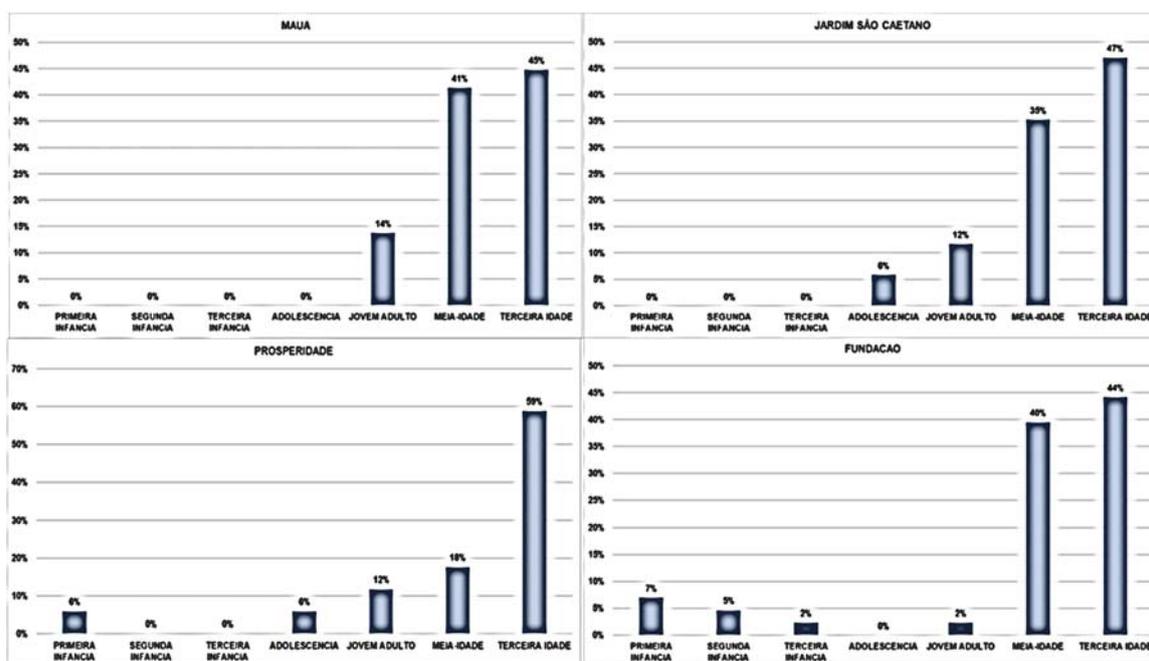
O segundo padrão se assemelha à pirâmide populacional invertida, com o ápice alargado representando o ciclo de vida de terceira idade e a base estreitada o ciclo de vida da primeira infância. Os bairros pertencentes a esse grupo são: Osvaldo Cruz, Cerâmica, São José e Santa Paula (Figura 12).

Figura 12 – Frequência percentual dos munícipes em consulta no CAU-USCS, segundo ciclo de vida e bairro de residência, no período de fevereiro a junho de 2019 – Padrão 2



O terceiro padrão tem como característica a baixa ou nenhuma representação dos ciclos de vida da infância e adolescência, com o ciclo de vida da terceira idade tendendo a aumentar a sua predominância nesse grupo populacional. Os bairros mais marcadamente com esse padrão são: Mauá e Jardim São Caetano. O bairro de Fundação e Prosperidade, nos ciclos de vida da meia-idade e terceira idade se assemelham ao terceiro padrão, mas ainda há uma representatividade dos ciclos de vida da primeira e segunda infância (Figura 13).

Figura 13 – Frequência percentual dos munícipes em consulta no CAU-USCS, segundo ciclo de vida e bairro de residência, no período de fevereiro a junho de 2019 – Padrão 3.



Cibele Cristine Remondes Sequeira. Fonoaudióloga graduada pela Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo. Professora do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Diretora Administrativa do Complexo Hospitalar Maria e Marcia Braido e Maternidade Euryclides Jesus Zerbini da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

João Carlos da Silva Bizario. Médico, Biomédico e Psicoterapeuta. Mestre e Doutor pela Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Gestor do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Professor e orientador do programa de pós-graduação em Inovação no Ensino Superior em Saúde pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Ex-integrante da Comissão de Avaliação e Monitoramento das Escolas Médicas (CAMEM) tendo atuado até janeiro de 2019, no Ministério da Educação.

Regina Maura Zetone Grespan. Médica graduada pela Faculdade de Ciências Médicas de Santos. Professora do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Mestranda do programa de pós-graduação em Inovação no Ensino Superior em Saúde pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Simonne de Nazareth Carmona Quaglia. Médica graduada pela Faculdade Estadual de Medicina do Pará. Professora do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Coordenadora do Centro Ambulatorial Universitário da USCS. Mestranda do programa de pós-graduação em Inovação no Ensino Superior em Saúde pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Gerente Médica do Hospital Santa Virgínia. Oncologista do Centro Paulista de Oncologia.

Sonia Regina Pereira de Souza. Doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Epidemiologia pela Faculdade de Medicina da USP. Professora do curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Professora e orientadora do programa de pós-graduação em Ciências da Saúde do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE).

Referências Bibliográficas

Barab SA, Barnett M, Squire K. Developing an empirical account of a community of practice: characterizing the essential tensions. **The Journal of the Learning Sciences.** 2002; 11: 489–542.

Billett S. Learning through health care work: premises, contributions and practices. **Medical Education.** 2016, 50: 124–131.

Cruess SR, Cruess RL, Steinert Y. Supporting the development of a professional identity: General principles. **Medical Teacher.** 2019; 11:1-9.

Steinert Y. AMEE Guide Supplements no. 33.1. Faculty development: From workshops to communities of practice. **Medical Teacher.** 2010; 32: 425–428

Wenger E. Communities of practice: learning, meaning, and identity. 2008. 18th ed. Cambridge (USA): Cambridge University Press.

2. A ASFIXIA FINANCEIRA DO SUS E OS REFLEXOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC: O QUE FAZER? *

Francisco R. Funcia
Carlos O. Ocké-Reis

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é mostrar a piora do quadro de asfixia financeira do Sistema Único de Saúde depois da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, bem como apontar seus reflexos sobre a Região do Grande ABC. Houve queda tanto do piso federal do SUS, quanto das despesas federais empenhadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: se fosse mantido em 2018 o percentual da Receita Corrente Líquida da União aplicado em 2017, o SUS federal teria R\$ 10,2 bilhões adicionais para o atendimento das necessidades de saúde da população. Além do mais, em 2017, último ano de vigência do piso federal de 15% da Receita Corrente Líquida, houve também o crescimento dos empenhos a pagar (posteriormente inscritos em restos a pagar) em comparação aos anos anteriores, o que guarda relação direta com o teto financeiro federal para as despesas primárias: ou seja, o aumento do empenho não acompanhou na mesma proporção a liquidação e o pagamento no ano de 2017. Essa situação, por sua vez, pode agravar o cenário visto hoje nos municípios com o aumento dos percentuais aplicados com recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde e a redução da participação das transferências intergovernamentais no financiamento municipal do SUS, situação verificada em particular na Região do Grande ABC.

Introdução

O objetivo desta nota técnica é evidenciar a piora do quadro de asfixia financeira federal do Sistema Único de Saúde (SUS) depois da aplicação dos “remédios” indicados na Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95) e seus reflexos sobre a Região do Grande ABC.

Desde a tramitação da PEC 341 na Câmara dos Deputados e da PEC 55 no Senado no segundo semestre de 2016, aprovadas e promulgadas como EC 95 e rotuladas como a “PEC da Morte” tramita no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5658) contra essa EC, sobre a qual o Conselho Nacional de Saúde (CNS) (1) tem mobilizado apoio por meio de abaixo assinado *online* e a Conferência Nacional de Saúde (2) aprovou no dia 7 de agosto de 2019, com mais de 95% dos votos das(os) delegadas(os) participantes, um documento intitulado “Saúde é democracia!”, em que reforça a necessidade urgente de lutar pela saúde no contexto da defesa da seguridade social e dos direitos sociais, estabelecendo a revogação da EC 95 como um dos objetivos para esse fim.

É necessário deixar claro que criticar a EC 95 não significa uma posição contrária ao monitoramento e avaliação das despesas públicas, mas sim contra a regra constitucional de controle estabelecida para buscar o equilíbrio do orçamento da União: em sentido figurado, a regra da EC 95 para controlar tais despesas parece um caso real ocorrido numa grande área livre na propriedade de uma instituição, cuja horta cultivada pelos trabalhadores para autoconsumo era alvo de furtos diários; a solução encontrada pelo dirigente dessa instituição foi acabar com a horta dos trabalhadores, no lugar de providenciar medidas para evitar os furtos.

Foram analisados os dados federais disponíveis nos Relatórios Anuais de Gestão do Ministério da Saúde de 2015 a 2018 (3), bem como os dados da aplicação municipal em saúde com recursos próprios e transferências do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) do Ministério da Saúde de 2007 a 2017 (4) (último ano com informações consolidadas disponíveis quando da realização da análise dos dados municipais no início de 2019).

I. A EC 95 traz prejuízos para a saúde da população

A EC 95 é prejudicial para o financiamento das despesas sociais, especialmente da saúde dos brasileiros, pois houve depois dela:

- a) Redução do piso federal e das despesas empenhadas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) como decorrência da regra do piso federal que “congela” o valor desse piso de 2017 com atualização tão somente pela variação anual do IPCA/IBGE até 2036, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Ministério da Saúde – Piso e Empenho ASPS como % da RCL – Antes e Depois da EC 95*

| ANO | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) | PISO ASPS | | EMPENHO ASPS | |
|------|---------------------------------|---------------------------------|--------|---------------------------------|--------|
| | R\$ milhão (a preços correntes) | R\$ milhão (a preços correntes) | % RCL | R\$ milhão (a preços correntes) | % RCL |
| 2014 | 641.578 | 91.614 | 14,28% | 91.899 | 14,32% |
| 2015 | 674.523 | 98.309 | 14,57% | 100.055 | 14,83% |
| 2016 | 709.930 | 106.490 | 15,00% | 106.236 | 14,96% |
| 2017 | 727.254 | 109.088 | 15,00% | 114.701 | 15,77% |
| 2018 | 805.348 | 112.361 | 13,95% | 116.821 | 14,51% |
| 2019 | 845.489 | 117.293 | 13,87% | 120.382** | 14,24% |

Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional (STN)(5); Ministério da Saúde/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO)(3). Nota: (*) Parte dos dados oriundos da reflexão conjunta entre Carlos Ocke-Reis (IPEA), Rodrigo Benevides (IPEA) e Francisco Funcia (Cofin/CNS). (**) 2019 LOA = Informações da Lei Orçamentária Anual da União 2019.

Essa redução da alocação de recursos para o financiamento federal do SUS fica ainda mais evidente quando se calcula o que representou em valores monetários a queda das despesas empenhadas como proporção da RCL, considerando como cenários de empenho de 2018 os percentuais da RCL aplicados em 2015, 2016 e 2017 em comparação ao efetivamente empenhado em 2018, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – MINISTÉRIO DA SAÚDE – Despesas Empenhadas ASPS 2018 – Realização e Cenários

| DESCRIÇÃO | Ano | Parâmetros | Empenho 2018 - realizado e cenários (em R\$ bilhões) | Perdas em relação ao empenho apurado em 2018 (em R\$ bilhões) |
|--|------|---------------------|--|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) | 2018 | R\$ 805,348 bilhões | | |
| EMPENHO REALIZADO | 2018 | 14,51% DA RCL | 116,821 | |
| EMPENHO 2018: CENÁRIOS - PERCENTUAIS DA RCL APLICADOS EM ANOS ANTERIORES | 2015 | 14,83% | 119,461 | 2,640 |
| | 2016 | 14,96% | 120,515 | 3,694 |
| | 2017 | 15,77% | 127,018 | 10,197 |

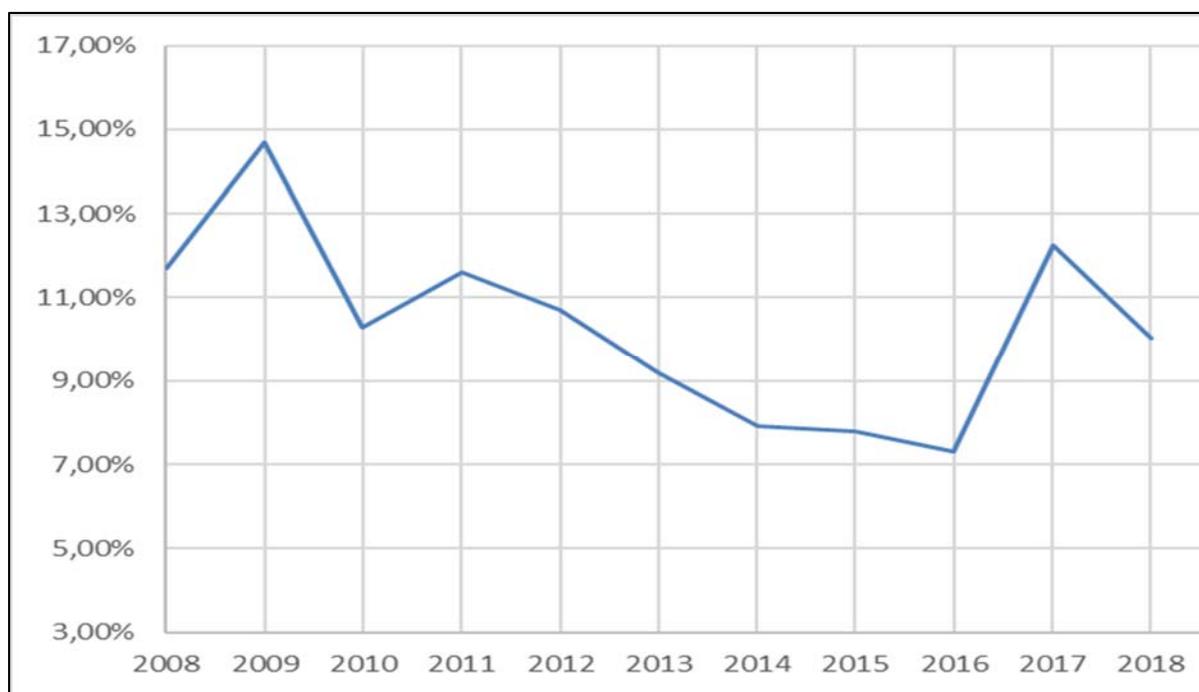
Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (5); Ministério da Saúde/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) (3).

Conforme o cenário, as perdas em 2018 foram de R\$ 2,640 bilhões (se mantivesse a aplicação de 2015), R\$ 3,694 bilhões (se mantivesse a aplicação de 2016) ou R\$ 10,197 bilhões (se mantivesse a aplicação de 2017). Para se ter uma dimensão dessas perdas, os valores calculados com base em 2015 e 2016 corresponderiam a cerca de um ano das despesas do Programa Mais Médicos (cujas reformulação provocada pelo novo governo vencedor das eleições presidenciais de 2018, antes e depois da posse, tem deixado milhões de brasileiros sem atendimento de saúde); calculados

com base em 2017, permitiriam aumentar em aproximadamente 50% as despesas para ações classificadas na subfunção orçamentária “Atenção Básica”.

- b) O estabelecimento do “teto financeiro” para o total das despesas primárias do governo federal no valor de 2016 atualizado apenas pela variação anual do IPCA/IBGE, mesmo que a receita primária volte a crescer em termos reais até 2036; isto, por sua vez, condiciona negativamente a liquidação e o pagamento das despesas federais do SUS, gerando a reversão da queda observada anualmente dos empenhos a pagar de cada exercício desde o início desta década (Gráfico 1) e, conseqüentemente, o crescimento do estoque de restos a pagar a partir do encerramento de 2017 e início de 2018, em comparação com a situação até o final de 2016, para cifras em torno de R\$ 20 bilhões.

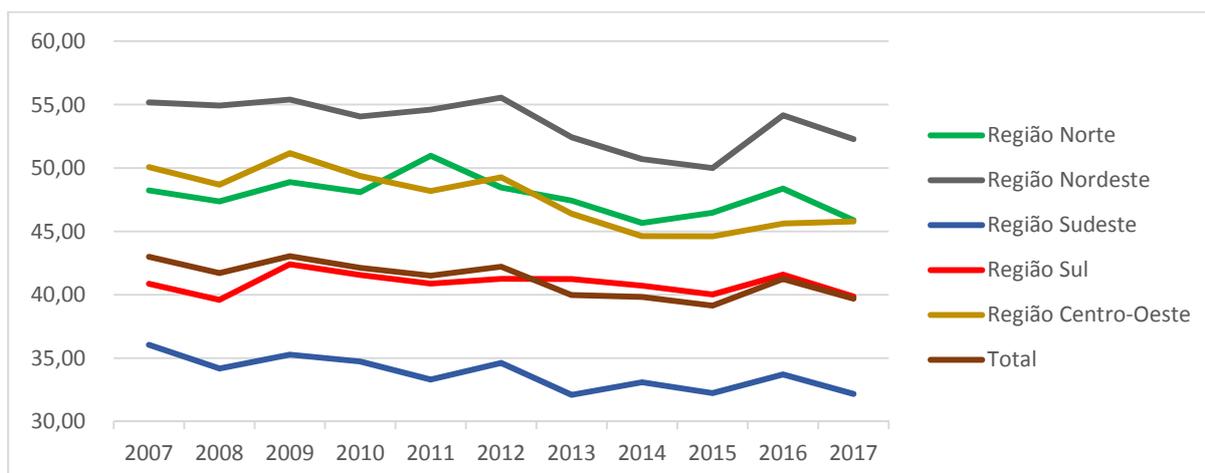
Gráfico 1 – Ministério da Saúde – Execução orçamentária e financeira* - nível de empenhos a pagar em 31/Dezembro (2008 a 2018)



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) (3). Nota: (*) Função 10 (Saúde).

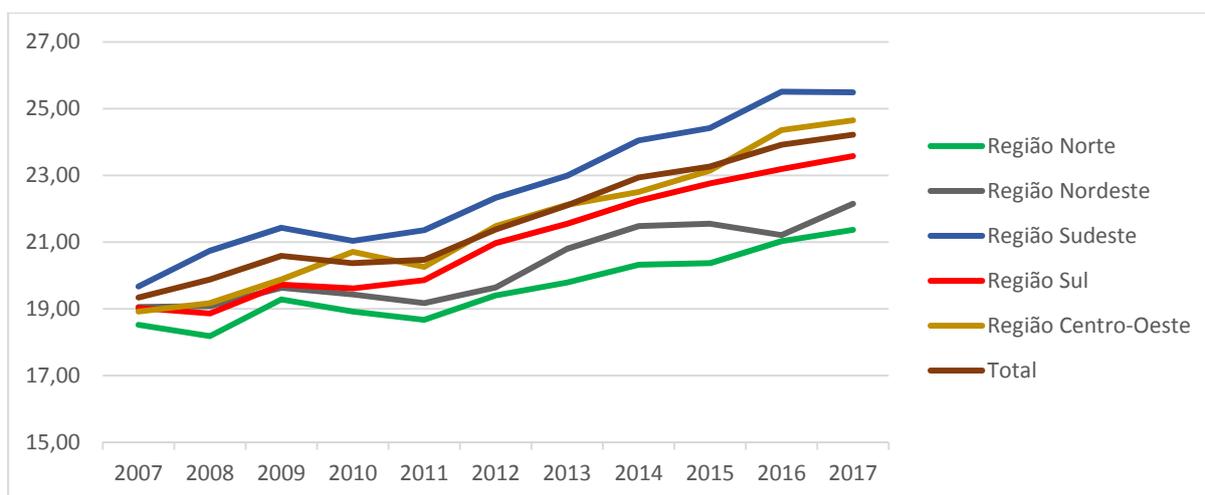
- c) Ampliação da tendência de queda da participação do governo federal no financiamento do SUS, o que impacta o financiamento dos estados, Distrito e municípios porque cerca 2/3 das despesas do Ministério da Saúde são transferências para esses entes da Federação, o que pressiona por aumento na alocação de recursos próprios dessas esferas de governo no financiamento do SUS, principalmente nos municípios, que já aplicam muito acima do piso de 15% da receita base de cálculo em todas as regiões do Brasil, conforme Funcia & Bresciani (6) (Gráficos 2 e 3, respectivamente).

Gráfico 2 – Transferências SUS como proporção da Despesa Total ASPS nos municípios do Brasil (em %)



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Funcia & Bresciani (2019) (6).

Gráfico 3 – ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde - Aplicação Municipal com Recursos Próprios (em %)



Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Funcia & Bresciani (2019) (6).

II. Os reflexos da EC 95 no financiamento do SUS na Região do Grande ABC

A Região do Grande ABC é formada por sete municípios da Região Metropolitana de São Paulo: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

É possível observar que a participação das transferências intergovernamentais SUS no financiamento das despesas municipais ASPS na Região do Grande ABC teve um comportamento diferente da queda observada no período 2007-2017 na Região Sudeste: em termos regionais consolidados, houve crescimento até 2012, estagnação entre 2013 e 2016 e pequena redução em 2017, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Transferências SUS como proporção das despesas municipais ASPS nos municípios da Região do Grande ABC no período 2007-2017 (em %)

| Municípios | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Diadema | 27,92 | 27,87 | 26,36 | 28,15 | 27,58 | 28,25 | 27,84 | 25,72 | 22,76 | 24,08 | 22,47 |
| Mauá | 26,77 | 25,54 | 30,05 | 34,80 | 27,83 | 43,39 | 46,59 | 48,80 | 50,71 | 47,85 | 44,70 |
| Ribeirão Pires | 45,17 | 48,00 | 53,00 | 39,62 | 30,28 | 37,37 | 28,35 | 33,85 | 32,68 | 35,40 | 38,34 |
| Rio Grande da Serra | 27,77 | 32,20 | 24,35 | 22,45 | 21,08 | 29,83 | 23,54 | 30,61 | 27,50 | 29,42 | 28,89 |
| Santo André | 32,45 | 29,51 | 27,59 | 26,31 | 24,12 | 28,69 | 24,69 | 25,61 | 28,61 | 27,91 | 27,79 |
| São Bernardo do Campo | 18,34 | 18,04 | 25,32 | 25,87 | 39,73 | 41,50 | 37,66 | 40,26 | 41,25 | 42,36 | 40,64 |
| São Caetano do Sul | 15,86 | 17,34 | 19,54 | 17,72 | 14,36 | 13,88 | 19,13 | 16,64 | 14,76 | 15,52 | 16,13 |
| Região do Grande ABC | 24,77 | 24,08 | 26,90 | 26,95 | 29,87 | 33,03 | 31,94 | 32,95 | 33,35 | 33,57 | 32,75 |

Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde/Desid/SIOPS (4).

Considerando os municípios individualmente, e comparando 2017 com 2016, houve queda da participação das transferências SUS no financiamento das despesas ASPS em Mauá, Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo, estabilidade em Santo André e aumento em Ribeirão Pires e São Caetano do Sul.

Quanto ao financiamento das despesas municipais ASPS com recursos próprios, o comportamento de crescimento no período 2007-2017 na Região Sudeste foi diferente do observado na Região do Grande ABC: em termos regionais consolidados, houve crescimento em 2008, estagnação entre 2009 e 2014, crescimento em 2015 e 2016 e queda em 2017, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde – Região do Grande ABC - Aplicação Municipal com Recursos Próprios (em %)

| Municípios | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Diadema | 28,87 | 31,05 | 34,02 | 30,87 | 31,55 | 32,75 | 34,43 | 34,37 | 37,80 | 39,26 | 39,36 |
| Mauá | 27,73 | 30,30 | 27,79 | 27,82 | 25,74 | 19,72 | 21,21 | 24,69 | 26,97 | 23,41 | 25,50 |
| Ribeirão Pires | 20,18 | 18,71 | 23,22 | 20,92 | 27,88 | 27,46 | 34,80 | 32,76 | 25,79 | 27,93 | 25,96 |
| Rio Grande da Serra | 19,09 | 20,27 | 20,78 | 20,86 | 20,43 | 20,31 | 22,36 | 22,95 | 22,17 | 31,58 | 29,81 |
| Santo André | 21,12 | 23,39 | 25,60 | 25,79 | 27,17 | 25,49 | 29,21 | 26,98 | 27,43 | 30,79 | 26,93 |
| São Bernardo do Campo | 22,49 | 24,17 | 20,75 | 22,46 | 20,92 | 21,98 | 20,46 | 21,08 | 22,82 | 23,50 | 24,18 |
| São Caetano do Sul | 19,72 | 20,47 | 19,59 | 21,28 | 25,70 | 26,63 | 20,60 | 25,01 | 25,59 | 30,28 | 25,66 |
| Região do Grande ABC | 23,02 | 24,75 | 24,03 | 24,49 | 24,88 | 24,61 | 24,48 | 25,22 | 26,49 | 28,19 | 27,12 |

Elaboração dos autores. Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde/Desid/SIOPS (4).

Considerando os municípios individualmente, a aplicação com recursos próprios em Diadema está sempre acima dos demais da região, e crescimento a partir de 2015 (assim como ocorreu em São Bernardo do Campo). Em Mauá, houve crescimento em 2017, quando comparado a 2016, mas permaneceu abaixo do percentual aplicado em 2014 e 2015. Em 2017, houve queda em Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul.

III. O que fazer? Propostas de curto e médio para enfrentar o quadro de asfixia financeira do SUS

As propostas a seguir refletem alguns debates que têm ocorrido na Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS), nas deliberações recentes da 16ª Conferência Nacional de Saúde, bem como em publicações de alguns especialistas do tema. Essas propostas não esgotam o conjunto de ações que podem ser adotadas para reversão do aprofundamento do processo de subfinanciamento do SUS, que acabará resultando no seu desmonte e dos seus princípios constitucionais – universalidade, integralidade, equidade e participação da comunidade.

- a) Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, especialmente os seus dispositivos que diminuem, na prática, os pisos federais da saúde e da educação e a alocação de recursos para as demais políticas públicas.
- b) Retomar o crescimento econômico, reduzindo a taxa de juros (SELIC), retirando o investimento público do cálculo do superávit primário e implementando política fiscal anticíclica (despesa primária condicionada a meta fiscal vinculada ao ciclo econômico), diferente daquela estabelecida pela EC 95/2016, que impôs o regime de teto de despesas primárias com base nos valores pagos em 2016, mas liberou desse teto as despesas financeiras e os gastos tributários (indiretos).
- c) Apoiar a tramitação da PEC 01/D de 2015, que foi aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados em abril de 2016, que aloca 19,4% da receita corrente líquida como piso federal do SUS (similar ao projeto de iniciativa popular “Saúde + 10”).
- d) Destinar os novos recursos da concessão onerosa do Pré-Sal para a saúde e a educação, bem como para integrar o Fundo de Participação dos Estados (PPE) e Fundo de Participação do municípios (FPM).
- e) Instituir a tributação sobre grandes fortunas para o financiamento da seguridade social, com rateio específico para a saúde, bem como aumentar as alíquotas da tributação sobre bebidas açucaradas, álcool, tabaco, motocicletas, como meio de fortalecer as fontes de financiamento exclusivas da seguridade social, e do SUS em particular.
- f) Reduzir a renúncia de receita (gasto tributário) estimada em mais de R\$ 300 bilhões, por meio da avaliação do efetivo cumprimento das contrapartidas legalmente estabelecidas para a sociedade, bem como rever a isenção concedida no imposto de renda sobre os rendimentos das pessoas físicas oriundas de dividendos.
- g) Fortalecer a atenção básica como a ordenadora de toda a rede de cuidados da saúde da população, bem como valorizar os servidores públicos de saúde e a rede própria de unidades de saúde federais, estaduais e municipais.
- h) Mobilizar a sociedade para a defesa do SUS e da democracia, nos termos da Nota “Saúde é Democracia aprovada na 16ª Conferência Nacional de Saúde (http://www.susconecta.org.br/wp-content/uploads/2019/08/SA%C3%9ADE_%C3%89_DEMOCRACIA_16%C2%ACNS.pdf)

Considerações Finais

A presente Nota Técnica teve como objetivo mostrar a piora do quadro de asfixia financeira federal do Sistema Único de Saúde (SUS) como decorrência dos dispositivos da Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95), bem como os reflexos na Região do Grande ABC.

Foi possível observar tanto a queda do piso federal do SUS, como a redução das despesas federais empenhadas ASPS enquanto proporção da RCL da União. O prejuízo para a população decorre do

fato de que parcelas menores das receitas públicas federais estão sendo alocadas para o financiamento do SUS, sendo que isto guarda relação direta com as seguintes regras constitucionais: piso federal da saúde até 2036 será o valor do piso de 2017 atualizado somente pela variação do IPCA/IBGE; e teto de despesas primárias até 2036 nos níveis de 2016.

Os efeitos esperados para o financiamento do SUS até 2036 são a redução da participação das transferências intergovernamentais no financiamento das despesas municipais com saúde e aumento do percentual de aplicação municipal ASPS com recursos próprios, como foi possível observar em 2017.

Considerando os objetivos desta nota técnica, entendemos como recomendável dar continuidade às pesquisas sobre as condições de financiamento do SUS nas três esferas de governo após a EC 95, incorporando na análise os efeitos (i) da recessão econômica aprofundada a partir de 2016 como decorrência da política de austeridade fiscal ainda em curso no Brasil, (ii) das despesas ASPS oriundas das emendas parlamentares de execução obrigatória, (iii) do comportamento do estoque e da execução financeira dos restos a pagar a partir de 2018 e (iv) dos anos eleitorais (o primeiro em 2018) sobre a execução orçamentária e financeira ASPS, inclusive sobre as transferências intergovernamentais no financiamento do SUS.

Francisco R. Funcia. Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professor de História do Pensamento Econômico, Desenvolvimento Socioeconômico e Economia do Setor Público da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs). Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652778910650638>

Carlos O. Ocké-Reis. Economista e Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Técnico do IPEA e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES).

* Versão adaptada e ampliada do artigo publicado na Revista Domingueira da Saúde, edição 29 de 16 de agosto de 2019 e edição 30 de 26 de agosto de 2019 (disponíveis em www.idisa.org.br).

Referências Bibliográficas

1 Conselho Nacional de Saúde. O SUS não pode morrer! Disponível em http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/08ago01_abaixoAssinadoEC95.html.

2 Conferência Nacional de Saúde. Saúde é democracia! Disponível em http://www.susconecta.org.br/wp-content/uploads/2019/08/SA%C3%9ADE_%C3%89_DEMOCRACIA_16%C2%ACNS.pdf.

3 Ministério da Saúde/Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Relatório de Gestão (2014 a 2018). Disponíveis em <http://www.saude.gov.br/secretaria-executiva/relatorio-anual-de-saude-rag>, http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_rag_2017.pdf e http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_rag_2018.pdf.

4 Ministério da Saúde/Departamento de Economia da Saúde-Desid/ Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde-SIOPS. Disponível em <http://siops-asp.datasus.gov.br/CGI/tabcgi.exe?SIOPS/serhist/municipio/mIndicadores.def>.

5 Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional. Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (2014 a 2018). Disponíveis em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RCL>.

6 Funcia, Francisco R. & Bresciani, Luís P. A Gestão Recente do Sistema Único de Saúde: Financiamento Restringido. Encontro Nacional de Administração Pública. Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Fortaleza, maio/2019.

3. ALIMENTAÇÃO INSUSTENTÁVEL NO BRASIL E PROJEÇÃO DE DADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Carolina B. F. Gouveia

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é interpretar os dados referentes ao agrobusiness e seu impacto no meio ambiente, à luz de documentos publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, World Bank, estudos científicos, entre outros, além da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, que aponta projeção de mais de nove bilhões de habitantes no mundo no ano de 2050, assim como as consequências da agropecuária na qualidade do ar, na utilização de terra e água. Dispõe-se, também, de dados sobre a quantidade de água necessária para a produção de carne e qual seria a correspondência do mesmo montante para a produção de alimentos do reino vegetal. Nesse sentido, são propostas formas de diminuir o impacto, de maneira prática e eficiente.

A alimentação baseada em "produtos" de origem animal está presente há muitos anos na vida humana. Com o crescimento populacional, o avanço da tecnologia e dos meios de transporte, a produção do agronegócio aumentou exponencialmente e vêm crescendo ainda mais, passando 45 milhões para 134 milhões de toneladas de produção de carne, apenas entre 1980 e 2002, ou seja, triplicou no período mencionado (World Bank 2009). A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) publicou, em 2012, estudo que aponta que a população mundial atingirá 9,15 bilhões no ano de 2050. O grande desafio será a manutenção dos padrões atuais de consumo, bem como obter os recursos naturais necessários para sua manutenção (FAO 2013).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento do Brasil (2014), havia 212,3 milhões de cabeças de bovinos no país (mais cabeças de gado do que habitantes). Apesar de o país contar com 210 milhões de habitantes (IBGE 2019), a produção de gado (152.837 toneladas em 2017) - com mais de 12 mil toneladas exportadas, 19 mil exportadas (OECD 2017) e 37 quilos de carne bovina per capita consumida no território (ABIEC 2018) - 5% da população ainda se encontra numa realidade de desnutrição (SOFI 2014).

A predominância desse tipo de produção animal extrativista implica em diversas consequências para a segurança alimentar e ao meio ambiente, contribuindo para deteriorar o planeta Terra e esgotar os recursos naturais cada vez mais escassos, já que surte efeitos negativos em termos de emissão de gases de efeito estufa, esgotamento dos recursos hídricos e desgaste das terras disponíveis.

Os gases emitidos e a utilização de terra e água têm proporções exponenciais. Segundo a FAO (2013), 44% dos gases emitidos desse setor são na forma de metano (CH₄); 29%, ácido nitroso (N₂O) e; 27%, gás carbônico (CO₂). O gás metano é emitido como um subproduto a partir da fermentação entérica - isto é, a fermentação que ocorre no processo metabólico dos alimentos ingeridos pelo gado, que converte carboidratos celulósicos em ácidos graxos para que possam ser digeridos (O. Primavesi *et al.* 2004) - e a partir do estrume, juntamente com emissão de CO₂. Apenas o gás metano produzido nesse processo totaliza 1,1 giga toneladas, representando mais de 40% dos gases totais emitidos por gado. Esse elemento é o mais destrutivo de todos os três, pois tem potencial "86 vezes maior de aquecer o planeta em comparação ao CO₂ num período de 20 anos" (Shindell, Drew T, *et al* 2009).

O gás nitroso é produzido na fase de processamento e armazenamento de estrume, juntamente com a fase de aplicação do estrume em pastagens, somando três milhões de toneladas de nitrogênio. Isso se traduz em 65% de todas as emissões do gás, sendo 296 vezes mais potente que o dióxido de carbono para o aquecimento global. E ainda, se em forma de NH₄ ou NO_x, por meio

da lixiviação de N (nitrogênio) em forma solúvel, há impacto na água do solo, eutrofizando-a e acidificando o meio (FAO 2006).

O CO₂ está intimamente ligado com a utilização de combustíveis fósseis e uso da terra. Gados (de carne, leite e ovos) emitem 4,6 giga toneladas de CO₂ anual e mundialmente, sendo a carne vermelha de origem animal o maior responsável pela emissão de gases (mais de 300 kg de CO₂ por kg de proteína), seguido por carne e leite de pequenos gados (entre 112 e 165 kg de CO₂, respectivamente) e por leite de vaca e carne de galinha (abaixo de 100 kg do gás). Ademais, há emissão de gases na produção dos alimentos para o gado - que poderia ser direcionado aos humanos -, representando 3,3 giga toneladas de emissões. A emissão de CO₂ também se dá a partir da utilização de equipamentos de produção. Estima-se que o uso de combustíveis fósseis utilizados na manufatura de fertilizantes seja de 41 milhões de toneladas por ano, ou 51% de todos os gases *greenhouse* emitidos no mundo (FAO 2006), afetando fortemente o solo, resultando em menos CO₂ natural no solo e menor biodisponibilidade produtiva da terra, devido à degradação.

As consequências da produção intensiva da agropecuária têm deixado seus rastros na camada de ozônio, responsável por 18% das emissões de gases do efeito estufa, mais do que a soma das emissões de todos os transportes juntos (13%) (FAO 2006). Projeções realizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) em 2005 apontam que a temperatura média mundial pode aumentar entre 1,4 a 5,8 graus Celsius até o ano de 2100, se mantivermos o padrão de emissão que há hoje. Para se ter uma noção da proporção de grandeza destas projeções, o documento aponta que: *"O aumento nas temperaturas médias será maior do que qualquer outra tendência secular dos últimos 10.000 anos do período interglacial atual"* (FAO 2006). Tradução livre da autora desta nota técnica.

Já o uso de água na indústria agropecuária é irracional, visto que para produzir um quilo de carne e produtos animais temos as seguintes demandas por água:

Tabela 1 – Demanda por água para a produção de 1 quilo de carne e produtos animais

| Produtos (1 kg) | Litros de água |
|-----------------|----------------|
| Carne bovina | 15.415 |
| Carne de ovelha | 8.783 |
| Carne suína | 5.988 |
| Manteiga | 5.553 |
| Carne de frango | 4.325 |
| Ovo | 3.265 |
| Leite | 1.020 |

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – Conjuscs, a partir de dados de M.M. Mekonnen A.Y. e Hoekstra. 2010. p.27.

A água utilizada para produzir um quilo de carne bovina corresponde a 4.072 galões (15.415 litros) de água, que, se fossem utilizados para a produção de frutas, legumes ou cereais, resultariam em:

Figura 1 – 4.072 galões de água utilizados



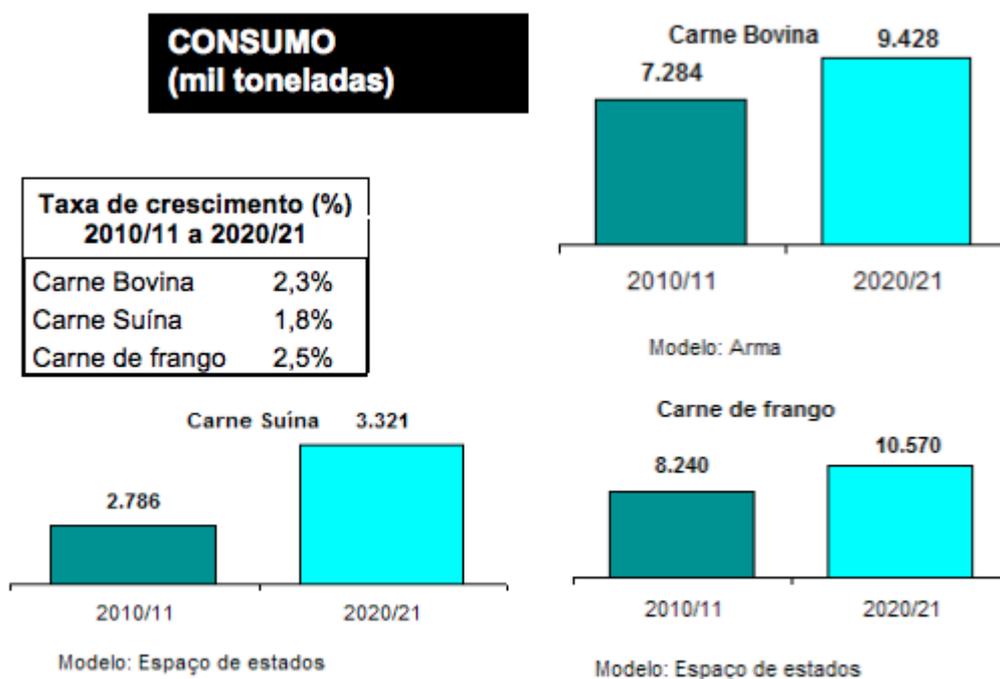
Dados: Water Education Foundation

Apenas o gado é responsável por 20-30% da água fresca consumida mundialmente. Como aponta Mekonnen (2012), "mundialmente, a agricultura é responsável por 92% da pegada hídrica¹ da água fresca; sendo 29% deste total direta ou indiretamente direcionado ao uso por parte da produção de animais" (A.Y. Hoekstra, M.M. Mekonnen. 2012).

Ademais, a extensão de terra utilizada para a manutenção do *agrobusiness* também toma proporções exorbitantes. De acordo com a FAO (2006), $\frac{1}{3}$ do território livre de gelo do planeta é utilizado para plantação de comida para os animais que se tornarão produtos nos mercados, e estes, por sua vez, ocupam 45% de toda a área terrestre. Adicionado a todos os dados mencionados anteriormente, presenciamos a maior extinção de espécies vivas em massa dos últimos 65 milhões de anos (MYERS Norman, Macquarie University).

Direcionando o olhar ao Brasil, analisa-se a seguir o consumo de três tipos de carnes na nação, focando posteriormente em na região do Grande ABC Paulista - formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, localizados em São Paulo - a fim de proporcionar informações sobre o montante de água necessário apenas para a produção das carnes bovina, suína e de frango. No ano de 2020/2021, a perspectiva do consumo destas terá taxa de crescimento entre 1,8% a 2,5%, como segue:

Gráfico 1 – Consumo (mil toneladas)



Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Assessoria de Gestão Estratégica.

Somando os dados da projeção apresentados, temos que, para o ano de 2020/21, o consumo total de carne no país somará 23,3 bilhões de quilos. Assim sendo, com uma população estimada de 208.494.900 de habitantes em território nacional (IBGE 2019), estima-se que o consumo *per capita* de carne será de 111,75 kg por ano, ou então aproximadamente 300g de carne/dia/pessoa.

Utilizando os dados apresentados anteriormente sobre a quantidade de água necessária para produzir os três tipos de carnes, multiplicou-se a demanda de água referente a cada perspectiva de produção da carne em 2020/21. No cenário em que todos os 2.551.328 milhões de habitantes (IBGE 2019) da região do Grande ABC Paulista consomem pelo menos 300 gramas de alguma carne por dia, sendo 150g no almoço e na janta, totaliza-se aproximadamente 285 milhões de quilos de carne consumidos na região. A tabela a seguir exemplifica os cálculos feitos.

Tabela 2 – Total de água utilizada pelo Grande ABC para produzir carne, por tipo

| Tipo de carne | Quantidade de carne | Porcentagem | Consumo de cada tipo de carne no ABC | Água total utilizada pelo ABC |
|---------------|---------------------|-------------|---|----------------------------------|
| Bovina | 9.428.000.000 | 40,43% | 115.271.907 | 1.776.916.448.771 |
| Suína | 3.321.000.000 | 14,24% | 40.604.370 | 243.138.969.654 |
| Frango | 10.570.000.000 | 45,33% | 129.234.626 | 558.939.759.599 |
| Total | 23.319.000.000 | 100% | 285.110.904 | 2.578.995.178.024 |

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – Conjuscs.

O gasto de água que poderia ser evitado anualmente, caso não houvesse tal demanda de consumo por tais produtos, chega a mais de 2,5 trilhões de litros de água, apenas nessa região. Com tal quantidade de água, seria possível produzir 1,2 trilhões de quilos de arroz integral, que significa, em outras palavras, uma produção quatro vezes maior que a das carnes.

Mesmo com diversos *reports* da FAO, Greenpeace, CMA (Conselho Mundial da Água) sobre o impacto da agropecuária no meio ambiente e as informações existentes já descritas nesta nota

técnica, as projeções de aumento do *agrobusiness* ainda é uma realidade. As soluções já prescritas pela FAO, a fim de reduzir a emissão e volatilização de gases, ainda são pensadas com o intuito de manter a produção de gado. Deve-se pensar em reduzir, quiçá excluir, alimentos de origem animal da alimentação. Não requer nenhum equipamento, nenhum capital e nenhuma lei. Não se trata de gostar ou não de comer, mas sim do meio ambiente no qual vivemos e da vida daqueles que virão depois de nós. A produção orgânica pode ser uma das alternativas, assim como a rotação de culturas, de forma a proporcionar alimentos saudáveis e diversos, que melhorariam a segurança alimentar mundial se aliados a um programa de melhor distribuição de alimentos, incentivo à agricultura e aos pequenos produtores, juntamente com a diminuição do consumo de produtos de origem animal.

Notas

1 "The water footprint is a measure of humanity's appropriation of fresh water in volumes of water consumed and/or polluted". (Water Footprint Network).

Carolina B. F. Gouveia. Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Estudante de francês na Université Grenoble Alpes no período 2019.2-2020.1. Cursou um semestre de Economia pela Universidade Federal de São João Del Rei (2017). Realizou intercâmbio de um semestre no Colégio Chippewa (Canadá). É membro da Organização Não-Governamental ROTARACT, desenvolvendo diversas ações sociais. Atuou como atriz no projeto "Ciência em Cena", realizado pela UFABC. É membro do grupo Coral da mesma Universidade.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRATOS Nikos, BRUINSMA Jelle. *World Agriculture Towards 2030/2050*. Global Perspective Studies Team, FAO Agricultural Development Economics Division.

FAO. *Tackling Climate Change Through Livestock: A global assessment of emissions and mitigation opportunities*. Roma: 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf>>.

FAO. *Livestock's long shadow: environmental issues and options*. Roma: 2006. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a0701e/a0701e00.htm>>.

GERBEN P.W., MEKONNEN Leenes M.M., HOEKSTRA A.Y. *The water footprint of poultry, pork and beef: A comparative study in different countries and production systems*. Water Resources and Industry, Volumes 1–2, p. 25-36. March–June 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212371713000024#bib25>>.

HICKMAN, Martin. *Study claims meat creates half of all greenhouses*. Independent. Novembro 2009.

HOEKSTRA A.Y., MEKONNEN M.M. The green, blue and grey water footprint of farm animals and animal products. Volume 1, *full report*. Research Report Series No. 48. Dezembro 2010.

HOEKSTRA A.Y., MEKONNEN M.M. *The water footprint of humanity* *Proceedings of the National Academy of Sciences*, p. 3232-3237. 2012.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Projeções do Agronegócio: Brasil 2016/17 a 2026/27 - Projeções de Longo Prazo*. Brasília: Agosto de 2017.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Assessoria de Gestão Estratégica. *Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021*. Brasília: jun. 2011. IBGE.

OECD Agriculture Statistics: OECD-FAO Agricultural Outlook (Edition 2018). Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/data/oecd-agriculture-statistics/oecd-fao-agricultural-outlook-edition-2018_d4bae583-en> Acesso em: 26 jul. 2019.

SHINDELL, Drew T, et al. *Improved Attribution of Climate Forcing to Emissions*. Science. 326, 716. 2009.

SPEEDY Andrew W. *Global Production and Consumption of Animal Source Foods*. The Journal of Nutrition. Volume 133, Novembro 2003, páginas 4048S–4053S.

THORNTON Philip, HERRERO Mario, ERICKSEN Polly. *Livestock and climate change*. International Livestock Research Institute, *brief* 3. Novembro 2011. Disponível em: <<https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/10601/IssueBrief3.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2019.

Water Education Foundation. *Food Facts: How much water does it take to produce [...]?*. Disponível em: <<https://www.watereducation.org/post/food-facts-how-much-water-does-it-take-produce>> Acesso em: 26 jul. 2019.

Water Footprint Network. *What is water footprint*. Disponível em: <<https://waterfootprint.org/en/water-footprint/what-is-water-footprint/>> Acesso em: 26 jul. 2019.

World Bank. *Minding the stock: bringing public policy to bear on livestock sector development*. Report no. 44010-GLB. Washington, DC. 2009.

4. SÍNDROME DE *BURNOUT*: UM ESTUDO SOBRE A DOENÇA E SEUS IMPACTOS NOS TRABALHADORES

Flávia Pereira dos Santos

Resumo Executivo

Em função da crise econômica que o Brasil vem enfrentando, são altos os índices de desemprego. Isto traz uma série de consequências no campo psicossocial, algumas das quais tratamos em Carta de Conjuntura anterior. Mas há também o lado de quem está ou continua empregado e vem enfrentando rotinas extensas em seu trabalho. A partir de um olhar sobre a saúde psíquica nas organizações, a presente nota tem como objetivo realizar um estudo bibliográfico sobre a Síndrome de Burnout. Atualmente já reconhecido como doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Burnout é uma doença que vem acometendo trabalhadores que tem enfrentando rotinas extensas em seus trabalhos e acúmulos de funções. Busca-se conceituar a Síndrome de Burnout e tratar dos comprometimentos que são causados aos trabalhadores.

1. Síndrome de *Burnout* – Conceituação e Efeitos

O termo *burnout* é definido, segundo um jargão inglês, como aquilo que deixou de funcionar por absoluta falta de energia (Trigo, Teng & Hallark, 2007). Esse termo foi utilizado em 1974, por Freudenberger, descrevendo o mesmo como um sentimento de fracasso e exaustão causada por um excessivo desgaste de energia e recursos. Em português, numa tradução mais direta, se refere a algo como “perder o fogo”, “perder energia” ou “queimar para fora”, para descrever uma síndrome através da qual o trabalhador não vê mais sentido na sua relação com o trabalho, de forma que já não importa mais fazer qualquer esforço, pois tudo já lhe parece ser inútil (Souza & Maria, 2016). Portanto, a Síndrome de *Burnout* poderia ser traduzida como Síndrome do Esgotamento Profissional.

De acordo com o Ministério da Saúde (2001), a síndrome de *Burnout* é um estado físico, emocional e mental de exaustão extrema, resultado do acúmulo excessivo de situações de trabalho que são emocionalmente exigentes e/ou estressantes, que demandam muita competitividade ou responsabilidade, especialmente nas áreas de educação e saúde.

A síndrome é dividida em três estágios: exaustão emocional, despersonalização e baixo sentimento de realização profissional. A primeira refere-se ao sentimento de esgotamento físico e mental, à perda de forças para realizar tarefas laborais e cotidianas. A despersonalização representa uma característica defensiva no qual o sujeito apresenta um sentimento de indiferença e afastamento emocional, produzindo alterações significativas no comportamento. O baixo sentimento de realização profissional caracteriza-se pela insatisfação com as atividades do trabalho e avaliação negativa de si mesmo, muitas vezes impossibilitando o trabalhador desempenhar suas funções, além de reduzir sua autoestima (Benevides-Pereira, 2002, 2012 *Apud* Silva 2019).

As consequências relacionadas ao psiquismo podem ser: falta de concentração; alterações de memória (evocativa e defixação); lentificação do pensamento; depressão, labilidade emocional; baixa autoestima; desânimo (Araújo *et al.*, 1998; Benevides-Pereira, 2001; Donatelle e Hawkins, 1989; Freudenberger, 1974; Goetzel *et al.*, 1998; Goetzel *et al.*, 2002; Silvano *et al.*, 2000 *Apud* Trigo, Teng & Hallark, 2007).

A exaustão emocional abrange sentimentos de desesperança, impotência, solidão, raiva, impaciência, irritabilidade, tensão, diminuição de empatia, sensação de baixa energia, fraqueza, preocupação (Cherniss, 1980a; World Health Organization, 1998 *Apud* Trigo, Teng & Hallark, 2007).

Além disso, as frustrações emocionais podem desencadear úlceras, insônia, dores de cabeça e hipertensão, além de abuso no uso do álcool e medicamentos, promovendo problemas familiares e conflitos sociais (Carlotto, 2002 *apud* Cardoso *et al.* 2017) e cefaleias, náuseas, tensão muscular,

dor lombar ou cervical (Cherniss, 1980a; World Health Organization, 1998 *apud* Trigo, Teng & Hallark. 2007).

O distanciamento afetivo provoca a sensação de alienação em relação aos outros, sendo a presença destes muitas vezes desagradável e não desejada (Cherniss, 1980a; World Health Organization, 1998). Já a baixa realização profissional ou baixa satisfação com o trabalho pode ser descrita como uma sensação de que muito pouco tem sido alcançado e o que é realizado não tem valor (Cherniss, 1980a; World Health Organization, 1998) (*Apud* Trigo, Teng & Hallark. 2007).

O estresse ocupacional pode provocar sérios danos tanto para o trabalhador quanto para as organizações. Licenças médicas e absenteísmo, queda de produtividade, desmotivação, irritação, impaciência, dificuldades interpessoais, falta de envolvimento com o trabalho/organização e farmacodependência são algumas das consequências negativas ocasionadas pelo estresse (Sadir, Bignotto & Lipp, 2010 *Apud* Silva, 2019).

Quadro 1 – Consequências da Síndrome de *Burnout*

| Físicos | Psíquicos | Sociais | Emocionais | No trabalho |
|--|---|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Úlceras • Insônia • Dores de cabeça • Hipertensão • Abuso no uso do álcool e medicamentos • Cefaleias • Náuseas • Tensão muscular • Dor lombar ou cervical | <ul style="list-style-type: none"> • Depressão • Falta de concentração • Alterações de memória (evocativa e defixação) • Lentificação do pensamento • Labilidade emocional • Baixa autoestima | <ul style="list-style-type: none"> • Distanciamento afetivo • Diminuição de empatia | <ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos de desesperança • Solidão • Raiva • Impaciência • Irritabilidade • Tensão • Sensação de baixa energia • Fraqueza • Preocupação • Desmotivação • Sentimento de impotência | <ul style="list-style-type: none"> • Baixa realização profissional • Baixa satisfação com o trabalho • Licenças médicas • Absenteísmo • Queda de produtividade • Falta de envolvimento com o trabalho e a organização |

Elaboração própria da autora para o observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - Conjuscs.

A Síndrome de *Burnout* foi incluída no CID 10 pelo OMS (Organização Mundial de Saúde). Até então *Burnout* não era conhecido como doença na Classificação Internacional das Doenças. E atualmente tem sido considerada uma doença de comprometimento Psicossocial, não afetando somente o trabalho, mas a vida pessoal dos indivíduos.

2. Casos de *Burnout* em trabalhadores

Devido à crise econômica atual que o país vem enfrentando, além do grande aumento do desemprego e do trabalho autônomo, vem crescendo também o número de trabalhadores que vem adoecendo em função das rotinas extensas de trabalho e do acúmulo de funções. Este ritmo de trabalho, por muitas vezes, entra em contradição com a capacidade biológica do indivíduo.

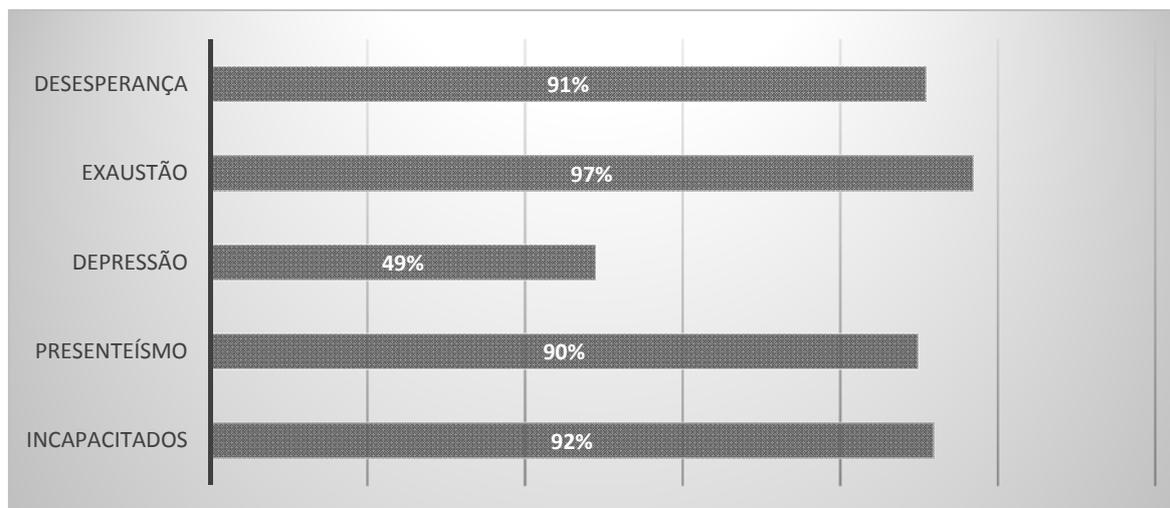
Atualmente, muitas das atividades profissionais têm sido um desafio aos trabalhadores, devido ao aumento de exigência e competitividade no mercado de trabalho, além das mudanças econômicas que forçaram a novas formas de adaptação e flexibilização dos indivíduos.

Cerca de 30% dos mais de 100 milhões de trabalhadores brasileiros sofrem com a síndrome de *burnout*, segundo estimativa da *International Stress Management Association* no Brasil (Isma-BR). A proporção é semelhante à do Reino Unido, onde um a cada três habitantes (mais de 20 milhões de pessoas) enfrenta o problema. Mesmo na Alemanha, conhecida por ter carga horária reduzida entre os países desenvolvidos, 2,7 milhões de pessoas – 8% da força de trabalho – apresentam sinais da síndrome de *burnout*. Trata-se de um problema mundial, que, segundo especialistas, aumenta a cada ano e causa danos à saúde e à economia. No Brasil, a falta de produtividade causada pela exaustão gera prejuízo de 3,5% ao PIB (Produto Interno Bruto), conforme cálculos feitos pela Isma em 2016 (Sá, 2017).

De acordo com psicóloga social americana Christina Maslach, considerada a autoridade mundial sobre estresse e especialista em *burnout*, as causas, os gatilhos que desencadeiam a síndrome de *burnout* são as seguintes: a) o excesso de trabalho; b) a falta de controle em lidar com as situações; c) a falta de reconhecimento, de apoio da equipe e/ou da família; d) o sentimento de injustiça; e) a violação de princípios éticos para o cumprimento de tarefas. Em muitas das organizações, em função das reduções das equipes, estes fatores são frequentes no cenário atual (Sá, 2017).

Em pesquisa realizada pela Isma-BR com mil profissionais de Porto Alegre (RS) e São Paulo, em 2016, com idade entre 25 e 65 anos, 72% disseram estar frequentemente estressados. Desses, 32% apresentavam sintomas de *burnout*. Dos trabalhadores diagnosticados com a síndrome de *burnout*, 92% se sentiam incapacitados; 90% praticavam o presenteísmo; 49% deles apresentavam depressão; 97% relataram ter exaustão, sem condições físicas e emocionais para fazer qualquer coisa; e 91% sofriam com desesperança, solidão, raiva e impaciência (Sá, 2017).

Quadro 2 – Diagnósticos de Burnout em São Paulo e Porto Alegre – 2016



Fonte: Pesquisa realizada pela Isma-BR com mil profissionais de Porto Alegre (RS) e São Paulo, em 2016, com idade entre 25 e 65 anos. Gráfico elaborado pela autora desta nota técnica.

Segundo o Ministério da Saúde (2001), os profissionais que estão mais sujeitos à síndrome do *burnout* são, principalmente, aqueles da área de serviços ou cuidadores, quando em contato direto com os usuários, como os trabalhadores da educação, da saúde, policiais, assistentes sociais e agentes penitenciários (*apud* Cardoso et al. 2017).

A pesquisa da Isma-BR também traçou o perfil do profissional mais suscetível à síndrome. O ranking coloca em primeiro lugar quem atua com segurança pública. Em segundo estão os motoristas de ônibus urbano e controladores de voo. Na terceira colocação estão os profissionais de saúde, principalmente enfermeiros e médicos, bancários, atendentes de telemarketing e executivos (gestores). Na sequência, na incidência de síndrome de *burnout* estão as pessoas que atuam fora de suas áreas de formação (exemplo: engenheiro que hoje atua como motorista de táxi) e, em

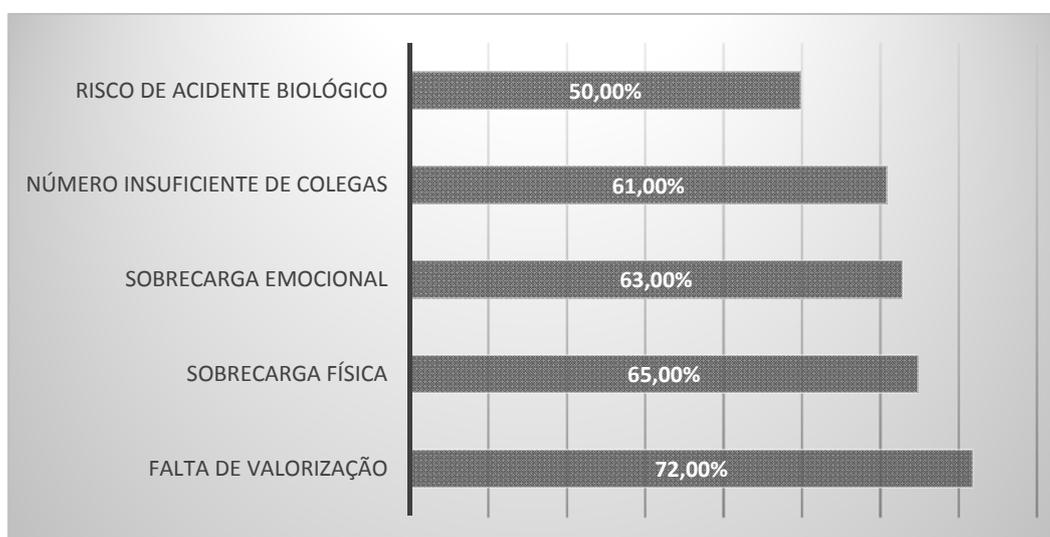
quinto, os jornalistas, devido ao enxugamento das redações, à pressão e ao volume de trabalho (Sá, 2017).

Foi verificado também que a maior incidência nos profissionais da área de saúde ocorre com os (as) enfermeiros (as). De acordo com Ferreira e Lucca (2015), esses profissionais têm um grau de interação maior, mais direto e contínuo, com os pacientes. Geralmente permanecem mais tempo na organização, confrontando-se diariamente com a dor e o sofrimento alheio e a morte, sem nenhum suporte, expostos a cargas psíquicas que, somadas às outras condições ruins de trabalho, podem proporcionar sofrimento mental importante, com sintomas de esgotamento físico e mental.

No Brasil, na capital paulista, uma pesquisa realizada com 2.239 profissionais da saúde que exercem suas funções na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, entre 2005 e 2015, com o objetivo de identificar a presença da síndrome de *burnout* em trabalhadores da saúde do hospital e os fatores que influenciam o seu aparecimento, constatou que 49,9% dos indivíduos apresentavam nível elevado desse problema (Sá, 2017).

Em um estudo apresentado por Ferreira e Lucca (2015), entre os técnicos de enfermagem de um hospital universitário e público de referência do município de Campinas, São Paulo, verificou-se que as principais dificuldades apontadas no trabalho pelos técnicos de enfermagem foram: falta de valorização profissional (72%), sobrecarga física (65%), sobrecarga emocional (63%), número insuficiente de colegas trabalhando (61%) e risco de acidente biológico (50%). Constatou-se também que 5,9% dos técnicos de enfermagem foram diagnosticados com síndrome de *burnout* a partir dos critérios utilizados na pesquisa. E que esses profissionais se encontram ativos na prestação de serviços aos pacientes, tornando-os mais susceptíveis a cometerem falhas durante o cuidado e ao agravamento da sua condição de saúde.

Quadro 3 – Principais dificuldades apontadas no trabalho pelos técnicos de enfermagem



Fonte: Estudo apresentado por Ferreira e Lucca (2015) entre os técnicos de enfermagem de um hospital universitário e público de referência do município de Campinas, São Paulo. Gráfico elaborado pela autora desta nota técnica.

Infelizmente, ainda são poucos os estudos bibliográficos sobre Síndrome de *Bournout* em profissionais de São Paulo. Os estudos encontrados mostram dados pouco precisos em relação a outras profissões listadas com maior incidência de desenvolvimento da doença. Tendo maior destaque em profissionais da área de saúde, conforme apresentado.

3. Diagnóstico, Tratamento e Prevenção

O diagnóstico é feito por uma equipe multidisciplinar, incluindo médicos, psicólogos e psiquiatras. Ou seja, o diagnóstico é basicamente clínico e leva em conta o levantamento da história do paciente e seu envolvimento e realização pessoal no trabalho. O uso de testes psicológicos também ajuda a estabelecer o diagnóstico.

O tratamento para Síndrome de *Burnout* é feito através de acompanhamento psicológico (psicoterapia) e uso de medicamentos (antidepressivos e/ou ansiolíticos). Atividades físicas regulares e uso de relaxamento são recomendados pelos profissionais para ajudar a controlar os sintomas.

A melhor maneira de prevenir é buscar estratégias que diminuam o estresse e a pressão no trabalho. Condutas saudáveis - tais como atividades de lazer com amigos e familiares; realizar atividades que "fujam" à rotina diária; evitar o contato com pessoas "negativas"; realizar atividades físicas diárias; evitar consumo excessivo de bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas - e não fazer uso excessivo de automedicação sem prescrição médica evitam o desenvolvimento da doença.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) está apta a oferecer, de forma integral e gratuita, todo tratamento, desde o diagnóstico até o tratamento medicamentoso. Os Centros de Atenção Psicossocial, um dos serviços que compõem a RAPS, são os locais mais indicados.

Flavia Pereira dos Santos. *Psicóloga. CRP 05/57153. Formada pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente pós-graduanda em Gestalt Terapia pela Universidade Veiga de Almeida e realizando MBA em Gestão de Pessoas e Liderança pela Universidade Cândido Mendes.*

Referência Bibliográficas

CARDOSO, Hugo Ferrari et al. Síndrome de burnout: análise da literatura nacional entre 2006 e 2015. *Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília*, v. 17, n. 2, p. 121-128, jun. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 ago. 2019.

FERREIRA, Naiza do Nascimento; LUCCA, Sergio Roberto de. Síndrome de burnout em técnicos de enfermagem de um hospital público do Estado de São Paulo. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v.18, n.1, p.68-79, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000100068&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SÁ, Fabiane de. **Burnout: mais próximo do setor da saúde do que se imagina:** Acúmulo de tarefas e cobranças excessivas levam ao esgotamento profissional, a síndrome do mundo moderno. [S. l.], Maio 2017. Disponível em: <<http://www.ismabrasil.com.br/img/estresse105.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SILVA, Gabriel de Nascimento e. (Re)conhecendo o estresse no trabalho: uma visão crítica. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte*, v. 12, n. 1, p. 51-61, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 ago. 2019.

SOUZA, Ágnes Karolyne da Silva; MARIA, Anderson Leandro. Síndrome de Burnout em diferentes áreas profissionais e seus efeitos. *Rev. Acta Brasileira do Movimento Humano – Vol.6, n.3.*, p.1-12. [S.l.], Jul/Set 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/actabrasileira/article/view/2920/2492>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

TRIGO, Telma Ramos; TENG, Chei Tung; HALLAK, Jaime Eduardo Cecílio. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 223-233, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 ago 2019.

5. BANCOS E FİNTECHS: COLABORAÇÃO E COMPETIÇÃO QUE AFETAM O EMPREGO NOS BANCOS E A OFERTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS

Vivian Machado de Oliveira Rodrigues

Resumo Executivo

A internacionalização da economia e os avanços tecnológicos dos últimos anos, visando atender às necessidades de compartilhamento de recursos de produção, conhecimento e, até mesmo, de dinheiro, propiciaram o surgimento de um novo paradigma de consumo e um novo perfil de clientes: o consumidor digital. A Era Pós-Industrial apresenta uma complexidade crescente e, desta complexidade, surgem as startups de tecnologia financeira (as fintechs), fazendo acirrar a concorrência no mercado financeiro, tendo em vista que elas se especializaram em diversos segmentos que antes eram apenas de domínio dos bancos. Estes, agora, se vêem na obrigação de reagir e adentrar a esse mundo digital, absorver esses desenvolvimentos e diversificar seus produtos e formas de atendimento, sem perder espaço para esses iniciantes no mercado. Diante dessas transformações, o Banco Central deu os primeiros passos para regular esse novo mercado e, assim, preservar a estabilidade do sistema financeiro nacional. O marco regulatório dos pagamentos eletrônicos se deu a partir da aprovação da Lei 12.865/13 e foi determinante para a expansão das fintechs no país e para todas as transformações pelas quais os bancos vêm passando. Ao direcionarem seus clientes para os canais virtuais, os bancos deram início, concomitantemente, a um processo de reestruturação pelo qual se observa, em pouco mais de cinco anos, o fechamento de milhares de postos de trabalho e pontos de atendimento físico. Os bancos caminham no sentido de se transformarem em plataformas de serviços digitais. Diante desses acontecimentos, esse trabalho tem a finalidade de trazer um breve relato das ações do Banco Central e dos próprios bancos para fomentar a inovação no setor; apresentar uma abordagem sobre o ecossistema de Fintechs já existente no país; e, demonstrar como estão evoluindo as transações bancárias desde a implantação das novas tecnologias no setor, assim como os impactos desse processo no emprego bancário.

1. As transformações do sistema bancário brasileiro nos últimos anos

Com a popularização da internet e o desenvolvimento do comércio eletrônico surgiram inúmeras oportunidades para as empresas e, em especial, para os bancos. As novas plataformas remotas de vendas de produtos e serviços com baixo custo associado à evolução dos meios de pagamento e à digitalização da moeda “desenharam” novos modelos de negócios. Para os bancos, esse novo cenário permitiu a ampliação dos canais de atendimento; para o consumidor, o acesso a serviços bancários sem a necessidade de se ir até uma agência.

O novo paradigma de consumo advém do desenvolvimento tecnológico resultante da internacionalização da economia, que trouxe com ela a necessidade de compartilhamento de serviços e recursos, tais como, matérias-primas, mão-de-obra, conhecimento e de dinheiro. Nessa Era “pós-Industrial”, a complexidade é crescente. No mercado financeiro, a concorrência se acirra e os grandes bancos necessitam rapidamente reagir, moldando-se ao mundo digital, aos novos consumidores e, também, à crescente ascensão das *fintechs* (Passos, 2017). Grande parte dos consumidores dos serviços bancários tradicionais transformou-se em consumidor digital, a partir da utilização de aplicativos de celulares para além da função da comunicação, realizando pagamentos, transferências, entre outras atividades bancárias por esse novo canal (Costa & Gassi, 2017).

Diante dessa perspectiva e preocupado com a qualidade dos serviços financeiros, o Banco Central do Brasil aprimorou diversos normativos, garantindo ao consumidor o direito de escolha, como, por exemplo, a portabilidade dos salários, dos seus dados cadastrais e do crédito, dando os primeiros sinais de inovação no setor de pagamentos.

No México, em 2011, dezesseis países – o Brasil entre eles - assinaram a “Declaração Maia”, pela qual se comprometeram a implementar diversas medidas visando tornar os serviços financeiros acessíveis a 2,5 bilhões de pessoas no mundo que vivem à margem do sistema financeiro¹. Esse foi o primeiro conjunto de compromissos globais, mensuráveis, assumido por países em desenvolvimento com o objetivo de promover a inclusão financeira (Banco Central do Brasil).

Entre os compromissos assumidos está o estabelecimento de uma política de inclusão e a implementação de um quadro regulatório que estimule o uso de tecnologia inovadora e reduza os custos dos serviços financeiros, mantendo a estabilidade e a integridade do sistema. Além disso, é preciso criar indicadores que acompanhem as mudanças de perfil da inclusão financeira, ou seja, *“para assegurar a estabilidade financeira e do sistema financeiro nacional é necessário conhecer, observar e impedir que agentes financeiros operem sem a devida regulamentação”* (Costa & Gassi, 2017).

O Banco Central do Brasil, em novembro de 2011, lançou o projeto “Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF)”²; em maio de 2012, o “Plano de Ação para o Fortalecimento do Ambiente Institucional”. Este plano, por sua vez, levou à aprovação da Lei nº 12.865, em 9 de outubro de 2013. A referida lei remete ao Banco Central a incumbência de definir e regulamentar os critérios de um marco regulatório sobre os meios de pagamentos eletrônicos. Além disso, a lei definiu alguns novos integrantes para o Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP³), dentre os quais:

“i) Arranjo de pagamento é o conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de determinado serviço de pagamento ao público, aceito por mais de um recebedor, mediante acesso direto pelos usuários finais, pagadores e recebedores; ii) Instituidor de arranjo de pagamento é a pessoa jurídica responsável pelo arranjo de pagamento e, quando for o caso, pelo uso da marca a ele associada; iii) Conta de pagamento é a conta de registro detida em nome de usuário final de serviços de pagamento, utilizada para a execução de transações de pagamento; iv) Instrumento de pagamento é o dispositivo ou conjunto de procedimentos acordado entre o usuário final e seu prestador de serviço de pagamento, utilizado para iniciar uma transação de pagamento; v) Moeda eletrônica são recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento” (Lei nº 12.865/2013 – Banco Central do Brasil).

Ao Banco Central do Brasil cabe autorizar o funcionamento de tais instituições e executar vigilância sobre as movimentações virtuais e eletrônicas. A partir dessa parceria, foi permitido ao setor de telecomunicações a participação na oferta de serviços de pagamentos, mediante o fornecimento das plataformas tecnológicas necessárias a essas operações.

Todavia, cabe destacar aqui que, antes mesmo da aprovação da lei, os principais bancos do país já tinham se unido com as operadoras de telefonia móvel e as bandeiras de cartões para desenvolver projetos-piloto e testar a oferta de serviços P2P (do inglês – *peer to peer* - pessoa a pessoa ou ponto a ponto) por meio de pagamentos móveis (os arranjos de pagamento).

Esses projetos utilizavam uma tecnologia que poderia ser aplicada em qualquer tipo de celular, desde os mais simples. Pagamentos e transferências seguem como mensagens de texto, mas passam pelo canal de voz dos aparelhos (tecnologia USSD), de modo que não fique gravado nenhum dado sigiloso nos telefones móveis dos usuários. Apenas as confirmações das transações ficam registradas nos aparelhos, na forma de SMS. Buscou-se, assim, atender a parcela mais carente da população, que não tem acesso a bancos.

A proposta criada pelo Banco Central do Brasil prevê que tais arranjos transitem por plataforma única, de modo que pessoas com serviços de operadoras distintas possam realizar pagamentos e transferências entre si, sem necessidade de intermediação. Quando todos os arranjos circularem por essa plataforma, a intenção é que todos os tipos de transferências ou pagamentos possam ser feitos por essa via, inclusive as pensões e outros benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por exemplo. No entanto, até o momento os bancos não entraram em acordo quanto

a essa unificação e cada arranjo segue funcionando em plataforma própria e com usuários exclusivos de determinado banco ou operadora.

Uma das justificativas para o modelo proposto pelo Banco Central do Brasil é o crescimento do número de celulares nas mãos dos brasileiros: segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em março de 2017, o número de celulares ativos no Brasil chegou próximo a 243 milhões aparelhos, sendo 162,3 milhões pré-pagos (67%). Isso representava uma relação de 117 aparelhos para cada 100 habitantes, ou seja, mais celulares que habitantes do país (Rodrigues, 2017).

Em 2019, pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que o país terá dois dispositivos digitais em uso por habitante, ou seja, 420 milhões de aparelhos, entre os quais: computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* (Meirelles, 2019).

A Lei 12.865/13 democratizou o acesso dos brasileiros a diversos produtos e serviços financeiros, viabilizando a inclusão financeira no país. Mesmo sem conta corrente, os agentes podem fazer pagamentos e transferências por meio de outras empresas, fazendo uso dos seus telefones celulares. Assim, pode-se dizer que o que ocorreu foi um processo de financeirização (acesso a serviços financeiros) e, não, de bancarização (acesso aos bancos).

Todavia, para além da questão da inclusão financeira, cabe ressaltar que o Banco Central do Brasil está interessado, também, em reduzir o papel-moeda em circulação e, conseqüentemente, os custos gerados na sua produção e manutenção. Como o número de cédulas e moedas em circulação cresce a cada ano, o Banco Central apresentou como justificativa econômica para a aposta no modelo de pagamentos móveis (*o mobile banking*), a necessidade de se acelerar a substituição de dinheiro e cheque, de modo a reduzir os custos das transações financeiras. “*A migração total dos instrumentos baseados em papel para os eletrônicos economizaria o equivalente 0,7% do PIB nacional*” (Banco Central do Brasil, 2012).

Em dezembro de 2018, o saldo médio do papel-moeda emitido somou R\$ 257,3 bilhões, com crescimento de 6,3% em doze meses (Banco Central do Brasil, 2019). “*Para produzir R\$ 1.000,00 (mil reais) em cédulas de R\$ 100,00, o gasto é de R\$ 322,26. A mesma quantia em moedas de R\$ 1,00 gera desembolso de R\$ 467,7 pelo Estado. Isso significa que parte significativa do valor é perdida no processo de produção*” (Ferrari e Pontes, 2019).

Conforme aponta Pizarro (2018), o fim da utilização do papel-moeda é um debate que já vem sendo feito em diversos países, além do Brasil. Suécia, China e Noruega estudam acabar com a circulação de dinheiro em espécie, porque (...) já observam significativa redução da utilização de papel-moeda nas transações financeiras nos últimos anos.

A Lei 12.865/13 foi determinante para a diversificação dos serviços financeiros e para o surgimento e expansão das *Fintechs*⁴ – “*empresas que usam tecnologia de forma intensiva para oferecer produtos na área de serviços financeiros de uma forma inovadora, sempre focada na experiência e necessidade do usuário*” (ABFintechs *apud* Costa & Gassi, 2017). O consumidor é atraído pela facilidade e rapidez com que os novos serviços são executados por essas empresas, enquanto, o banco tradicional mantém processos extremamente burocráticos, caros e, para muitos, inacessíveis.

De olho nessas transformações, os bancos estão realizando, ano após ano, significativos investimentos em tecnologia, tanto em termos de *software*, *hardware* e Telecom (Rodrigues, 2017). Entre 2011 e 2018, foram gastos mais de R\$ 155 bilhões nas novas tecnologias. Uma média de, aproximadamente, 20 bilhões ao ano (vide tabela 1).

Tabela 1 – Gastos dos Bancos em Tecnologia – Brasil 2011 a 2018 (em R\$ bilhões)

| Ano | Investimentos | Despesas | Total |
|------|---------------|----------|-------|
| 2011 | 5,8 | 11,8 | 17,6 |
| 2012 | 7,2 | 12,1 | 19,3 |
| 2013 | 7,0 | 13,8 | 20,8 |
| 2014 | 7,9 | 13,5 | 21,4 |
| 2015 | 5,4 | 13,7 | 19,1 |
| 2016 | 5,3 | 13,3 | 18,6 |
| 2017 | 5,8 | 13,2 | 19,0 |
| 2018 | 5,7 | 13,9 | 19,6 |

Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2019. Elaboração própria.

Dentre as prioridades de investimentos dos bancos nos últimos anos destacam-se as principais tecnologias da “Indústria 4.0” (a Quarta Revolução Industrial): BIG DATA e *Analytics*; inteligência artificial e computação cognitiva; *Blockchain*, robótica e *open banking*.

A estratégia dos bancos ao investir nessas tecnologias baseia-se na análise de dados. Nunca se produziu tantos dados no mundo como na atualidade, graças à internet e às redes sociais. Com a crescente digitalização, os dados se tornaram matéria-prima para os negócios. Segundo a Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária (2019), os bancos representam o segundo setor que mais investe em tecnologia, no Brasil e no mundo, representando aproximadamente de 14% do total dos dispêndios (despesas e investimentos), perdendo apenas para o setor governamental (tabela 2).

Tabela 2 – Composição dos Gastos com Tecnologia no Brasil e no Mundo em 2018 (em %)

| Setor | Brasil | Mundo |
|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Governo | 14% | 16% |
| Setor bancário | 14% | 13% |
| Telecomunicações | 8% | 6% |
| Comércio | 9% | 9% |
| Água, eletricidade e gás | 6% | 6% |
| Serviços de saúde | 6% | 7% |
| Transportes | 5% | 5% |
| Seguros | 5% | 5% |
| Tecnologia da informação | 5% | 5% |
| Extração | 6% | 6% |
| Produtos não duráveis | 4% | 3% |
| Valores mobiliários | 5% | 6% |
| Indústria pesada | 3% | 4% |
| Automotiva | 3% | 2% |
| Demais segmentos* | 7% | 7% |
| TOTAL | R\$ 41,3 Bilhões | R\$ 2,8 Trilhões |

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Pesquisa FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária (vários anos). * Demais segmentos: Educação, Turismo, Hotelaria & Lazer, Publicidade & Propaganda e outros serviços.

Outro movimento que vem sendo observado desde que o Banco Central do Brasil deu início ao projeto “Parceria Nacional para Inclusão Financeira” (PNIF) é o crescimento das transações financeiras realizadas pelos canais virtuais dos bancos. Como pode ser observado na tabela 3, as transações realizadas pelo celular (*mobile*) só começam a ser observadas em 2012, representando apenas 1% do total. Todavia, em 2018, já representavam 40% das transações. Somando-se com as transações por internet, o uso dos canais virtuais dos bancos superou o uso dos canais tradicionais já em 2015.

Tabela 3 – Transações Bancárias por canal – Brasil 2011 a 2018 (em % do total)

| Ano | Mobile Banking | Internet Banking | ATM* | POS** | Agências | Correspondentes | Contact Center |
|------|----------------|------------------|------|-------|----------|-----------------|----------------|
| 2011 | 0 | 38 | 26 | 16 | 12 | 4 | 4 |
| 2012 | 1 | 39 | 25 | 16 | 11 | 4 | 4 |
| 2013 | 4 | 41 | 23 | 16 | 10 | 3 | 4 |
| 2014 | 10 | 37 | 21 | 15 | 10 | 4 | 3 |
| 2015 | 20 | 32 | 18 | 14 | 8 | 6 | 2 |
| 2016 | 28 | 24 | 16 | 15 | 8 | 7 | 2 |
| 2017 | 35 | 22 | 14 | 15 | 7 | 5 | 2 |
| 2018 | 40 | 20 | 12 | 16 | 5 | 5 | 2 |

Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária (vários anos).

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários.

* ATM: *Automated Teller Machines*, que se referem aos Caixas Eletrônicos utilizados para operações bancárias. **POS (*Point of Sale* ou Ponto de Venda), que é uma tecnologia que permite que os estabelecimentos comerciais aceitem cartões de crédito e débito, para leitura e transmissão dos dados financeiros.

Ainda que estas transações sejam, majoritariamente, sem movimentação financeira⁵, os bancos vêm se esforçando em direcionar seus clientes ao uso cada vez maior dos canais digitais, porque isso representa uma significativa redução de custos para eles. “*Segundo relatório da McKinsey, as instituições financeiras podem reduzir em até 90% os custos utilizando tecnologia para entregar os serviços financeiros*” (MGI *apud* Siqueira, Albino & Diniz, 2017).

Antes da entrada das *fintechs* nessa disputa pelo mercado, os bancos já estavam segmentando seu atendimento e “empurrando” clientes de baixa renda para os correspondentes, no que se refere ao pagamento de contas, por exemplo. Os espaços das agências passavam a ser reservados para atendimentos com maior taxa de retorno. Os clientes são abordados logo na entrada das agências e direcionados aos correspondentes pelos próprios funcionários destes.

De acordo com Vazquez (2018), os correspondentes bancários consistem em parcerias estabelecidas entre as instituições financeiras e empresas do setor do comércio, sobretudo o varejista, assim como do setor dos Correios, das lotéricas e das imobiliárias. Estas empresas comercializam produtos e serviços bancários e executam operações transacionais, sem a intermediação direta de um trabalhador bancário. Esse fenômeno, segundo a autora, já está consolidado no país e apresentou significativo crescimento desde o ano 2000.

Esse fato reforça a ideia de que não há um processo de inclusão bancária ou bancarização dos excluídos, pois, os bancos estão excluindo clientes. Eles apostam, agora, nas “agências de negócios”. Em número bem menor que as agências tradicionais, essas agências contam com poucos funcionários, e não têm a figura do caixa e do numerário⁶ (Sciaretta, 2014).

Em 2018, destaca-se também que, das transações com movimentação financeira, aquelas feitas via POS (máquinas de cartão de crédito ou débito) superaram as realizadas pelos canais tradicionais (agências, correspondentes, ATMs e *contactcenter*). Foram 12,6% do total das

transações contra 11,6%, demonstrando a predominância dos pagamentos eletrônicos frente aos pagamentos em espécie (FEBRABAN, 2019). Neste sentido, registre-se que algumas pessoas parecem ter perdido o costume de carregar dinheiro consigo; muitas nem mesmo tem cédulas em suas carteiras, preferindo fazer uso de crédito na forma de cartão ou cheque especial em suas operações. Isto, diga-se, pode ser prejudicial, pois o consumidor corre o risco de perder o controle sobre suas finanças.

Os grandes bancos estão se aproximando cada dia mais do universo das *Fintechs* e abrindo espaço para as *fintechs* desenvolverem suas ideias e produtos. A partir daí, os bancos absorvem para dentro de seus sistemas o que entendem que lhes trará mais eficiência e competitividade.

Contudo, a proliferação de *fintechs* chamou a atenção dos órgãos reguladores e fiscalizadores. Isto porque, ao captarem, intermediarem ou aplicarem recursos financeiros de terceiros, seja por transferência de valores, circulação da moeda ou com qualquer outra atividade financeira, por meio de operações em plataformas digitais, as *fintechs* não podem deixar de atender a normas e regulamentos, preservando a ordem econômica.

Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional (CMN), em 2018, aprovou a Resolução 4.656/18, que definiu a existência de dois novos tipos de instituições financeiras: as Sociedades de Crédito Direto (SCD) e as Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEP). Segundo Canesin (2019), a regulação das *fintechs* proporciona maior credibilidade ao sistema, além de fomentar a competitividade do mercado financeiro.

A seguir, discorreremos sobre o “Ecosistema” das *Fintechs* e a participação dos bancos nesse ambiente, em parte competitivo, mas também colaborativo.

2. As *Fintechs* e o Ecosistema de Inovação

Para Siqueira, Albino & Diniz (2018), o surgimento das “*Financial Technology*” (as *fintechs*) ao redor do mundo foi impulsionado pelos esforços para desconstruir e repensar os modelos de negócios incorporados nos serviços financeiros. Por essa razão, tais tecnologias são chamadas de disruptivas (elas buscam romper com os padrões e processos burocráticos, caros e excludentes dos bancos atuais).

Os autores apontam que as *fintechs* podem gerar diversos impactos sociais, em função de sua especialização, desburocratização e dos baixos custos de transação obtidos com a aplicação intensiva das plataformas digitais. Alguns desses impactos, por exemplo: promover a inclusão financeira, o desenvolvimento local ou regional, a democratização e descentralização dos serviços, o fornecimento de educação financeira e a criação de alternativas ao capitalismo financeiro, entre outros.

“O combate à pobreza e às desigualdades sociais passa pela inclusão de pessoas e um melhor funcionamento do mercado financeiro” (Siqueira, Albino & Diniz, 2018). Nesse sentido, algumas dessas empresas inovadoras recebem o nome de *Fintechs* Sociais (*Social techs*) ou, ainda, de *Fintechs* de Impacto. Estas estão voltadas para dois objetivos principais: criar valor social e ser economicamente sustentável (autossuficiente).

Todavia, as *fintechs* não estão voltadas apenas para as questões de impactos e da busca por abarcar a parcela excluída do sistema bancário. Existem *fintechs* focadas nos mais diversos segmentos de atuação dos bancos e voltadas aos mais diversos públicos.

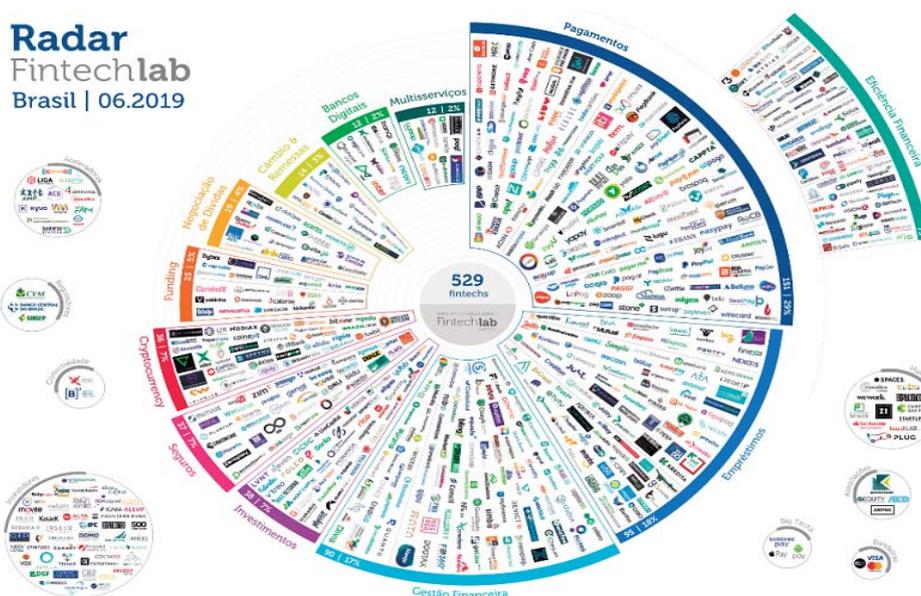
De acordo com a pesquisa da KPMG (*Fintech Mining Report - 2019*), 3 das 100 *fintechs* mais inovadoras do mundo estão no Brasil. A pesquisa mapeou mais de 550 *startups* focadas em soluções financeiras no 1º semestre de 2019.

Por sua vez, o Radar *Fintechlab* que faz esse mapeamento desde 2015, identificou 604 *fintechs* operantes no país. A diferença se dá, em grande parte, porque, no primeiro, as *insurtechs* (que tem foco em tecnologias para seguros) são analisadas em relatório separado.

Para serem consideradas por esse relatório, essas empresas devem estar operantes e ter clientes no país, além de trazerem soluções para novos modelos de negócios, tecnologia ou relacionamento que atendam às necessidades relacionadas a serviços financeiros.

A figura 1 mostra o que se convencionou chamar de “Ecosistema de Inovação do Brasil”.

Figura 1 – Ecosistema de Inovação no Brasil



Extraído de Radar Fintechlab (junho de 2019) ⁸.

Em relação ao mapeamento anterior, de agosto de 2018, houve um crescimento de 33% no total de *fintechs* em operação no país. Como exposto na tabela 4, o maior segmento de atuação delas é o de meio de pagamentos, com 151 *startups* (29% do total). O segundo maior segmento é o de crédito ou empréstimos, com 95 unidades (18% do total).

Tabela 4 – Número de Fintechs, Brasil, junho 2019

| | Nº de fintechs | Percentual no total das Fintechs |
|-------------------------------|----------------|----------------------------------|
| Pagamentos | 151 | 29% |
| Empréstimos | 95 | 18% |
| Gestão Financeira | 90 | 17% |
| Investimentos | 38 | 7% |
| Seguros | 37 | 7% |
| Cryptocurrency | 36 | 7% |
| Funding | 25 | 5% |
| Negociações de dívidas | 19 | 4% |
| Cambio e remessas | 14 | 3% |
| Bancos digitais | 12 | 2% |
| Multisserviços | 12 | 2% |
| Total | 529 | 100% |

Elaboração própria da autora a partir de informações da Radar Fintechlab (junho de 2019)

Desde que se iniciou esse mapeamento, observa-se uma significativa alta e diversificação dos segmentos atendidos pelas *fintechs*. Em agosto de 2018, eram 56 empreendimentos (também conhecidas como “soluções”). Por outro lado, também se observa o desaparecimento de parte delas nesse período de abordagem do relatório. Segundo o documento em questão, entre agosto de 2018 e junho de 2019, desapareceram 47 iniciativas, ou pouco mais de 10% do total do levantamento anterior. Entre 2017 e 2018, 23 *fintechs* interromperam suas atividades (perto de 6% do total em 2017, que era de 369 *startups*).

Participam do ecossistema os reguladores do sistema financeiro, que são: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil e a Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP), nesse caso, regulando a atuação e o funcionamento das *insurtechs*. Existem também algumas associações de *fintechs*, tais como a Associação Brasileira de *Fintechs* (ABFintech), a Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD) e o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a CVM, visando promover o debate e compartilhamento de inovações financeiras que contribuam com o desenvolvimento sustentável do país entre os diversos setores (KPMG, 2019; p. 30).

Além dos reguladores, tem-se ainda os investidores, as bandeiras (de cartões), as aceleradoras de *startups* e os *hubs* de inovação. Como explica Rodrigues (2018), os *hubs* de inovação são espaços em que se reúnem as *startups* com médias e grandes empresas, além de potenciais investidores, ou seja, conectam diversas partes do ecossistema, visando a geração de negócios. Os *hubs* podem gerar alguns impactos positivos, tais como:

- i) apoiar as *startups* na estruturação de seu negócio e em sua conexão com clientes e investidores, contribuindo para aumentar a taxa de sucesso dos pequenos empreendimentos inovadores; ii) auxiliar na geração de empregos qualificados; iii) facilitar a criação e exploração de novas tecnologias e modelos de negócio; e, iv) fomentar um ambiente empreendedor mais inclusivo (RODRIGUES, 2018).

Por sua vez, as aceleradoras, em geral, são entes privados com capacidade própria para investimento, que agregam empreendedores, investidores, pesquisadores, empresários, mentores de negócio e fundos de investimento. Sem burocracia, elas apostam em uma boa ideia e oferecem uma série de serviços orientados ao desenvolvimento de *startups*, tais como, infraestrutura física, mentorias, assessoria jurídica e contábil, além de acesso ao mercado⁹.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2019), as aceleradoras se diferenciam das incubadoras de empresas, primeiramente, por estarem focadas em empresas que tenham potencial para crescerem rapidamente e ganharem escala. As incubadoras, por sua vez, apoiam pequenas empresas que atendam a algum objetivo governamental ou visando o desenvolvimento local/regional, exigindo destas um plano de negócios estruturado para que elas consigam o apoio público. Além disso, as incubadoras, em geral, são lideradas por gestores com experiência em mediar o poder público, universidades e empresas, baseando-se nos modelos tradicionais de consultoria.

É na forma de aceleradoras ou construindo *Hubs* de inovação e, até mesmo, como investidores, que os grandes bancos estão se aproximando das *fintechs*, de forma a absorverem parte dos desenvolvimentos tecnológicos em seus próprios sistemas.

Em 2015, o Banco Itaú Unibanco fundou o Cubo¹⁰, em São Paulo, no qual inúmeras *fintechs* testam ou já testaram seus produtos e ideias inovadoras. No mesmo ano, o Bradesco criou o Inovabra e, em 2018, inaugurou o Inovabra Habitat, também em São Paulo. São espaços de co-inovação criados na intenção de manter os bancos próximos das *fintechs* e dos avanços tecnológicos que possam ser absorvidos por eles. O Next, banco 100% digital do Bradesco,¹¹ surgiu dessa aproximação do banco com as *fintechs*.

Seguindo os passos de seus concorrentes, o Santander transformou um de seus prédios administrativos em São Paulo em uma aceleradora e um *Hub* – o Radar Santander¹².

No caso da Caixa Econômica e do Banco do Brasil (BB), a realidade é mais complexa. Por serem bancos públicos não há a mesma liberdade para investir, contratar ou mesmo construir espaços como esses, sem passarem por processos licitatórios, bem burocráticos. Entretanto, o BB possui um espaço em Brasília para testar ideias propostas pelos próprios funcionários. Formam-se ali grupos de profissionais de áreas distintas para discutirem os projetos. Os que se destacam passam um período no Vale do Silício e aprimoram seus produtos que, posteriormente, são adicionados ao portfólio do banco e oferecidos aos clientes.

2.1 Os impactos das transformações no atendimento e no emprego bancário

Com a proximidade às *fintechs* e a aderência a todo avanço tecnológico da atualidade, os bancos estão transformando seu atendimento. Mas, enquanto crescem as transações pelos canais virtuais, eles reduzem seus quadros de funcionários e o número de pontos físicos instalados no país, entre agências e postos de atendimento bancário (PAB).

Conforme demonstra a tabela 5, de acordo com os dados mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, desde 2013 os saldos de emprego (diferença entre contratações e desligamentos) nos bancos seguem negativos. Até junho de 2019, já são quase 62,7 mil postos de trabalho bancário fechados no país.

Tabela 5 – Movimentação e Saldo de Emprego nos Bancos – Brasil, 2013 a 2019*

| Instituições | Movimentação | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019* | Total do Período |
|---|-------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|-----------------------------------|
| Bancos comerciais | Admitidos | 716 | 483 | 342 | 293 | 370 | 434 | 258 | Admitidos 2.896 |
| | Desligados | 639 | 666 | 423 | 265 | 501 | 379 | 214 | Desligados 3.087 |
| | Saldo | 77 | -183 | -81 | 28 | -131 | 55 | 44 | Saldo -191 |
| Bancos múltiplos, com carteira comercial | Admitidos | 28.916 | 27.968 | 27.757 | 18.874 | 23.801 | 27.320 | 14.451 | Admitidos 169.087 |
| | Desligados | 39.025 | 35.243 | 35.005 | 37.308 | 34.335 | 27.927 | 16.109 | Desligados 224.952 |
| | Saldo | -10.109 | -7.275 | -7.248 | -18.434 | -10.534 | -607 | -1.658 | Saldo -55.865 |
| Caixas econômicas | Admitidos | 7.982 | 3.895 | 1.057 | 417 | 485 | 759 | 52 | Admitidos 14.647 |
| | Desligados | 2.496 | 1.295 | 3.554 | 2.525 | 7.480 | 3.252 | 541 | Desligados 21.143 |
| | Saldo | 5.486 | 2.600 | -2.497 | -2.108 | -6.995 | -2.493 | -489 | Saldo -6.496 |
| Bancos múltiplos, sem carteira comercial | Admitidos | 833 | 475 | 625 | 581 | 529 | 800 | 424 | Admitidos 4.267 |
| | Desligados | 552 | 590 | 648 | 572 | 778 | 682 | 351 | Desligados 4.173 |
| | Saldo | 281 | -115 | -23 | 9 | -249 | 118 | 73 | Saldo 94 |
| Bancos de investimento | Admitidos | 116 | 131 | 108 | 70 | 107 | 79 | 37 | Admitidos 648 |
| | Desligados | 180 | 162 | 145 | 118 | 103 | 81 | 64 | Desligados 853 |
| | Saldo | -64 | -31 | -37 | -48 | 4 | -2 | -27 | Saldo -205 |
| Saldo Anual | | -4.329 | -5.004 | -9.886 | -20.553 | -17.905 | -2.929 | -2.057 | Saldo Final -62.663 |

Fonte: DIEESE – Rede Bancários.

* Até junho.

Esse número representa uma queda superior a 10% no tamanho da categoria registrado ao final de 2012 (de 512.865 mil bancários), de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), conforme exposto na tabela 6. Ao final de 2017, a categoria contava com 467.686 bancários. E, até o momento, não foi divulgada a RAIS do ano de 2018.

Tabela 6 – Número de Trabalhadores Bancários, Brasil, 1990 – 2017*

| Ano | Bancários no País | Ano | Bancários no País | Ano | Bancários no País |
|------|-------------------|------|-------------------|----------------------------|-------------------|
| 1990 | 732.217 | 2000 | 402.425 | 2009 | 462.164 |
| 1991 | 679.931 | 2001 | 393.140 | 2010 | 483.097 |
| 1992 | 632.392 | 2002 | 398.098 | 2011 | 496.725 |
| 1993 | 655.211 | 2003 | 399.183 | 2012 | 512.835 |
| 1994 | 571.252 | 2004 | 405.073 | 2013 | 511.833 |
| 1995 | 558.692 | 2005 | 420.036 | 2014 | 512.186 |
| 1996 | 483.165 | 2006 | 422.219 | 2015 | 504.345 |
| 1997 | 446.830 | 2007 | 445.828 | 2016 | 485.719 |
| 1998 | 426.442 | 2007 | 445.828 | 2017 | 467.686 |
| 1999 | 392.869 | 2008 | 459.494 | Varição % 1990-2017 | -36,1% |

Fonte: DIEESE – Rede Bancários, a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

As tabelas 7 e 8 deixam claro que, ao mesmo tempo em que crescem significativamente as interações pelos canais digitais de atendimento, os bancos reduzem seus pontos de atendimento físicos (agências, postos de atendimento bancário e postos de atendimento eletrônico).

Tabela 7 – Agências bancárias no Brasil

| Ano | Nº de agências | Nº de PAB's e PAE's |
|-------------------------|----------------|---------------------|
| 2014 | 23.100 | 51.000 |
| 2015 | 22.200 | 45.500 |
| 2016 | 23.400 | 48.500 |
| 2017 | 21.800 | 47.100 |
| 2018 | 21.600 | 46.700 |
| Saldo no período | -1.500 | -4.300 |

Fonte: Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2019.

* PAB: Posto de Atendimento Bancário; PAE: Posto de Atendimento Eletrônico.

As interações via *Chatbot*, por exemplo, cresceram quase 3000%. Trata-se de programas baseados em uma inteligência artificial cada vez mais aperfeiçoada para imitar humanos em conversas com os usuários de diversas plataformas e aplicativos.

Tabela 8 – Interações pelos canais digitais, Brasil

| | 2017 | 2018 |
|----------------|---------------|---------------|
| Chat | 29,8 milhões | 138,3 milhões |
| Chatbot | 3,0 milhões | 80,6 milhões |
| E-mail | 618,0 milhões | 735,0 milhões |

Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia bancária 2019.

Um exemplo de *chatbot* que ganhou muito espaço, inclusive na mídia, é a BIA (Bradesco Inteligência Artificial). A BIA é uma solução de inteligência artificial da IBM (de nome Watson) que se tornou a assistente virtual do Banco Bradesco. De acordo com Paiva (2018), contratada em 2015, a gestação da BIA levou cerca de dois anos.

A BIA é o primeiro caso de utilização do Watson em língua não inglesa. De início, seu uso ficou restrito aos gerentes do banco, que alimentaram seu banco de dados, internamente, com perguntas

e respostas. Já em 2016, ela foi testada em uma agência e, rapidamente, seu uso foi expandido para todos os estabelecimentos do banco.

“Em janeiro de 2016, levamos a BIA a uma primeira agência para teste de campo e ali vimos que era um sucesso. Era uma interface pobre, no desktop, mas vimos que dava resposta adequada em segundos. As perguntas coletadas nos ajudaram a ampliar o vocabulário da BIA, a construir sua inteligência. Daí, naquele ano, expandimos para dez, cem, mil agências, e a BIA respondia cada vez melhor. (...). Em 2016, compramos a operação do HSBC. Acabamos treinando seus funcionários através da BIA, porque eles não sabiam como funcionavam as agências do Bradesco” (Marcelo Câmara *apud* Paiva, 2018).

Segundo Mauricio Minas, Vice-Presidente do banco (*apud* Mari, 2019), o Next, banco digital do Bradesco, utiliza-se da plataforma BIA para atender ao seu público, que é o chamado “nativo digital”, e, por meio dela, oferta seus produtos e serviços pelo celular.

Atualmente, a BIA responde diretamente aos clientes do banco e, segundo o representante do Banco, ela responde a 94% das perguntas feitas a ela. Apenas, em 6% das interações é necessário o atendimento humano para solucionar um problema do usuário.

Como afirma Paiva (2018), ela deve, em breve, assumir personalidades diferentes a depender do perfil do cliente. Há casos de *bots* que cometem até erros de português de propósito para se parecem mais com humanos. Mas, até que ponto isso é uma escolha dos usuários ou uma imposição dos bancos aos seus clientes é algo questionável.

Os representantes dos bancos afirmam que esse tipo de atendimento “desumanizado” é um desejo da população. De qualquer forma, observa-se que os bancos estão fechando muitos de seus pontos de atendimento no país e isso também força as pessoas a procurarem outros meios para ser atendido. Conforme demonstrado, também, pela tabela 6, os bancos, de 2014 até 2018, fecharam cerca de 1,5 mil agências bancárias e 4,3 mil postos de atendimento, bancários e eletrônicos no país.

Cabe lembrar que, enquanto os clientes realizam as tarefas, que antes faziam parte das rotinas dos bancários, eles (clientes) agora estão consumindo seus próprios recursos (conta de celulares, internet, entre outros). Por outro lado, os bancos estão ganhando cada vez mais em cobrança por prestação de serviços e tarifas bancárias. Em 2018, por exemplo, os cinco maiores bancos do país (Itaú Unibanco, Bradesco, BB, Caixa Econômica e Santander), arrecadaram, apenas nesse item, mais de R\$ 135 bilhões, com alta de 7,0% em relação ao ano anterior.

Considerações Finais

Os últimos anos foram marcados por profundas transformações no mundo e em especial no mercado financeiro. A crescente digitalização e o surgimento das *fintechs* levantaram um alerta para os tradicionais e gigantes bancos do país. Ou eles se adaptavam ou poderiam perder espaço na preferência dos novos consumidores, que, atualmente, buscam mais agilidade, praticidade e economia.

Quando se observa o crescimento do número de *fintechs* especializadas nos mais diversos segmentos bancários, o que parecia ser uma ameaça de maior concorrência no mercado, tornou-se uma oportunidade aos bancos de transformarem seus sistemas e tornarem-se plataformas digitais, por meio de parcerias com muitas dessas *startups*.

Sob o discurso da inclusão financeira e bancarização, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de regulamentação desse novo mercado. Logo, os bancos passaram a dar sinais de uma nova reestruturação baseada nas tecnologias 4.0 (da inteligência artificial ao *Analytics*, passando pela robótica e caminhando para o *open banking*), priorizando a oferta de um atendimento digital (e desumanizado) aos clientes bancários.

Alega-se também que esta seria uma forma mais segura de se operar, por permitir movimentações financeiras sem o manuseio de dinheiro em espécie. Todavia, é necessário acompanhar a evolução desse processo para se tirar conclusões efetivas a respeito da segurança do sistema. O fato de que a maioria das transações realizadas por vias virtuais seja feita sem movimentação financeira, ou seja, são basicamente consultas a contas e extratos, indica que ainda existe grande desconfiança por parte dos consumidores.

Ademais, a nova reestruturação nos bancos está levando ao fechamento de um elevado número de postos de trabalho no setor, em prejuízo da economia nacional como um todo, especialmente num momento em que se convive com elevadas taxas de desemprego e queda na renda dos trabalhadores. Os bancários compõem uma categoria de classe média com salário e benefícios que ajudam a movimentar significativamente a economia do país.

Notas

1 Sobre a Declaração Maia, vide:

https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/Paginas/3-1-1_declaracao-maia.aspx.

2 Entre 2012 e 2014, o grupo formado pelo Banco Central do Brasil e Ministério das Comunicações, entre outros parceiros, definiu as linhas do plano de ação e os Fóruns do Banco Central de cada ano seguinte, apresentaram os resultados do trabalho (www.inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional).

3 O SPB compreende entidades, sistemas e procedimentos relacionados ao processamento e liquidação de operações de transferência de fundos, operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários. Dentre os integrantes do SPB estão: os serviços de compensação de cheques; os serviços de compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e de crédito; transferência de fundos e outros ativos financeiros; de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários; compensação e liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros, entre outros (Costa & Gassi, 2017).

4 As Fintechs são *Startups*, ou seja, companhias e empresas que estão iniciando suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras em qualquer área ou ramo de atividade, procurando desenvolver um modelo de negócio escalável e que seja repetível, ou seja, capaz de entregar o mesmo produto novamente em escala potencialmente ilimitada (Moreira, 2018).

5 A Pesquisa aponta que 90% das transações via celular e 80% das transações via *Internet Banking* são sem movimentação financeira (FEBRABAN, 2019). Esses dados sugerem que ainda existe grande desconfiança por parte dos consumidores dos serviços bancários com relação à segurança desses canais.

6 Vide em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1547381-itu-bradesco-e-santander-abrem-agencia-sem-caixa-e-sem-dinheiro.shtml>.

7 O Relatório está disponível em: <http://conteudo.distrito.me/dataminer-fintech>.

8 Os mapeamentos anteriores estão disponíveis em: <https://fintechlab.com.br/>.

9 Vide: <https://www.startupbrasil.org.br/quem-aceleradoras/>.

10 Sobre o Cubo, do Itaú Unibanco, vide: <https://cubo.network/>.

11 Para mais informações sobre o Inovabra, vide: <https://www.istoedinheiro.com.br/bradesco-lanca-o-inovabra-habitat-e-mira-avancos-tecnicos-para-o-banco/>.

12 A respeito do Radar Santander, vide: <https://www.santander.com.br/hotsite/radar/>.

Vivian Machado de Oliveira Rodrigues. Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT). Foi Coordenadora do Curso de Tecnologia em Recursos Humanos na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá. Áreas de estudo: Tecnologia Bancária, Análise de Balanço e Desempenho dos Grandes Bancos do País, Economia do Trabalho e Informalidade Urbana. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Banco Central do Brasil. **Inclusão Financeira.** Disponível em: https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/Paginas/3_A-Parceria-Nacional-para-Inclusao-Financeira.aspx. Acesso em: 30 de julho de 2019.

CANESIN, Giulliana T. T. **O desafio regulatório das fintechs.** Artigo publicado em 03 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI299254,91041-O+desafio+regulatorio+das+fintechs>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

COSTA, Larissa Ap.; GASSI, Daniela B. B. **Fintechs e os bancos brasileiros: um estudo regulatório à luz da lei 12.865.** In: ETIC - Encontro de Iniciação Científica, 2017. Anais eletrônicos do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6560>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

DISTRITO Applied Inovation. **Fintech Mining Report 2019.** Disponível em: <http://conteudo.districto.me/dataminer-fintech>. Acesso em 30 de julho de 2019.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária.** Diversos anos. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3106/48/pt-br/pesquisa#>. Último acesso em: 13 de junho de 2019.

FERRARI, Hamilton; PONTES, Gabriel. **Papel-moeda é nova espécie em extinção.** Artigo publicado em 24 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/24/internas_economia,1033206/papel-moeda-e-nova-especie-em-extincao.shtml. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

FINTECHLAB. **Radar FINTECHLAB.** Diversos anos. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/>. Último acesso em: 09 de agosto de 2019.

MARI, Angélica. **A aposta do Bradesco em inteligência artificial.** Artigo publicado em de 31 de março de 2019. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/negocios/2019/03/a-aposta-do-bradesco-em-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 16 de agosto de 2019.

MEIRELLES, Fernando S. **30ª Pesquisa Anual do Uso de TI nas empresas, 2019.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP). Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/noticias2019fgvcia_2019.pdf. Acesso: em 15 de agosto de 2019.

MOREIRA, Daniela. **O que é uma startup?** Artigo publicado em 3 de fevereiro de 2016 e editado em 1 de março de 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

PAIVA, Fernando. **A história do nascimento da BIA.** Artigo publicado em 05 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.mobilettime.com.br/noticias/04/05/2018/a-historia-do-nascimento-da-bia/>. Acesso em: 16 de agosto de 2019.

PASSOS, Danielle S. dos. **Organizações na Era Pós-Industrial: a Complexidade, as Fintechs e os Bancos.** Dissertação de mestrado apresentada ao ISCTE – Business School do Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: setembro de 2017. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15824>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

PIZARRO, Ludmila. **Fim do Papel-Moeda é discutido em vários países.** Artigo publicado em 18 de março de 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/fim-do-papel-moeda-e-discutido-em-varios-paises-1.1586034>. Acesso em 05 de agosto de 2019.

RODRIGUES, Bruno. **Hubs de inovação: uma nova oportunidade para o Rio de Janeiro.** Artigo publicado em 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/hub-inovacao-garagem>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

RODRIGUES, Vivian M.O. **Indústria 4.0 no Brasil: Impactos da Digitalização nos Bancos.** Artigo apresentado durante o XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. Rio de Janeiro: setembro de 2017. Disponível nos Anais do XV Encontro da ABET <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnemRyRmkzUVZrVU0/view>.

SCIARRETTA, Toni. **Itaú, Bradesco e Santander abrem agência “sem caixa e sem dinheiro”.** Artigo publicado em 13 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1547381-itaubradesco-e-santander-abrem-agencia-sem-caixa-e-sem-dinheiro.shtml>

SEBRAE Nacional – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Incubadora e aceleradora: qual a diferença entre elas?** Artigo publicado em 14 de março de 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-a-diferenca-entre-incubadora-e-aceleradora,761913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

SIQUEIRA, Erica S.; ALBINO, Raphael; DINIZ, Eduardo H. **Fintech Social: Definição, Categorização e Ilustrações Empíricas.** Artigo apresentado na *Twenty-fourth Americas Conference on Information Systems, New Orleans*, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Viviam/Downloads/PAPER-608-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

VAZQUEZ, Barbara V. **Correspondentes Bancários e Terceirização: o subterrâneo das relações de trabalho no Setor Financeiro no Brasil.** Dissertação Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2018.

6. INDÚSTRIA GRÁFICA: COMPARTILHAR É NECESSÁRIO

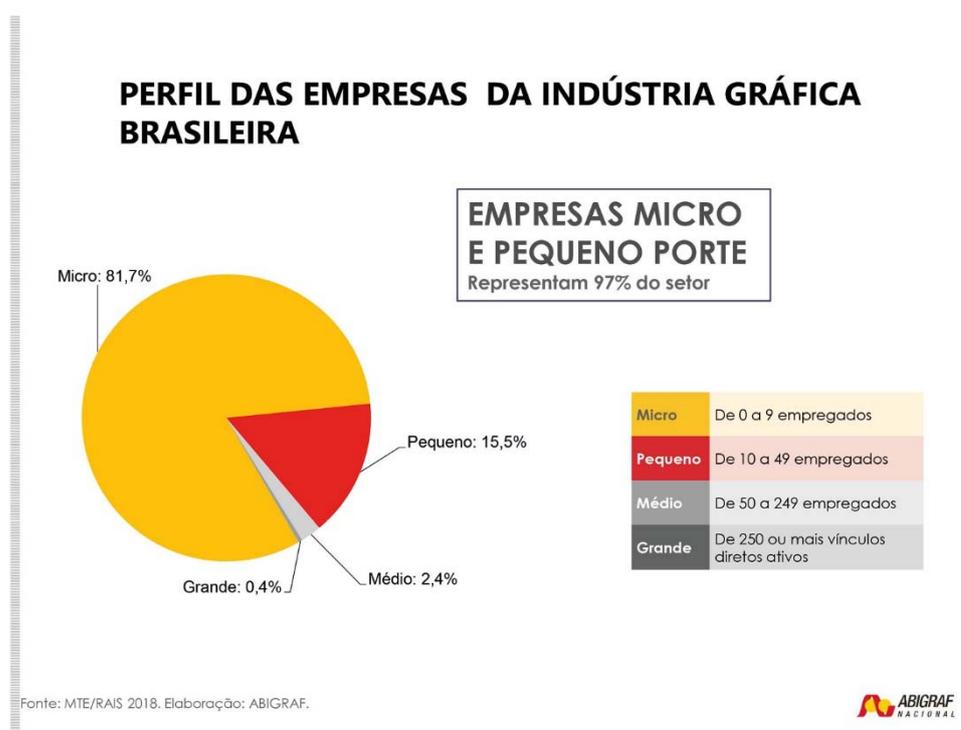
Edilmo Oliveira Lima

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta um breve panorama do perfil, da performance negativa e das mudanças estruturais da indústria gráfica nos últimos anos. Diante disto, a nota apresenta a proposta do compartilhamento produtivo como uma das respostas do setor à crise.

A indústria gráfica brasileira é constituída em 97% por empresas micro e de pequeno porte, com até nove empregados, sendo que deste total 81,7% são microempresas com 0 a 9 empregados.

Apenas 0,4% do parque industrial gráfico é formado por empresas grandes com mais de 250 empregados; 15,5% são de empresas médias com 50 a 249 empregados.



Fonte: ABIGRAF, 2018.

A maior parte das empresas que compõem a indústria gráfica brasileira está concentrada no sudeste (47%). A concentração nesta região é ainda maior no caso dos empregados (58%).

Estimativas de 2018 do Ministério do Trabalho, a partir de declarações de CNPJ ativos informados ao RAIS e levantamento do CAGED, dão conta de um total de 180.246 trabalhadores, distribuídos em 19.142 empresas, perfazendo uma média de 9,41 empregados por empresa.

Em relação ao faturamento, os números do setor gráfico vêm apresentando, nos últimos anos, variações negativas.

Em 2013, houve variação de -3,2% no faturamento da indústria gráfica brasileira. Essa variação negativa na produção gráfica ocorreu até 2017. A pior performance se deu em 2016,

quando a queda do faturamento foi de -7,3%. Em 2018, verificou-se um leve crescimento positivo de +1,8%.

Entretanto, em valores nominais e a preço corrente, o resultado de 2018 é pior do que o de 2013. Em 2013 o setor faturou 48,8 bilhões, enquanto o faturamento de 2018 foi de 46,7 bilhões.

A produção da indústria gráfica brasileira divide-se em nove segmentos, sendo o de embalagem o mais importante com 48,6% do total da indústria, seguido pelo editorial – publicações com 21,6%.

PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS NA INDÚSTRIA

| Segmentos da Indústria Gráfica Brasileira | Participação no Setor de Produção % |
|--|-------------------------------------|
| Embalagens | 48,6% |
| Editorial - Publicações (livros, revistas, manuais e guias) | 21,6% |
| Impressos Promocionais | 8,6% |
| Imp. de segurança/Fiscais/Formulários | 6,8% |
| Rótulos e Etiquetas | 4,8% |
| Pré-impressão | 3,3% |
| Cartões Transacionais (banco, crédito, refeição, alimentação, etc) | 3,4% |
| Cadernos | 2,7% |
| Envelopes | 0,2% |
| INDÚSTRIA GRÁFICA | 100,0% |

Fonte: IBGE /PIA/PIM-PF, FGV - Preparado por: ABIGRAF.



A produção física industrial, mesmo no seu setor mais expressivo, o de embalagens, vem apresentando oscilações negativas importantes. Ainda que apresente um desempenho levemente superior ao da indústria gráfica em geral, o segmento de embalagens teve uma retração de -5,5% em 2015.

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL INDÚSTRIA GRÁFICA

| | Embalagens Impressas | Indústria Gráfica* | Indústria Transformação |
|------------------------|----------------------|--------------------|-------------------------|
| 2013* | 0,6% | -3,2% | 2,7% |
| 2014 | -1,9% | -1,8% | -4,2% |
| 2015 | -5,5% | -13,9% | -9,9% |
| 2016 | -2,9% | -7,3% | -6,0% |
| 2017 | 2,9% | -3,8% | 2,2% |
| 2018 | 2,9% | 1,8% | 1,1% |
| 1º.Tri 19 / 4º.Tri 18* | 1,5% | -2,1% | 0,1% |
| 2º.Tri 19 / 2º.Tri 18 | 2,8% | 0,0% | 1,8% |
| 2º.Tri 19 / 1º.Tri 19* | -2,2% | -0,6% | 0,6% |

Fonte: IBGE, BCB. Cálculo: Decon/Abigraf
(* Com ajuste sazonal)



No que se refere às exportações e importações, se consideramos o período compreendido entre 2007 e 2018, o desempenho é um saldo comercial negativo. No ano de 2011, o saldo foi

de -294,50 milhões de dólares (FOB). Por outro lado, nosso melhor desempenho em exportações foi em 2012, quando exportamos 298,2 bilhões de dólares.

Já em 2019, com a posse do governo eleito, havia a expectativa e esperança de retomada na economia, inclusive no setor gráfico, o que não vem se concretizando.

Segundo o Boletim de Atividade Industrial da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF Nacional), nº 43, de agosto de 2019, no segundo trimestre do ano (abril/junho 2019), a produção da indústria gráfica apresenta novo recuo. Diz o boletim:

“Na passagem do primeiro trimestre para o segundo trimestre, a produção física da indústria gráfica registrou queda de 0,6%, sem efeitos sazonais. O recuo da produção no segundo trimestre é o terceiro consecutivo, acumulando perda de quase 7,0% no intervalo. Com relação ao segundo trimestre de 2018, a produção da indústria gráfica apresenta estabilidade, exibindo um desempenho melhor frente à leitura do primeiro trimestre de 2019, quando a produção da indústria gráfica recuou 2,2% com relação ao mesmo período de 2018.

Na abertura setorial, a queda de 0,6% observada no segundo trimestre na produção da indústria gráfica teve como principal influência negativa o segmento de produtos de papel (que inclui cadernos, agendas, etiquetas adesivas de papel impressas etc.) que teve uma redução de 4,4% na sua produção e o de embalagens (que inclui cartuchos, caixas, sacolas, sacos e bolsas de papel impressas) que apresentou contração de 2,2%.

O segmento de atividades de impressão (que inclui, por exemplo, livros, revistas, cartões magnéticos, impressos para fins promocionais e de segurança) apontou alta de 1,4% na sua produção no período (...).

A atividade econômica do país continua estagnada, como mostram as pesquisas de atividade mensal do IBGE, reforçando a percepção de atividade em ritmo bastante moderado no segundo trimestre.

O quadro de fraqueza é disseminado, abrangendo a Indústria, o setor de Serviços e o Comércio Varejista.

O movimento de queda nas expectativas do mercado para o crescimento do PIB neste ano, coletadas pelo Banco Central, se atenuou nas últimas semanas, tendo a mediana destas expectativas estabilizado em 0,82% no final de julho, apontando dessa forma para mais um ano de baixo crescimento.

A recuperação do mercado de trabalho tem sido lenta e gradual, com uma taxa de desemprego ainda elevada.

O aumento do número de pessoas ocupadas nos últimos 12 meses se concentrou nas categorias de trabalhadores por conta própria e nos empregados sem carteira de trabalho assinada, que juntos responderam por 71% do total”.

Como vimos em gráficos anteriores, 81,7% do setor gráfico brasileiro é formado por microempresa com até nove empregados.

Em observações a partir de conversa com nossos pares do setor na região do Grande ABC, percebemos que uma grande parte dos empresários gráficos que dirigem essas microempresas e pequenas empresas é composta por pessoas “criadas” dentro do setor gráfico. Algumas delas são, ainda, oriundas da época do linotipo, uma máquina composição tipográfica inventada em 1884. Outra parte se forma a partir de ex-funcionários do setor.

Os desafios do setor, principalmente para esses pequenos e microempresários, são grandes, levando-se em consideração que hoje enfrentamos uma situação conjuntural adversa, em função da retração econômica no país. Mas, para além disso, temos que enfrentar ainda uma questão maior que é o problema estrutural do setor.

Os tempos mudaram. A cultura de leitura impressa (jornais, revistas etc.) tem diminuído dia a dia. Em um período relativamente recente, a quantidade de impressos de oferta de produtos distribuídas em semáforos era enorme e de variados setores.

Hoje, o que vemos são apenas folhetos de empreendimentos imobiliários. Os demais setores já não utilizam impressos como meio de divulgação de seus produtos. Isso acontece em função de alguns fatores, como custo elevado (se comparado à divulgação eletrônica), aspectos culturais e preocupações ambientais e de legislação (como a lei da Cidade Limpa, aprovada e implementada em São Paulo-SP).

Diante desse quadro, a observação que temos é que esses micros e pequenos empresários acabam enfrentando grande ociosidade em máquinas e equipamentos.

Um equipamento que poderia produzir 140 horas por mês em um turno de oito horas, por exemplo, passa a produzir, em função da demanda reduzida, 70/80 horas. Ou seja, a empresa “A” com sua impressora offset produz 70/80 horas, a “B” e a “C”, idem.

Exemplo de ociosidade atual de equipamento de produção de microempresas (impressora offset) – Produção mensal em turno de 8 horas

| | Capacidade de Produção | Produção atual |
|------------------|------------------------|---------------------|
| Empresas A, B, C | 140 horas por mês | 70/80 horas por mês |

Então, uma das propostas que apresento, que pode otimizar a produção e até mesmo dar boas respostas em períodos de concentração de pedidos, seria o ‘COMPARTILHAMENTO’ produtivo.

Essas empresas podem, por exemplo, estruturar uma CENTRAL DE IMPRESSÃO.

Dando continuidade ao exemplo das três empresas anteriores, os sócios podem constituir uma quarta empresa (uma empresa “D”) profissionalizada e em espaço físico específico. Este será composto pelos mesmos equipamentos das empresas A, B e C, em regime de comodato. A partir dessa constituição, a empresa “D” prestará serviço de impressão para as três empresas sócias.

Essa empresa “D” será, exclusivamente, uma prestadora de serviços direcionada às empresas do setor sem nenhuma relação direta com o consumidor e contratante de produtos gráficos.

Algo importante a ser lembrado é que as empresas A, B e C, proprietárias da empresa “D”, se manterão ativas comercialmente com suas carteiras de clientes e independentes da nova empresa constituída. Ou seja, resumidamente, a ideia é concentrar a produção e otimizar a utilização de máquinas e equipamentos bem como os custos de produção.

Edilmo Oliveira Lima. Empresário do ramo gráfico. Foi dirigente e assessor político sindical.

7. O ABC DA CRISE: LEITURAS DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO INSTITUTO DE PESQUISAS INPES/USCS

Lucio Flávio da Silva Freitas

Resumo Executivo

A crise econômica entre o final de 2014 e o início de 2017 foi bastante severa com a região do Grande ABC Paulista. A Pesquisa Socioeconômica do Instituto de Pesquisas INPES/USCS permite observar os efeitos da crise de uma perspectiva privilegiada, específica dos setes municípios e mais próxima do contexto local do que outros levantamentos. Vê-se, por exemplo, a queda assustadora do rendimento médio em 33%, o aumento do desemprego e outras estatísticas.

A Pesquisa Socioeconômica, do Instituto de Pesquisas (INPES) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), oferece um conjunto de informações de interesse inequívoco para a região do Grande ABC Paulista. A pesquisa tem qualidade reconhecida, periodicidade e execução regulares, além de uma longa série temporal. A riqueza de seus dados nos permite, entre outras, uma leitura ainda inédita dos efeitos da crise econômica sobre nossa região.

A desaceleração da economia brasileira começa ainda no biênio 2011/12. No terceiro trimestre de 2011, o crescimento foi de quase 4% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Em 2012, o mesmo indicador apresentou crescimento inferior a 2%. Nos dois últimos trimestres de 2014, as variações passaram ao campo negativo, e o Brasil entrou em recessão técnica. No ano seguinte, a desaceleração converteu-se em crise, com longa duração. Apenas no primeiro trimestre de 2017, depois de 8 trimestres consecutivos de queda, a variação da produção voltou a ser positiva. No acumulado, mais de 9% de redução do PIB, em um dos piores momentos da economia brasileira (BARBOSA FILHO, 2017).

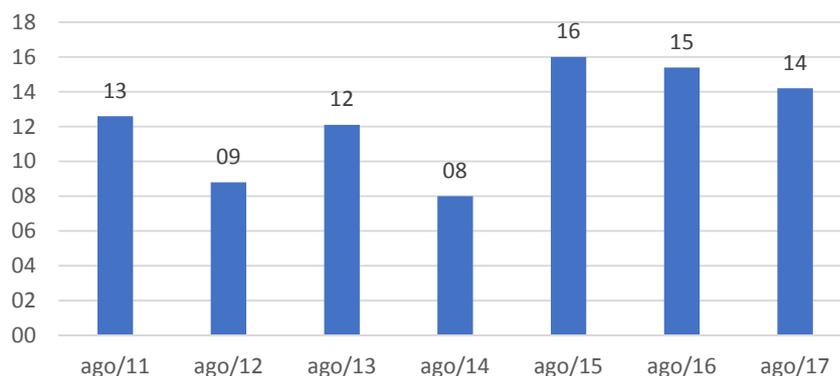
Como esperado, o mercado de trabalho também foi duramente atingido pela crise econômica. O desemprego na região metropolitana de São Paulo aumentou de 10%, em setembro de 2014, para 17%, no mesmo mês de 2017 (SEADE, 2019). O efeito mais perverso da crise fez-se sentir no aumento da pobreza, segundo Neri (2019, p.1):

“Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3% no Brasil, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Infelizmente, a crise não acabou em 2015 [...]. Nossos cálculos revelam que desde o final de 2014 até o final de 2017 o aumento da pobreza foi de 33%, passando de 8,38% a 11,18% da população brasileira. Este contingente representa 23,3 milhões de pobres, um grupo maior que a população chilena”.

Os fatores responsáveis pela desaceleração e pela crise são razoavelmente conhecidos. A queda do preço das *commodities* agrícolas e minerais - invertendo um ciclo de uma década de expansão dos preços - atingiu em cheio a economia brasileira. E já sem o *drive* das exportações, a economia perdeu também dinamismo interno, sobretudo, em função do corte dos investimentos públicos e dos gastos privados, seguidos de políticas fiscal e monetária recessivas (KRUGMAN, 2018; CARVALHO, 2018). Outros autores preferem apontar o excessivo intervencionismo do governo e uma política fiscal expansiva (BARBOSA FILHO, 2018).

No Grande ABC Paulista, a crise também teve severas consequências, como mostra a Pesquisa Socioeconômica. A pesquisa do INPES tem periodicidade semestral, vai a campo em fevereiro e em agosto. Assim, para evitar os efeitos da sazonalidade sobre os dados, as comparações a seguir serão entre os mesmos meses de cada ano. O gráfico 1 mostra o impacto sobre o mercado de trabalho, captado pela taxa de desemprego.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego (%) no Grande ABC Paulista

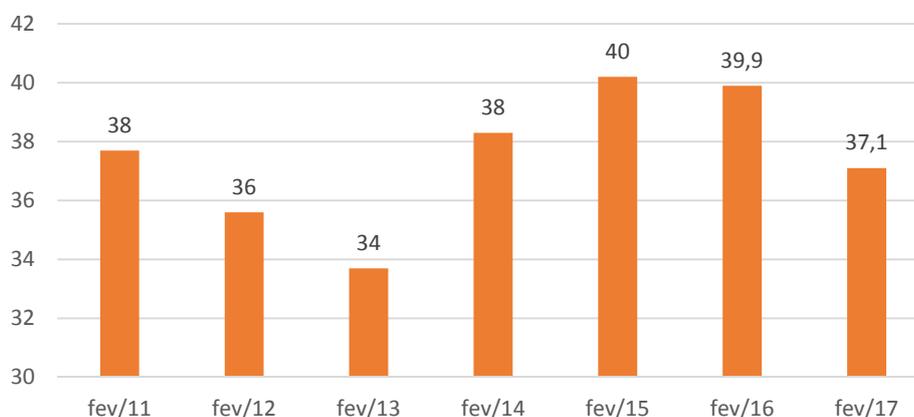


Fonte: Pesquisa Socioeconômica - INPES, 2019.

Há uma clara mudança de patamar. A taxa de desemprego, que, nos quatro primeiros anos da série, havia alcançado o pico de 13%, passou ao nível de 16% em 2015, dobrando a taxa observada em agosto do ano anterior.

Há outros efeitos perversos da crise sobre o mercado de trabalho. Por exemplo, foi interrompida a trajetória descendente da informalidade, como mostra o gráfico 2. Em fevereiro de 2017 a informalidade foi semelhante àquela de 2011, quase 10% maior que em fevereiro de 2013.

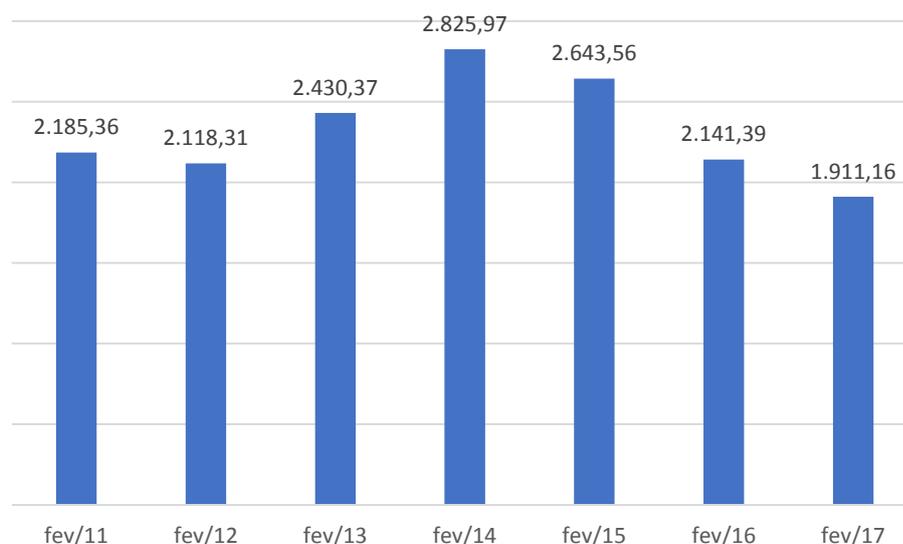
Gráfico 2 – Condição de informalidade (sem registro da atividade) da ocupação principal remunerada (em %).



Fonte: Pesquisa Socioeconômica - INPES, 2019.

É claro, o comportamento negativo do mercado de trabalho fez cair o nível de renda. Em 2017, quando a crise terminou, o rendimento bruto do trabalho principal ainda era inferior àquela de 2011. Quando comparado ao pico da série, em 2014, a queda alcançou assustadores 33%. A mediana também caiu; em fevereiro de 2014, metade dos rendimentos era menor que R\$ 1.870,00; três anos depois, a metade não alcança R\$ 1.512,45. Os dados estão no gráfico 3.

Gráfico 3 – Rendimento bruto do trabalho principal, 2011 - 2017. Nota: em valores reais de agosto de 2017, corrigidos pelo INPC



Fonte: Pesquisa Socioeconômica - INPES, 2019.

Quanto à suficiência da renda, em agosto de 2014, mais de 60% dos entrevistados declarava que a renda era sempre suficiente; este percentual caiu para 48% no final do período de crise. Mais do que dobrou o percentual daqueles que declaravam que a renda nunca era suficiente, 3,8% para 9,9%.

A Pesquisa Socioeconômica também avalia o comprometimento da renda com diferentes itens de consumo. Observe-se a tabela 1, abaixo, que traz as informações dos dois levantamentos semestrais no início e no final da crise.

Tabela 1 – Comprometimento da renda

| Comprometimento da renda com... | fev/14 | ago/17 | fev/17 | ago/17 |
|-------------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Alimentação | 21.2 | 21.4 | 23.9 | 23.2 |
| Higiene pessoal e limpeza | 4.2 | 4.1 | 4.5 | 4.9 |
| Transporte | 6.1 | 6.5 | 6.8 | 6.8 |
| Educação | 3.2 | 2.6 | 2.9 | 2.2 |
| Habitação | 14.1 | 12.8 | 16.2 | 16.6 |
| Serviços relacionados à comunicação | 4.2 | 4.8 | 4.1 | 4.7 |
| Convênio médico / plano de saúde | 4.4 | 4.3 | 3.1 | 3.7 |
| Outros gastos - saúde | 2.2 | 2.5 | 2.0 | 2.2 |
| Vestuário | 1.8 | 2.1 | 1.7 | 1.8 |
| Lazer / cultura | 1.5 | 1.5 | 1.6 | 1.7 |
| Gastos totais | 62.9 | 62.6 | 67.1 | 67.5 |

Fonte: Pesquisa Socioeconômica – INPES, 2019.

Os itens alimentação, habitação e outros gastos de saúde são despesas básicas. Somados, mostram o comprometimento da renda sobre o qual o consumidor exerce menor grau de discricionariedade. Em fevereiro e agosto de 2014, essas somas atingiram, respectivamente, 37,5% e 36,7%. Em 2017, esses percentuais eram 42,1% e 42%. Ou seja, diminuiu a liberdade do consumidor para gastar sua renda.

Observe-se que o aumento dos gastos totais ocorre principalmente com estes dois itens. Conforme esperado, quando há queda significativa da renda, as despesas básicas são aquelas mais difíceis de serem cortadas; daí seu aumento relativo. São exemplos desses cortes: queda no percentual de domicílios que fazia uso do serviço de diarista/faxineira, de 14,6% para 6,5%; ou a queda no acesso à internet da residência, de 74,2% para 63,6%, entre agosto de 2014 e agosto de 2017.

Os dados apresentados são alguns dos indicadores, uma pequena parte deles, mais voltados à economia, dentre aqueles levantados pelo INPES. A Pesquisa Socioeconômica conta também com seções dedicadas à percepção da população quanto ao setor público, dados sobre a saúde, comportamento do consumidor, uso da mídia, violência, entre outros. O conjunto de micro dados permite também a segmentação da amostra de outras maneiras, e assim, diferentes olhares sobre a região do Grande ABC Paulista.

Lucio Flávio da Silva Freitas. Professor de Economia da Escola de Negócios da USCS. Membro do CONJUSCS. Doutor em Economia pela Unicamp. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas (PPGA/USCS). Coordena o grupo de estudos de Economia e Ambiente. <http://lattes.cnpq.br/5172580913080685>.

Referências Bibliográficas

BARBOSA-FILHO, F. H., A crise econômica de 2014/2017. Estud. av. vol.31 nº.89 São Paulo Jan./Abr. 2017.

CARVALHO, L. B., Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico. Todavia: São Paulo, 2018.

INPES – INSTITUTO DE PESQUISAS DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Indicadores da Pesquisa Socioeconômica, São Caetano do Sul, São Paulo, 2019.

KRUGMAN, P. What the Hell Hapenned to Brazil? (Wonkish). The New York Times, 09 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/11/09/opinion/what-the-hell-happened-to-brazil-wonkish.html> , acesso em 14/08/2019.

NERI, M., A crise econômica de 2014/2017. Sumário Executivo. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em file:///C:/Users/hp/Desktop/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf, acesso em 14/08/2019.

OREIRO, J. L., A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. Estudos Avançados, v.31, n. 89, São Paulo, Jan./Abr. 2017.

8. EMPRESAS PÚBLICAS: MITOS E FATOS

Maria Rita Serrano

Resumo Executivo

Diante do debate ideológico que se travou em torno das estatais, faz-se necessário um exame cuidadoso sobre suas dimensões mais fundamentais, tais como, o papel desempenhado no desenvolvimento do Estado brasileiro, resultados financeiros e de investimentos, influência na economia do Brasil. Com o objetivo de desmistificar o debate sobre a privatização, mostraremos retrato sobre a relevância das empresas públicas pelo mundo e dados de pesquisa de opinião recente sobre o tema.

Estado, público, privado

A evolução da economia demonstrou que a concorrência não é perfeita, que há grandes assimetrias de informações e posições entre empresas e consumidores, que monopólios e oligopólios se constituem e que o equilíbrio não é uma tendência natural.

A economia capitalista teria uma dinâmica cíclica, com períodos de expansão alternados com crises. Marx, Keynes e Schumpeter explicaram de maneiras distintas os movimentos cíclicos da economia, exigindo a ação governamental para compensar as imperfeições no funcionamento do mercado (Pestana, 2019).

Essas polêmicas não são meramente teóricas e contaminaram a dinâmica política na evolução do papel do Estado e no jogo de disputa pelo poder. No nascedouro do capitalismo, o papel do Estado era mínimo. Não havia sequer sistemas públicos de educação, saúde e previdência. E a intervenção econômica dos governos se limitava a assegurar a liberdade de mercado e a estabilidade da moeda.

Uma das características das transformações do campo teórico na era neoliberal foi a centralidade da polarização entre estatal/privado. A crítica ao “estatismo”, paralelamente à apologia do mercado, dos espaços privados, da “sociedade civil”, teve como principal efeito – além da desvalorização do primeiro em favor dos segundos – o deslocamento de outro elemento da polarização: o público.

Esse deslocamento trouxe vantagens fundamentais para o novo modelo hegemônico e seu discurso teórico, promovendo uma polarização cujos termos, por si mesmos, já favorecem a exaltação do polo em que se funda o discurso neoliberal, pela desqualificação do Estado, pela promoção da centralidade do mercado, para o que é fundamental fazer desaparecer a esfera pública.

Politicamente, o primado do público representou a expansão dos poderes de intervenção do Estado, sua capacidade de regulação do mercado, como contraponto do movimento histórico que viu surgir a classe burguesa e as relações mercantis a que ela abriu caminho. Para Hegel, as épocas de decadência histórica seriam aquelas em que se manifesta a supremacia do direito privado – como na idade imperial romana, que se movimenta entre despotismo público e a liberdade da propriedade privada; na idade feudal, em que as relações políticas são de caráter contratual, com a inexistência do Estado. As épocas de progresso seriam aquelas em que o direito público se vinga do privado, como a Idade Moderna, que presencia o surgimento do Estado territorial e burocrático (Sader, 2018).

Estatais pelo mundo

As empresas estatais foram sendo criadas no Estado Capitalista contemporâneo, em diversas áreas de atuação e formas jurídicas. A atual configuração do Estado capitalista posiciona-se no centro das estratégias de acumulação simultânea de recursos de poder político-econômico, cumprindo, em outras, as chamadas “funções Keynes-shumpeterianas”, referentes aos cuidados com a estabilidade global do sistema (“funções keynesianas”- garantia de estabilidade geral do ambiente macroeconômico) e com as políticas de geração de complexidade econômica, de criação de novos ciclos de acumulação (“funções shumpeterianas” – garantia de incentivo a novos ciclos de inovação tecnológica e acumulação). Tais funções Keynes-shumpeterianas agem nas duas pontas do sistema econômico, tornando-o vivo em condições de operabilidade e propulsionando-o rumo a novas fases (Octaviani & Nohara, 2019).

Entre essas duas extremidades, entretanto, há diversas outras infraestruturas econômicas criadas e operadas diretamente pelos Estados nacionais, que dizem respeito às definições concretas de seus “estilos nacionais de capitalismo”. Por isso, os distintos Estados capitalistas – sempre em competição entre si por melhores posições no sistema econômico mundial – mobilizam enormes quantias de capital, quer como “receita pública”, “dívida pública” ou “gasto público” (Octaviani & Nohara, 2019).

Um exemplo dessa realidade mundial é a presença forte e ativa do setor de empresas públicas. Sua atuação em vários setores cumpre papel estratégico para os respectivos governos nacionais.

Das dez maiores empresas do mundo, tendo-se como referência o valor total do ativo detido, segundo a revista Forbes, em 2018, 60% são empresas estatais, pertencentes à China, Estados Unidos e Japão (Forbes, 2018):

1 ICBC – China; banco comercial e industrial; com ativos na ordem de US\$ 4,2 trilhões;

2 China Construction Bank – China; banco comercial: com ativos na ordem de US\$ 3,6 trilhões;

3 China Agricultural Bank – China; banco agrícola; com ativos na ordem de US\$ 3,4 trilhões;

4 Fannie Mae – Estados Unidos; atuante no mercado de hipotecas; com ativos na ordem de US\$ 3,3 trilhões;

5 Bank of China – China; banco comercial; com ativos na ordem de US\$ 3,2 trilhões;

6 Japan Post Holdings – Japão; conglomerado com atuação em setores como transportes, postal, banco comercial e seguros; com ativos na ordem de US\$ 2, 5 trilhões.

Tais conglomerados estatais superam, ainda segundo os dados da Forbes para ativos detidos, em 2018, gigantes de tecnologia da informação, da indústria farmacêutica ou da indústria do entretenimento: Apple, com ativos na ordem de US\$ 367,5 bilhões; Facebook, com ativos na ordem de US\$ 88,9 bilhões; Amazon, com ativos na ordem de US\$ 126,4 bilhões; Microsoft, com ativos na ordem de US\$ 245,5 bilhões; Bayer, com ativos de US\$ 92,7 bilhões; e Walt Disney, com ativos de US\$ 97,9 bilhões.

Os Estados capitalistas contemporâneos produziram também empresas estatais multinacionais, que operam estratégias econômicas em defesa de suas economias para além de suas fronteiras. A *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD, em relatório de 2017, identificou aproximadamente 1.500 “Estatais Multinacionais” com mais de 86 mil filiais ao redor do mundo, sendo a Europa detentora de um terço do total.

Segundo a agência, as Estatais Multinacionais foram criadas por seus Estados soberanos com objetivos específicos, como implementar escolhas estratégicas de desenvolvimento, lidar com

políticas públicas econômicas para além da perspectiva microeconômica ou de curto prazo, controlar recursos estratégicos ou adotar medidas de segurança nacional. As estatais devem implementar objetivos nacionais e coletivos, que as estruturas empresariais privadas, individuais, centradas no auto interesse e operando a partir da microrracionalidade não têm pretensões ou condições de satisfazer em tempo, escala ou direção hábil (Octaviani & Nohara, 2019).

De acordo com o critério utilizado pela UNCTAD para identificar empresas estatais, estão entre as maiores Estatais Multinacionais (não financeiras) do mundo, as seguintes empresas: Volkswagen (Alemanha, indústria automobilística, ativos de US\$ 431 bilhões, participação estatal de 20%); EDF (França, indústria de infraestrutura, ativos de US\$ 296 bilhões, participação estatal de 84%); Japan Tobacco (Japão, indústria de Tabaco, ativos de US\$ 40 bilhões, participação estatal de 33%); Airbus (França, indústria aérea, ativos de US\$ 117 bilhões, participação estatal de 11%); CNOOC (China, indústria de Petróleo, ativos de US\$ 179 bilhões, participação estatal de 100%); Renault (França, indústria automobilística, ativos de US\$ 107 bilhões, participação estatal de 15%); StatOil (Noruega, indústria do Petróleo, ativos de US\$ 104 bilhões, participação estatal de 67%) e Peugeot Citroen (França, indústria automobilística, ativos de US\$ 47 bilhões, participação estatal de 13%).

Alguns exemplos interessantes de países com grande número de estatais são os Estados Unidos e a China. O país tido como mais liberal do mundo tem nada mais, nada menos, que 7000 estatais, que atuam em setores como: crédito, hipotecas, prisional, seguro habitação, infraestrutura, energia, entre outros. Algumas como a Fannie Mae (com ativos de US\$ 3,3 trilhões) e Freddie Mac (com ativos de US\$ 2 trilhões), estão entre as maiores forças econômicas do mundo (Octaviani & Nohara, 2019).

A China, país com a mais dinâmica economia do mundo nas últimas décadas, é também o Estado que possui a maior quantidade de empresas estatais: aproximadamente 150 mil, sendo 55 mil (33%) diretamente subordinadas ao Governo Central. As estatais estão distribuídas entre os mais diversos setores da economia, do turismo à infraestrutura, do setor bancário à biotecnologia. Em 2017, a lista “Fortune Global 500” incluiu 48 estatais chinesas, no mesmo ano, o lucro total obtido com as estatais do governo central chinês chegou a US\$ 217,5 bilhões.

Reestatizações

Desde 2000, ao menos 884 serviços foram reestatizados no mundo. A conta é do TNI (*Transnational Institute*), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda. As reestatizações aconteceram com destaque em países centrais do capitalismo, como EUA e Alemanha. Isso ocorreu porque as empresas privadas priorizavam o lucro e os serviços estavam caros e ruins, segundo o TNI. O TNI levantou dados entre 2000 e 2017. Foram registrados casos de serviços públicos essenciais que vão desde fornecimento de água e energia e coleta de lixo até programas habitacionais e funerárias.

Empresas públicas no Brasil

A história das empresas públicas no Brasil começa em 1663, ainda no Brasil Colônia, com a fundação da empresa de Correios do Brasil e em seguida, em 1694, com a criação da CMB – Casa da Moeda do Brasil. No período do Império foram criados dois bancos: o Banco do Brasil, em 1808, e a Caixa Econômica Federal, em 1861.

Nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, considerados estadistas do desenvolvimento brasileiro, empresas como a Petrobrás (1953), Eletrobrás (1961), Siderúrgica CSN (1941), BNDE (1952) e o IRB - Resseguro (1939) criaram um ecossistema cuja missão era viabilizar o processo de produção econômica nacional.

A ditadura militar em seguida, se caracterizou como um período de regressão social e das liberdades, mas as estatais continuaram a ser utilizadas no processo de modernização conservadora da economia, construindo a infraestrutura basista para a industrialização e urbanização.

No final da década de 1980, o texto da nova constituição de 1988, define o provimento de uma série de bens e serviços como propriedade/competência da União e, em alguns casos, de estados e municípios. Dentre eles, podem ser mencionados as jazidas e demais recursos minerais; potenciais de energia elétrica; tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto; gestão dos recursos hídricos; infraestrutura aeroportuária; serviços e instalações nucleares; serviços de transporte e serviços postais.

Durante os primeiros governos eleitos depois da ditadura militar, com destaque para o governo de Fernando Henrique, o que se viu foi um processo de privatização e extinção de empresas estatais.

Ao contrário da expectativa do governo, as desestatizações mostraram-se incapazes de solver a crise fiscal: entre 1995 e 2003, a dívida líquida do setor público passou de 28% para 52% do Produto Interno Bruto (PIB); tampouco aumentaram a eficiência e a qualidade dos serviços prestados: vide a política de privatização do setor elétrico que levou o país à crise do “apagão” em 2001 (Dieese, 2018).

Em 2002, contudo, a nova gestão presidencial teve programa econômico distinto daquele implementado desde o início dos anos 1990, sobretudo no que tange à relação entre setor público e sociedade. A partir de então, dentre outras medidas adotadas no campo da regulação, houve reorientação do papel das empresas estatais, o que ensejou o seu fortalecimento e mesmo a criação de novas empresas. Estas passaram a liderar os principais projetos estruturantes do país, por vezes, inclusive, por meio de parcerias com a iniciativa privada.

No período recente, em meio à crise econômica e suas repercussões sobre as contas públicas do país, as empresas estatais voltaram ao centro do debate público, em um contexto permeado por investigações da prática de corrupção envolvendo quadros de direção dessas e de grandes empresas do setor privado.

O novo governo federal, que tomou posse em janeiro desse ano, tem ampliado a lista de ativos privatizáveis e acentuado o discurso ideológico em defesa das privatizações.

Este programa retoma uma série de conceitos hegemônicos na década de 1990, dentre os quais a desestatização e desregulamentação das relações econômicas e sociais. Em geral, utiliza-se como justificativa para a adoção de tais medidas duas ordens de argumentação. A primeira assenta-se na ideia de que a iniciativa privada, orientada pela busca de lucros, seria mais eficiente na realização de suas atividades e, portanto, daria maior contribuição ao desenvolvimento do país por meio da prestação de serviços ou da produção de bens de melhor qualidade e a preços mais baixos. A segunda ordem de argumentação baseia-se na ideia de que, frente a problemas fiscais, o processo de desestatização permitiria, ao mesmo tempo, enfrentar os crescentes desequilíbrios nas contas públicas e realizar novos e maiores investimentos em infraestrutura. A rigor, esse não é um debate novo.

Investimentos das estatais brasileiras

Até dezembro de 2018, na esfera federal havia 138 empresas estatais com concentração nos seguintes setores: petróleo, centrais elétricas e bancos. Das 138 empresas estatais, 47 estavam sob controle direto da União e 91, sob controle indireto (Economia, 2019).

No mesmo período, foram contabilizadas em torno de 339 empresas estatais estaduais, que atuam, entre outros, no setor financeiro, saneamento básico, transportes, infraestrutura, habitação, assistência técnica e extensão agropecuária, tecnologia da informação, abastecimento e desenvolvimento estadual (Octaviani & Nohara, 2019).

Em 2018, apenas as estatais federais somavam cerca de R\$ 655 bilhões em patrimônio, com ativos totais de 4.716 bilhões. Essas empresas realizaram investimentos expressivos em 2018, que somaram R\$ 84,8 bilhões, de um total de 1080,6 bilhões de investimento no país (tabela 1).

Além da importante participação no total de investimentos, as estatais federais brasileiras empregavam 496.142 trabalhadores próprios, em 2018, número que vem caindo devido aos sucessivos incentivos à demissão realizados pelas empresas no último período.

Tabela 1 – Investimentos realizados por empresas estatais federais e investimento no Brasil (em R\$ bilhões)

| Ano | Investimento realizado pelas estatais federais | Investimento Brasil (FBCF - IBGE) | Investimentos Estatais/Investimento Brasil |
|------|--|-----------------------------------|--|
| 2012 | 98,0 | 997,5 | 9,8% |
| 2013 | 113,5 | 1.114,9 | 10,2% |
| 2014 | 95,6 | 1.148,5 | 8,3% |
| 2015 | 80,2 | 1.069,4 | 7,5% |
| 2016 | 56,4 | 973,3 | 5,8% |
| 2017 | 50,4 | 981,8 | 5,1% |
| 2018 | 84,8 | 1.080,6 | 7,8% |

Fonte: SEST-Ministério do Planejamento; Contas Nacionais-IBGE.
Elaboração: Dieese/Fenae.

Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobrás e Petrobras – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2018 com R\$ 71,8 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 147% em relação a 2017, quando a rentabilidade foi de R\$ 28,3 bilhões.

Entre essas empresas, o maior crescimento verificado foi no Grupo Petrobrás, que saiu de um lucro de R\$ 377 milhões em 2017 para lucro de R\$ 27 bilhões em 2018 (aumento de 6.981,7%).

Os dados constam no 9º Boletim das Estatais, divulgado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério da Economia. (Economia, 2019).

Outro ponto que aumentou desde 2016 foi o total de dividendos e de juros sobre capital próprio (JCP) pagos pelas empresas de controle direto da União. No consolidado das empresas como Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, os valores passaram de R\$ 3,7 bilhões em 2016 para R\$ 11,6 bilhões no fim do ano passado.

O valor de dividendos distribuídos pelas estatais exclusivamente para a União também é bastante expressivo, correspondendo a R\$ 299 bilhões, no período compreendido entre 2002 e 2018, com média de R\$ 18 bilhões por ano, conforme exposto na Tabela 2.

**Tabela 2 – Dividendos das Empresas Estatais Federais pagos à União – 2002-2018
(em milhões de R\$. Valores de Dez/18, IPCA)**

| | Acumulado 2002/2018 | Média/ano |
|-----------------|------------------------|-----------|
| Banco do Brasil | 45.919 | 2.701 |
| BNB | 2.701 | 159 |
| BNDES | 112.045 | 6.591 |
| Caixa | 54.279 | 3.193 |
| Correios | 7.246 | 426 |
| Eletrobrás | 14.003 | 824 |
| IRB | 2.543 | 150 |
| Petrobras | 48.564 | 2.857 |
| Demais | 12.003 | 706 |

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Dieese – Rede Bancários/SS Fenae.

Conclusão

No atual momento, ao pretender abrir mão do controle público de setores estratégicos, as autoridades brasileiras atuam em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos, de acordo com estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Pode-se afirmar, à luz dos dados colocados, que o Brasil está na contramão do mundo.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por esta razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

Há, por sua vez, algumas atividades que proveem serviços essenciais à vida - como captação, tratamento e distribuição de água e geração, transmissão e distribuição de energia elétrica - e que, sob pena de colocarem em risco a economia do país e a própria sobrevivência da população, não podem ser tratados como uma mercadoria qualquer.

Na maioria dos países, procura-se assegurar, como questão estratégica e de segurança nacional, o provimento de tais serviços na quantidade e qualidade necessárias e a preços acessíveis tanto para consumo da população, quanto dos diversos setores de atividade econômica. Ademais, os problemas no atendimento à população associados à ineficiência da gestão privada desses serviços têm sido a principal justificativa para sua reestatização generalizada nos países em que foram privatizados.

Para assegurar a oferta e preços adequados, é preciso considerar que alguns setores têm estrutura de mercado muito concentrada: quando não são monopólios naturais, são segmentos de poucos participantes com expressivo poder de mercado (oligopólios), principalmente devido às barreiras à entrada de novos competidores. Essa é uma razão adicional para que o Estado tenha participação significativa nesses mercados, por meio de empresas que possam assegurar um nível de concorrência adequado (oferta e preço), possibilitando a implantação de diretrizes governamentais relacionadas a metas ambientais, escolhas tecnológicas, desenvolvimento regional, patamares mínimos de investimento, expansão da oferta e preços módicos.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, à medida que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas. Foi o que se viu no Brasil durante a crise financeira internacional de 2008, quando os bancos públicos, por meio da expansão do crédito e da redução dos juros, exerceram importante papel anticíclico. Ademais, bens escassos e que são insumos essenciais para o conjunto da estrutura produtiva, em especial petróleo, gás e seus derivados, são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social. Os poucos países que detêm grandes reservas e competência para explorá-las procuram protegê-las e utilizá-las da melhor maneira possível. Não à toa, a disputa pelo controle das jazidas deste e de outros bens minerais está na origem de boa parte dos conflitos bélicos nas últimas décadas (Dieese, 2018).

Por todos estes fatores, em nome do interesse e da soberania nacionais, diversos países têm adotado medidas de “restrição” ao investimento estrangeiro em setores estratégicos, principalmente àqueles na forma de fusões e aquisições. Caso emblemático é a China, que, por meio de suas grandes empresas estatais, tem adotado uma política agressiva de investimento em nível mundial.

Importante lembrar, ainda, que as empresas estatais diferem das empresas privadas na medida em que, por sua natureza, deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo e não apenas por critérios econômico-financeiros. É possível gerir empresas estatais de forma eficiente, sob a perspectiva do interesse público. A análise das experiências de países desenvolvidos mostra a viabilidade de diferentes tipos de gestão no setor público, com controle social, que possibilitam reduzir acentuadamente problemas relacionados à corrupção e à apropriação indevida por interesses privados.

Recentemente, a revista *Veja/FSB* realizou pesquisa com a população para avaliar o apoio às privatizações. Como já haviam constatado institutos como o Datafolha e Vox Populi em anos anteriores, o resultado da pesquisa *Veja/FSB* mostrou que a maioria é contra a venda das estatais, com destaque para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com 59% de rejeição e a Petrobras com 57% (*Veja*, 2019).

Todos esses indicadores e reflexões nos levam a crer que, por traz da narrativa das privatizações, está a submissão do país às multinacionais e aos governos centrais. Em consequência, a perda da soberania nacional está em jogo, o que exige uma tomada de atitude da sociedade organizada.

Maria Rita Serrano. Mestre em Administração de Regionalidades e Organizações, pela USCS. Autora dos livros: *O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra (2007)* e *Caixa, banco dos brasileiros (2018)*. Coautora do livro *“Se é público é para todos” (2018)*. Conselheira de administração da Caixa eleita pelos empregados. Coordenadora do Comitê Nacional em defesa das Empresas públicas. Conselheira da Fenae.

Referências Bibliográficas

Bawerk, B. (1985). *Coleção os Economistas*. São Paulo: Editora Abril.

Development, U. N. (2017). *World Investment Report*. Genebra: United Nations Publication. Dieese. (janeiro de 2018). *Empresas Estatais e Desenvolvimento. Nota Técnica Dieese 189*.

Economia, M. d. (2019). *Boletim das empresas estatais federais*. Brasília: Ministério da Economia.

Forbes. (2018). *The World's Biggest Public Companies*. *Forbes*. Fonte: www.forbes.com/global2000/list/#header;assetssortreverse:true.

Friedman. (1985). *Coleção os Economistas*. São Paulo: Abril.

Hegel. (1984). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril. Institute, T. (2018). Fonte: <https://www.tni.org/en>.

- Keynes. (1983). *Coleção os Economistas*. São Paulo: Abril. keynes. (1983). *Os Economistas*. São Paulo: Abril.
- Marx, K. (1996). *Coleção os Economistas*. São Paulo: Abril.
- Octaviani, A., & Nohara, I. P. (2019). *Estatais*. São Paulo: Revista dos tribunais.
- OECD. (2018). Ownership and governance os state-owned enterprises; a compendium of national practices. *OECD*.
- Pestana, M. (2019). *Desenvolvimento Economico e intervenção estatal*. Fonte: <https://www.otempo.com.br/politica/marcus-pestana/desenvolvimento-economico-e-intervencao-estatal-parte-i-1.2214741>.
- Sader, E. (2018). As esferas pública, estatal, privada e mercantil do liberalismo. Em o. E. Sader, *Se é Público é para todos*. Rio de Janeiro: LPP.
- Serrano, M. R. (2018). *Caixa, Banco dos Brasileiros*. Brasília: coleção Fenae.
- Shumpeter. (1996). *Os Economistas*. São Paulo: Abril.
- Veja, r. (24 de agosto de 2019). privatização de bancos públicos enfrenta maior resistencia. *Revista Veja*. Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/privatizacao-de-bancos-publicos-e-a-que-enfrenta-maior-resistencia/>.
- Walras. (1983). *Os Economistas*. São Paulo: Abril.

9. ASPECTOS ECONÔMICOS DAS LOJAS FRANCAS EM FRONTEIRA TERRESTRE – *DUTY FREE*

Rosana Marçon da Costa Andrade

Resumo Executivo

A nota apresenta uma reflexão sobre os aspectos econômicos da instalação de lojas francas em fronteira terrestre. A análise da legislação acerca desse regime aduaneiro especial mostra que a instalação de lojas francas em cidades gêmeas, dentro do território nacional, pode promover um desenvolvimento local e melhorar a vida dos habitantes da área de fronteira, melhorando a economia como um todo.

O objetivo desta nota é analisar os reflexos econômicos decorrente da instalação de Lojas Francas nos municípios brasileiros que fazem divisa com países vizinhos da América Latina. Por se tratar de um regime aduaneiro especial, os bens vendidos no *freeshops* possuem um tratamento tributário diferenciado, possibilitando a oferta de mercadorias a preço muito mais atrativo do que as mercadorias disponíveis no comércio comum, o que também modifica o comportamento dos consumidores. Para isso, foram levantados dados legislativos acerca do assunto e identificadas lojas francas internas já instaladas.

Lojas francas, também chamadas de *dutyfree* e de *free shop*, são estabelecimentos que comercializam mercadorias nacionais e estrangeiras sob controle da Receita Federal do Brasil, com isenção de tributos.

A Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, passou a permitir a concessão de regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre em cidade gêmea. Para fins legais, são consideradas cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura e, sobretudo, que contem com grande potencial de integração econômica e cultural, com densidade que produza efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania, problemas característicos de fronteira, estando elas localizadas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para ser possível a instalação de loja franca terrestre, é necessário que o município esteja relacionado na lista contida no Anexo único da Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016, do Ministério da Integração Nacional e para isso precisa ter população com mais de 2.000 habitantes. Pode ocorrer a inclusão de novas cidades na lista, como a recente inclusão do município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, que se deu pela portaria do Ministério de Desenvolvimento Regional nº 1.080, de 24 de abril de 2019. O Brasil atualmente conta com 33 cidades gêmeas reconhecidas, onde é possível a instalação de loja franca de fronteira.

Tabela 1 – Cidades gêmeas

| ESTADO | MUNICÍPIOS |
|--------------------|---|
| Acre | Assis Brasil Brasiléia Epitaciolândia Santa Rosa do Purus |
| Amazonas | Tabatinga |
| Amapá | Oiapoque |
| Mato Grosso | Cácere |
| Mato Grosso no Sul | Bela Vista Coronel Sapucaia Corumbá Mundo Novo Paranhos Ponta Porã |
| Paraná | Barracão Foz do Iguazu Guaíra Santo Antônio do Sudoeste |
| Rondônia | Guajará-Mirim |
| Roraima | Bonfim Pacaraima |
| Rio Grande do Sul | Aceguá Barra do Quaraí Chuí Itaqui Jaguarão Porto Mauá Porto Xavier Quaraí Santana do Livramento São Borja Uruguaiana |
| Santa Catarina | Dionísio Cerqueira |

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Portaria nº 213 de 19 de julho de 2016 do Ministério da Integração Nacional.

Considerando que a melhor análise de viabilidade econômica e estrutural para instalação ou não de lojas francas terrestres compete aos municípios de fronteira, não basta que a cidade conste da lista, também se faz necessária existência de legislação municipal que preveja essa permissão. Em razão disso, muitos municípios já editaram as normas que autorizam e delimitam a região para instalação de *free shop*.

Os estabelecimentos que operarem sob o regime aduaneiro especial de loja franca terrestre poderão comercializar tanto produtos estrangeiros como nacionais, exceto os vedados pela Portaria MF nº 307/14.

Quando de sua edição, a Portaria MF nº 307/14 relacionava diversos produtos de comercialização proibida pelas lojas francas terrestres. Com o passar do tempo a lista de restrição de

comercialização foi diminuindo, até que a IN RFB nº 1.908, de 19 de agosto de 2019, retirou da lista de restrição os produtos contidos nos itens 2 a 10 do Anexo, liberando a comercialização do lado brasileiro, de animais vivos e plantas; tabaco e derivados; maquinário agrícola e industrial; eletrodomésticos de grande porte; material de construção; pneus; tecidos, fios e calçados, excluindo destes tênis e sandálias.

Com isso, a restrição atual de comercialização abrange apenas os meios de transporte, suas partes e peças, óleos, combustíveis; e produtos sujeitos à aplicação de direitos *antidumping* ou compensatórios, definidos em Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicada no Diário Oficial da União.

Os benefícios fiscais desse regime aduaneiro abrangem: isenção de IPI na saída do estabelecimento industrial; isenção de PIS/COFINS sobre a receita decorrente de produtos destinados as lojas francas; isenção de ICMS se o estado assim dispor; isenção de II; isenção de IPI na importação; isenção de PIS/COFINS na importação. Dependendo do estado e do município, os benefícios fiscais podem representar uma redução de até 60% do valor do produto.

As mercadorias adquiridas pelas lojas francas devem ser comercializadas dentro de um ano, renovável por mais um ano, ou seja, a venda precisa ocorrer no prazo de dois anos. Após esse período deve ser reexportada, devolvida ao estabelecimento industrial ou então destruída.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018, para requerer a concessão desse regime, é necessário: ser pessoa jurídica, possuir estabelecimento em município que tenha autorizado implantação e que possua unidade da Receita Federal do Brasil competente para proceder ao controle aduaneiro; patrimônio líquido igual ou superior a de R\$ 2.000.000,00; regularidade fiscal junto a Fazenda Nacional e quanto ao recolhimento de FGTS; sistema de monitoramento e vigilância nas áreas de venda e de armazenamento de mercadorias, inclusive à noite, que nos termos do Ato Declaratório Executivo COANA nº 5, de 11 de julho de 2019, deve o dispositivo de gravação ter como características mínimas gravação no formato 1920 x 1080 (Full HD) a 30 quadros por segundo; sistema informatizado de controle de entrada e saída de estoque vinculado à Receita Federal; e ser optante do domicílio tributário eletrônico (ECD). Até o momento foram instaladas seis lojas francas terrestres, sendo cinco no estado do Rio Grande do Sul e uma no estado do Paraná.

Quadro – Lojas francas terrestres instaladas

| Empresa Habilitada | Município | Estado |
|---|-----------------|--------|
| Free Shop Caraballat Ltda. | Jaguarão | RS |
| Duty Free Shop Tm Importação e Exportação Ltda. | Uruguaiana | RS |
| J R Correa & Cia. Ltda. | Barra do Quaraí | RS |
| New York Comércio Importação e Exportação Ltda. | Uruguaiana | RS |
| Dufry Lojas Francas Ltda. | Uruguaiana | RS |
| Sky DutyFree Ltda. | Foz do Iguaçu | PR |

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Receita Federal do Brasil.

A aquisição de mercadorias em lojas francas terrestres também está disciplinada na Portaria MF nº 307/14. Pode adquirir mercadoria nesses estabelecimentos o viajante devidamente identificado com documento hábil e com CPF se for residente no Brasil. Entende-se por viajante toda pessoa, nacional ou estrangeira que estiver em viagem internacional. Portanto, tanto o estrangeiro que ingressar no Brasil, como o residente no Brasil que estiver retornando de viagem do exterior.

Nessa esteira, por se tratar de viagem terrestre, não há exigência de comprovação da viagem, como ocorre nos *free shops* instalados em aeroportos. Assim, na prática, pessoas que residam na região ou até mesmo no município do estabelecimento poderão adquirir produtos nas lojas francas terrestres até que haja alguma restrição e controle que impeça essa prática.

O limite para compras é de US\$ 300 por CPF a cada 30 trinta dias, restringindo a compra de bebidas alcoólicas em 12 litros dentro do mesmo período, sendo vedada a aquisição e mercadorias com finalidade comercial.

Esse limite não interfere na cota de compras no exterior de US\$ 150, bem como não significa ser proibida aquisição de mercadorias que ultrapassem US\$ 300 sozinhas ou somadas. A pessoa que tiver interesse em adquirir mercadorias que ultrapassem esse valor, poderá fazê-lo, pagando a tributação exclusiva de 50% sobre o excedente na própria loja, ou seja, o limite é para aquisição com os benefícios fiscais que tornam os valores atrativos.

Diante disso, a instalação de lojas francas terrestres tem provocado opiniões divergentes. Sob o ponto de vista do desenvolvimento, tem-se a geração de empregos, a facilidade na aquisição de produtos estrangeiros, o aumento do investimento público em segurança e serviços. Sob o ponto de vista do protecionismo local, teme-se que as lojas francas causem um impacto negativo no comércio local já existente, ao se pensar que haverá uma mudança no comportamento do consumidor que deixará de comprar nos comércios que não possuem benefícios fiscais para comprar nas lojas francas, colocando a instalação de lojas francas terrestres como nocivas à economia local.

Contudo, é representativo o número de brasileiros que atravessam as fronteiras pelo atrativo dos *free shops* localizados do outro lado da fronteira nos países vizinhos. Isso demonstra que já há um comportamento de mercado de aquisição em *free shops*. Registre-se que a mudança de comportamento há de ser no sentido não de passar a comprar em *free shop*, mas de realizar a compra do lado brasileiro e não mais nos países vizinhos.

Em uma última análise, a instalação de lojas francas parece tender a fortalecer o desenvolvimento turístico, hoteleiro, gastronômico. O foco das lojas francas não é a arrecadação de tributos, mas o desenvolvimento de modo geral das cidades que fazem fronteira com os países vizinhos que hoje recebem brasileiros para compras em seus *free shops*. A instalação desses estabelecimentos no lado brasileiro poderá se tornar uma fonte de renda para o próprio comércio.

Rosana Marçon da Costa Andrade. *Mestre em Direito Econômico (Universidade Bandeirante de São Paulo). Especialista em Direito Empresarial (FMU). Graduada em Direito (UMC). Advogada. Professora de graduação e pós-graduação. Executora responsável dos Convênios firmados pela USCS com o TJSP e a DPE. Mediadora. Facilitadora em Justiça Restaurativa. Currículo Lattes https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C01B9B646B015A4AD2C6D1653A58B6A1#.*

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2014/portaria-no-307-de-17-de-julho-de-2014-1>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21772550/do1-2016-07-20portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. IN RFB nº 1.799 de 16 de março de 2018. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=90852>.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Regional. Portaria nº 1.080 de 24 de abril de 2019. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=10&data=29/04/2019&captchafield=firstAccess>.

BRASIL. COANA. Ato Declaratório Executivo 11 de julho de 2019. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=102762&visao=anotado>.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. IN RFB nº 1.908 e 19 de agosto de 2019. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=102991&visao=anotado>.

10. AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: INDICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS POTENCIALMENTE BENEFICIADOS

Volney Gouveia

Resumo Executivo

As perspectivas de expansão do tráfego aéreo no país são promissoras. No entanto, o ritmo atual de expansão da infraestrutura aeroportuária pode aprofundar o colapso da infraestrutura existente caso haja retomada de crescimento econômico do país. Os dois principais aeroportos (Guarulhos e Congonhas) já operam com restrição de capacidade num contexto de baixo crescimento econômico, o que exige novos investimentos de ampliação e/ou construção de aeroportos da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O Grande ABC Paulista, por meio de seus governos locais, investidores, entidades de classes e instituições de ensino, deve avaliar esta alternativa e assumir o protagonismo a partir da compreensão dos potenciais benefícios econômicos aos setores produtivos da região, avaliados em R\$ 1,8 bilhão, notadamente para os setores da indústria e dos serviços.

A região do Grande ABC Paulista é a quarta área de maior PIB (Produto Interno Bruto ou riquezas produzidas anualmente) do país, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O destaque é o predomínio dos setores *indústria* e *serviços* que, juntos, produziram, em 2016, R\$ 71,3 bilhões de riquezas (R\$ 19 bilhões e R\$ 52 bilhões, respectivamente). A tabela 1 apresenta um resumo da composição do PIB por setor das principais cidades comparativamente ao Brasil.

Tabela 1 – PIB a Preços Correntes por Setor (em R\$ bilhões) 2016

| Cidade/Região | Total | Indústria | Serviços | Adm Pública |
|-------------------|---------|-----------|----------|-------------|
| São Paulo/SP | 687,0 | 63,3 | 464,7 | 41,9 |
| Rio de Janeiro/RJ | 329,4 | 36,3 | 177,4 | 47,5 |
| Brasília/DF | 235,5 | 9,7 | 103,8 | 92,1 |
| ABCD Paulista | 94,5 | 19,0 | 52,2 | 3,0 |
| Brasil | 6.267,2 | 1.150,2 | 3.015,7 | 945,1 |

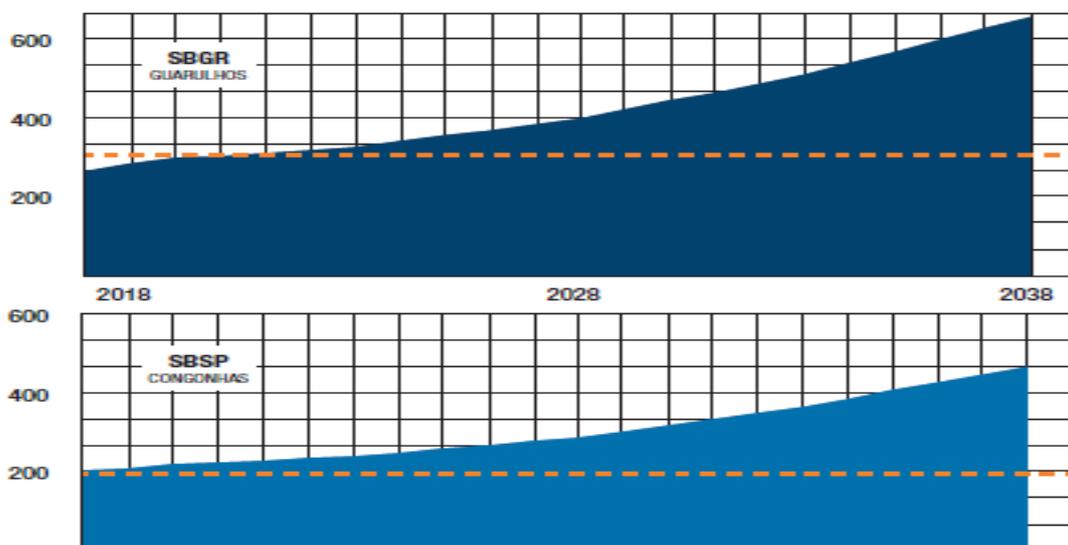
Elaboração própria do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs, a partir de IBGE, 2016.

Nas cidades acima, exceto a região do Grande ABC Paulista, há disponibilidade de infraestrutura aeroportuária com níveis comprometedores de congestionamento, gerando desconforto aos usuários e reduzindo a eficiência econômica do sistema. Estes aeroportos já se encontram em seus limites de capacidade operacional quando se analisa terminais de passageiros (TPS), pátios (área de circulação e estacionamento de aeronaves) e pista (área de pouso e decolagem). Estas restrições, quando se avizinham, demandam do poder público ações rápidas para mitigá-las. É o caso, por exemplo, do governo local de Londres que, em 2011, publicou dois trabalhos alertando para a necessidade de um novo *aeroporto-hub* na cidade. Os trabalhos ressaltavam o risco que a cidade corria de perder posição econômica (receptora de investimento) pela falta de infraestrutura. Os principais problemas apontados eram concentração de *slots* (horários de pouso e decolagem) em uma única empresa (*British Airways*) e número de pistas insuficiente para otimizar operações de pouso e decolagem simultâneos no *hub*.

Situação bem semelhante a esta ocorre com os dois principais aeroportos da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como apontado no Plano Aeroportuário Nacional¹, publicado pelo Ministério da Infraestrutura. A figura 1 mostra a limitação de capacidade operacional dos dois principais

aeroportos da região metropolitana (Guarulhos e Congonhas). Observa-se que, já nos anos recentes, a demanda praticamente se iguala ou supera a capacidade disponível, exigindo intervenções de ampliação ou construção de novos aeroportos no entorno da região.

Figura 1 – Capacidade de Pista e Respectiva Demanda dos Aeroportos de GRU e CGH



Adaptação do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs, a partir de Ministério da Infraestrutura (2019).

O estudo apresenta ainda um conjunto de propostas para ampliar a rede de transporte aéreo nacional e ressalta os níveis de expansão que atenderiam ao desafio de ampliar o acesso ao modal por mais pessoas de forma eficaz e a custos econômicos aceitáveis.

O espaço aéreo Brasileiro é intensamente utilizado para operações aéreas e possui média de 300 movimentos de aeronaves e 2.500 voos por dia, em média. A movimentação de aeronaves na Região Metropolitana de São Paulo tem acompanhado a expansão da própria região. Os limites de capacidade dos dois principais aeroportos (Congonhas e Guarulhos) já foram alcançados. Eles operam, respectivamente, com 28% e 2% acima de sua capacidade aeroportuária quando medida em termos de passageiros movimentados. Este cenário é acompanhado de um contexto de baixo crescimento da atividade econômica, o que pode aprofundar ainda mais tais restrições caso o país retome taxas de crescimento econômico mais robustas e perenes. No contexto de estrangulamento de capacidade, as discussões em torno de um novo aeroporto na RMSP se torna premente. Alguns condicionantes para a construção deste novo aeroporto na região do Grande ABC Paulista se justificariam em razão dos seguintes motivos, a saber:

1. Diminuir a concentração de operações aéreas sobre a RMSP, garantindo maior praticidade na gestão do espaço aéreo e permitindo o afastamento adequado entre aeronaves.
2. Há disponibilidade de áreas na região que atendem às condições de ocupação do solo.
3. Potencial socioeconômico da região oferece oportunidades para ampliar a participação econômica da região.
4. Desenvolver o aeroporto de forma integrada ao planejamento urbano e garantir o cumprimento das exigências mínimas de implantação de um sítio aeroportuário.
5. Criar alternativas de transporte para atendimento à crescente demanda por serviços logísticos a fim de reduzir os chamados custos evitáveis (deslocamentos, frete, escoamento de produção, fluxo de pessoas).

6. Contribuir para o desenvolvimento econômico da região, promovendo benefícios tangíveis e intangíveis.
7. Preservar a região e o sítio aeroportuário por meio da implantação de uma política de zoneamento adequado do entorno do aeroporto.
8. Avaliar e implantar um Distrito Industrial com a criação de zona de processamento de exportação (ZPE) no entorno do aeroporto.
9. Desenvolver o aeroporto no conceito “Aeroporto-Cidade” e/ou “Aeroporto-Indústria”, com a implantação de atividades de suporte (comercial e industrial) no seu interior e entorno, promovendo o desenvolvimento e a integração regional.

A ampliação da atividade de transporte aéreo, tanto de passageiros quanto de cargas, impulsiona e potencializa o desenvolvimento na medida em que dinamiza as cadeias produtivas locais, estimula os investimentos, expande as possibilidades de geração de renda, emprego e produção, promovendo o PIB e contribuindo para reduzir disparidades socioeconômicas e fortalecer a integração entre as regiões. O perfil do crescimento econômico de uma região determina suas necessidades de investimento, fazendo-se necessário identificar os setores-chaves indutores.

O dimensionamento do aeroporto deve atender às condições físicas existentes. Ele está dividido em duas grandes áreas: o Lado Ar e o Lado Terra. O Lado Ar é composto pela Torre de Controle, Pátio de Aeronaves, Pista de Pouso e Decolagem e Pistas de Táxis e Saídas de Pistas. O Lado Terra é composto pelo Terminal de Passageiros (TPS), Áreas de Componentes Operacionais, Estacionamento de Veículos, Componentes Não Operacionais. (gerências, balcões, áreas de apoio), Edifício de Manutenção, Terminal de Cargas (importação e exportação), Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio, Central de Utilidades e Sistema de Infraestrutura (abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica, tratamento de lixo, comunicação telefônica, gás liquefeito, sistema comercial externo). A tabela 2 apresenta os principais componentes constituintes do aeroporto e sua adequação para programas de expansão.

Tabela 2 – Dimensionamento de Aeroporto – Principais Componentes

| | |
|------------|---|
| Lado Ar | 1. Componentes do Lado Ar |
| | 1.1. Torre de Controle e Núcleo de Proteção ao Voo (DTCEA) |
| | 1.2. Pátio de Aeronaves |
| | 1.3. Pista de Pouso e Decolagem |
| | 1.4. Pistas de Táxi e Saídas de Pistas |
| Lado Terra | 2. Componentes do Lado Terra |
| | 2.1. Terminal de Passageiros (TPS) : Áreas Operacionais* e Não Operacionais** |
| | 2.2. Edifício de Manutenção |
| | 2.3. Terminal de Cargas |
| | 2.4. Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio |
| | 2.5. Central de Utilidades |
| | 2.6. Sistema de Infraestrutura *** |

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs, a partir de Aeroservice (2009).

Note-se que a organização do sítio aeroportuário é relativamente simples, mas ainda não permite compreender os efeitos econômicos que ela pode proporcionar quando se inicia sua interação com a comunidade local. Os setores-chave da comunidade que são impactados diretamente pela operação do aeroporto são discutidos a seguir.

Setores-chaves Induzidos pelo Novo Aeroporto

As viagens aéreas podem ser divididas, grosso modo, em viagens de negócios e viagens de turismo. As viagens de negócios impactam no investimento, na medida em que facilitam o fluxo de novos negócios; impactam no governo porque geram tributos pagos por empresas e consumidores/trabalhadores; viabilizam os fluxos de comércio com o exterior e garante conectividade com os principais *hubs*. As viagens de turismo representam gastos locais dos passageiros, que geram renda e impostos pagos às municipalidades. Elas também são receitas de exportações e podem suportar os investimentos em outros setores econômicos (p.e. restaurantes, entretenimento, hotéis etc) e estimular a ampliação das opções de voos por conexão em *hubs*.

O segmento de carga permite prover à indústria local insumos de produção e fluxos de investimentos, além de representar arrecadação tributária ao governo e ampliar as operações de exportação e importação de bens de produção e de consumo. Portanto, quanto mais operações aéreas são realizadas, mais gastos são realizados e mais negócios gerados, não apenas para os próprios agentes do setor (empresas, aeroportos, governos), mas, sobretudo, para a própria municipalidade, que passa a contar com importante indutor de novos investimentos. A tabela 3 apresenta um resumo dos principais benefícios econômicos gerados pelos diferentes perfis de tráfego aéreo na composição do PIB.

Tabela 3 – Benefícios Econômicos Gerados pelos Diferentes Perfis de Tráfego Aéreo para cada Componente da Demanda Agregada (PIB)

| | Consumo | Investimento | Governo | Exp-Imp | Regional |
|---|--|--|--|--|--|
| Negócios | | Facilita o fluxo de investimentos | Geração de tributos pelas empresas e trabalhadores | Viabilizam as exportação e importação de bens e serviços | Conectividade com hubs e benefício das conexões globais |
| Turismo <i>Outbound</i> | | | Gastos representam importação | | |
| Turismo <i>Inbound</i> | | | Parte da Renda gasta de turistas é tributo | Despesas de turistas são receitas de exportação; e suportam investimentos em outros setores internos | Facilita a oferta de voos diretos |
| Carga | Facilita o provimento de bens para indústria local | Carga aérea é parte da oferta para bens de investimento importados | Impostos de importação sobre produtos | Importação e exportação de bens para consumo e produção | Capacidade de adicionar valor à cadeia produtiva com a importação e exportação de bens |
| Todos e Efeitos de Passageiros em Trânsito no Aeroporto | | Facilita o fluxo de investimentos | Tributação sobre as empresas que transferem os passageiros | Maior frequência de voos estimula gasto nos aeroportos, beneficiando negócios e consumidores | |

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS.

Estudo já publicado pelo CONJUSCS sobre os impactos econômicos de um novo aeroporto em São Bernardo do Campo identificou que há condições econômicas favoráveis na região para suportar

um empreendimento desta envergadura, não apenas porque a região se beneficiaria de uma nova alternativa de escoamento/recepção de insumos produtivos e de fluxos de passageiros como também impulsionaria a atividade econômica local, produzindo mais empregos, renda e arrecadação aos municípios. No estudo, chamou-se a atenção para dois tipos de impactos econômicos: aqueles relacionados à construção do aeroporto e aqueles relacionados à operação e manutenção do aeroporto. A partir dos dados do estudo é possível identificar, para cada tipo de impacto econômico, quais os setores econômicos da região seriam mais afetados. Os benefícios econômicos gerados por tipo de viagem (negócios, turismo e carga) atuam sobre os principais componentes da demanda agregada e do próprio PIB (riqueza total produzida).

A partir da compreensão da importância do transporte aéreo e sua relação com a economia local, bem como o desenvolvimento regional, pode-se identificar o conjunto de setores econômicos de uma região necessários para suportar a operação de um novo aeroporto. O Grande ABC Paulista, pelo protagonismo econômico exercido em âmbito regional e nacional, figura como alternativa de vetor de desenvolvimento considerando suas características e potencialidades econômicas. Levando-se em conta os resultados já publicados pelos CONJUSCS sobre os investimentos necessários para a construção e operação de novo aeroporto na região, procura-se a seguir identificar os setores da economia da região que mais se beneficiariam com sua construção e operação. O custo de construção do aeroporto (R\$ 649 mi) e a sua operação e manutenção (R\$ 346 mi) impactariam mais diretamente a indústria e serviços (96,8%), movimentando R\$ 1,7 bilhão. A construção geraria mais impactos que a operação e manutenção (R\$ 1.132,7 mi contra R\$ 613,4 mi). Setores agrícolas e serviços públicos seriam menos demandados pelo fato de tal projeto depender mais diretamente de insumos mais elaborados e serviços mais sofisticados. A tabela 2 apresenta um breve resumo do cenário econômico por tipo de impacto.

Tabela 2 – Cenário Econômico por Tipo de Impacto (em milhões R\$)

| Setores | Construção | Operação Manutenção | Total | Part. % |
|------------------------|------------|------------------------|---------|---------|
| Agrícola | 30,8 | 26,3 | 57,1 | 3,2 |
| Indústria | 960,5 | 108,8 | 1.069,3 | 59,3 |
| Serviços | 172,1 | 504,7 | 676,8 | 37,5 |
| Serviço Público | 4,2 | 3,4 | 7,5 | 0,4 |
| Sub-Total | 1.163,5 | 639,7 | 1.803,2 | |

Elaboração própria do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs.

Analisando as 66 atividades produtivas a partir da Matriz Insumo Produto, publicada pelo IBGE para o Brasil, é possível identificar que setores seriam mais sensíveis à expansão do projeto aeroportuário. Dezoito setores responderiam por 90,5% do impacto total, com destaque para o setor de construção, comércio, produtos minerais e de metal. A tabela 3 apresenta os 18 setores e os respectivos valores de impacto do investimento na construção do aeroporto.

Tabela 3 – Principais Setores Impactados pela Construção do Aeroporto no Grande ABC Paulista

| Setores | Mi R\$ | Part. Acum. |
|--|--------|-------------|
| Construção | 717,3 | 61,4% |
| Transporte aéreo | 2,0 | 61,6% |
| Refino de petróleo e coquerias | 28,3 | 64,0% |
| Comércio por atacado e varejo | 62,7 | 69,4% |
| Fabricação de produtos de minerais não metálicos | 65,2 | 75,0% |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar | 22,1 | 76,9% |
| Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio | 5,0 | 77,3% |
| Transporte terrestre | 21,7 | 79,1% |
| Fabricação de produtos de borracha e de material plástico | 17,8 | 80,7% |
| Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio | 8,8 | 81,4% |
| Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos | 25,4 | 83,6% |
| Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas | 14,2 | 84,8% |
| Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura | 22,5 | 86,7% |
| Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual | 3,5 | 87,1% |
| Outras atividades administrativas e serviços complementares | 7,9 | 87,7% |
| Energia elétrica, gás natural e outras utilidades | 12,8 | 88,8% |
| Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos | 7,2 | 89,4% |
| Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos | 12,9 | 90,5% |

Elaboração própria do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs, a partir de IBGE (2016).

Já as operações e a manutenção do aeroporto geram impactos relevantes sobre os 18 setores, com destaque para o de transporte aéreo, refino de petróleo, armazenamento, extração de petróleo e aluguéis não imobiliários (R\$ 484,6 mi). A tabela 4 apresenta um resumo dos principais números por setor.

Tabela 4 – Principais Setores Impactados pela Operação e Manutenção do Aeroporto no Grande ABC Paulista

| Setores | Mi R\$ | Part. Acum. |
|--|--------|-------------|
| Construção | 1,6 | 0,2% |
| Transporte aéreo | 346,8 | 54,2% |
| Refino de petróleo e coquerias | 67,5 | 64,7% |
| Comércio por atacado e varejo | 17,7 | 67,4% |
| Fabricação de produtos de minerais não metálicos | 0,5 | 67,5% |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar | 19,2 | 70,5% |
| Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio | 33,2 | 75,6% |
| Transporte terrestre | 9,9 | 77,2% |
| Fabricação de produtos de borracha e de material plástico | 9,8 | 78,7% |
| Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio | 18,4 | 81,6% |
| Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos | 1,0 | 81,7% |
| Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas | 9,7 | 83,2% |
| Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura | 0,9 | 83,4% |
| Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual | 18,7 | 86,3% |
| Outras atividades administrativas e serviços complementares | 11,5 | 88,1% |
| Energia elétrica, gás natural e outras utilidades | 3,3 | 88,6% |
| Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos | 7,1 | 89,7% |
| Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos | 1,2 | 89,9% |

Elaboração própria do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs, a partir IBGE (2016).

Um novo aeroporto pode alavancar o desenvolvimento e promover emprego e renda. A expansão do setor da indústria e do de serviços pode atrair novos tipos de atividade (financeiro, seguros, entretenimento, tecnologia) e ampliar os efeitos multiplicadores. Ele viabilizaria a ampliação e surgimento de novas empresas no Grande ABC e proveria serviços aéreos mais eficientes, fomentando o fluxo de pessoas e mercadorias.

Vale destacar que a região do Grande ABC Paulista recebeu recentemente a nova fábrica da SAAB, empresa sueca que produzirá peças e equipamentos para a fabricação dos caças adquiridos pelo Força Aérea brasileira. Também passou a contar com dois novos cursos na UCSS (graduação em Ciências Aeronáuticas e Pós-Graduação em Gestão Aeronáutica), integrando a região ao sistema de aviação civil do país.

Identificar novos nichos de mercado, como a indústria de aviação comercial e seus derivados (indústria aeronáutica, projetos de aeroportos) contribuirá para manter o protagonismo econômico da região em âmbito nacional, principalmente depois da recente decisão da montadora Ford de fechar suas operações na cidade de SBC, o que impactaria diretamente nos níveis de emprego e renda da cidade, conforme nota técnica já publicada recentemente no âmbito do CONJUSCS.

Notas

1 Disponível em <https://www.infraestrutura.gov.br/images/AVIACAO_CIVIL/PAN/PAN2018_ebook.pdf>

Volney Gouveia. Gestor e Professor do Curso de Ciências Aeronáuticas da USCS. Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Univ. Federal do ABC (UFABC). Mestre em Economia pela Univ. Candido Mendes (RJ) e Pós-Graduado em Educação no Ensino Superior pela Univ. Anhembi Morumbi. Graduado em Economia pela FAAP (SP). Professor de Economia do Instituto Mauá de Tecnologia, do Centro Universitário Fundação Santo André e da Univ. São Judas Tadeu. Foi Coordenador de Estudos Econômicos na TAM e Varig. Atua na aviação há 28 anos. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/2283556163965342>

Referências Bibliográficas

AEROSERVICE. Estudos Preliminares de Engenharia. Rio de Janeiro, 2010.

ANAC. Base de Resultados e Monitoramento de SLOTS. Disponível em <<[https://sistemas.anac.gov.br/sas/samu/\(S\(s1xiiytzirs2ogzbqyxvcm22\)\)/view/frmConsultaBases](https://sistemas.anac.gov.br/sas/samu/(S(s1xiiytzirs2ogzbqyxvcm22))/view/frmConsultaBases)>> Acessado em 29/08/2019.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Plano Aeroviário Nacional. Disponível em <<https://www.infraestrutura.gov.br/images/AVIACAO_CIVIL/PAN/PAN2018_ebook.pdf>> Acessado em 29/08/2019.

GLA. *A new airport for London*. Disponível em <<<http://content.tfl.gov.uk/a-new-airport-for-london-part1-the-case-for-new-capacity.pdf>>>

GOUVEIA, V. A. CONJUSCS. Um Aeroporto do Grande ABC Paulista: Oportunidades de Desenvolvimento. Disponível em <<<https://uscs.edu.br/boletim/?idf=5333>>> Acessado em 29/08/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais. Estatísticas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas.html>> Acessado em 29/08/2019.

LEONTIEF, Wassily. *A economia do insumo-produto*; tradução de Maurício Dias David. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

11. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA E DA LIDERANÇA EXERCIDA NA SATISFAÇÃO POR PARTE DOS PARTICIPANTES DO APL

Alessandra Bitante

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é avaliar a influência da governança e da liderança na satisfação dos participantes de APL e a sua continuidade e desenvolvimento. Assim, é necessário estudar a importância do papel de uma liderança nos APLs, na questão do seu desenvolvimento e evolução tendo como base o impacto na satisfação de pertencer a um APL, considerando o mercado, as empresas, a sociedade e o governo. Foi feita uma comparação dos APLs do Grande ABC em 2016 e em 2019, na qual foi verificada a importância de uma liderança ativa para continuidade e desenvolvimento dos APLs.

1. Introdução

Os APLs são Arranjos Produtivos Locais cujo objetivo é reunir as empresas localizadas em um mesmo território, além de outros atores como Governo e instituições de ensino, a fim de simplificar e desenvolver seus negócios (CASSANEGO JR., 2014).

O foco dessa nota técnica reside em dois APLs do Grande ABC: o APL Têxtil e de Confecções e o APL Moveleiro, que integravam os dez APLs que existiam no Grande ABC, a saber: Economia Criativa, Ferramentaria, Moveleiro, Panificação, Gráficos, Restaurantes, Bares e Afins, Turismo, Defesa, Pesca, Têxtil e de Confecções. Alguns tinham coordenação própria; outros eram coordenados pelos respectivos sindicatos; outros ainda pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, que compõe a Região do Grande ABC. Todos os dez APLs tinham uma supervisão da prefeitura de São Bernardo do Campo até o ano de 2016.

A seleção dos APLs considerou o fácil acesso às informações e o contato com seus respectivos sindicatos, o que agilizou a comunicação com as empresas, tendo em vista a coleta de dados.

O APL Têxtil e de Confecções foi oficializado em 24 de novembro de 2013, data da primeira reunião do APL, em que participaram os empresários do segmento (25 empresas); o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Trabalho e Turismo e da Secretaria de Educação; e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Em 2015, existiam 300 empresas do ramo têxtil e de confecções no Grande ABC, sendo que 40 empresas estavam reunidas no APL e tinham atuação ativa. O APL tinha como principais objetivos o desenvolvimento econômico do setor, o apoio às empresas de pequeno e médio porte e a especialização de mão-de-obra. As empresas que constituíam o APL empregavam cerca de 1.000 funcionários. O número total de empregados no Grande ABC nesta área era de 7.000.

O APL Moveleiro, formado em 2002, mas com participação em declínio, foi retomado em 2010. Contava em 2015 com 46 empresas entre lojas de móveis e indústrias, enumerando os seguintes atores: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, Sindicato das Indústrias de Móveis do Grande ABC (SIMABC), SEBRAE, SINTRACOM, SENAI, ACISBEC, CDL, Associação dos lojistas da Rua Jurubatuba, Instituto Mauá de Tecnologia, FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), Laboratório de Móveis Corporativos do Instituto Mauá de Tecnologia e IED (Instituto Europeu de Design). Apenas nas lojas do APL Moveleiro trabalhavam por volta de 800 empregados, segundo dados da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (2015).

O APL Moveleiro tinha como principais objetivos promover feiras, parcerias com instituições de ensino e com o SEBRAE e discutir políticas públicas e privadas voltadas para o APL.

2. Pesquisa

2.2 Universo da pesquisa

Neste ensaio, foram consideradas apenas as empresas com participação ativa no ano de 2016 nos APLs, dado que houve desistência no aglomerado, razão porque se fez necessário confirmar com a coordenação do APL Têxtil e de Confecções e com o presidente do SIMABC o número correto de empresas efetivamente participantes.

Dessa maneira, o universo da pesquisa ficou representado por 86 empresas, sendo 40 empresas pertencentes ao APL Têxtil e de Confecções e 46 ao APL Moveleiro.

Tendo em vista o reduzido número de empresas ativas, a pesquisa julgou proveitoso realizar um censo e entrevistar todas as que estavam em atividade nos APLs estudados em 2016. Como o censo engloba o total de elementos de uma população (MALHOTRA, 2001), de posse desse número, é possível calcular diretamente os parâmetros populacionais.

2.3 Coleta de dados / Instrumento da pesquisa

Foi considerado para elaboração do questionário o perfil das empresas pesquisadas, a satisfação de pertencer ao APL e principais problemas e sugestões existentes. Dessa forma, o questionário ficou dividido em dois blocos.

O Bloco 1 do instrumento de coleta propõe-se a traçar o perfil das empresas que participam dos APLs, e para as quais foram consideradas as informações que constam da Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil da Empresa

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------|
| Perfil empresa /entrevistado | Tempo de existência da empresa |
| | Tempo de participação no APL |
| | Principais Produtos |
| | Porte da empresa |
| | Número de funcionários |
| | Cargo do entrevistado |
| | Gênero |
| | Escolaridade |

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

No questionário foram utilizadas questões visando à vinculação da satisfação e liderança dentro do APL e a seu conseqüente desenvolvimento e evolução.

Também foram apresentadas duas perguntas abertas a respeito de problemas ou sugestões que os entrevistados pudessem querer apontar em relação à Governança do APL. Segundo Hair Jr. *et al.*(2005), a questão aberta não delimita o entrevistado, que pode usar suas palavras de modo livre para responder às questões.

2.4 Principais Resultados

O Quadro 2 registra os problemas apontados pelas empresas entrevistadas em 2016:

Quadro 2 – Problemas nos APLs

| | Problemas | Número de Empresas |
|----------------------|---|---------------------------|
| Reuniões | As pautas são extensas. | 1 |
| | Os assuntos são passados para a próxima reunião e ficam pendentes. | 1 |
| | Necessidade de maior frequência de reuniões. | 2 |
| | Faltam reuniões por causa da falta de interação entre as empresas. | 2 |
| | Local das reuniões não é fixo. | 1 |
| | Não tem informações sobre o local da reunião. | 1 |
| | Pouca objetividade. | 2 |
| | Não se coloca em prática o que é discutido. | 2 |
| | Mobilidade complicada para chegar a São Bernardo do Campo. | 1 |
| Total | | 13 |
| Gestão do APL | Assistência só para empresas pequenas. | 1 |
| | Falta apoio e gestão. | 1 |
| | Não há interesse para auxiliar na solução dos problemas das empresas. | 1 |
| | Exige muito mais do que as empresas podem fazer. | 1 |
| | Não facilita a ligação entre as empresas e o SEBRAE. | 1 |
| | Não permite escolher quem dará assessoria. | 1 |
| | Não tem governança, somente interesse político. | 1 |
| | Não consegue angariar recursos para as empresas. | 1 |
| | Não viabiliza entrosamento entre produtor e revendedor. | 1 |
| Total | | 9 |
| Cursos | Os cursos do SENAI são somente para iniciantes e não atendem todos os participantes | 1 |
| | Para fazer o curso, é preciso ir até a Barra Funda. | 1 |
| Total | | 2 |
| Governo | Prefeitura, Estado e União não ajudam financeiramente. | 1 |
| | Falta ajuda em geral. | 1 |
| Total | | 2 |
| Empresas | Falta interesse em participar, principalmente pelo não alcance de resultados concretos. | 1 |
| Total | | 1 |
| Divulgação | Não há divulgação dos produtos dos associados. | 1 |
| Total | | 1 |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2016).

Os principais problemas apontados pelas empresas entrevistadas referem-se às reuniões dos APLs e à gestão dos APLs, dado que é volumosa a quantidade de problemas relacionados a eles.

O Quadro 3 resume as sugestões apontadas pelos respondentes nas entrevistas em 2016:

Quadro 03 – Sugestões de melhorias para os APLs

| Sugestão | | Número de Empresas |
|----------------------|---|--------------------|
| Divulgação | Criar canal de comunicação (e-mail, meios eletrônicos, panfleto, jornal). | 19 |
| | Melhorar a divulgação de informações, ajuda e benefícios. | 1 |
| | Abrir divulgação no <i>site</i> para associados do APL | 2 |
| | Divulgação maior dos associados através do site da prefeitura / mídia. | 2 |
| Total | | 24 |
| Reuniões | Ter mais reuniões. | 8 |
| | Marcar as reuniões do APL em horários alternativos. | 1 |
| | Ter reuniões não só em São Bernardo do Campo. | 1 |
| | Ter reuniões com objetivo fechado. | 2 |
| | Trazer soluções da pauta debatida na próxima reunião. | 1 |
| Total | | 13 |
| Gestão do APL | Aumentar o relacionamento com o fabricante. | 2 |
| | Manter as lideranças do APL para dar continuidade ao que está sendo feito. | 1 |
| | Procurar mais empresas para participar. | 2 |
| | Conscientizar as empresas para participar do APL. | 2 |
| | Oferecer formação de mão de obra. | 1 |
| | Contratar empresa para administrar APL (reger normas com o sindicato). | 1 |
| | Contratar empresa especialista de marketing para o APL. | 1 |
| | Realizar eventos (feiras, bazares, desfiles etc.) para facilitar a divulgação dos participantes com subsídio público. | 2 |
| | Aumentar a quantidade de empregados no APL. | 1 |
| Total | | 13 |
| Governo | Aumentar a abrangência (incluir mais prefeituras, órgãos governamentais). | 1 |
| | Maior integração da prefeitura com os participantes. | 2 |
| | Participação de todas as prefeituras da região. | 2 |
| | Oferecer subsídios aos produtores locais. | 1 |
| | Ajuda de todas as prefeituras da região às empresas. | 1 |
| Total | | 7 |
| Cursos | Ter cursos profissionalizantes no SENAI e SENAC. | 1 |
| | Cursos em cada segmento. | 1 |
| | Ter cursos do SENAI na Região do ABC. | 1 |
| Total | | 3 |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2016).

Como isso é resultado das notas atribuídas pelos participantes em relação à Governança e Liderança exercida, fica clara a necessidade de haver uma governança e liderança mais efetiva do APL, o que poderia gerar participação mais atuante das empresas e a efetiva realização dos

objetivos do arranjo e de seus participantes. Existem pontos críticos a corrigir na Governança e Liderança exercida dos APLs pesquisados.

Pode-se considerar que a satisfação resulta do bem-estar com a vida, de boas relações interpessoais, de gozar de boa saúde, viver sob um governo aceitável e dentro de uma sociedade justa (PREARO, 2013; LESTE, 2012). Estar satisfeito significa ter alcançado os objetivos traçados, atingindo seus interesses, contar com cooperação e o estabelecimento de alianças (NASCIMENTO e NASCIMENTO e LABIAK, 2011 e SILVA, 2014). O bem-estar dos participantes e da comunidade provoca satisfação (FUINI, 2011), como a eficiência e a riqueza, além de suprirem as necessidades humanas (FURTADO, 2000). Neste ensaio, foi patente a influência da governança e da liderança exercida na satisfação por parte dos participantes do APL.

Atualizando as pesquisas e informações sobre os APLs, levou-se em consideração os resultados da pesquisa de 2016. Na questão em que são apontados os problemas nos APLs, têm-se como destaques: constituíam as bases das sugestões a melhor divulgação, maior número de reuniões e mais bem geridas, mas foram apontadas questões como pouca objetividade, muita teoria e pouca aplicação prática; sem frequência de reuniões, não há um estímulo à participação das empresas nos APLs; são poucas as empresas que participam das reuniões; não há uma continuidade nos assuntos; há falta de apoio e gestão; não há uma governança efetiva; não há interação entre empresas participantes e parceiros; falta um apoio do governo em todas as esferas.

Na questão de sugestões de melhorias para os APLs, têm-se como destaques: uma melhor divulgação de associados; parcerias; um melhor canal de informação e acesso às informações sobre ajuda e benefícios. Considerando os problemas referentes às reuniões, também foram sugeridas melhorias nessa questão. No item Gestão do APL, foi apontado uma liderança efetiva do APL para que se tenha uma continuidade, o ingresso de mais empresas e a conscientização da participação no APL; formar mão-de-obra especializada; aumentar a interação das prefeituras e outros órgãos públicos com os participantes e contratar empresas para realizar marketing e para administrar os APLs.

A situação atual, por meio de pesquisas em sites de prefeituras e contato com os dirigentes dos respectivos sindicatos dos APLs estudados, destacando a prefeitura municipal de São Bernardo do Campo, é que, após o ano de 2016, não houve continuidade.

Até então o departamento da prefeitura que coordenava e auxiliava os APLs do Grande ABC e estava dividida da seguinte maneira:

- Coordenação: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, encabeçada pelo secretário Jefferson José da Conceição e pelo secretário Adjunto - Carlos Alberto Krika. A Assessoria Geral dos APLs cabia à Maisa Sodré e tinha a seguinte divisão por APLs:

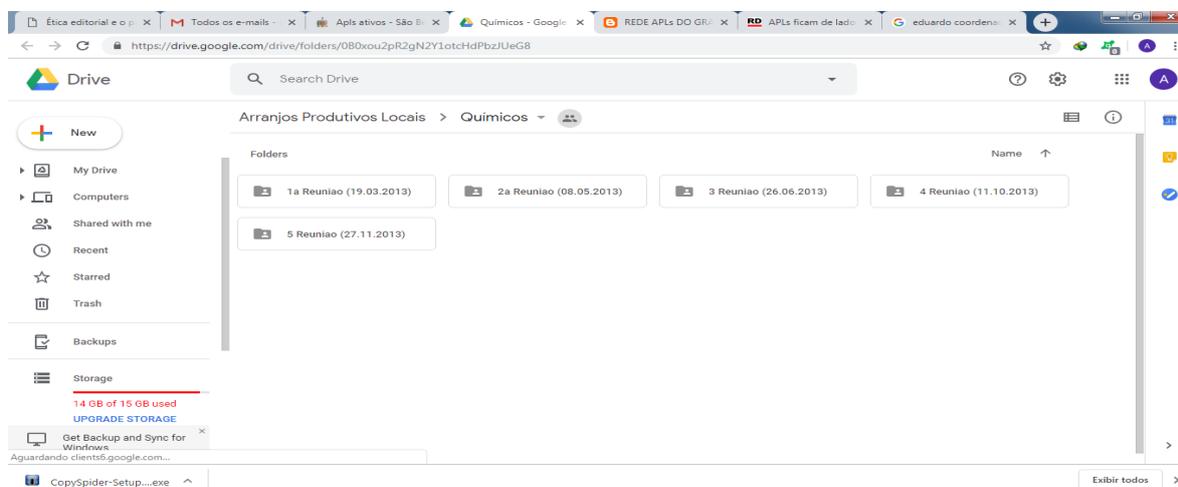
Quadro 4 – Alguns APLs do Grande ABC e seus coordenadores da Prefeitura de São Bernardo do Campo em 2016

| APL | Coordenador |
|---|--------------------|
| APL FERRAMENTARIA APL GRÁFICO | Eleni Mariano |
| APL QUÍMICOS APL DEFESA | Flávia Beltran |
| APL HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E DE PANIFICAÇÃO | Ademir Gasparetto |
| APL DESIGN, AUDIOVISUAL E ECONOMIA CRIATIVA APL TÊXTIL e CONFECÇÃO | Eric Berno |
| APL GETUR | Fernando Bonisio |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A página da Internet da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo que referenciava aos APLs leva ao link do Google Drive com reuniões dos APLs datadas de 2013, como demonstra a Figura 1, tendo como exemplo o APL Químico.

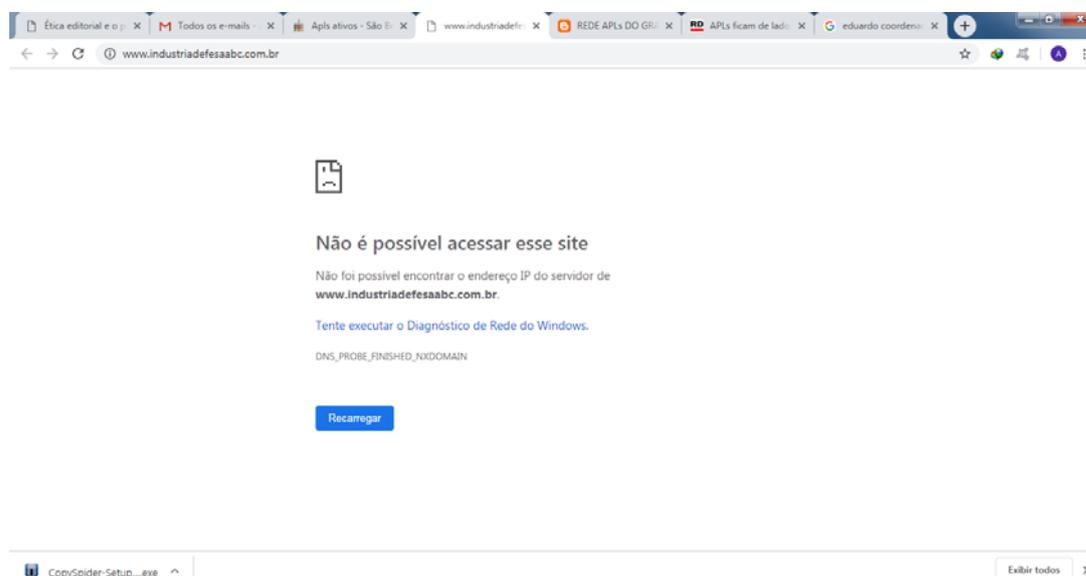
Figura 1 – Site APL Químico



Fonte: <https://drive.google.com/drive/folders/0B0xou2pR2gN2Y1otcHdPbzJUeG8>, acessado em 19/04/2019.

No caso dos links que faziam referências aos APLs, as páginas não existem mais, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Site do APL de Defesa



Fonte: <http://www.industriadefesaabc.com.br/> acessado em 19 de abril de 2019.

Só há informações referentes aos APLs do Grande ABC, anteriores ao ano de 2016, o que indica uma descontinuidade dos mesmos, no caso específico da coordenação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

3. CONCLUSÃO

3.1. Principais Resultados

Esses resultados mostram, de forma significativa, a influência e a importância da governança, liderança e satisfação para que o APL cresça e se desenvolva, para alcançar seus resultados coletivos.

Quanto aos problemas apontados pelas empresas participantes da pesquisa, entre os principais incluem-se aqueles relativos às reuniões e à própria gestão do APL. No que diz respeito às sugestões apontadas, enfatiza-se a necessidade de uma governança e liderança mais efetiva para que as empresas se sintam estimuladas a participar mais ativamente. Isto, para que os objetivos traçados sejam alcançados.

Os problemas nos APLs apontados na pesquisa de 2016 não foram solucionados e até mesmo aumentaram, o que fica evidenciado em reportagem publicada no Repórter Diário de 31 de março de 2017, com o título “APLs ficam de lado no governo Morando”. Nesta matéria, há destaque para a importância da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo como liderança, coordenação e articulação dos APLs, e que foi sinalizada como inexistente desde a mudança de governo por várias empresas participantes dos APLs, como no caso do Moveleiro e Têxtil e de Confecções que foram a base desse estudo. O empresário Sérgio Todesco indica que o APL Moveleiro está parado. No caso do APL Têxtil, o empresário Antonio Valter Trombeta aponta que ele está em uma situação morna. O APL de Ferramentaria está sem nenhuma governança, conforme destaca o empresário Paulo Braga da MentalSinc (Repórter Diário, 2017). Há uma vinculação da situação à falta de liderança efetiva dos APLs. Destaca-se também o papel da liderança em motivar a participação das empresas, mesmo sem a presença de uma instituição pública, como é o caso da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Responde-se também à hipótese da pesquisa. A liderança em um conglomerado tem uma forte influência na Governança deste, o que impacta também no fator Satisfação e a sua continuidade. Como apontado, sem liderança, sem APL. Desta maneira, pode-se afirmar que há uma forte relação do papel da liderança com a governança e a satisfação de pertencer a um Conglomerado com seu sucesso ou fracasso.

3.2. Recomendações Gerais

Para os APLs sobreviverem são necessárias uma governança e uma liderança efetiva, porque elas são a base do desenvolvimento da estrutura da organização e da coordenação interna do arranjo (ALBERS, 2005, 2010). Theurl (2005) observa que cabe à governança equilibrar os conflitos e reduzi-los quanto possível para garantir o longo prazo de vida do arranjo - especialmente quando os interesses são divergentes ou há assimetria de informações – e para tanto é preciso haver preocupação constante com o coletivo e participação efetiva de todos os atores envolvidos no APL.

A segunda contribuição teórica diz respeito à questão da satisfação com a governança e a liderança exercida, que influencia a possibilidade de indicação de outras empresas para participarem do arranjo.

Já a contribuição prática refere-se à avaliação da governança e liderança feita nos APLs Têxtil e de Confecções e Moveleiro do Grande ABC, inclusive ao levantar problemas e sugestões para a melhoria da governança e liderança exercida.

3.3. Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa ensejam afirmar que o campo de estudos pode ser estendido, tanto em termos teóricos quanto práticos. Em termos teóricos, eles colaboram para o progresso dos estudos sobre governança, liderança e satisfação de participação nos APLs.

Em termos práticos, usando o modelo utilizado, permite-se avaliar o que ocorre na prática da Governança nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), espalhados pelo território nacional, auxiliando os seus gestores e atores participantes a avaliar e exercer uma governança e uma liderança mais efetiva, que estimule uma melhor participação de todos os envolvidos e atinja os objetivos coletivos traçados em cada um deles.

Em resumo, a governança, a liderança exercida e a satisfação com a governança e essa liderança geram um ciclo virtuoso, que aumenta o número de empresas no arranjo e seu poder no mercado. Estruturar uma governança e uma liderança efetiva é um caminho promissor para alcançar os resultados operacionais, econômicos e financeiros, de maneira coletiva, uma vez que, unidas, as empresas ficam muito mais aptas a crescer e desenvolver-se do que se atuarem de forma isolada.

Alessandra Bitante. Pós-doutora na área da Economia pela Universidade Federal do ABC, doutorado em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (2016), mestrado em Educação Administração e Comunicação Multidisciplinar pela Universidade São Marcos (2005) e avaliadora da revista *Intervezes*. Atualmente é professor titular da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul na área de informática, professora universitária da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1948650911840769>

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Observatório Econômico. **Por dentro do Grande ABC**. Disponível em: <<http://agenciagabc.com.br/grandeabc0709br/grande-abc/index.php?id=14>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ALBERS, Sascha. **The design of Alliance Governance Systems**. Köln: Kölner Wissenschaftsverlag, 2005.

ALBERS, Sascha. **Configurations of Alliance Governance Systems**. Schmalenbach Business Review, n. 62, p. 204-233, 2010.

CASSANEGO JR., Paulo V. **Governança em clusters de negócios: um estudo em clusters do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

FUINI, Lucas L. Desenvolvimento e arranjos produtivos locais: concepções e interrelações, **Revista Geografia**, Londrina, v.20, n.2, p.151-164, mai/ago. 2011.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HAIR JR., Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Philip. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LESTE, Ary L. M. **Governança e desenvolvimento local: Uma análise do APL turístico de Paraty – RJ**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012.

MALHOTRA, Naresh, K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NASCIMENTO, Décio E; LABIAK Jr., Silvestre. **Ambientes e dinâmicas de cooperação para inovação**. Série UTFInova. Curitiba: Aymará, 2011.

PREARO, Leandro C. **Os serviços públicos e o bem-estar subjetivo da população: uma modelagem multigrupos baseada em Mínimos Quadrados Parciais**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2013.

SILVA, Taís N. **Governança em redes: análise da estrutura de governança de uma rede de cooperação de supermercados na Paraíba- PB**. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. 2014.

THEURL, Theresia. **From corporate to cooperative governance**. In: THEURL, Theresia. *Economics of Interfirm Networks*. Tübingen: Mohr Siebeck, p.149-192, 2005.

12. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Jacqueline de Souza Anjolin

Resumo Executivo

De forma introdutória, o artigo se inicia com uma análise geral sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho. Parte-se então para a análise dos dados do mercado de trabalho brasileiro com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2011 a 2015. As características discutidas são relacionadas à escolaridade, salário médio e participação nos ramos de atividade e ocupação. A escolaridade média da mulher se mostra sempre superior, enquanto o salário médio, inferior. Um olhar através dos agrupamentos de atividades e ocupações revela a ubiquidade da desigualdade de gênero em remuneração e na própria composição das categorias. Destaca-se a concentração das mulheres em atividades e ocupações de menor remuneração. As evidências não permitem concluir que o mercado de trabalho brasileiro caminhe para igualdade de gênero.

Introdução

Não obstante a grandiosidade e relevância das conquistas femininas até hoje alcançadas, o caminho a trilhar ainda é bastante longo. As diferenças salariais intergênero podem resultar de múltiplos fatores, dentre eles as características do trabalhador (como nível educacional e experiência) e de seu trabalho (como área de ocupação, atividade exercida, tipo de contratação e tamanho da empresa). A influência de tais fatores na geração de desigualdades acumula-se no tempo e através das gerações, impactando, por exemplo, escolhas sobre nível de escolaridade, profissão e trajetória profissional planejada. O que é especialmente verdadeiro para as mulheres que continuam sendo desproporcionalmente responsáveis por tarefas domésticas (ONU, 2015, p.110).

De acordo também com o relatório estatístico da ONU de 2015, as mulheres recebem em média menores salários em relação aos homens em todos os países com dados disponíveis. Mesmo na Europa, em 19 dos 28 países analisados, as mulheres recebem entre 80 e 90% do salário masculino¹. Ainda que se tenha constatado que a educação aumenta os rendimentos para ambos os gêneros, também se verificou que o aumento tende a ser maior para os homens. A experiência também privilegia o gênero masculino: a diferença salarial entre homens e mulheres é muito maior ao final de suas carreiras² que no início delas. Também dentre os setores profissionais, o hiato salarial observado nos cargos de gerência é bastante elevado: as mulheres recebem cerca de 65% do recebido pelos homens. O maior diferencial se encontra no setor de trabalhadores comerciais, onde o salário feminino corresponde a apenas 55% do salário masculino (ONU, 2015). Nenhum dos setores avaliados na pesquisa apresenta igualdade salarial.

As desigualdades de gênero se manifestam na maioria dos países, assumindo múltiplas formas de acordo com a estrutura social e econômica vigentes. O avanço na redução de tais desigualdades tem se mostrado lento e também heterogêneo (ONU, 2016). No que tange à educação, por exemplo, a participação feminina no ensino superior ultrapassou a masculina em muitos países. Contudo, apenas 50% das mulheres do mundo participam do mercado de trabalho sendo que, entre os homens, esta taxa é de 77% (ONU, 2016).

O *Global Gender Gap Index* de 2016 do *World Economic Forum* mensura o hiato intergênero referente às dimensões econômica, cultural e política. O menor valor do indicador, zero, indica inequidade plena e o maior valor, um, equidade plena. O Brasil ocupa a 79ª posição dentre os 144 países avaliados (WEF, 2016). Para índices como igualdade salarial em trabalhos similares, o Brasil está em 129ª posição (0,498) e em 86ª posição no quesito empoderamento político feminino (0,132). A situação não difere muito nos países americanos: nenhum dos continentes se encontra entre os

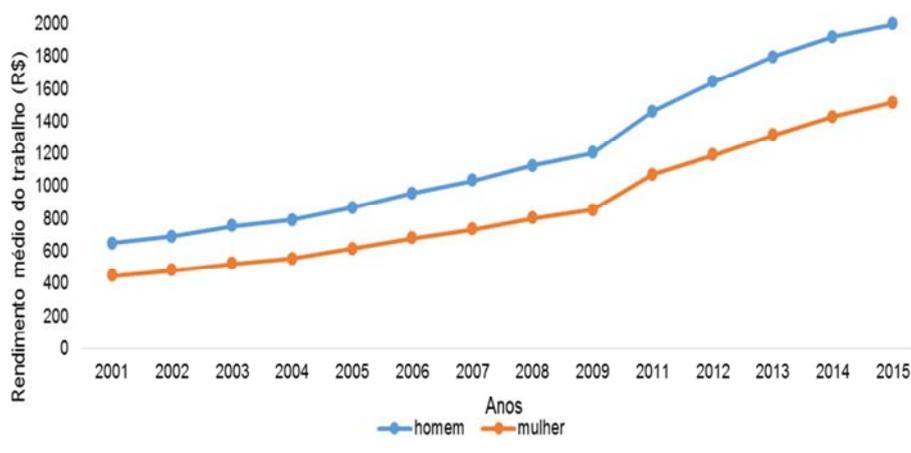
10 primeiros. Da América Latina, Cuba é o primeiro país a aparecer na lista, em 27º lugar no ranking geral, mas em 1º lugar na paridade de obtenção de educação e em 3º na composição feminina do parlamento. Mais especificamente entre os vizinhos, na América do Sul, o primeiro país é a Argentina, em 33ª posição, ocupando o 1º lugar no quesito saúde e sobrevivência, mas o 126º quando se trata de paridade salarial entre homens e mulheres em profissões semelhantes (WEF, 2016).

Além de participarem menos do mercado de trabalho, as mulheres obtêm, em média, um menor retorno dessa participação em termos de qualidade de vida. Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, as mulheres têm jornadas diárias de trabalho 50 minutos mais longas que os homens, caso seja considerado o trabalho não remunerado (cuidar do domicílio e de crianças; ONU, 2015). A ameaça do desemprego é mais provável de se concretizar entre as mulheres, dada a maior taxa de desemprego enfrentada pelo gênero em 121 dos 177 países para os quais a informação estava disponível (ONU, 2015). Adicionalmente, a probabilidade de uma mulher estar submetida à pobreza também é maior (ONU, 2016).

Os relatórios de estatística da ONU de 2015 também mostram que as mulheres latino-americanas ocuparam 28% dos cargos em trabalhos de meio período no ano de 2012. Essas funções permitem melhor conciliação do tempo entre as tarefas domésticas, cuidado com os filhos e o trabalho remunerado, o que eleva o número de mulheres nessas ocupações. Porém ocupações de meio período apresentam condições de trabalho mais precárias, menor remuneração horária e menor seguridade do emprego (ONU, 2015).

É especialmente notória a evidência de que as mulheres são menos remuneradas: trata-se de um padrão que se estendeu a todas as atividades econômicas e ocupações da maioria dos 177 países contemplados na mais recente edição do relatório *World's Womens* (ONU, 2015). O caso particular do Brasil não foge à tendência geral. Com base nos dados da PNAD de 2001 a 2015, pode-se acompanhar o desenvolvimento do valor de rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas com 10 anos ou mais de idade separados por gênero (IBGE, 2017). Na figura a seguir, o rendimento médio feminino se encontra sempre abaixo do masculino, sem aparente tendência à equidade. Pelo contrário, a diferença parte de R\$ 201 em 2001 e chega a R\$ 484 em 2015 - deflacionados, os valores correspondem, respectivamente, a R\$ 186,68 e R\$ 437,63.

Figura 1 – Rendimento médio do trabalho deflacionado, 2001-2015



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração própria da autora. Os dados para 2010 não se encontram disponíveis.

Desde Becker (1957) a análise econômica tem procurado compreender a racionalidade econômica da discriminação salarial de grupos sociais que se distinguem em função de características físicas, étnicas e culturais.

De acordo com Altonji e Blank (1999), com a queda das taxas de natalidade, de casamento e estabilidade matrimonial, os ganhos da especialização ligados às vantagens comparativas baseadas em características biológicas dos gêneros deveriam também ter diminuído. Há muito se observa o declínio da importância de habilidades físicas e aumento da relevância de habilidades cognitivas e intrapessoais no trabalho humano. Assim, as decisões acerca do nível educacional e da carreira pretendida pelas mulheres vêm se assimilando às dos homens nos últimos 30 anos (ALTONJI; BLANK, 1999). Contudo, se a família e a tradição exercerem relevante influência sobre a transmissão de preferências por áreas de trabalho e investimento em capital humano em geral aos seus descendentes, as vantagens comparativas já determinadas historicamente tendem a persistir por mais tempo.

Outro grande indício de manutenção da discriminação acontece fora do mercado, mas pode contribuir para que as mulheres optem em investir menos em capital humano. Os efeitos da discriminação sofrida pelos pais são geralmente importantes para definir as habilidades que o indivíduo acumulará, além de outras variáveis, como vizinhança e escola frequentada, interferem na perspectiva econômica individual (ALTONJI; BLANK, 1999). Dessa forma, a discriminação afeta antes e depois da entrada no mercado de trabalho, assim como também a discriminação passada influencia as condições futuras (por exemplo, pelo comportamento de pais e professores ante o indivíduo e, conseqüentemente, a perspectiva que é formada nessa relação). Assim, é difícil separar os efeitos da discriminação exógena da discriminação do mercado pois ambos se influenciam simultaneamente. Ou seja: se as mulheres acreditarem, por exemplo, ter dificuldade em serem aceitas numa dada profissão, é provável que elas não optem por investir em habilidades necessárias a essa profissão (ALTONJI; BLANK, 1999).

Dadas as evidências pontuadas, o presente artigo busca analisar alguns aspectos da composição do mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2011 e 2015, principalmente pela sondagem características como escolaridade, salário médio e participação nos ramos de atividade e ocupação.

Análise

As PNADs de 2011 a 2015 revelam que o rendimento médio masculino se mostrou entre 30 e 35% maior que o feminino. Tal disparidade manteve-se praticamente inalterada em magnitude no período, com queda desprezível (cerca de 1%, em média) nos três últimos anos.

Tabela 1 – Salário médio (mulheres e homens) – termos mensais em R\$

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|--------|---------|---------|---------|---------|
| Salário médio do homem | 1444,8 | 1626,05 | 1776,96 | 1895,74 | 1975,65 |
| Salário médio da mulher | 1080,6 | 1201,78 | 1327,92 | 1431,28 | 1520,38 |
| Razão de rendimentos (homem/ mulher) | 1,337 | 1,353 | 1,338 | 1,325 | 1,299 |
| Razão de rendimentos (mulher/homem) | 0,748 | 0,739 | 0,747 | 0,755 | 0,770 |

Elaboração própria da autora a partir de dados das PNAD's de 2011 a 2015 do IBGE. Obs.: p-valor (teste de diferença de média) para 2011, 2012, 2013, 2014, 2015: < 0.01% (H).

A pesquisa em economia do trabalho sugere que uma das principais causas do diferencial salarial é o diferencial educacional (Altonji e Blank, 1999). No Brasil, as mulheres apresentaram em média cerca de meio ano a mais de estudo no período 2011-2015 (Tabela 2). Nota-se que o diferencial de escolaridade entre os gêneros cresce vagarosa, porém constantemente, e que as mulheres apresentaram maior aumento de nível educacional durante os cinco anos analisados (em consonância com a tendência internacional; ONU, 2015, cap.3).

Tabela 2 – Média de anos de estudo no Brasil

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|------|------|
| Homem | 7,03 | 7,23 | 7,31 | 7,43 | 7,56 |
| Mulher | 7,53 | 7,74 | 7,83 | 7,96 | 8,09 |
| Diferença (mulher – homem) | 0,496 | 0,514 | 0,529 | 0,52 | 0,53 |

Elaboração própria da autora a partir de dados das PNAD's de 2011 a 2015 do IBGE. Obs.: p-valor (teste de diferença de média) para 2011, 2012, 2013, 2014, 2015: < 0.01% (H).

Outra característica sobre os determinantes dos salários enfatizada pela literatura é o setor em que o indivíduo exerce suas atividades. Na tabela a seguir, nota-se que o salário médio é, em 9 das 11 categorias analisadas (em 2014, em 10 das 11), maior para o gênero masculino. O setor de atividade industrial é o que mais se aproxima da paridade salarial, com alguma aparente vantagem para as mulheres. O único setor claramente dominado, em termos de retorno, pelo gênero feminino é o de construção. Como argumentado por Giuberti e Menezes-Filho (2005), esse setor emprega mão de obra masculina pouco qualificada em maioria, principalmente na atividade construtiva em si (pedreiros, por exemplo), enquanto a mão de obra feminina se concentra em cargos que exigem maior qualificação e, portanto, oferecem maior remuneração.

Tabela 3 – Salário médio relativo (mulher/homem) por grupamento de atividade em %

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Setor Agrícola | 64,1% | 68,9% | 69,4% | 66,5% | 74,0% |
| Atividade Industrial | 119,4% | 103,9% | 116,5% | 94,1% | 107,3% |
| Setor de Transformação | 61,2% | 61,9% | 61,6% | 60,6% | 61,2% |
| Construção | 149,9% | 136,1% | 139,1% | 142,5% | 152,3% |
| Comércio e reparação | 70,6% | 71,1% | 71,3% | 71,0% | 72,6% |
| Alojamento e alimentação | 71,9% | 71,7% | 69,0% | 71,3% | 71,3% |
| Transporte, armazenagem e comunicação | 86,3% | 93,9% | 83,3% | 91,0% | 89,5% |
| Setor administração pública | 87,3% | 82,8% | 84,7% | 86,2% | 84,2% |
| Educação, saúde e serviços sociais | 61,6% | 59,6% | 61,8% | 64,6% | 62,8% |
| Serviços domésticos | 71,5% | 72,1% | 73,4% | 71,9% | 74,2% |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 67,3% | 64,0% | 63,3% | 61,0% | 63,7% |

Fonte: Elaboração própria da autora a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2011 a 2015.

Dos 4 setores que em 2011 e 2015 a participação feminina supera 50%, 3 deles apresentam remuneração abaixo da média. Destes setores, os serviços domésticos apresentam o pior nível de remuneração entre todas as 11 categorias, com média de R\$ 4,68 e R\$ 7,85 por hora, respectivamente. Nessa área, a cada 10 ocupados, pelo menos 9 são mulheres; número este que apresentou decréscimo percentual de apenas 0,8 em 5 anos. O ramo de atividade mais bem remunerado é dominado pelos homens e compreende serviços de administração pública, com média salarial de R\$ 19,10 em 2011 e R\$ 36,68 em 2015, com cerca de 60% dos ocupados sendo do gênero masculino. O setor mais bem remunerado paga em média quase 4 vezes mais a hora trabalhada do que o setor menos bem remunerado em 2011 e 4,67 vezes em 2015.

Tabela 4 – Participação do gênero feminino nos agrupamentos de atividade

| | Salário horário médio (R\$) | | Participação feminina | |
|---|-----------------------------|-------|-----------------------|-------|
| | 2011 | 2015 | 2011 | 2015 |
| Setor Agrícola | 6,62 | 8,41 | 29,8% | 28,6% |
| Atividade Industrial | 15,59 | 24,39 | 14,0% | 14,4% |
| Setor de Transformação | 8,79 | 12,47 | 37,4% | 38,4% |
| Construção | 7,90 | 12,79 | 2,7% | 3,4% |
| Comércio e Reparação | 8,38 | 11,98 | 41,7% | 41,0% |
| Alojamento e Alimentação | 7,30 | 10,91 | 54,1% | 56,2% |
| Transporte, Estocagem e Comunicação | 11,72 | 15,73 | 12,6% | 12,2% |
| Setor Administração Pública | 19,10 | 36,68 | 40,6% | 39,8% |
| Educação, Saúde e Serviços Sociais | 14,46 | 24,08 | 76,3% | 75,3% |
| Serviços domésticos | 4,68 | 7,85 | 92,4% | 91,6% |
| Outros Serviços coletivos, sociais e pessoais | 9,65 | 15,24 | 62,1% | 62,7% |

Fonte: Elaboração própria da autora a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2011 a 2015. Obs.: p-valor do teste para equidade de gênero nas atividades (i.e., teste participação mulheres = 0,5) é < 0,01% para todas as atividades, indicando inequidade.

É intuitivo que a composição salarial seja influenciada pela ocupação exercida, i.e., pelo cargo e pelas atribuições. Na tabela a seguir, vemos que, das 9 ocupações analisadas, apenas mulheres pertencentes às forças armadas apresentam aparente vantagem salarial, com valores cuja suposta tendência leva à paridade. Nas outras categorias, a mulher tem remuneração sempre inferior. O grupamento composto por profissionais das ciências, engenharias, artes, saúde, justiça e religião é o que apresenta maior hiato salarial intergênero, onde as mulheres recebem em média apenas 58%, aproximadamente, da média salarial masculina.

Tabela 5 – Salário médio relativo (mulher/homem) por grupamento ocupacional – em %

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|
| Dirigentes e Gerentes (setor público e Profissionais: Ciência, Engenharia, Arte, Saúde, Justiça, Religião) | 70,2 | 69,6 | 68,9 | 71,3 | 69,0 |
| Técnicos e Professores de Nível Médio | 69,8 | 67,0 | 67,7 | 71,8 | 75,9 |
| Serviços Administrativos | 79,2 | 78,1 | 79,5 | 79,1 | 79,2 |
| Serviços de Atendimento | 66,7 | 67,9 | 67,8 | 68,9 | 69,4 |
| Vendas e Prestação de Serviços do Trabalhadores Agrícola, Agropecuário, Extrativista e Pescadores | 70,1 | 67,8 | 67,4 | 69,5 | 71,0 |
| Produção Industrial, Reparação e | 67,3 | 68,5 | 70,2 | 66,9 | 74,4 |
| Membros e Auxiliares das Forças Armadas | 65,6 | 63,6 | 64,8 | 66,1 | 66,0 |
| | 116,5 | 126,9 | 105,2 | 115,5 | 106,1 |

Fonte: Elaboração própria da autora a partir dos microdados

Há dominância do gênero feminino em quatro ocupações (Tabela 6). Uma dessas ocupações registrou a menor remuneração em 2011 e a segunda menor em 2015: serviços de atendimento, com R\$ 5,67 e R\$ 9,40 por hora, respectivamente. Ficou nítida, em 2011 e 2015, a tendência à concentração do gênero feminino em ocupações que oferecem menor remuneração. Das quatro ocupações dominadas por mulheres, três (75%) apresentaram remuneração horária relativamente baixa (inferior à mediana ao longo das ocupações). Contudo, das cinco ocupações dominadas por homens, apenas duas (40%) apresentaram remuneração horária relativamente

baixa. Em se tratando das duas ocupações que apresentam os maiores rendimentos por hora, pode-se observar que, apesar da diferença média entre os salários de 2011 e 2015 ser de apenas R\$ 1,89, as mulheres dominam o grupamento de profissionais das ciências, engenharias, artes, saúde, justiça e religião, enquanto representam somente cerca de 37% do grupamento de dirigentes e gerentes.

Cabe assinalar também que o teste de hipóteses para a proporção (tabelas 4 e 6) visa testar a suposição de equidade na participação dos gêneros nas categorias de atividades e de ocupações. O teste apresentou p-valor menor que 0,01% para todos os grupamentos, indicando que a distribuição é desigual e as dominâncias observadas na amostra podem ser tomadas como representativas da população brasileira.

Tabela 6 – Participação do gênero feminino em cada ocupação em %

| | Salário horário médio (em R\$) | | Participação das mulheres | |
|---|-----------------------------------|-------|------------------------------|-------|
| | 2011 | 2015 | 2011 | 2015 |
| Dirigentes e gerentes (setor público e privado) | 25,34 | 36,52 | 36,8% | 37,5% |
| Profissionais: ciência, engenharia, arte, saúde, justiça, religião | 24,05 | 41,60 | 61,6% | 61,6% |
| Técnicos e professores de nível médio | 14,61 | 24,04 | 44,3% | 44,1% |
| Serviços administrativos | 9,94 | 15,57 | 60,3% | 63,1% |
| Serviços de atendimento | 5,67 | 9,40 | 66,3% | 65,4% |
| Vendas e prestação de serviços do comércio | 6,99 | 10,18 | 52,0% | 51,1% |
| Trabalhadores agrícola, agropecuário, extrativista e pescadores | 6,54 | 8,30 | 30,0% | 28,7% |
| Produção industrial, reparação e manutenção | 7,48 | 11,03 | 13,3% | 12,6% |
| Membros e auxiliares das forças armadas | 20,48 | 32,11 | 6,3% | 9,2% |

Fonte: Elaboração própria da autora a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2011 e 2015. Obs.: p-valor do teste para equidade de gênero nas ocupações (i.e., teste participação mulheres = 0,5) é < 0,01% para todas as categorias, indicando inequidade.

Discussão

A presente pesquisa analisou a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro com os dados da PNAD de 2011 a 2015 e obteve evidências úteis à compreensão das desigualdades entre os gêneros. Investigou-se características observáveis que a literatura defende como determinantes na produtividade dos indivíduos e as evidências de remuneração desses determinantes.

Primeiramente foi estabelecido que o salário médio feminino corresponde a, em média, 75% do masculino. O maior diferencial intergênero, em termos de salários, ocorreu em 2014, quando os homens receberam em média quase R\$ 464/mês a mais que as mulheres. Em consonância, o trabalho de Giuberti e Menezes-Filho (2005) obteve, com dados de 1981, 1988 e 1996 referentes ao Brasil e aos Estados Unidos, semelhantes resultados de sub-remuneração dos retornos femininos no país, no qual o salário feminino chegou nesse último ano a 80% do retorno masculino.

Para investigarmos tamanha diferença, baseados na literatura, consideramos o diferencial educacional como a principal causa do diferencial salarial (ALTONJI E BLANK, 1999). Constatou-se que as mulheres mostraram cerca de meio ano de escolaridade a mais que os homens durante os 5 anos analisados.

Ao observar o salário médio relativo por ramo de atividade e ocupação desempenhada, notamos que o salário médio se mostrou, em 9 das 11 (em 2014, em 10 das 11) categorias analisadas, maior

para o sexo masculino. A atividade industrial é a atividade mais próxima da igualdade salarial, porém nela a participação feminina ronda a taxa de 14% em 2011 e 14,4% em 2015, mostrando pouca inserção feminina no setor dentro desses 5 anos. Apenas no setor de construção civil as mulheres receberam salários superiores.

No que tange à participação dos sexos, as mulheres dominam 4 categorias de atividades, sendo uma delas o serviço doméstico, que apresenta a pior remuneração e emprega cerca de 9 mulheres a cada 10 empregados. Enquanto isso, a maior remuneração é encontrada na atividade de administração pública, onde a participação feminina é cerca de 40% e a remuneração feminina corresponde a cerca de 85% do retorno masculino. A ocupação mais bem remunerada atualmente é a de profissionais da ciência, engenharia, arte, saúde, justiça e religião, cuja participação feminina alcança 60% dos contratados, porém, o grupo recebe entre 55 e 60% do salário médio masculino. Das outras 8 ocupações, duas são claramente dominadas por mulheres (mais de 60% de participação no setor), sendo a remuneração horária cerca de R\$10, ou seja, 25% do que recebem os profissionais da ciência, engenharia, arte, saúde, justiça, religião. Ainda assim, nessas duas ocupações (serviços administrativos e serviços de atendimento), o salário feminino não alcança mais que 80% do masculino. As trabalhadoras com salário acima da média ocupam posições que exigem ensino superior, ou seja, é notável a tentativa da mulher em compensar o efeito da discriminação dominando o setor de maior remuneração que claramente necessita de maior nível médio de escolaridade.

Em consonância com os boletins da ONU (2015; 2016) e a análise do *World Economic Forum* (2017), constata-se o mesmo prognóstico sobre a inserção da mulher em áreas menos bem remuneradas e/ou previamente julgadas como femininas, como é o caso do setor de serviços domésticos, onde mais de 90% dos empregados são mulheres.

Conclusão

A análise das PNADs 2011 a 2015 empreendida trouxe à lume algumas evidências necessárias à compreensão das desigualdades de gênero inerentes à atualidade do mercado de trabalho brasileiro. As mulheres, mesmo detendo maior capital humano, continuam a receber remuneração e participação mais baixas em ocupações de direção e gerência.

O Brasil ainda se mantém na metade inferior do *ranking* dos países com maior igualdade intergênero (WEF, 2016). Ainda persistem as profissões quase estritamente preenchidas por mulheres, profissões essas extremamente desvalorizadas social e economicamente. As mulheres ainda são mais de 50% da parcela dos trabalhadores com menor salário dentre as categorias de atividade e ocupação analisadas nesse trabalho.

Conclui-se, pois, que avanços desse período recente, como melhorias na inserção feminina no mercado de trabalho, não puderam se traduzir em redução da intensidade com que a discriminação de gênero se manifesta em termos de diferenciais salariais. Como afirmado pelo relatório da ONU (2015), apesar do número de mulheres ocupadas ter crescido, grande parte de tal crescimento compreendeu empregos de meio período. Ou seja, a inserção aumentou, porém, sem garantias de melhores condições de trabalho, remuneração e seguridade do emprego.

A tentativa das mulheres é de alcançar um nível salarial que anule, ou ao menos compense, a discriminação por meio do aumento da escolaridade e inserção em profissões que exijam melhor formação acadêmica. Pouco se pôde, portanto, flexibilizar a restrição imposta pela discriminação à capacidade do mercado de trabalho para contribuir para a melhoria da qualidade de vida da mulher, tanto no Brasil quanto no mundo, onde as mulheres, por exemplo, representam maioria no ensino superior, mas apenas metade tem acesso ao mercado de trabalho (WEF, 2016).

Por fim, faz-se necessário ponderar que as mudanças estruturais futuras dependem cada vez mais de mudanças sociais, no que diz respeito à valorização da mulher como semelhante ao homem, não apenas em termos de suas atividades econômicas, mas também por meio da desconstrução do status privilegiado do gênero masculino perante a sociedade.

Notas

1 Ocupações de período integral.

2 Após 30 anos de trabalho numa mesma empresa.

Jacqueline de Souza Anjolin. *Graduada em Ciências e Humanidades e em Ciências Econômicas pela UFABC. Mestra em Economia também pela UFABC. Atualmente, atua como professora de Econometria no Centro Universitário Fundação Santo André. Pesquisa discriminação salarial entre gêneros no mercado de trabalho brasileiro. Interessa-se por análise de dados e conjuntura e por temas relacionados ao bem-estar social.* <http://lattes.cnpq.br/5110924307976152>.

Referências Bibliográficas

ALTONJI, J. G., & BLANK, R. M. Race and gender in the labor market. In: **Handbook of labor economics**, 3, 3143-3259. North-Holland. 1999.

BECKER, G. **The economics of discrimination**. Second edition. The University of Chicago Press, 1957.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: abril de 2016.

GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Econ. Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-384, Sept. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: abril de 2018.

IBGE. Sistema de recuperação automática de dados. SIDRA. 2017. Disponível em [www. https://sidra.ibge.gov.br/](https://sidra.ibge.gov.br/)

ONU, Organização das Nações Unidas. The World's Women 2015: Trends and Statistics. United Nations Statistics Division, 2015. Disponível em <<https://unstats.un.org/unsd/gender/worldswomen.html>>. Acesso em: junho de 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. Gender statistics. ONU, 2016. Disponível em <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/47th-session/documents/2016-20-Gender-statistics-E.pdf>>. Acesso em: junho de 2019.

World Economic Forum (WEF). 2017. The Global Gender Gap Report 2016. The World Economic Forum, 2016. Disponível em <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/the-global-gender-gap-report-2016/>>. Acesso em: junho de 2019.

13. A INFLUÊNCIA DO PERFIL COMPORTAMENTAL NO EMPREENDEDORISMO FEMININO

Maísa Sodré

Resumo Executivo

Esta nota técnica objetiva apresentar como o perfil comportamental influencia nas tomadas de decisões no empreendedorismo feminino, apontando os aspectos principais das características da mulher empreendedora, sobretudo, alguns fortes e fracos no desenvolvimento profissional, ressaltando a importância do empoderamento feminino sob a visão de Marston (2013).

1. O empoderamento feminino de Marston (2013)

Ao longo da história, cientistas e pesquisadores observaram similaridades básicas nos comportamentos, as quais foram validadas pelas empresas. Esses instrumentos de análise de perfil comportamental desenvolvidos são utilizados pelas empresas para ajudar as pessoas a maximizarem seus talentos e identificarem oportunidades de desenvolvimento. Mercadologicamente falando: “colocar a pessoa certa, no lugar certo”.

Nesta nota técnica, destaca-se uma corrente que pode servir como referência sobre o empoderamento empreendedor feminino: a obra de Marston (2013).

William Moulton Marston (1893-1947) é considerado o pai da linguagem DISC. Nascido em Cliftondale, Massachusetts, em 1893, o Dr. Marston estudou na Universidade de Harvard, onde se graduou duplamente (1915 e 1918) e também fez doutorado em 1921 (BONNSTETTER; RIBAS, 2016, p. 39).

Marston era uma pessoa à frente do seu tempo, pois defendia a igualdade de gênero. Segundo Vieira & Silva (2018, p. 71), em sua obra intitulada “As Emoções das Pessoas Normais”, Marston “*deixava claro que seus estudos não se propunham a fazer uma análise de certos distúrbios mentais (psicopatologias), mas sim entender as emoções cotidianas de pessoas comuns*”.

Marston (2013) levava em conta a expressão dos indivíduos: a dominância, a influência, a submissão e a complacência, que podem ser utilizadas em diversas situações, nas quais as pessoas obtêm o que desejam.

Uma das contribuições do autor se destaca: trata-se do teste de pressão arterial sistólica, o detector de mentiras. O estudo foi desenvolvido na Universidade de Harvard em 1938 e publicado em seu livro –“O Detector de Mentiras” (BONNSTETTER; RIBAS, 2016).

No início dos anos 1940, a predominância dos super-heróis masculinos era grande. Tomem-se como exemplos Lanterna Verde, Batman e Superman, da DC Comics. Atribui-se à esposa de Marston, Elizabeth Holloway Marston, a criação da Mulher Maravilha. A partir dela concebeu-se a ideia de se criar uma super-heroína. Segundo Marston, “*A Mulher-Maravilha é a propaganda psicológica para o novo tipo de mulher que deve governar o mundo*”.

Figura 1 – A primeira edição da Mulher Maravilha em 1942



Fonte: <https://www.planocritico.com/entenda-melhor-cronologia-e-publicacoes-da-mulher-maravilha/>

Marston defendia a ideia de que o mundo poderia ser melhor se liderado pelas mulheres. E que elas deviam conquistar seu espaço, evitando serem iguais aos homens, sem abrir mão de suas características de mulher. Na figura 1, pode-se notar que a caracterização física da Mulher Maravilha mantém os seus traços sensuais e a delicadeza da mulher.

Trazendo esta perspectiva para a atualidade dos negócios no século XXI, verifica-se que o empoderamento feminino está em voga. A mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, atuando em vários segmentos, em busca de seu espaço, direitos e igualdade. Para alcançar esses objetivos, a mulher ainda precisa persistir, quebrar barreiras de imposição de comportamentos, culturas e costumes. Nessa nota técnica, enfatiza-se enfatizado o comportamento, comentado a seguir.

2. O comportamento feminino e o acrônimo *DISC*

Depois de analisar os padrões de comportamento e as reações instintivas de milhares de pessoas, Marston (2013) classificou o comportamento humano como o somatório de quatro fatores básicos, que viriam a formar o acrônimo DISC:

D = Dominância: Indica como a pessoa lida com problemas e desafios. Os principais descritores são: competitivo, decidido, direto, orientado para resultados. EMOÇÃO: RAIVA.

I = Influência: Indica como a pessoa lida com pessoas e as influências. Os principais descritores são: confiante, inspirador, otimista, popular, sociável, confia nos outros. EMOÇÃO: OTIMISMO.

S = Estabilidade: Indica como a pessoa lida com mudanças e estabelece o seu ritmo. Os principais descritores são: agradável, bom ouvinte paciente, sincero, constante, membro de equipe, estável. EMOÇÃO: NÃO DEMONSTRAÇÃO DE EMOÇÕES.

C = Conformidade: Indica como a pessoa lida com regras e procedimentos estabelecidos por outros. Os principais descritores são: objetivo, analítico, perfeccionista, cuidadoso e minucioso. EMOÇÃO: MEDO.

Fonte: Solides, 2019.

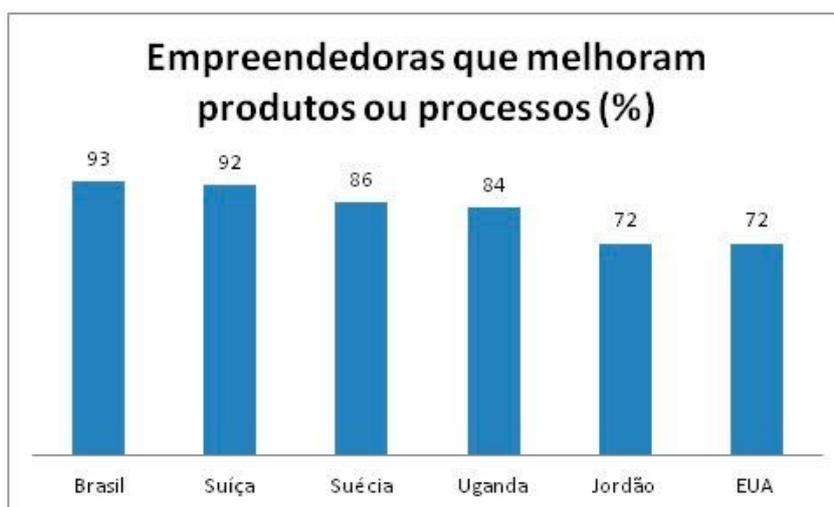
Uma análise de perfil comportamental trará informações relevantes a respeito das facilidades ou dificuldades de uma pessoa em relação às suas ocupações profissionais, relacionamentos ou qualquer outra atividade em que se envolva.

3. Apresentação da pesquisa do SEBRAE – O Perfil das Mulheres Empreendedoras

Nessa seção, serão apresentadas as características que estão presentes no perfil empreendedor feminino com base na pesquisa do “perfil empreendedor feminino brasileiro”, do SEBRAE, de 2019, e num relatório da Endeavor Brasil sobre as empreendedoras brasileiras, pesquisa atualizada em 2015.

a) EMPREENDEDORAS BRASILEIRAS SÃO MUITO INOVADORAS

As mulheres no Brasil melhoram produtos ou processos e têm uma visão geral do negócio maior do que em outros países.



Fonte: Endeavor, 2015.

Sob o ponto de vista do DISC, a característica “inovadora” está centrada na dominância e na influência. Segundo Bonnerstetter & Ribas (2016), a proatividade, o senso de urgência, a ansiedade por mudança e facilidade para correr riscos são características dos perfis de dominância e influência.

b) NETWORKING É A PALAVRA DE ORDEM

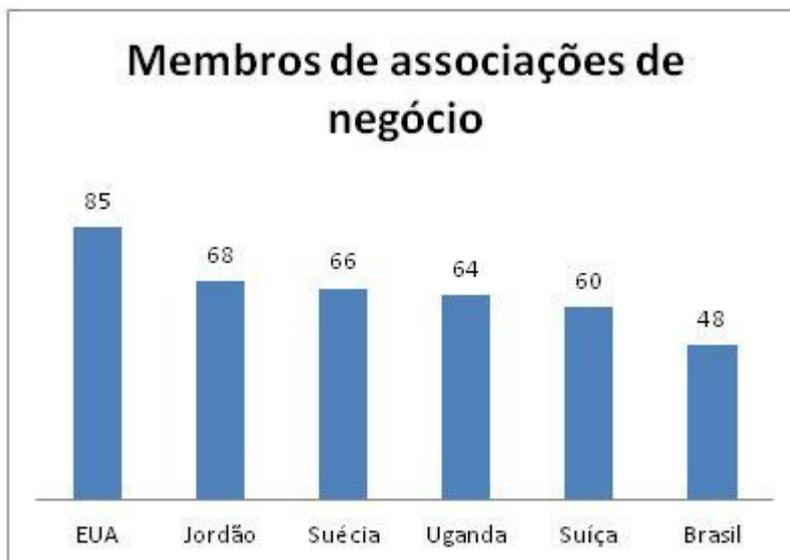
Segundo a Pesquisa da Endeavor (2015), fazer “networking” é importante para qualquer empreendedor. As mulheres que afirmam que “nunca” se reúnem com outros donos de negócios implementaram, em média, apenas uma inovação nas suas empresas no período de um ano, enquanto mulheres que se reúnem com outros donos de negócios uma vez por semana implantam em média 3.7 inovações no mesmo período.

Mesmo assim, as empreendedoras brasileiras são piores no quesito relacionamento com outros empreendedores e organizações do que empreendedoras no resto do mundo. A maioria das empreendedoras nos outros países afirma ser membro de algum tipo de associação de negócios, mas no Brasil, a taxa é muito baixa (48%).

Essa diferença pode ter resultados graves para elas:

- É mais difícil para empreendedoras acessar informações quando estão começando uma empresa (15,8% mulheres concordam, em comparação com 3,8% dos homens).

- Os homens têm mais probabilidade de serem aceitos em algum tipo de programa patrocinado pelo governo para desenvolvimento / assistência a negócios (38,5%, comparado a 19,2% de mulheres).



O *networking* é uma habilidade de comunicação das pessoas com o fator influência, pois são mais comunicativas, extrovertidas e com grande necessidade para interagir e verbalizar, sobretudo, a venda de ideias.

c) ELAS USAM CURSOS E SE ESPELHAM EM EXEMPLOS

Empreendedoras no mundo inteiro usam cursos para se aprimorarem, e as brasileiras os usam mais do que nos outros países. Um total de 73% das mulheres fez algum curso, comparado com 50% dos homens. Ao mesmo tempo, 81,8% das empreendedoras tinham “*role models*” (exemplos), comparado com 50% dos homens.

Isso pode acontecer porque, na fase de startup, as mulheres acreditam que precisariam ter adquirido mais confiança quando começaram o próprio negócio (18%, contra 4% dos homens). Os cursos e “*role models*” ajudam, pois na fase atual elas se sentem mais confiantes e têm o mesmo nível de confiança que os homens (4.0 na escala de 5).

Em geral, é importante que as organizações pró-empresendedorismo adicionem módulos relacionados a *networking* em cursos e eventos que, segundo o estudo, já tem alta procura das mulheres no país.

Essa busca é uma característica que pode ser encontrada em pessoas com o fator influência, que procuram um modelo de referência para se inspirar, de modo a facilitar os caminhos já percorridos no empreendedorismo.

4. Comparativo entre as visões sobre inovação dos empreendedores e empreendedoras

Um total de 58% das mulheres diz “introduzir um método de produção novo”, “introduzir mudanças no processo de marketing” e “reconhecer o valor de novas informações externas e aplicar as informações para fins comerciais”. Esse número é maior do que o considerado pelos homens entrevistados (46%, 35% e 42%, respectivamente). Segundo o estudo, os homens são mais propensos a criar inovações do produto que podem ser licenciadas (34,8% dos homens têm licenças, em comparação com 17,4% das mulheres). Essa diferença pode ajudar os homens a mostrar a inovação dentro de suas empresas com mais facilidade do que as mulheres, o que, por sua vez, pode fazer diferença para conseguir apoio das organizações, incluindo bancos.

Relatório especial de março 2019, elaborado pelo SEBRAE, sobre Empreendedorismo Feminino no Brasil apresenta o perfil das mulheres empreendedoras. O resultado parcial dessa pesquisa é o que se segue:

- A proporção de negócios por NECESSIDADE é maior no grupo das mulheres (44% de necessidade contra 32% no caso dos homens);
 - As Donas de Negócio têm maior escolaridade (16% maior), do que os homens;
 - As Donas de Negócio são (cada vez mais) “Chefes de domicílio” (45%);
 - Mais de 2/3 das mulheres Donas de Negócio trabalha sem CNPJ;
 - Poucas têm sócios (19%) e, quando têm, o número de sócios é baixo (o número médio de sócios é 0,58);
 - As Donas de Negócio trabalham menos horas no negócio do que os homens (18% a menos);
 - As Donas de Negócio ganham menos do que os homens (22% a menos);
 - Parcela expressiva das Donas de Negócio (25%) trabalha em casa;
 - É mais baixa a proporção de mulheres empregadoras (13%);
 - É mais alta a proporção de mulheres que trabalham por conta própria (87%);
 - Quase metade dos MEI existentes no país são mulheres (48%);
 - As mulheres MEI se destacam em atividade de beleza, moda e alimentação;
 - As mulheres MEI trabalham mais em casa (55%).
- (SEBRAE, 2019).

Destacamos dois pontos que faltam às mulheres com relação aos itens citados da pesquisa:

1. O fator predominante do perfil é a estabilidade, mas que se reflete na dificuldade de fazer planejamento, cujas etapas dos processos não estão bem definidas. O fator dominância na mulher é mais forte, porque ela tende a executar tudo sozinha.
2. O empreendedorismo por necessidade, formado em sua maioria por mulheres que trabalham em casa, reproduz ainda o conceito da mulher visto como dona de casa e executora das atividades do lar.

Conclusão

Cabe identificar o perfil comportamental por meio de análises que comprovam o estilo de liderança, comunicação, resiliência ajudando a identificar a sua atuação profissional e empreendedora.

Quando identifica seu perfil comportamento, fica mais fácil para a empreendedora negociar com os seus fornecedores e clientes. Ela estará ciente de seu estilo, observando os seus pontos fracos e fortes.

Dessa forma, isto facilitará na busca de parceiros e sócios para complementar a visão global dos seus negócios; na análise do perfil do consumidor e das tendências de inovação; no desenvolvimento da estratégia organizacional e; na participação de grupos de networking e associações comerciais, de classe e segmento, como grupo de mulheres empreendedoras para interagir, compartilhar e buscar soluções para o seu segmento; no comportamento da empreendedora se relacionar consigo, com os colaboradores e principalmente atendendo a necessidade do cliente de forma inovadora.

Maísa Sodré. Empreendedora. Atua com marketing digital, certificado em coaching e   líder da célula de negócios da rede mulheres que decidem. Atuou como assessora de desenvolvimento econômico nas prefeituras de Santo André e São Bernardo do Campo, na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e como coordenadora do ITESCS.

Referências Bibliográficas

Decifre e Influencie Pessoas – Paulo Vieira, Deibson e Deibson Silva.

IBQP (2018), “Empreendedorismo no Brasil”. Global Entrepreneurship Monitor.

LANGLEY, Travis; WOOD, Mara. **A Psicologia da Mulher-Maravilha: Descubra as virtudes da maior super-heroína que conhecemos e por que ela deve ser a grande inspiração para toda a humanidade.** Única Editora, 2018.

Manual Definitivo DISC – Bill J. Bonnstetter e Alexandre Dimas.

MARSTON, William Moulton. **Emotions of normal people.** Routledge, 2013.

O Mito do Empreendedor – Michael E. Gerber.

Pesquisa de Necessidades e Comportamento dos Donos de Negócios do Estado de São Paulo, 2011 – Elaborado SEBRAE-SP/Inteligência de Mercado.

SEBRAE - Relatório especial Março 2019 Empreendedorismo Feminino.

14. DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E FOME: UMA PERSPECTIVA NACIONAL E DO GRANDE ABC

Alessandra Santos Rosa

Resumo Executivo

A questão da desigualdade social, da pobreza e da fome no mundo é estudada por cientistas políticos, economistas, administradores públicos, sociólogos entre outros. Isto porque, a sua erradicação é um desafio que transpõe os séculos e a evolução da sociedade como um todo. Nenhum sistema jamais foi capaz de reduzi-la a zero e para alguns pesquisadores sua existência faz parte do ciclo de crescimento das nações. A afirmativa de Delfim Netto, na era de maior crescimento econômico do Brasil (cerca de 10% ao ano), conhecido como “milagre econômico brasileiro”, no período 1968-1973, que foi o de maior concentração de renda no país, é a opinião de muitos ainda hoje: “Primeiro o bolo precisa crescer para depois ser distribuído”. Entretanto, é possível afirmar-se que, no decorrer da história, o crescimento econômico por si só não viabilizou que o bolo fosse distribuído equilibradamente. Esta nota técnica trata da pobreza, da fome e da desigualdade. Para este feito, foram levantados dados das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

1. Um breve painel da pobreza e desigualdade

O último relatório da ONU apresentou um triste levantamento: a fome e a desigualdade no mundo voltaram a crescer. O estudo denominado “El Estado de La Seguridad Alimentaria e La Nutrición Em El Mundo” relata que cerca de 821 milhões de pessoas no mundo passam fome e estão desnutridas (um em cada nove). A tabela 1 demonstra esta realidade nos continentes.

Tabela 1 – Porcentagem de pessoas desnutridas no mundo e Continentes, 2005 - 2017

| | 2005 | 2010 | 2016 | 2017 |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|
| África | 21,2 % | 19,1 % | 19,7 % | 20,4 % |
| Ásia | 17,3 % | 13,6 % | 11,5 % | 11,4 % |
| América Latina e Caribe | 9,1 % | 6,8 % | 6,1 % | 6,1 % |
| Oceania | 5,5 % | 5,2 % | 6,6 % | 7 % |
| América do Norte e Europa | < 2,5 % | < 2,5 % | < 2,5 % | < 2,5 % |
| Mundo | 14,5 % | 11,8 % | 10,8 % | 10,9 % |

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações da Organização das Nações Unidas, 2017.

Estes percentuais refletem não apenas a desnutrição em cada continente, mas também a gritante desigualdade em cada um deles. Significa dizer que dos 821 milhões de pessoas que estão desnutridas¹ no mundo, 167,5 milhões estão na África; 93,6 milhões estão na Ásia; 50,1 milhões estão na América Latina e Caribe; 57,5 milhões estão na Oceania e menos de 20,5 milhões estão na América do Norte e Europa.

Outro indicador utilizado para mensurar a pobreza é a Linha da Pobreza Internacional (IPL). Este parâmetro foi criado em 2013 pelo Banco Mundial e foi parametrizado de acordo com o desenvolvimento do país e com sua renda média. Nos países subdesenvolvidos com uma renda média baixa, a pessoa que vive com menos de 1,9 dólares por dia é considerada extremamente pobre (cerca de R\$7,06, ao câmbio de R\$ 3,72 por US\$ 1, no momento em que é escrita esta nota técnica); quem vive com menos de 3,2 dólares por dia (cerca de \$11,90) em países de renda média baixa, ou com 5,5 dólares (cerca de \$20,45 reais) em países de renda média alta, por dia vivem abaixo da linha da pobreza.

No Brasil, a meta² para a redução da pobreza e da fome foi atingida em 2014, quando o país apresentou um percentual de 3% e saiu do denominado mapa da fome (está no mapa da fome quando 5% ou mais da população de um país ingerem menos calorias que o recomendado). Infelizmente o relatório apresentado pelo Grupo de trabalho para agenda 2030 demonstrou que o país corre um grande risco de voltar para este mapa, já que 2,5% da população brasileira (5,2 milhões de pessoas) passaram fome no Brasil em 2017.

Ainda que não houvesse este risco, de acordo com a CEPAL (2016), a desigualdade em si e a distribuição de renda bastante desigual é um risco para a estabilidade de qualquer país, assim como para o exercício da sua cidadania:

Vários problemas estão associados a uma elevada desigualdade: os países mais desiguais tendem a mostrar um pior desempenho econômico, maior instabilidade política, e limites mais fortes ao exercício pleno da cidadania. Uma maior desigualdade torna mais difícil reduzir a pobreza, esforço que dependerá ainda mais do crescimento econômico (...). Na medida em que diminuiu a participação dos salários na renda, as famílias recorreram ao endividamento, sobretudo para a compra de moradias. Ao mesmo tempo, os setores mais favorecidos pela concentração aplicaram suas rendas em ativos financeiros, não em consumo ou investimento produtivo.

Entende-se desta forma que a fome e a desigualdade devem ser analisadas de maneira concomitante, visto que ambas estão interligadas, assim como as discussões que permeiam a suas respectivas tentativas de erradicações.

2. A desigualdade interna: regiões do Brasil e Grande ABC

Desde os primórdios da Revolução Industrial e do abrupto crescimento provocado pela máquina a vapor, a desigualdade social tem sido estudada quase na mesma proporção do desenvolvimento da sociedade.

Na década de 1950, um geógrafo brasileiro, Josué de Castro, escreveu uma importante obra denominada “Geografia da Fome”. Esta obra estimulou o olhar mais profundo para o tema e demonstrou a desigualdade disseminada nas diversas regiões brasileiras. Sua frase ilustrada em muitos trabalhos acadêmicos tornou-se quase que um clichê na busca por uma solução para a eliminação das desigualdades brasileiras: *“Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem? Eis o delicado e perigoso assunto (...).”* (OLIVEIRA, 2013, apud. Josué de Castro, 1953).

Mensurar a pobreza é uma linha tênue e por isso de difícil esclarecimento. Entretanto, uma das medidas mais utilizada é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mensurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano.

A metodologia do IBGE parte de uma amostra de municípios e distingue o desenvolvimento de cada Estado, Região Metropolitana e municípios. Os índices vão de 0 a 1, sendo que: de 0 a 0,499, considera-se que o desenvolvimento é muito baixo; de 0,5 a 0,599, baixo; de 0,6 a 0,699, médio; de 0,7 a 0,799, alto; e de 0,800 a 1, muito alto.

No *ranking* de Estados já é possível verificar uma diferença entre os 27 estados. Apenas o Distrito Federal está na faixa de desenvolvimento muito alto; na sequência 12 Estados apresentam desenvolvimento alto, incluindo São Paulo (ocupa a segunda posição no ranking com 0,783); todos os demais estados apresentam índice médio. No ranking municipal, dos 5565 municípios brasileiros, 31 estão na faixa do índice muito baixo.

Municipalmente, constata-se que São Caetano do Sul, localizada no Grande ABC Paulista, é a 1º no ranking nacional: IDHM de 0,862. Já Melgaço, no estado do Pará, está em último, com um índice baixo de 0,418.

O IDHM considera os quesitos renda, longevidade e educação. Aqui, por se tratar de uma nota técnica sobre desigualdade e pobreza, iremos verificar apenas o item de renda, neste momento em que colocarmos em tela o Grande ABC.

A tabela 2 apresenta as características econômicas de cada um dos sete municípios que compõem o Grande ABC e a porcentagem de pessoas consideradas extremamente pobres na região. O índice de Gini³ também é apresentado.

Tabela 2 – Indicadores de Renda Grande ABC: 2000 e 2010

| MUNICÍPIOS | INDICADORES | | | % de extremamente pobres | | %de pobres | | Índice de Gini | |
|------------|-------------|-------|------------------|--------------------------|-------|------------|-------|----------------|------|
| | População | IDHM | Renda Per capita | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| SAndré | 606.407 | 0,815 | R\$ 1.304,31 | 1,42% | 0,78% | 6,02% | 3,24% | 0,52 | 0,53 |
| SBCampo | 765.463 | 0,805 | R\$ 1.212,65 | 2,06% | 0,99% | 7,71% | 3,54% | 0,54 | 0,54 |
| SCSul | 149.263 | 0,862 | R\$ 2.043,74 | 0,16% | 0,09% | 1,38% | 0,52% | 0,50 | 0,54 |
| Diadema | 386.089 | 0,757 | R\$ 694,55 | 2,02% | 1,44% | 9,57% | 5,51% | 0,46 | 0,43 |
| Mauá | 417.064 | 0,766 | R\$ 709,25 | 2,77% | 1,41% | 11,34% | 5,28% | 0,46 | 0,44 |
| RPires | 113.068 | 0,784 | R\$ 847,11 | 2,07% | 0,99% | 9,46% | 3,39% | 0,50 | 0,44 |
| RGSerra | 43.974 | 0,749 | R\$ 563,57 | 3,85% | 1,98% | 15,31% | 7,02% | 0,42 | 0,39 |

Fonte: Elaboração Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do PNUD.

Como pode ser observado, na mesma região que já foi marcada pela forte industrialização, a renda per capita do município de São Caetano do Sul é quase quatro vezes maior do que a renda de Rio Grande da Serra. Não é de surpreender que Rio Grande da Serra é o município que detém o maior índice de pessoas extremamente pobres e de pobres na região, seguida por Mauá e Diadema. Se levarmos em consideração a população de cada município (dados do CENSO 2010), há 871 pessoas no município de Rio Grande que vivem com menos de U\$1,25 por dia; 5.560 em Diadema e 5.580 em Mauá. Em São Caetano do Sul este número cai para 134 pessoas.

Outra questão importante é observar as vulnerabilidades sociais que podem levar à pobreza extrema ou à pobreza. A tabela 3 ilustra mais diferenças entre os municípios da região.

Tabela 3 – Vulnerabilidades Sociais – Municípios do Grande ABC – 2000 e 2010

| VULNERABILIDADE | % de mães chefes de família sem escolaridade fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família | | % de vulneráveis a pobreza | | % de pessoas de 18 anos ou mais sem escolaridade fundamental completo e em ocupação informal | |
|---------------------|--|--------|----------------------------|--------|--|--------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Santo André | 8,53% | 9,21% | 17,10% | 11,77% | 34,37% | 22,13% |
| São Bernardo | 11,01% | 11,0% | 20,57% | 13,22% | 32,40% | 20,84% |
| São Caetano do Sul | 4,27% | 4,79% | 5,17% | 3,85% | 28,52% | 18,36% |
| Diadema | 15,77% | 17,27% | 28,23% | 18,67% | 38,68% | 25,56% |
| Mauá | 14,40% | 14,92% | 31,41% | 18,44% | 41,73% | 25,91% |
| Ribeirão Pires | 10,41% | 8,98% | 25,09% | 14,19% | 35,91% | 23,72% |
| Rio Grande da Serra | 19,51% | 15,09% | 42,63% | 22,01% | 45,84% | 28,13% |

Fonte: Elaboração Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do PNUD.

Novamente é possível observar a diferença entre as cidades. O item mães chefes de família representou, em 2010, o percentual de 17,27% em Diadema e 4,79% em São Caetano do Sul. Esta variável expressa uma vulnerabilidade importante visto que esta mulher possivelmente encontra-se desempregada ou em empregos em torno de um salário mínimo, o que aumenta a possibilidade desta família estar abaixo da linha da pobreza.

Já a porcentagem de vulneráveis à pobreza é bastante desigual entre os municípios. Em 2010, enquanto São Caetano do Sul apresentava porcentagem de 3,27%, Rio Grande da Serra, tinha 22,01%. Quando transformamos estes percentuais em números absolutos, percebemos que mesmo com uma população menor, municípios com o desenvolvimento de políticas públicas frágeis são mais suscetíveis à pobreza e desigualdade social.

Ainda assim, com todas estas ponderações, para alguns pesquisadores a vivência prática em lugares vulneráveis é mais importante para o desenvolvimento de políticas assertivas do que os “números”.

Para Dean Karlan⁴ e Jacob Appel⁵, falar de pobreza é mais do que desenvolver metáforas, é necessário vivência e experiência para tratar o assunto:

Passe algum tempo fazendo esse tipo de trabalho de campo - em enormes e caóticos centros urbanos, em favelas absurdamente densas, subindo por encostas íngremes, em cidades minúsculas, empoleiradas na beira de um penhasco, locais aos quais se chega apenas em ônibus velhos e enferrujados ou em vans caindo aos pedaços com assentos feitos de tábuas de madeira simples ou a pé - e você rapidamente para de falar do “combate à pobreza” com metáforas inadequadas. A pobreza não é uma algema que possa ser rompida, um tumor que possa ser extirpado, uma pedra que possa ser estilhaçada ou uma videira asfixiada que possa ser aparada. Pelo menos, vê-la dessa maneira não adianta nada.

Desta forma é importante ressaltar que a desigualdade social possui várias dimensões, sendo que as suas maiores consequências são a pobreza e a fome. Assim ciclos econômicos de crise, desemprego e desastres ambientais, entre outros, são capazes de acentuá-la. Vale ressaltar que nações mais vulneráveis sempre estão mais propícias a estas mudanças e aumento das desigualdades. Políticas públicas direcionadas, assim como trabalhos regionais, são efetivos no combate as vulnerabilidades que causam tais desigualdades.

Notas

1 A desnutrição é medida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) seguindo os seguintes critérios: a) grau 1: segurança alimentar: os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso em outras necessidades especiais; b) grau 2: insegurança alimentar leve: preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos. c) grau 3: insegurança alimentar moderada: redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; d) grau 4: insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos entre as crianças; fome: (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos. (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030).

3 É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

2 Após os Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU, por 191 países, em 2000, um novo encontro com uma nova agenda foi proposto em 2015 e denominado Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como agenda 2030, visto que as principais metas devem ser cumpridas até o ano de 2030. O Primeiro objetivo trata-se da erradicação da pobreza e tem como meta 1: até 2030 erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de U\$1,25 por dia.

4 Dean Karlan: Professor de Economia da *YALE University*, presidente e fundador da *Innovations for Poverty Action* (IPA).

5 Jacob Appel: formado em Matemática e pesquisador da IPA.

Alessandra Santos Rosa. *Mestra em Administração. Graduada em Economia (USCS). Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera (Administração, Engenharia e Cursos tecnólogos). Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo. É Diretora de Inovação em Hortolândia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>*

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *Piecing Together: The Poverty Puzzle* World Bank Group. Washington 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>
Acesso em 03/08/2019.

EXAME CEO. *Crescer. E distribuir. Como retomar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, reduzir a desigualdade social? O mundo – incluído o Brasil – tenta encontrar uma resposta para esse premente desafio.* Edição Ernesto Yoshida e José Roberto Caetano. São Paulo, 2015.

KARLAN, Dean; APPEL Jacob. *Mais do que boas intenções: Entenda como a nova economia está ajudando na erradicação da pobreza mundial.* Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. Elsevier Editora São Paulo 2011.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *Invisíveis e ignorados 5,2 milhões de pessoas passam fome no Brasil.* Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/invisiveis-e-ignorados-52-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil/>. Acesso em 01/08/2019.

OLIVERA, Maria Leidiana Mendes. *Geografia da Fome: A expressão dramática da desigualdade sócio espacial brasileira,* Dissertação Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Positivo/Downloads/2013_MariaLeidianaMendesDeOliveira_VCorr%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Positivo/Downloads/2013_MariaLeidianaMendesDeOliveira_VCorr%20(1).pdf). Acesso em 01/08/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. El Estado de La Seguridad Alimentaria, Y La Nutricion Em EL Mundo. Roma 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>. Acesso em: 04/08/2019.

____ Plataforma Agenda 2030. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/1/>. Acesso em: 03/08/2019.

____ CEPAL. Horizonte 2030. A igualdade no Centro do Desenvolvimento Sustentável. Trigésimo sexto período das sessões da CEPAL. Cidade do México. 23 a 27 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/40161-horizontes-2030-igualdade-centro-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 03/08/2019

____ CEPAL. A ineficiência da Desigualdade. Trigésimo sexto período das sessões da CEPAL. Havana. 07 a 11 de maio de 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Atlas do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/. Acesso em 03/08/2019.

15. INDICADORES DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA

David Pimentel Barbosa de Siena

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objeto os indicadores de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) da Região do Grande ABC Paulista em 2018. Foram coletados os dados dos crimes praticados no período eleito, tendo como fonte as publicações oficiais divulgadas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O panorama nacional

São considerados crimes violentos letais e intencionais as vítimas de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte e roubos seguidos de morte. Em 2018, foram registrados 51.589 crimes violentos letais e intencionais em todo país. Esse dado representa uma queda de 13% em comparação ao ano de 2017, quando foram notificadas 59.128 mortes. Foi a maior diminuição do número de crimes violentos letais e intencionais em 11 anos, interrompendo uma tendência de dois anos sucessivos de aumento do número de mortes.

O diagnóstico dos fatores que influenciaram tal redução de crimes violentos letais e intencionais é desafiador e de todo necessário. Antes de tudo, deve-se ter em mente que a redução das mortes foi muito maior em alguns Estados. Por outro lado, é necessário lembrar que o ano de 2017 foi marcado pela violência letal entre facções criminosas, que disputam a hegemonia da economia criminal em diversos Estados da federação.

Tabela 1 – Crimes violentos letais e intencionais no Brasil

| Ano | Número de vítimas |
|-------------|-------------------|
| 2007 | 44.625 |
| 2008 | 45.885 |
| 2009 | 44.518 |
| 2010 | 43.272 |
| 2011 | 48.084 |
| 2012 | 53.054 |
| 2013 | 54.163 |
| 2014 | 57.091 |
| 2015 | 55.574 |
| 2016 | 57.842 |
| 2017 | 59.128 |
| 2018 | 51.589 |

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir do Atlas da Violência.

Conforme se verifica na tabela 1, desde 2007, somente em quatro oportunidades ocorreu redução de crimes violentos letais e intencionais: 2009 (3%), 2010 (2,8%), 2015 (2,7%) e 2018 (12,8%). Contudo, à exceção de 2018, quando houve uma relevante queda, nos outros anos em que ocorreu diminuição dos crimes, as variações foram ínfimas.

Em comparação com 2017, houve uma redução de 7.539 vítimas em 2018, sendo que a taxa nacional de mortes por 100 mil habitantes diminuiu de 28,5 para 24,7. Em 2017, as regiões Norte e Nordeste contaram com 54,6% do total de crimes violentos letais e intencionais no Brasil. Já em

2018, passou a concentrar 53% desses crimes.

Somente no Amapá, Tocantins e Roraima houve aumento nos crimes violentos letais e intencionais. Roraima apresentou o maior aumento (54%), sendo que ocorreram 345 mortes em 2018, superando as 224 mortes ocorridas em 2017 (224), passando a ter também a maior taxa de crimes violentos letais e intencionais do Brasil (59,8). Tocantins apresentou a segunda maior alta (44%), onde o número de mortes passou de 293 em 2017 para 421 em 2018. Já o Amapá apresentou aumento de 10% na comparação com o ano anterior.

Em seis Estados, a redução foi superior a 20%, sendo que Pernambuco apresentou a maior queda: diminuiu de 5.427 em 2017 para 4.170 mortes em 2018. Todavia, Pernambuco continua apresentando uma das maiores taxas de mortes por 100 mil habitantes (43,9). Alagoas (-22,5%) e Acre (22,1%) também apresentaram quedas consideráveis nos números de mortes.

A tendência de queda no Estado de São Paulo

A trajetória histórica da taxa de homicídios no Estado é aparentemente favorável, apresentando sucessivos decréscimos. Em 2018, São Paulo confirmou uma vez mais a tendência de queda, chegando ao patamar mais baixo desde 1999, ano em que os dados criminais começaram a ser divulgados no Estado.

Tabela 2 – Homicídios dolosos no Estado de São Paulo

| Ano | Número de vítimas | Taxa por 100 mil habitantes |
|-------------|--------------------------|------------------------------------|
| 1999 | 12.818 | 35,27 |
| 2000 | 12.638 | 34,18 |
| 2001 | 12.475 | 33,30 |
| 2002 | 11.847 | 31,25 |
| 2003 | 10.954 | 28,57 |
| 2004 | 8.753 | 22,58 |
| 2005 | 7.076 | 18,05 |
| 2006 | 6.057 | 15,29 |
| 2007 | 4.877 | 12,19 |
| 2008 | 4.432 | 10,96 |
| 2009 | 4.564 | 11,18 |
| 2010 | 4.325 | 10,49 |
| 2011 | 4.193 | 10,08 |
| 2012 | 4.836 | 11,53 |
| 2013 | 4.443 | 10,50 |
| 2014 | 4.293 | 10,06 |
| 2015 | 3.758 | 8,73 |
| 2016 | 3.521 | 8,12 |
| 2017 | 3.294 | 7,54 |
| 2018 | 3.106 | 6,83 |

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Todavia, a redução das taxas de homicídio registrada em 2017 deve ser percebida com absoluto cuidado, pois a taxa de mortes violentas com causa indeterminada aumentou 13,4% durante o referido período.

Por outro lado, São Paulo adota metodologia própria para contabilizar as mortes, pois divulga categorias como “homicídio” e “latrocínio” em separado, ao passo que os outros Estados utilizam o conceito de “crime violento letal e intencional”.

Além disso, São Paulo divulga seus dados se valendo exclusivamente das informações obtidas por meio dos registros policiais (boletins de ocorrência), não levando em consideração dados do

Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo comemora o fato de que, desde 2015, as taxas de homicídio têm se mantido abaixo de 10 mortes por 100 mil habitantes, sem contabilizar, contudo, as mortes decorrentes de ações policiais no indicador de homicídios, que sucessivamente estão batendo recordes históricos.

Os indicadores do Grande ABC

Diante dessas informações, é possível aferir o número de *mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)*, indicador proposto em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que leva em consideração o número de mortes notificadas à Polícia Civil, e classificadas como homicídio doloso (artigo 121, *caput* e § 2º, do Código Penal), lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 4º, do Código Penal), roubo seguido de morte ou “latrocínio” (artigo 157, § 4º, do Código Penal).

Tabela 3 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), Grande ABC Paulista, 2017 e 2018

| Município | 2017 | 2018 | Variação |
|-----------------------|------------|------------|--------------|
| Santo André | 44 | 60 | 36,6% |
| São Bernardo do Campo | 60 | 51 | -15,0% |
| São Caetano do Sul | 4 | 0 | -100,0% |
| Diadema | 45 | 45 | 0% |
| Mauá | 55 | 38 | -30,9% |
| Ribeirão Pires | 8 | 10 | 25,0% |
| Rio Grande da Serra | 4 | 3 | -25,0% |
| Total | 222 | 207 | -6,7% |

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

No Grande ABC, houve diminuição do número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (-6,7%), acompanhando a tendência estadual de queda (-10,9%). Em números absolutos Santo André foi o município que liderou o ranking com 60 mortes durante todo ano de 2018. Já São Caetano do Sul foi a cidade menos violenta, pois não registrou nenhum caso de morte decorrente de crimes violentos letais e intencionais. Em comparação ao ano de 2006, São Caetano do Sul apresentou a maior queda (-100%), enquanto Santo André apresentou o maior aumento (36,6%).

Tabela 4 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 2018

| Município | 2018 |
|---------------------|------|
| Santo André | 8,8 |
| SBCampo | 6,6 |
| São Caetano do Sul | 0 |
| Diadema | 11,6 |
| Mauá | 9,1 |
| Ribeirão Pires | 8,8 |
| Rio Grande da Serra | 6,8 |

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A taxa anual de morte decorrente de CVLI da região da Grande ABC foi de 8,1 mortes por 100 mil habitantes, ou seja, tecnicamente dentro da média do Estado de São Paulo (8,3), e bem inferior à

média nacional (24,7). O município de Diadema obteve a maior taxa: ocorreram 11,6 mortes por 100 mil habitantes durante o ano de 2018. Por outro lado, São Caetano do Sul se manteve no patamar mais baixo de violência com taxa zero de mortes.

Pela criação de uma agenda de políticas públicas de prevenção de crimes violentos letais intencionais

Urge a criação de uma agenda de políticas públicas de prevenção de crimes violentos letais intencionais. Muito se fala sobre a atuação integrada das polícias, apresentada ao debate público como uma grande ferramenta institucional para a diminuição do número de crimes. Contudo, durante os primeiros meses dos atuais mandatários do Poder Executivo Federal e Estadual, não se verificou nenhuma mudança significativa que indicasse que as polícias passaram a agir verdadeiramente de maneira “integrada”. Pelo contrário, as disputas institucionais por prerrogativas se acirraram, na medida em que uma instituição se propõe a desempenhar as funções da outra, acarretando um verdadeiro desvio de finalidade que pode fomentar ainda mais insegurança.

Por outro lado, se verificou durante o primeiro semestre um crescimento acachapante dos dados da violência estatal, especialmente da letalidade policial, que alcançou níveis nunca antes percebidos. É sempre bom lembrar que mortes violentas com causa indeterminada ou letalidade policial não figuram nos indicadores de homicídio divulgados pela Secretaria de Segurança Pública. Assim, convenientemente, o Poder Executivo adota metodologia própria para divulgar dados mais favoráveis ao governo estadual paulista.

Propomos a compreensão da política criminal de São Paulo a partir do conceito de governamentalidade, considerando o governo das ações dos próprios policiais, que direciona as suas condutas, em especial aquelas que dizem respeito à produção das estatísticas criminais, sempre visando transmitir à população que o Estado tem absoluto controle sobre a questão da delinquência. E governamentalização no que diz respeito à gestão dos riscos associados a determinados tipos penais em detrimento de outros, na reformulação das metas do programa. Mesmo após a redemocratização, os dispositivos de controle social permaneceram intactos, regidos pelas mesmas lógicas do regime militar. Aliás, esses dispositivos se expandiram como nunca nos últimos 30 anos. Como afirma Malaguti (2010), “*em poucas épocas da nossa história prendeu-se e matou-se tanto; talvez em algum momento difícil no governo da escravidão. Neste ponto, a juventude é o alvo preferencial de todas as governamentalidades*”. É dizer: policializar os grupos de risco se constitui na principal técnica de governo das populações de risco.

David Pimentel Barbosa de Siena. Professor de Direito Penal da USCS; Coordenador do Observatório de Segurança Pública (OSP) da USCS. Professor de Criminologia da Academia de Polícia (ACADEPOL). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6594126112540565>

16. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA FERRAMENTA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA O MUNDO REAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A EXPERIÊNCIA DO PROJETO RONDON SP® NO GRANDE ABC

Stefanie Sussai

Resumo Executivo

Prevista no artigo 207 da Constituição Federal, a extensão universitária é um dos pilares da educação universitária brasileira, sendo eles a pesquisa, o ensino e a extensão. Consiste em ações da universidade junto à comunidade que predispõem a troca de conhecimentos técnicos e científicos adquiridos durante a formação acadêmica e pesquisa dos universitários, com os conhecimentos populares da comunidade local, onde docentes e discentes enfrentam, na prática, realidades diferentes do mundo em que estão habituados, que têm demandas já pré-definidas e outras que poderão ser levantada de acordo com a vivência, os diálogos e os olhares dos universitários. A extensão pode servir como oportunidade de solução dos problemas recorrentes das sete cidades da Região do Grande ABC Paulista, em que os universitários poderão aprender, pesquisar e colocar em prática conhecimentos, desde os mais tradicionais até os mais modernos, para questões popularmente reconhecidas e que até mesmo tenham outros profissionais trabalhando em busca de respostas, como nos casos das prefeituras. Há pelo menos 18 Instituições de Ensino Superior (IESs) distribuídas em cinco das sete cidades da Região do Grande ABC, sendo os dois municípios não contemplados aqueles que possuem os menores números de habitantes. Um exemplo de extensão universitária é o Projeto Rondon SP®, que trouxe universitários de diversas áreas e IES para atuar em três operações em Diadema, com a parceria da Prefeitura Municipal. Os universitários desenvolveram em Diadema atividades que envolveram servidores e munícipes sobre saúde, direitos humanos, empregabilidade, gestão e educação ambiental. A partir de 2018, por meio de uma resolução do Ministério da Educação, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação devem estar em atividades de extensão, sendo uma provocação para que as IESs ampliem as suas atividades de extensão. Os graduandos, pós-graduandos e professores devem considerar a extensão como uma forma única de desenvolvimento profissional e pessoal, sendo necessários o interesse e a participação na criação e manutenção desses projetos nas suas respectivas IESs. A sociedade e os poderes públicos também precisam estar abertos para receberem as IESs, dialogarem, trocarem demandas e receberem as contribuições, pois a extensão universitária é uma via de mão dupla que traz múltiplas possibilidades de transformação da região, da sociedade e da própria universidade.

Definição e história da extensão universitária brasileira

Considerada como um dos três pilares da educação universitária brasileira, a extensão universitária é definida pela Política Nacional de Extensão Universitária como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012). É prevista no artigo 207 da Constituição Federal que diz “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

A extensão universitária corresponde, portanto, às ações da universidade junto à comunidade que predispõem a troca de conhecimentos técnicos e científicos adquiridos durante a formação acadêmica e pesquisa dos universitários, com os conhecimentos populares da comunidade local, onde docentes e discentes enfrentam, na prática, realidades diferentes do mundo em que estão

habitados, que têm demandas já pré-definidas e outras que poderão ser levantadas, de acordo com a vivência, os diálogos e os olhares dos universitários.

Desde o início do século XX, com a criação do ensino superior no Brasil, há a prática de atividades de extensão universitária (FORPROEX, 2012). As primeiras atuações foram os cursos e as conferências realizados na Universidade de São Paulo, em 1911, por influências inglesas, e as prestações de serviços da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos ao longo da década de 1920, com aspirações estadunidenses (FORPROEX, 2012).

No final da década de 1950 e início da de 1960, os universitários brasileiros, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos que foram fundamentais para a formação de lideranças brasileiras, além de demonstrarem compromisso social e buscarem uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre sua prática (FORPROEX, 2012). O Fórum de Pró-reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2012) explica que apesar do “dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, o movimento estudantil daquela época pouco contribuiu para a institucionalização da Extensão Universitária”.

Uma vez que a Ditadura Militar foi instaurada, algumas reformas de base ocorreram. Na esfera da educação, três iniciativas foram realizadas. As duas primeiras foram as criações do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, em 1966, e do Projeto Rondon, em 1967 (FORPROEX, 2012). Apesar de estarem subordinados à política de segurança nacional de caráter cooptativo, ou seja, sem alternativas para as decisões daqueles que estavam no poder, esses dois projetos tiveram o mérito de promover aos universitários brasileiros experiências junto às comunidades rurais, abrindo-lhes novos horizontes e espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população rural (FORPROEX, 2012).

A outra iniciativa foi a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), que estabeleceu no artigo 20 que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” e que instituiu a extensão universitária no artigo 40 “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (...)” (FORPROEX, 2012).

Na primeira metade da década de 1970, a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER foi criada pelos então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério do Interior (MINTER), com o objetivo de propor medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da extensão universitária (FORPROEX, 2012). Dessa comissão, criou-se a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, introduzindo avanços coincidentes com o período do início do processo de abertura do Regime Militar (FORPROEX, 2012).

Durante a luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi questionada a visão assistencialista das ações de extensão (FORPROEX, 2012). Dessa maneira, a extensão universitária passou a ser entendida como um processo que articula o ensino e a pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais (FORPROEX, 2012).

A busca da institucionalização da extensão tornou-se um desafio, pois o entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a universidade pública (FORPROEX, 2012). Por conseguinte, o reconhecimento legal das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em novembro de 1987, foram marcos importantes, na medida em que propiciaram à comunidade acadêmica as condições para redefinir a extensão universitária (FORPROEX, 2012).

A Constituição de 1988, em conformidade com as definições do FORPROEX, preconiza a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e estabelece em seu artigo 213 que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988b).

No Plano de Trabalho de Extensão Universitária sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a extensão foi definida como “ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular” (FORPROEX, 2012). Nessa perspectiva, “as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista”, evidenciando, assim, mudanças significativas em relação à percepção de extensão universitária construída nas décadas anteriores (FORPROEX, 2012).

A partir do reconhecimento constitucional, outros progressos foram estabelecidos pelo MEC, que contou com a colaboração do FORPROEX na criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993. As suas principais contribuições foram em relação ao financiamento da extensão universitária e à elaboração teórico-conceitual, com a definição das diretrizes e dos objetivos da extensão universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação (FORPROEX, 2012).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, em seu artigo 43 estabelece a extensão universitária como uma das finalidades da universidade e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996).

Outra iniciativa importante foi o Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo FORPROEX (1998), que garante:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas (...); 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País (FORPROEX, 1998).

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010, aprovado em 2001, estabeleceu a responsabilidade das universidades nas suas funções de ensino, pesquisa e extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, e institui na meta 23 que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (BRASIL, 2001).

Consequentemente, no início da década de 2000, a extensão universitária já possuía significativa força institucional, com a Constituição de 1988, a legislação federal e as regulamentações do FORPROEX. Superou-se a concepção assistencialista de que a extensão universitária seria apenas um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos (FORPROEX, 2012).

A extensão universitária tornou-se o instrumento por excelência de “inter-relação da universidade com a sociedade”, de “democratização do conhecimento acadêmico”, assim como de “(re)produção” desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades (FORPROEX, 2012). Uma via de mão dupla ou uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria universidade (FORPROEX, 2012).

Diretrizes, índices e avaliação da extensão universitária

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão universitária, segundo o FORPROEX (2012) são as seguintes:

- Interação Dialógica,
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade,
- Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão,
- Impacto na Formação do Estudante, e
- Impacto e Transformação Social.

Dessa maneira, ao planejar uma atividade de extensão, as diretrizes acima devem estar contidas no projeto. Porque a extensão universitária é interdisciplinar e multiprofissional, existem diversas metodologias que podem ser colocadas em prática, de acordo com as necessidades e os objetivos da comunidade.

O projeto deve descrever também quais os índices e os métodos de avaliação serão utilizados, pois, a atividade proposta precisa ser avaliada considerando cada uma das diretrizes. Assim, é possível avaliar os impactos da extensão universitária e alinhá-la com os outros dois pilares, a pesquisa e o ensino.

A aplicação da extensão na Região do Grande ABC

A Região do Grande ABC conta com uma variedade de faculdades e universidades em seu território. São pelo menos 18 Instituições de Ensino Superior (IESs) que ofertam cursos de graduação na modalidade presencial espalhadas entre cinco das sete cidades da região (Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul). Na tabela 1, é possível verificar a relação dessas IES e as cidades onde as respectivas estão localizadas.

Tabela 1 – Relação das Instituições de Ensino Superior com cursos de graduação na modalidade presencial na Região do Grande ABC

| Instituição de Ensino Superior (IES) | Cidades onde está localizada |
|---|---|
| Centro Universitário Anhanguera de Santo André | Santo André |
| Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI) | São Bernardo do Campo |
| Escola Superior de Administração e Gestão Strong (STRONG ESAGS) | Santo André |
| Faculdade Anhanguera de São Bernardo | São Bernardo |
| Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo | São Bernardo do Campo |
| Faculdade de Medicina do ABC (FMABC) | Santo André |
| Faculdade de Tecnologia (FATEC) | Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul |
| Faculdade de Tecnologia Termomecânica (FTT) | São Bernardo do Campo |
| Faculdade Estácio de Sá | Santo André |
| Faculdade Nove de Julho de Mauá (UNINOVE) | Mauá |
| Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS) | São Caetano do Sul |
| Faculdade São Bernardo (FASB) | São Bernardo do Campo |
| Fundação Santo André | Santo André |
| Instituto Mauá de Tecnologia | São Caetano do Sul |
| Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) | Diadema |
| Universidade Federal do ABC (UFABC) | Santo André e São Bernardo do Campo |
| Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) | São Bernardo do Campo |
| Universidade Municipal São Caetano do Sul (USCS) | São Caetano do Sul |

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS.

As duas cidades que não possuem uma IES, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, são justamente as cidades com menor número de habitantes da região. Possivelmente, essa seja uma das justificativas para ainda não contarem com uma IES.

De acordo com o decreto nº 5.773/06 (BRASIL, 2006), as IES são credenciadas originalmente como faculdades, e ao longo do tempo com funcionamento regular e com padrão de qualidade satisfatório, podem ser credenciadas como centro universitário ou universidade.

As faculdades são focadas em determinadas áreas do conhecimento, oferecendo uma quantidade menor de cursos que as outras duas categorias de IES (BRASIL, 2006). Por exigência do Ministério da Educação (MEC), uma faculdade deve ter ao menos um terço de seus professores com o título de especialistas (pós-graduação *lato sensu*).

Os centros universitários abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, são maiores que as faculdades e menores que as universidades, sendo o diferencial a elevada qualificação do corpo docente profissional e o nível de excelência do ensino oferecido (BRASIL, 2006). Possuem autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.

As universidades são caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares que têm como requisitos: a produção intelectual relevante do ponto de vista científico e cultural; ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com títulos de mestres e doutores; ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente trabalhando em período de dedicação exclusiva; oferecer ao menos quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com boas notas perante o MEC, devendo pelo menos um desses programas ser de doutorado (BRASIL, 2006). As universidades têm autonomia para criar cursos e programas de ensino.

Como é previsto pela Constituição Federal, todas as universidades devem ter algum projeto ou programa de extensão universitária. Entretanto, as faculdades e os centros universitários não são obrigados a realizar extensão, apesar de muitos deles apresentarem projetos por reconhecerem a importância desse pilar educacional e terem princípios de responsabilidade social.

Portanto, a região possui quatro universidades que dispõem de projetos de extensão: UNIFESP, UFABC, UESP e USCS. Existe ainda a possibilidade das demais IESs também realizarem extensão. E como a extensão universitária é uma via de mão dupla, a Região do Grande ABC está servida de mão-de-obra e tem a capacidade de desenvolver muitos projetos, em diversas áreas do conhecimento e em diferentes âmbitos, público e privado, como no caso do terceiro setor de associações e organizações da sociedade civil de interesse público.

A extensão universitária pode servir como oportunidade de solução dos problemas recorrentes das sete cidades, em que os universitários poderão aprender, pesquisar e colocar em prática os conhecimentos técnicos e científicos, desde os mais tradicionais até os mais modernos, para questões popularmente reconhecidas e que até mesmo tenham outros profissionais trabalhando em busca de respostas, como nos casos das prefeituras.

Um grande exemplo de projeto de extensão universitária, é o Instituto Projeto Rondon SP®, composto por diversas universidades. Conforme abordado na história da extensão universitária, o Projeto Rondon foi criado em 1967 com o objetivo de levar os universitários para conhecerem as diferentes realidades do Brasil e oferecer a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico das regiões mais carentes do país. A operação piloto foi planejada pelo professor Celso Chiori, reitor da antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (INSTITUTO PROJETO RONDON, 2019).

O Projeto foi extinto em 1989, quando o Ministério do Interior deixou de existir, obedecendo a um decreto presidencial (INSTITUTO PROJETO RONDON, 2019). As ações continuaram graças ao trabalho de um grupo de rondonistas que tiveram o interesse em manter o projeto em funcionamento, por meio da criação da Associação Nacional dos Rondonistas (INSTITUTO PROJETO RONDON, 2019).

A marca registrada Projeto Rondon® foi cedida em 2002 pela Associação Nacional dos Rondonistas ao Ministério da Defesa, por um período de 10 anos, cabendo a este, organizar campanhas nas regiões mais reservadas do país (INSTITUTO PROJETO RONDON, 2019). No mesmo ano, foram criadas as Associações Estaduais que têm como missão mobilizar os universitários, em articulação com as IESs, os três níveis de governo e a sociedade civil, para despertar consciência crítica a respeito das realidades nacionais (INSTITUTO PROJETO RONDON, 2019). Posteriormente, a Associação Nacional dos Rondonistas, passa a ser denominada Instituto Projeto Rondon, classificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (INSTITUTO PROJETO RONDON, 2019).

A Região do Grande ABC já recebeu três operações do Instituto Projeto Rondon SP®, na cidade de Diadema. As operações têm duração de cerca de uma semana e além da interação com os municípios para o reconhecimento das necessidades locais, visam o diálogo e a capacitação de funcionários das prefeituras para que as mudanças possam ocorrer além do período das operações. A função do projeto não é apenas assistencialista, mas sim de inspirar e capacitar a comunidade para que ela possibilite o seu desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que os voluntários (graduandos e professores), aprendem com a comunidade sobre as diferenças do mundo real e do ideal dos livros e teorias.

A primeira operação Diadema 00 ocorreu em julho de 2008, quando estudantes do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) conheceram a realidade da cidade. A Operação Diadema 01 foi em janeiro de 2019, recebendo estudantes da EACH-USP e do Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto (FHO) de Araras, implementando uma horta comunitária em um dos bairros da cidade e dialogando com a Escola Diadema de Administração Pública (EDAP), uma escola de governo focada para a capacitação dos servidores públicos municipais.

A recente operação Diadema 02 aconteceu de 14 a 20 de julho de 2019 e contou a participação de docentes e discentes de diferentes IESs do Estado de São Paulo, incluindo algumas da região: EACH-USP, FHO, Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Universidade Santo Amaro (UNISA), Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (FMVZ-USP), Instituto de Ciências Biomédicas da USP (ICB-USP) e da Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ).

A equipe do Projeto Rondon SP na operação Diadema 02 foi composta por graduandos de diversos cursos: Medicina, Medicina Veterinária, Ciências Fundamentais da Saúde, Ciências Biomédicas, Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Recursos Humanos, Direito, Pedagogia e Gestão de Políticas Públicas.

A interprofissionalidade é uma realidade no mercado de trabalho, em que empresas ou setores públicos buscam profissionais de diferentes formações para compor uma equipe, justamente para complementarem entre si as percepções oriundas de cenários diversificados de aprendizagem. Na saúde pública, por exemplo, temos a interprofissionalidade no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), que propicia a integração de saberes e a colaboração interprofissional de profissionais da área da saúde com as equipes de Saúde da Família (eSF), com as equipes de atenção primária para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais) e com o Programa Academia da Saúde (BRASIL, 2019). De acordo com a Portaria 2.488, de 21 de outubro de 2011, o NASF pode ser composto por diversas ocupações, dentre elas: médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, profissionais de educação física e médicos veterinários (BRASIL, 2011).

Na operação Diadema 02, o projeto levou pela primeira vez a Diadema atividades na área da saúde, através de conversas com os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) de todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da cidade, abordando doenças respiratórias, tuberculose, vacinas, infecções sexualmente transmissíveis, mordeduras e arranhaduras, além da teoria do elo entre as violências humana e animal. Vale ressaltar que pela primeira vez, de acordo com os ACSs, essas

UBSs receberam médicas veterinárias para capacitar a equipe, sendo muito bem avaliada essa troca de experiências e saberes. Esse fato pode ser explicado por nenhum NASF da região do ABC possuir um médico veterinário compondo sua equipe, apesar da possibilidade dada há 8 anos desse profissional contribuir com a saúde única e as famílias multiespécies, ou seja, aquelas famílias compostas por membros de diferentes espécies, como seres humanos, cães e gatos.

Nas atividades sobre Direitos Humanos, as leis, a saúde mental, a violência doméstica e a teoria do elo foram abordadas com munícipes e servidores, incluindo uma visita das rondonistas na Casa Beth Lobo, um Centro de Referência da Mulher que é referência em toda a região para o acolhimento de mulheres em situação de violência.

Outras atividades também aconteceram concomitantemente, como discussões sobre a gestão da Escola Diadema de Administração Pública (EDAP), e cursos de empregabilidade e oficinas de educação ambiental, com a confecção de composteiras e de minhocários. O encerramento foi no Jardim Botânico de Diadema, que conta com um dos únicos borboletários do país, trilhas e o museu da vida (MACEDO, 2019).

A parceria da Prefeitura de Diadema com o Instituto Projeto Rondon SP® foi uma iniciativa da Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) (MACEDO, 2019).

Assim como o município de Diadema vem trabalhando algumas áreas em parceria com um projeto de extensão universitária, os demais municípios da Região do Grande ABC têm o potencial de receberem os universitários para auxiliarem em suas demandas. O Instituto Projeto Rondon SP® é um dos muitos exemplos do que é possível implementar através de uma parceria entre universidades e setores públicos.

Devido ao expressivo número de IESs na região, com grande potencial e interesse de desenvolvimento de projetos de extensão, incluindo também ações nos municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, fica o desafio para as demais prefeituras das cidades da região do Grande ABC realizarem parcerias com a extensão universitária.

A sociedade e os poderes públicos precisam estar abertos para receberem as IESs, dialogarem, trocarem demandas e receberem as contribuições, bem como são necessários o interesse e a participação de graduandos, pós-graduandos e professores na criação e manutenção desses projetos nas suas respectivas IESs, pois a extensão universitária é uma via de mão dupla que traz múltiplas possibilidades de transformação da região, da sociedade e da própria universidade.

Estimulando a participação de graduandos e pós-graduandos para a construção de uma sociedade melhor

Considerando os aspectos abordados previamente nessa nota técnica, fica evidente a importância da extensão universitária na formação dos graduandos e pós-graduandos. Reforçando a inclusão da extensão como obrigatória na graduação e pós-graduação, determinada pelo PNE de 2014, conforme a meta 23 prevista no PNE de 2001, o MEC formulou a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, preconizando que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação estejam em programas e projetos de extensão, orientados, prioritariamente para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2018).

Essa proposta de curricularização da extensão universitária pode ser interpretada como uma valorização desse tipo de atividade, pois, atualmente, docentes e discentes que participam de projetos e programas de extensão não recebem pontuação em seus departamentos ou currículos.

Cabe também, a cada IES promover a valorização da extensão, não apenas porque deve cumprir o previsto por lei nos caso das universidades, mas, principalmente, por compreender a importância de estimular a participação de graduandos, pós-graduandos e professores para a construção de uma sociedade melhor, ainda durante o decorrer do curso, onde novas ideias e perspectivas podem

ser pesquisas, além de colocar em prática o aprendizado de sala de aula e exercitar a discussão e a tomada de decisões interprofissionalmente.

Além do desenvolvimento profissional, que promove desafios aos graduandos dos quais muitas vezes só vivenciariam apenas depois de formados ou até mesmo não teriam a oportunidade de atuarem em áreas críticas - pois a realidade da academia, de muitos estágios ou empregos é bem diferente da realidade brasileira, em que muitos cidadãos sobrevivem em situação de vulnerabilidade -, uma característica única da extensão universitária é, sem dúvida, o desenvolvimento pessoal, que transforma as pessoas e abre os olhares, formando profissionais mais humanizados, independente da área de atuação, qualificados para o mundo real e aptos para auxiliarem no desenvolvimento regional.

Stefanie Sussai. Médica Veterinária, formada pela Universidade Anhembí Morumbi, com “graduação sanduíche” através do Programa Ciência sem Fronteiras, na University of Wisconsin - Madison, EUA. Mestranda em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses pelo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Fundadora do Coletivet - Grupo de Estudos em Medicina Veterinária do Coletivo da Universidade Anhembí Morumbi. Coordenadora dos Médicos Veterinários de Rua da Associação Médicos do Mundo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0554636283683744>.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31884>>. Acesso em: 20 ago.2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago.2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria 2.488, de 21 de outubro de 2011.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 28 ago.2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família.** Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/nucleo-de-apoio-a-saude-da-familia-nasf>>. Acesso em: 28 ago.2019.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Art. 207 da Constituição Federal.** Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_207_.asp>.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Art. 213 da Constituição Federação.** Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_213_.asp>. Acesso em: 20 ago.2019b.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 ago.2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 28 ago.2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Disponível em: <<https://www.proec.ufg.br/up/694/o/PNEX.pdf>>.

INTITUTO PROJETO RONDON. **História.** Disponível em: <http://www.projettorondon.org.br/noticias/historico_projeto_rondon.html>. Acesso em: 20 ago.2019.

MACEDO, K. **Projeto Rondon em Diadema integra comunidade e universitários.** Disponível em: <<http://www.diadema.sp.gov.br/noticias/24705-terceira-edicao-do-projeto-rondon-em-diadema-integra-comunidade-e-universitarios>>. Acesso em: 28 ago.2019.

MIRANDA, G. L. de; NOGUEIRA, M. das D. P. **Política Nacional de Extensão Universitária.**

17. A IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE COMO INSTRUMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) NO CONTEXTO ATUAL

Scarlett Rodrigues da Cunha

Resumo Executivo

Admitindo a importância da territorialidade para a instalação de políticas públicas, a região do Grande ABC foi marcada pela carência de conhecimento técnico e inovação que conseguisse tirar a região da crise industrial que vinha enfrentando desde os anos de 1970 e 1980. Havia necessidade de uma resposta institucional que suprisse essas demandas. Neste contexto, se consolidou a construção da Universidade Federal do ABC (em Santo André, a partir de 2008, e em São Bernardo do Campo, 2009) que veio com o objetivo de dialogar com as necessidades territoriais e promover conhecimento técnico-científico. É possível compreender que, desde o princípio, a UFABC tem a tarefa de se conectar com o seu entorno, trazer inovação, progresso técnico, uma nova visão de conhecimento, de maneira que seja possível o elo entre empresas, instituições de ensino e a sociedade civil. A consolidação desta política pública foi possibilitada por meio da vontade política, incentivos, fomento e de um ambiente de necessidade de investimentos, que tardiamente admitiu que a educação é a chave para o desenvolvimento humano e econômico. Dentre seus poucos anos de existência, a UFABC conseguiu trazer grandes marcos para a região, reforçando ainda mais a sua importância. Em contrapartida, vemos na gestão atual um desmonte e a ausência do incentivo a políticas educacionais, desvalorizando todo o esforço de existência dessas estruturas. Sendo assim, esta nota técnica busca trazer um apelo e reflexão sobre esse momento, de que devemos valorizar e acreditar na educação e, em especial, nas dimensões que as universidades públicas podem tomar e transformar na sociedade. É preciso impedir o seu sucateamento e seu desmanche.

A região do ABC Paulista, mais conhecida como “Grande ABC”, faz parte da região metropolitana de São Paulo e é composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Essa região é fortemente conhecida pelo seu desenvolvimento industrial.

Com o foco apenas no município de Santo André, tem-se que seu desenvolvimento sempre esteve ligado a exploração e transporte de riquezas minerais, entre outros produtos. Segundo portal da Prefeitura de Santo André, a pedido de um português chamado João Ramalho, que gostaria de transformar onde morava em uma vila, em oito de abril de 1553, aprovada pelo General Geral Tomé de Souza, foi dado o nome de Santo André da Borda do Campo (tornou-se vila). Nesse mesmo período, foi se intensificando a busca por especiarias e ampliando o desenvolvimento da vila. Santo André passou a ser uma região estratégica para passagem e transporte dos produtos, o que impulsionou o seu processo de urbanização e industrialização, especialmente no final do século 19 devido a instalação de uma das principais ferrovias da época, a Santos-Jundiaí nas proximidades do Rio Tamandateí em 1870 (construída pela Companhia Inglesa, São Paulo Railway). O empreendimento visava a melhoria do transporte de produtos agrícolas (como o café) do interior do estado de São Paulo até o porto de Santos. A ferrovia deu margem para a consolidação de indústrias com o objetivo de exportação de produtos agrícolas e importação de manufaturas. Isto, além de ter sido um atrativo para imigrações, por promover campos de trabalho, resultando em um elevado índice de desenvolvimento econômico naquela época.

A instauração da ferrovia facilitou o acesso entre as regiões ampliando as possibilidades de troca entre os municípios. Isso tornou a região do ABC conhecida como um dos maiores polos industriais (sendo referência até os dias de hoje). Em 1950, essa “fama” se consolida com a chegada da indústria automobilística na região.

Contudo, de acordo com David Harvey (1992), o fordismo e o keynesianismo não estavam mais dando conta das contradições inerentes do capitalismo. Harvey nos traz que esse sistema enfrentava dificuldades e essas poderiam ser resumidas numa única palavra: rigidez. A rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e longo prazo em sistemas de produção em massa, que impediam a flexibilidade do planejamento. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. E toda tentativa de superar essa rigidez esbarrava no poder da classe trabalhadora, que neste período, para Harvey, era invencível, o que explica a onda de greves e problemas trabalhistas do momento.

O que se tinha por trás dessa rigidez em cada área era uma configuração fixa de poder político e relações recíprocas que uniam o grande trabalho, o grande capital e o grande governo, parecendo uma defesa disfuncional de interesses que solapavam, ao invés de acumular capital. Ou seja, o mundo capitalista estava se afogando pelo excesso de fundos (inflação) e com poucas áreas produtivas para investimento. As corporações se viram com muita capacidade excedente inutilizável, o que as obrigou entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. Com isso, a mudança tecnológica/ automação, buscou por novas linhas de produtos e nichos de mercado, dispersão para localizações onde se possuía controle de trabalho fácil. O modo mais fácil de acelerar o tempo do capital de giro passa a ser o primeiro plano das estratégias para salvar as corporativas.

Desta forma, as décadas de 1970 e 1980 foram um período conturbado e de reestruturação econômica, que implicou no reajuste do social e do político. A situação socioeconômica da região do ABC passa, então, por um período de desaceleração do crescimento industrial. Isso, devido a saída das indústrias e com a reestruturação produtiva que foi agravada com a crise dos anos 1980. Esse cenário trouxe impactos decisivos para a região, principalmente para o território na encosta do rio Tamanduateí, onde diversos empreendimentos ficaram estagnados, dando espaço para galpões vazios e comunidades em situação de vulnerabilidade (imigrantes que se instalaram motivados pela força de trabalho).

A resposta institucional para o novo cenário foi buscar novas saídas para esse quadro. Deste modo, no segundo mandato do ex-prefeito Celso Daniel (1997-2002), foram elaboradas diversas estratégias de revitalização da região de Santo André, principal região atuante neste período, de maneira a centralizar e, principalmente, ampliar a relação da metrópole com o município. E promover maior atratividade a região. Sendo assim, se desenvolveu planos a respeito da mobilidade urbana, da criação de parques, entre outros, de maneira a integrar ainda mais a região e melhorar a acessibilidade - projeto conhecido como “Eixo do Tamanduatehy”.

A proposta do “Eixo do Tamanduatehy” foi criticada por grandes estudiosos da época, como Ermínia Maricato e Aparecida Netto Teixeira. Isso porque o objetivo do projeto era valorizar a economia, de maneira a sobrepor as construções e existência dos “megaempreendimentos” em detrimento da inserção social, pois não houve um diálogo com a população e nem foi pensado na execução da cidadania. Como parte da crítica, tem-se que o projeto de tamanha escala deveria ir além do desenvolvimento econômico. O projeto deveria promover apropriação do território por parte da sociedade civil através de políticas habitacionais, de ocupação, revitalização do espaço público, entre outros aspectos (TEIXEIRA, A. 2010).

Apesar das críticas, o projeto foi colocado em prática e os períodos que se seguiram foram de crescentes estratégias de melhoria. Os objetivos principais dessas novas estratégias foram de aprimorar a indústria, de maneira que tudo que fosse construído/ elaborado, seria pensado de acordo com a indústria e a favor da indústria, principalmente o transporte e a utilização dos terrenos próximos às indústrias, de maneira a aprimorar e melhorar as formas de produção. O contexto político e principalmente econômico pedia novas formas de se reinventar a produção de bens.

Com um forte apelo de referências políticas da região, contexto político favorável a reformas, mudanças significativas e por uma necessidade, pensada até que tardia, a região de Santo André foi a pioneira em empenhar os pressupostos de seu projeto para além de mudanças no transporte

e paisagística. Por meio do diagnóstico dos projetos se inicia então um engajamento na área da educação na região de Santo André (mas não só). É importante frisar sobre essa incorporação da educação como uma estratégia política e de desenvolvimento, porque a partir da crise industrial instalada, havia a necessidade e urgência de modernização das formas de produção. E o ensino superior, de qualidade e com uma proposta tecnocêntrica poderia ser uma forma de promover essa mudança no mercado.

Projeto Universidade Federal do ABC – Campus Santo André

A Declaração Mundial sobre Educação Superior, consolidada durante a Conferência Mundial sobre Educação Superior da UNESCO, realizada em outubro de 1998, trouxe alguns dos elementos diretivos da política adotada pelo Ministério da Educação entre 2003 e 2014.

Conforme mencionado anteriormente, a necessidade de um novo saber técnico e científico não era uma característica apenas da região do Grande ABC, era uma realidade do país. No Brasil (e no mundo), a segunda metade do século XX foi marcada pela expansão da demanda e da oferta de cursos de educação superior, ligadas tanto à valorização do saber acadêmico pelo mercado de trabalho, quanto ao crescimento do reconhecimento da pesquisa acadêmica como um instrumento fundamental para a promoção de mudanças.

Segundo o documento publicado pelo MEC, na realidade brasileira, temos que os desafios para a consolidação de universidades federais públicas eram pautados em expansão, qualidade e democratização do acesso e do conhecimento. Neste contexto, surge o Plano Nacional de Educação (PNE) que vigorou entre 2001 e 2010.

O PNE foi fundamental para consolidar essa expansão Universitária. Dentre as metas que compõem esse documento, tem-se: elevar a taxa bruta e líquida de matrícula na educação superior, promover melhoria da qualidade da educação superior, elevar o grau de número de matrícula e pós-graduação, entre outras. As diretrizes do PNE consideram que é necessário estudo preliminar das condições socioeconômicas das regiões, de forma que a universidade possa colaborar com correção assimetrias regionais. Determina que as universidades atendam, de forma preferencial, os municípios localizados em mesorregiões. Além de afirmar que as unidades atendam a vocação regional e o plano estratégico para o desenvolvimento do país. Ou seja, a Universidade precisa dialogar com o território, promovendo ações pontuais, interação, produzindo conteúdo, incluindo a sociedade civil em seus espaços e mais, ser um instrumento de mudança e boas práticas governamentais.

Uma das questões levantadas pelo documento que daria contorno à criação dessas universidades, é a interiorização do ensino superior no Brasil. Ainda como base no documento do MEC, e que coincide com a discussão levantada anteriormente sobre o contexto regional do ABC, temos que o desenvolvimento de uma região é determinado pelos investimentos locais. Quando é tomada a decisão de incentivo à educação, especialmente no ensino superior, promove-se na região um crescimento acelerado. Esse processo ocorre pela necessidade de inovação e de adequar à nova realidade. Desta forma, a interiorização de universidades acaba sendo a resposta institucional mais viável para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional do ABC.

Pensar na existência de uma Universidade pública é pensar na interação do pólo de conhecimento com a sociedade civil, é pensar na relação junto da comunidade local, coexistindo e tendo uma relação de troca. Por isso, a escolha dos municípios inseridos em micro e mesorregiões foi extremamente importante para o desenvolvimento e para garantir uma boa infraestrutura à Universidade.

Arelado a esses avanços, somado ao contexto regional, especialmente de Santo André, em inserir a educação como parte da estratégia de desenvolvimento e entendendo o momento político em que o Brasil estava passando (olhos abertos para a educação), após as eleições presidenciais de 2002, houve um grande movimento de diversos segmentos da sociedade civil que utilizaram desse e de outros instrumentos legais para impulsionar a estruturação do projeto de lei que deu base para a

criação da Universidade Federal do ABC (UFABC), fruto dessa política federal e um marco para a população da região do Grande ABC. Isso porque foi uma política pública inserida numa região e em um contexto de fragilidade e que necessitava de uma reciclagem tecnológica.

Sendo assim, no ano de 2004, o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3962/2004, que previa a criação da Fundação Universidade Federal do ABC. A Lei foi sancionada pela Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de julho de 2005, sob o nº 11.145. Datado em 26 de julho de 2005. Vale ressaltar que a própria Lei que institui a UFABC reconhece a sua centralidade na atuação regional:

Art. 2º “A UFABC terá por objetivo ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na região do ABC paulista” (Lei nº 3962/2004).

Além disso, o projeto registra:

“A expansão da rede de ensino superior e a ampliação do investimento da ciência e tecnologia são objetivos centrais do governo federal e foco do debate da reforma universitária. A criação de uma grande universidade no coração da indústria, maior região metropolitana do país é uma clara demonstração de compromisso com o desenvolvimento a cultura e a democratização do acesso ao ensino superior.” (Lei nº 3962/2004).

Essa seção do projeto especifica que a Universidade é fruto da demonstração do compromisso e da vontade política em promover ações de desenvolvimento de cultura e democratização do acesso ao ensino superior. A UFABC foi uma prioridade do governo federal e local. Ou seja, é fundamental que o poder público esteja engajado não só na construção desses espaços educacionais, mas que estejam empenhados em mantê-los, protegê-los e incentivar a sua existência.

A ideia de inserção das Universidades na região do ABC (Santo André e posteriormente, em São Bernardo) foi por que se enxergou o potencial de aproveitamento que teriam ao dialogar com as demandas do território. Nas palavras do Presidente da República, no dia do lançamento da UFABC em Santo André, a *“iniciativa é um esforço do governo federal para aumentar as vagas públicas da educação superior no estado”* e menciona que não entende *“como a região do ABC paulista, que foi ‘símbolo’ do desenvolvimento econômico do país dos anos 1970 aos anos 1990, não tenha recebido uma universidade federal”*.

Além das universidades no ABC, outras instituições públicas também estavam sendo construídas no mesmo período. Foi um momento de investimento na educação, de ensino superior, de maneira consolidada e planejada. A preferência pela região do ABC se deu para além da capacidade instalada e da necessidade de progresso técnico.

O primeiro campus da UFABC a ser construído foi o de Santo André, considerado a sede. Com o plano de expansão das Universidades Federais, o Ministério da Educação e a Prefeitura de Santo André somaram esforços para viabilizar a UFABC. A universidade deu um novo significado aos preceitos sociais vistos no Projeto do “Eixo do Tamanduatehy”, incorporando as percepções de como um equipamento público é capaz de proporcionar a inclusão social, transformações territoriais e promover conhecimento.

Universidade Federal do ABC – Ações

Como mencionado anteriormente, a Universidade Federal do ABC foi construída com o propósito de ser inovadora e moderna. Isso está presente até mesmo em seu projeto pedagógico, que apresenta uma matriz interdisciplinar, sendo considerado um progresso da ciência e da tecnologia. Sem contar, que a UFABC promove espaços de diálogo com a sociedade civil e com diferentes atores que são fundamentais para a construção do conhecimento e ações coletivas.

Deste modo, após alguns anos de existência, é possível enxergar seus frutos, principalmente a respeito dos projetos de extensão e pesquisa, que foram fundamentados para sanar as necessidades do mercado. A UFABC, assim como outras universidades públicas, são espaços de construção, compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento (humano, principalmente). É possível identificar seus avanços e ações positivas para o território.

Abaixo, apresenta-se um quadro que reflete algumas das diversas ações positivas (olhando um recorte de tempo: o período de construção da UFABC, bem como os últimos dois anos 2018/2019) da UFABC, que reforçam ainda mais a importância deste espaço educacional para o desenvolvimento.

UFABC

| Ano | Ação | Tipo de ação |
|------|---|--|
| 2004 | Universidade construída com Cotas Raciais | Interiorização, inclusão e expansão. inserção, |
| 2010 | Escola Preparatória da UFABC (EPUFABC) com o objetivo de promover o acesso das comunidades populares da região do ABC ao ensino superior de qualidade, através de um cursinho preparatório para o ENEM (sistema utilizado para o ingresso na Universidade). | Interiorização, inclusão e expansão. inserção, |
| 2017 | UFABC, com pouco tempo de existência, já esteve presente com nota máxima em avaliações, mesmo sendo comparada a outras universidades consolidadas a mais tempo. Como por exemplo, temos que a UFABC manteve conceito máximo em escala do IGC (índice geral de cursos)*. | Interiorização, inclusão e expansão. inserção, |
| 2017 | Revista <i>Ândé Ciências e Humanidades</i> que publica escritas científicas dos alunos da UFABC, incentivando a escrita e concepção de artigos. O objetivo é divulgar e democratizar o conhecimento construído nos espaços educacionais. | Interiorização, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. inserção, |
| 2018 | Segundo o Ranking da Folha sobre as 10 melhores universidades do Brasil, a UFABC, apesar de estar na 34ª posição, obteve o 1º lugar em internacionalização | Interiorização, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. inserção, |
| 2018 | Startup brasileira cria próteses faciais feitas em impressora 3D, fruto do trabalho de conclusão de curso em Engenharia Biomédica da aluna Bárbara Artioli na UFABC. | Interiorização, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. inserção, |
| 2018 | Samyr Machado Querobino, doutor em Neurociência e Cognição pela UFABC, lidera pesquisa que busca a cura do Alzheimer por meio do veneno de jararaca. | Interiorização, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. inserção, |
| 2019 | A UFABC é a primeira, da região de São Paulo, a reservar vagas para as pessoas Transexuais. | Interiorização, inclusão e expansão. inserção, |
| 2019 | Promoção de debates como: "Metalúrgicos e estudantes debatem o mercado de trabalho na indústria 4.0". | Interiorização, inclusão e expansão. Diálogo e relação com o contexto regional e político do país. inserção, |
| 2019 | Debate realizado na UFABC sobre o projeto "Future-se", a aposta do modelo de reestruturação do mecanismo de financiamento das universidades e institutos federais, para discutir os impasses as promessas. | Interiorização, inclusão e expansão. Diálogo e relação com o contexto regional e político do país. inserção, |
| 2019 | Projeto "ReSolution (Resilient Systems for Land Use Transportation)", uma plataforma digital de indicadores que simula as dinâmicas de localização residencial de diferentes grupos e seus reflexos nos padrões de segregação e acessibilidade aos postos de trabalho. A UFABC colaborou, junto de outras universidades parceiras e organizações, no desenvolvimento dos índices de segregação. | Interiorização, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. inserção, |

| | | |
|------|---|--|
| 2019 | A UFABC participou das últimas duas edições do Campeonato Mundial de Física, o "International Physicist's Tournament (IPT)", em 2017 na Suécia e em 2018, na Rússia, onde atingiram a 3ª posição, sendo considerado o melhor resultado de um time não europeu até o momento. Este ano, estão buscando investimentos para participarem mais uma vez. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. |
| 2019 | UFABC participou da terceira edição do International College Cup, em Hong Kong (julho/2019), jogando no campeonato internacional de LOL. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. |
| 2019 | O professor André Eterovic, biólogo e professor da UFABC, publicou junto com outro autor, um livro que detalha as serpentes da Mata Atlântica, servindo com um guia. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. |
| 2019 | O físico e professor da UFABC, Maurício Richartz, é um dos autores do artigo produzido pelo grupo de Silke Weinfurter sobre simulação de buraco negro. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. |
| 2019 | Recentemente, o Consórcio Intermunicipal do ABC formalizou a participação das Universidades em um programa específico de estudos, que busca promover o desenvolvimento econômico. A UFABC faz parte do conjunto de universidades que estarão envolvidas nesse Projeto. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Diálogo e relação com o contexto regional e político do país. |
| 2019 | Pesquisadores da Universidade Federal do ABC e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) realiza um experimento que inverte o sentido do fluxo de calor, no qual o resultado possibilita pensar em um processo de refrigeração quântica. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. |
| 2019 | Pesquisadores e alunos da UFABC desenvolveram um material de uma bandage para o tratamento de câncer e de infecções bacterianas, de ação antitumoral e antibacteriana. | Interiorização, inserção, inclusão e expansão. Incentivo a pesquisa e democratização do conhecimento. |

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, o Conjuscs. * Esse índice leva em consideração uma série de indicadores, como avaliação do curso, distribuição dos estudantes entre eles e a nota do ENADE.

Contexto atual

Pode parecer incipiente, mas, em alguns anos de existência, a UFABC promoveu muitos marcos para a região do ABC. Alocada na região, a universidade promove iniciativas positivas, com diferencial, sendo reconhecida, nacionalmente e internacionalmente, impactando diretamente no território, promovendo desenvolvimento, compartilhando conhecimento e tornando a região mais atrativa – cumprindo com o seu objetivo de construção. Frente a isso, percebe-se que o esforço político e o engajamento do poder público foram fundamentais para a construção desse espaço. A região, nesse período, tem-se beneficiado dos frutos que uma universidade fornece: conhecimento aplicado, atratividade, reconhecimento, entre outros. Hoje, podemos observar um movimento contrário do Estado. O sistema de ensino superior brasileiro está fragilizado e ameaçado pelas tomadas de decisão do atual governo, que minimiza a importância de se manter ativos esses espaços educacionais.

Este ano, acadêmicos e pesquisadores foram alvejados com várias notícias sobre corte de verbas para as universidades e para as pesquisas. Organizações importantes, como a CNPQ, tiveram seus orçamentos afetados pelas políticas do atual governo federal e sua equipe técnica. A UFABC, por exemplo, está na lista das cinco universidades federais mais afetadas pelos cortes desde o governo Temer. Em 2018, a verba havia sido reduzida em 60,3% quando comparado com os anos anteriores (2013-2017). Em 2019, o cenário apenas piorou.

O Ministério da Educação, em 2019, foi alvo de dois contingenciamentos determinados pelo governo federal sob a justificativa de enfrentar a crise econômica.

Segundo informações do G1, em março foram bloqueados R\$ 5,8 bilhões. Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% da verba das universidades. A liberação do recurso só seria concretizada mediante a aprovação da reforma da previdência ou se houvesse uma retomada da economia. Em julho, através de outro decreto orçamentário¹, foi bloqueado o valor de R\$ 348,47 milhões da pasta. Segundo o governo federal, os cortes foram em cima de gastos como água, luz, pagamento dos terceirizados, obras, equipamentos e pesquisas. Ou seja, tudo que faz a universidade funcionar, especialmente os terceirizados que foram e continuam sendo os mais prejudicados. Muitas das universidades, devido a esse último corte, suspenderam suas atividades no segundo semestre.

Neste momento, a universidade está ameaçada pelo contingenciamento. Essa ameaça significa restrição das ações, como suspensão de bolsas de extensão, cursos preparatórios (como o do Enem), capacitações, entre outros mecanismos que fazem da universidade o espaço que é e que foi proposto. Isso tudo provoca impactos territoriais negativos.

No dia 26 de agosto de 2019, a UFABC recebeu 5% da verba, de maneira que foi suspensa a construção dos outros dois prédios previstos no planejamento. Segundo o Vice-Reitor, Wagner Carvalho, dos R\$ 51 milhões que estavam previstos, a UFABC recebeu apenas R\$ 15 milhões o que impactou nas verbas de custeio. Afirmou inclusive que a UFABC é uma das poucas universidades que retira do próprio orçamento o custeio de uma parte das bolsas pagas aos alunos. Estas medidas impactam diretamente na pesquisa e na vida desses estudantes.

Em meio a esse caos, o atual governo decidiu elaborar um projeto que atue diretamente no financiamento das universidades públicas federais, ameaçando a sua gratuidade. O projeto "Future-se"² prevê a criação de um fundo (em torno de R\$ 102 bilhões) para atrair investimentos internacionais ao ensino superior. A gratuidade e a universalização do ensino não estão presentes no projeto, não deixando claro se serão mantidas. O que preocupa, e precisa ser visto como ponto de alerta, é o "flerte" com a privatização do ensino superior público.

Segundo pesquisadores, a permanência da gratuidade da rede de ensino superior federal, depende da revogação da Emenda Constitucional nº95³, que congela por 20 anos os investimentos da União em diversos setores, dentre eles o da educação. Se a Emenda for mantida, as Universidades estarão fadadas a espremerem seus orçamentos ainda mais, o que implica em mais cortes, redução das ações, do alcance e impactos negativos para o território, indo na via contrária aos ganhos até o momento.

É interessante observar a contramão em que estamos vivendo. Num contexto complexo, de necessidade de conhecimento, ainda que uma parcela de investimento tenha sido destinada ao processo de "re-industrialização" na região (em específico), mesmo que tardio, foi pensada a educação como "válvula de escape", como solução e investimento e não só para o Grande ABC, mas investimento para o desenvolvimento econômico, social e humano do país. Hoje, num contexto de avanços, no qual as universidades estão demonstrando seus feitos, através de pesquisas, interação com a sociedade civil, suprimindo as necessidades do mercado através de tecnologia e mão de obra qualificada, solucionando demandas da sociedade, estamos presenciando um desmonte, ausência de vontade política em manter esses espaços gratuitos e estrangulamento dos orçamentos. Há uma total ausência de engajamento e incentivo às políticas educacionais, por parte do atual governo federal.

O governo não entendeu a importância e relevância das universidades para o país. Nega o fato de que educação é a chave, desperdiça seu tempo e dedica investimento para ações que não irão resolver os problemas econômicos, pelo contrário. No momento em que se deveria materializar as ações de investimento na Universidade, estamos vivendo um movimento contrário, de desincentivo. O que está acontecendo com as universidades e as organizações de fomento à pesquisa é grave e precisa de visibilidade. Nesta nota técnica, foi tratado, muito rapidamente, o contexto em que foi criada a UFABC e um pouco dos seus feitos nesses anos. Imagina o que mais esse espaço não pode

fornecer para a sua região? Para a sociedade? Para o país? E do jeito que estamos caminhando, dificilmente será possível continuar cumprindo com o propósito de sua existência. E não só a UFABC, todas as universidades que estão sendo afetadas.

O ensino público é fundamental para o desenvolvimento pessoal, como reparação histórica, como uma forma de inclusão. As universidades públicas permitiram que muitos estudantes pobres, negros e outras populações em situação de vulnerabilidade, acessassem os espaços educacionais, podendo ter um sonho de ir além e se formar. Lógico que existem desafios internos, de inclusão, de permanência, de acesso e desigualdades (não é à toa que temos mais alunos pobres em universidades particulares, justamente pela ausência de um ensino básico de qualidade que os permita passar pelo crivo –vestibular- das universidades públicas). Contudo, devemos tomar uma postura “conservadora” neste momento. No sentido de conservar o que já temos, de conservar e preservar os nossos avanços e lutar contra o desmonte e a desmobilização desses espaços tão vitais para a sociedade.

Pode-se concluir então, que a UFABC transformou e ainda transforma, impactou e ainda impacta as dinâmicas do seu entorno, tendo em vista os impactos territoriais que são causados ao inserir um polo educacional num ambiente prioritariamente industrial. É sabida a importância e a necessidade de uma educação de qualidade, diferenciada, inovadora e principalmente acessível, de modo a democratizar o acesso. A Universidade tem progredido na execução de seus objetivos de criação. Contudo, estamos num contexto político e econômico, em que esse espaço pode deixar de se tornar uma incubadora de ideias, de ações, de inovação, pela ausência de vontade política, ausência de incentivos e ausência do reconhecimento de sua importância.

A educação é constituída como um direito social fundamental e imprescindível ao ser humano, conforme consta na Constituição Federal de 1988⁴. Por ser instrumento essencial e com potencial transformador, a educação, enquanto política pública, consegue combater desigualdades ao mesmo tempo que promove desenvolvimento individual e para o Estado. O direito à educação abrange a garantia, não só, do acesso e permanência, mas também da qualidade do ensino (OLIVEIRA, R.P; ARAÚJO, G C, 2005), concepção que se estende para qualquer nível de formação. A educação é um direito de todos e precisamos lutar pela sua universalização e (re) existência.

Notas

1 No dia 30 de julho de 2019, o governo publicou uma edição extraordinária do “Diário Oficial da União” do decreto de programação orçamentária, contendo o contingenciamento (bloqueio) de mais de R\$ 1,44 bilhão em gastos no orçamento de 2019. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/30/governo-edita-decreto-orcamentario-maiores-bloqueios-sao-em-cidadania-e-educacao.ghtml>. Acessado em 21 de agosto de 2019.

2 Projeto Future-se, do Ministério da Educação, foi lançado no dia 17 de julho de 2019. O seu principal objetivo é aumentar a autonomia administrativa das universidades federais. Em meio ao cenário de contingenciamentos, o governo propôs como a solução que haja parceria entre a União, universidades e organizações sociais. Além disso, o projeto estimularia que essas instituições captassem recursos próprios para auxiliar na manutenção dos serviços. Uma “nova forma de financiamento”. Hoje, a proposta não apresenta um reforço da ideia de gratuidade, o que traz dúvidas a respeito do mantimento da universalização do ensino superior. Até o dia 15 de agosto, estava disponível o documento para consulta pública. Esse projeto requer atenção e muita discussão para entender todos os pontos que levanta, evitando brechas. Isso porque o financiamento das universidades é uma pauta essencial e urgente.

3 A Emenda nº95 altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm

4 A educação, enquanto direito e política pública, pode ser consultada na Constituição Federal de 1988, no capítulo II – Dos direitos sociais, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Scarlett Rodrigues da Cunha. *Bacharel em Políticas Públicas (UFABC), Bacharel em Ciências e Humanidades (UFABC) e atualmente, mestranda em Políticas Públicas pela UFABC. Já atuou na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, focada na elaboração, desenvolvimento e análise do Programa Bolsa Trabalho e como tutora sobre juventudes e educação no Instituto Unibanco em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Atualmente, integra a equipe de Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto Ethos. Interessa-se por estudar as juventudes e o mercado de trabalho na sociedade pós-moderna. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2048517306904788>*

Referências Bibliográficas

CANO, Wilson – *“Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930”* – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HARVEY, David - *“Condição Pós-Moderna - Capítulo 9: Do Fordismo à Acumulação Flexível”* – Editora Loyola – Edição 01, 1992.

Intituto Pólis & Fundação Friedrich Stifung - *“Projeto Eixo Tamanduatehy”* - São Paulo: Experiência - Município de Santo André, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Portela at ARAÚJO, Gilda Cardoso – *“Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação”* – Revista Brasileira de Educação, 2005.

TEIXEIRA, A. *“A produção do espaço público no projeto urbano Eixo Tamanduatehy”* - Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.122/3483>- Santo André, São Paulo - Arquitextos, 122.04, ano 11, julho 2010.

“A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014” – Ministério da Educação (SP) – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Análise de Expansão das Universidades Federais de 2003-2012” – Ministério da Educação (SP) – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192> - MEC, 2012. Acessado em 20 de agosto de 2019.

“As 10 melhores universidades do Brasil, segundo o ranking da Folha” – Revista Exame Disponível em <<https://exame.abril.com.br/carreira/as-10-melhores-universidades-do-brasil-segundo-ranking-da-folha/>>

“Bandage para tratamento de câncer e de infecções bacterianas” – UFABC Divulga Ciência – Disponível em <<http://proec.ufabc.edu.br/ufabcdivulgaciencia/2019/04/19/bandage-para-tratamento-de-cancer-e-de-infecoes-bacterianas-v-2-n-4-p-6-2019/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Celso Augusto Daniel” – Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Daniel> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Cientistas lançam guia de serpentes da Mata Atlântica” – Revista Hoje em Dia – Disponível em <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/cientistas-lan%C3%A7am-guia-de-serpentes-da-mata-atl%C3%A2ntica-1.733744>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Com participação de brasileiro, cientistas simulam buraco negro” – Revista Exame – Disponível em <<https://exame.abril.com.br/ciencia/com-participacao-de-brasileiro-cientistas-simulam-buraco-negro/>>

“Contingenciamentos vão afetar aulas a partir de agosto, dizem universidades” – Portal G1 – Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/17/cortes-na-educacao-va-afetar-aulas-a-partir-de-agosto-dizem-universidades-federais.ghtml>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Corte de verbas: suspensão de aulas e pesquisas no segundo semestre” – Diário da Causa Operária – Disponível em <<https://www.causaoperaria.org.br/corte-de-verbas-suspensao-de-aulas-e-pesquisas-no-2o-semester/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Escola preparatória da UFABC (EPUFABC)” – Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do ABC – Disponível em <<http://proec.ufabc.edu.br/cursos/escola-preparatoria-da-ufabc>>. Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Elaboração e adequação dos planos subnacionais de educação (PNE)” – Ministério da Educação (SP) – Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Em evento gratuito, UFABC reúne pesquisadores para debater o Future-se” – Carta Capital. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/em-evento-gratuito-ufabc-reune-pesquisadores-para-debater-o-future-se/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Equipe brasileira luta para representar o país em Mundial de Física” – Revista Galileu. Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/03/equipe-brasileira-luta-para-representar-o-pais-em-mundial-de-fisica.html>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Experimento inverte o sentido do fluxo de calor” – Agência FAPESP – Disponível em <<http://agencia.fapesp.br/experimento-inverte-o-sentido-do-fluxo-de-calor/30700/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Federais mantém nota máxima em avaliação “ – Diário do Grande ABC – Disponível em <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/2999827/federais-mantem-nota-maxima-em-avaliacao>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Governo edita decreto orçamentário; Maiores bloqueios são em cidadania e educação” Portal G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/30/governo-edita-decreto-orcamentario-maiores-bloqueios-sao-em-cidadania-e-educacao.ghtml>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Governo quer aumentar vagas públicas no Estado de São Paulo” – Ministério da Educação (SP) – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14189:gover-no-quer-aumentar-vagas-publicas-no-estado-de-sao-paulo&catid=212&Itemid=86> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Gratuidade nas universidades federais depende da derrubada do teto de gastos” – Rede Brasil Atual – Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/08/gratuidade-nas-universidades-federais-depende-de-derrubada-do-teto-de-gastos/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“História de Santo André” – Portal Oficial da Prefeitura de Santo André – Disponível em <<https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/cidade-de-santo-andre/historia>> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Itabirano lidera pesquisa que busca cura do Alzheimer por meio do veneno de jararaca” – Jornal De Fato – Disponível em <<https://defatoonline.com.br/itabirano-lidera-pesquisa-que-busca-cura-do-alzheimer-por-meio-do-veneno-de-jararaca/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Metalúrgicos e estudantes debatem o mercado de trabalho na indústria 4.0” – Rede Brasil Atual – Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/06/ufabc-metalurgicos-estudantes-industria-4-0/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Movimento quer pressão popular no STF por inconstitucionalidade do teto de gastos” – Rede Brasil Atual – Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2017/08/conselho-nacional-de-saude-lanca-abaixo-assinado-contra-a-ec-95-e-o-retrocesso-no-sus/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Plataforma digital traz indicadores sociais inéditos sobre São Paulo” – Jornal da USP – Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/plataforma-digital-traz-indicadores-sociais-ineditos-sobre-sao-paulo/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Projeto de Bolsonaro ameaça gratuidade na educação superior, diz reitor da UFABC” Brasil de Fato, uma visão popular do Brasil e do mundo – Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/01/future-se-nao-garante-que-havera-gratuidade-da-educacao-superior-diz-reitor-da-ufabc/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Projeto de Lei nº3962-A, de 2004” – Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0CB7D902D381919DD7EAD3328A381333.node1?codteor=299997&filename=Avulso+-+PL+3962/2004> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Projeto de Lei Nº 3.962-B, de 2004 - Institui a Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC e dá outras providências” - Disponível em <<http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/lei-de-criacao-da-ufabc>> e <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=260797>> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Revista Íandé Ciências e Humanidades” – Disponível em <<http://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/issue/archive>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Start up brasileira cria próteses faciais feitas em impressora 3D” – Imprensa Pública. Disponível em <<https://imprensapublica.com.br/startup-brasileira-cria-proteses-faciais-feitas-em-impressora-3d/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“UFABC é a primeira a reservar vagas para pessoas trans em São Paulo” – Jornal do Campus – Disponível em <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/06/ufabc-e-a-primeira-a-reservar-vagas-para-pessoas-trans-em-sao-paulo/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“UFABC deve adotar cota para negros” – Fundação Universia Brasil – Disponível em <<https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/12/27/454024/ufabc-deve-adotar-cota-negros.html>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“UFABC jogará campeonato internacional de LOL em Hong Kong” – Bastidor Político – Disponível em <<https://www.bastidorpolitico.com.br/abc/santo-andre/ufabc-jogara-campeonato-internacional-de-lol-em-hong-kong/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“UFABC recebe 5% de verba para investimentos e suspende construção de prédio” – Portal G1 – Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/26/ufabc-recebe-5percent-de-verba-para-investimentos-e-suspende-construcao-de-predio.ghtml>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“UFABC está entre as cinco federais mais afetadas pelos cortes de Temer” – Diário Esquerda, Movimento Revolucionário de Trabalhadores – Disponível em <<https://www.esquerdadiario.com.br/UFABC-esta-entre-as-5-federais-mais-afetadas-pelos-cortes-de-Temer>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

“Universidade Federal do ABC (UFABC)” - Disponível em <<http://www.ufabc.edu.br/>> Acessado em 20 de agosto de 2019.

“Universidades vão auxiliar no plano de desenvolvimento econômico através do Consórcio Intermunicipal” – Repórter Diário – Disponível em <<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2709570/universidades-va-auxiliar-no-plano-de-desenvolvimento-economico-atraves-do-consorcio-intermunicipal/>> Acessado em 21 de agosto de 2019.

18. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA

Adriana Pereira da Silva

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objetivo abordar a situação da escolaridade da população acima de 15 anos no Brasil, e na região do Grande ABC Paulista em particular, tratando dos dados de matrículas da Educação de Jovens e Adultos, bem como do desafio diante da necessidade de ampliação da escolaridade dessa população. Assim, apresenta-se um panorama da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto nacional e regional, provocando a análise do papel do Estado e da Sociedade Civil no compromisso jurídico e político para pensar a organização de um desenvolvimento digno e justo para todos(as).

1. Educação como direito fundamental para o exercício da cidadania

Entende-se que a educação é um dos direitos básicos para o exercício da cidadania. Assim, torna-se fundamental explicitar a dívida histórica e social com a população jovem e adulta que teve seus direitos educacionais negados.

Nesse sentido, tornar público o desafio da necessidade da ampliação da escolaridade sob a responsabilidade do Estado – principalmente em um período em que existe uma organização de forças para minimização das políticas públicas de caráter social - é uma questão fundamental.

Para isso, é necessário recuperar o histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendido como uma oferta em que a atuação do Estado foi progressiva, mas limitada até a Constituição Federal de 1988, oscilando períodos em que a intervenção estatal ocorria por campanhas e programas que não marcavam continuidade.

A ordem do direito se fez efetiva, no seu caráter objetivo e subjetivo, com a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, que afirma que é dever do Estado a educação para todos (as), inclusive para aqueles (as) que tiveram esse direito negado no tempo que lhes era oportuno.

Esse direito é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, de nº 9394/96, que, no seu artigo 37, responsabiliza o Estado pelo dever de uma educação apropriada aos sujeitos jovens e adultos, reconhecendo suas especificidades e necessidades, por um processo de formação para o exercício da cidadania e para o trabalho.

Os marcos legais citados são reafirmados no Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/14, que propõe metas e estratégias, marcando ações específicas ao Estado no tocante a efetivação do acesso e permanência na EJA.

As metas 9 (nove) e 10 (dez) dessa lei expõem um compromisso do Estado em superar o analfabetismo absoluto até o final da vigência do PNE, além de apontar a necessidade de se reduzir em 50% o analfabetismo absoluto e ampliar as matrículas de EJA e Educação Profissional em 25%, nos Ensinos Fundamental e Médio.

2. O contexto desafiador

O contexto político e histórico impõem limitações para a efetivação desses compromissos. As poucas possibilidades de concretização das políticas públicas contribuem para que o Estado não atinja essas metas nacionais e outras já tratadas em contextos internacionais. Isto pode, inclusive, ser observado na questão fundamental de formação humana para o exercício de cidadania, que é

o processo de alfabetização. Este fato é retratado pelos dados da Pesquisa Nacional Amostra Domiciliar (PNAD), que mostra a baixa queda do analfabetismo absoluto da população acima de 15 anos. Em 2008, segundo a fonte, a taxa de analfabetismo absoluto representava um total de 10%, ao passo que no ano de 2018 o percentual foi de 6,8%, mostrando uma queda bem limitada.

A realidade na região do Grande ABC Paulista apresenta um diferencial em relação ao contexto nacional. Segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010), o total de pessoas não alfabetizadas, acima de 15 anos, correspondia a 66.062.

Os dados apresentados nos permitem analisar que, para atingir a meta de superação do analfabetismo até ao final da vigência do PNE, é necessário reconhecer essa realidade e o posicionamento político do Estado, com políticas públicas que respondam às especificidades e necessidades dos sujeitos.

Com esse entendimento, faz-se significativo observar que a política pública prioritária no Brasil destinada a esse compromisso de superação do analfabetismo, sofreu uma interrupção a partir de 2016. Nesse período, não houve o lançamento do edital para adesão ao programa Brasil Alfabetizado. Essa política era a ação nacional pública que, embora tivesse limitações, buscava atuar nessa demanda social (HADDAD & PIERRO, 2015).

Ao tratarmos sobre o direito à Educação Básica da população jovem e adulta no Brasil, o censo de 2010 revela que 65.043.150 pessoas não terminaram o Ensino Fundamental e 27.511.214 pessoas, o Ensino Médio (IBGE, 2010).

Com base em dados mais atuais da PNAD 2018, é possível compreender que pouco se avançou para fazer cumprir esse direito. A pesquisa revela que do total correspondente de 133,7 milhões de brasileiros (as) com 25 anos ou mais, 44,2 milhões (33,1%) não terminaram o ensino fundamental e 16,8 milhões (12,5%) não haviam concluído o ensino médio em 2018.

As observações relativas à região do Grande ABC Paulista, segundo o censo de 2010, revelam que a realidade da escolaridade da população nesse território também expressava uma condição de negação de direitos para milhões de pessoas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Resumo do Perfil de Escolaridade da População da Região do Grande ABC Paulista acima de 15 anos

| População residente | Não alfabetizada | Ensino Fundamental Incompleto | Ensino Fundamental Completo E Ensino Médio Incompleto | Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto | Ensino Superior Completo |
|----------------------------|-------------------------|--------------------------------------|--|---|---------------------------------|
| 2.702.071 | 66.062 | 563.523 | 410.155 | 682.232 | 281.047 |

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, CONJUSCS, a partir de IBGE- CENSO 2010.

Sabendo-se que esses dados não podem ser observados isoladamente, faz-se significativo analisar a condição das matrículas no Brasil. Com isto é possível observar um cenário de pouca atuação do Estado. Para ilustrar, observe-se, no quadro 2, as matrículas nacionais da EJA.

Quadro 2 – Número de Matrículas Nacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

| Ano | Matrículas |
|------|------------|
| 2007 | 4.985.338 |
| 2008 | 4.945.424 |
| 2009 | 4.661.332 |
| 2010 | 4.287.234 |
| 2011 | 4.046.169 |
| 2012 | 3.906.877 |
| 2013 | 3.772.670 |
| 2014 | 3.653.530 |
| 2015 | 3.491.869 |
| 2016 | 3.482.174 |
| 2017 | 3.598.716 |
| 2018 | 3.545.988 |

Fonte: INEP - Censo Escolar (2018).

A análise da pesquisa dos dados do Censo Escolar (INEP, 2018) permite observar que as matrículas tiveram quedas significativas por um período de mais de dez anos, embora, tenham tido um acréscimo no ano de 2017. Os números voltaram a cair no ano de 2018. As causas são múltiplas. Para superar essa realidade são necessárias diversidades de políticas de caráter estruturantes, de acordo as necessidades dos sujeitos jovens e adultos. No território regional, esse contexto é expresso conforme os dados a seguir.

Quadro 3 – Dados de Matrículas da EJA na Região ABCDMRR

Dados de Matrículas da EJA no Grande ABC Paulista em 2015

| Ente Federativo | Perfil da Oferta | Santo André | | São Bernardo do Campo | | São Caetano do Sul | | Diadema | | Mauá | | Ribeirão Pires | | Rio Grande da Serra | |
|-----------------|------------------|-------------|-------|-----------------------|-------|--------------------|-----|---------|-------|------|-------|----------------|-------|---------------------|-----|
| | | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM |
| Estado | Presencial | | 2.185 | 341 | 3.116 | 87 | 410 | 138 | 2.729 | 786 | 1.921 | | | 61 | 103 |
| | Semi-presencial | | | | | | | 26 | 30 | | | 425 | 1.073 | | |
| Município | Presencial | 3.037 | | 3.271 | | 245 | 196 | 2.436 | | | | | | 63 | |
| | Semi-presencial | | | 1.123 | | | | | | | | | | | |

Dados de Matrículas da EJA no Grande ABC Paulista em 2018

| Ente Federativo | Perfil da Oferta | Santo André | | São Bernardo do Campo | | São Caetano do Sul | | Diadema | | Mauá | | Ribeirão Pires | | Rio Grande da Serra | |
|-----------------|------------------|-------------|-------|-----------------------|-------|--------------------|-----|---------|-------|------|-------|----------------|-------|---------------------|-----|
| | | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM | EF | EM |
| Estado | Presencial | | 2.423 | 174 | 3.658 | 42 | 464 | 104 | 2.457 | 824 | 1.818 | 138 | 347 | 71 | 208 |
| | Semi-presencial | | | | | | | | | | | 471 | 1.372 | | |
| Município | Presencial | 1.516 | | 2.826 | | 236 | 204 | 2.471 | | 840 | 452 | | | 33 | |
| | Semi-presencial | | | 1.134 | | | | | | | | | | | |

Fonte: INEP - Censo Escolar 2019.

A realidade de queda de matrículas na região é expressiva, especialmente num período de troca de gestão pública, podendo indicar uma análise da não continuidade das políticas públicas, provocando então a sociedade civil a mobilizar-se para um controle social de modo a exigir dos governantes um compromisso com a modalidade EJA, num perfil de políticas estruturantes e de políticas de Estado.

3. Conclusão

Essas reflexões que comparam o direito e a realidade das matrículas das pessoas jovens e adultas evidenciam o contexto de negação do direito às pessoas. A omissão do Estado precisa ser visualizada para provocar a indignação e, portanto, a solicitação do dever dos entes federativos. O aumento da escolaridade dessa população é um direito, um aspecto fundamental para o exercício da cidadania e para o crescimento econômico e social, sob a ética em defesa da vida.

Adriana Pereira da Silva - Professora Doutora pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo_ PUC/SP (2016). Mestre em Educação pela PUC/SP. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1998). Atuou como Professora universitária de pós-graduação, pela UNICASTELO, no curso "Formação de Professores". Participou em Santo André do movimento social MOVA como assistente pedagógica. Exerceu durante o período de 2009 a 2016 a gestão pública de políticas de EJA e Educação Profissional no cargo de chefe de divisão da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, Cultura, Alfabetização, Currículo e Práticas Pedagógicas. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2383365466857365>

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/emendas/emc/59.htm. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 14 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e Internacional. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de amostra domiciliar 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Censo Escolar 2018. Notas Estatísticas. Brasília, DF, jan. 2018. p.7. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censoescolar/notas_estatisticas/2018.pdf Acesso em: jun. 2018.

19. ENTENDENDO O *BULLYING*, A DIFICULDADE EM QUANTIFICAR AS PRÁTICAS E COMBATER ESTA VIOLÊNCIA

Celoy Sene Rodrigues Silva
Vinicius Oliveira Silva

Resumo Executivo

O bullying é um fenômeno cada vez mais frequente, causador de grandes transtornos que podem seguir a vítima para o resto da vida e trazer consequências para toda sociedade quando se transforma em violência contra o próximo. Esta nota técnica elucida sobre questões do que é bullying, suas consequências, o que o poder público vem fazendo, verificando a legislação das prefeituras da Região do Grande ABC e como tratam deste tema em suas leis. Observou-se que o bullying é um problema que vem aumentando nos últimos anos, os noticiários mostram isto. Faltam dados oficiais, falta informação precisa dos órgãos públicos competentes. Este é um grande obstáculo para o desenvolvimento de estudos que gerem programas de combate e prevenção à violência do bullying. O acesso à informação precisa melhorar para se entender e combater de fato este comportamento e, assim, reduzir suas consequências perversas.

O Que é *Bullying*?

Bullying é um termo da língua inglesa (*bully*, que significa “valentão”) e se refere a todas as formas de atitudes agressivas, vexatórias, de intimidação ou não. Neste caso ignorar ou isolar alguém também caracteriza *bullying*, conforme definição do Ministério da Educação.

Podem ser verbais, físicas ou por escrito. No *bullying* sempre há intenção de causar dor e angústia a vítima, e todas essas agressões são repetitivas. Essa é uma das características do *bullying*, caso contrário não é *bullying*.

Não existe motivação evidente para que ocorra. As vítimas são escolhidas por suas diferenças e particularidades, que podem ser: física, intelectual, religiosa, social, moral, sexual e racial (neste contexto podemos incluir crianças portadoras de necessidades especiais). São exercidas por um ou mais indivíduos, sendo praticado dentro de uma relação desigual de forças ou poder.

Não existe lugar para se praticar o *bullying*. Ele ocorre em todas as esferas sociais: trabalho, família, igrejas, universidades, clubes etc, sendo a mais comum nas escolas. O foco desta nota é sobre o *bullying* praticado dentro das escolas.

Existem duas classificações para a ocorrência do *bullying*, segundo Camargo:

- forma direta, na qual existe a agressão física; mais comum entre os meninos, e
- forma indireta, na qual o isolamento é praticado; comum entre as meninas.

O *bullying* é um problema grave que ocorre mundialmente em todas as esferas sociais. Segundo CAMARGO, há uma tendência das escolas não admitirem o *bullying*. Isto se deve a dois motivos:

- falta de conhecimento sobre o assunto por parte de professores e gestores, e
- a negação sobre ele existir nas dependências.

Por este motivo é que o *bullying* ocorre demasiadamente e é tão pouco divulgado e discutido.

Consequências, Causas e Efeitos

A criança ou adolescente que sofre o bullying é vítima de uma violência que traumatiza, afetando diretamente o psicológico, causando depressão e consequências para o resto da vida. Muitas vezes, a vítima se sente tão afetada que pode chegar ao suicídio. Por ser um abuso intencional de forma repetitiva, a vítima muitas vezes não encontra saída para a situação, sentindo-se sozinha e desamparada. Segue no Quadro 1 os principais sinais que a vítima de bullying demonstra e que os pais e a escola podem e devem prestar atenção afim de combater a prática.

Quadro 1 – Sinais / evidências demonstradas pela vítima que podem indicar Bullying

| | |
|---|-----------------------------------|
| Autoimagem negativa | Baixa autoestima |
| Baixo rendimento ou ausência escolar | Desconfiança das relações sociais |
| Desconfiança dos adultos por sua intervenção inadequada | Desinteresse permanente |
| Depressão e ansiedade | Isolamento social |
| Pesadelos e insônia | Sensações de medo ou fobias |

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

Somente os casos mais severos são divulgados na mídia, causando grande repercussão e comoção. Para encontrar basta buscar notícias de violência em escolas. Muitas delas estão relacionadas com o bullying sofrido na época escolar.

Prevenção: Existe a Lei do Bullying

Atualmente existem duas leis de combate e prevenção ao bullying. A primeira é a Lei Federal nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). O artigo 12º da lei diz: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de” teve a inserção dos incisos:

“IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas; X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas”.

Diante do aumento dos problemas relacionados a bullying foi criada a lei nº 13.185, de 06/11/2015^[1], na qual se instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) para fundamentar ações do Ministério da Educação, das diversas secretarias, seja Estadual ou Municipal de Educação.

Desta Lei destaca-se a definição de bullying que consta no Art. 1º, Inciso I, que diz: “*considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.*”

No Art. 2º da mesma lei, caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica e nos atos descritos no Quadro 2:

Quadro 2 – Atos sistêmicos caracterizados como bullying, Lei 13.185

| Intimidação | Humilhação | Discriminação |
|---|--|------------------------------|
| ataques físicos | ameaças por quaisquer meios | expressões preconceituosas |
| comentários sistemáticos e apelidos pejorativos | isolamento social consciente e premeditado | pilhérias (piadas, gracejos) |
| insultos pessoais | grafites depreciativos | |

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

No parágrafo único, a Lei nº 13.185 detalha o **cyberbullying**: “*Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores, quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial*”.

O Quadro 3 mostra a classificação da nº Lei 13.185 para as ações praticadas no bullying.

Quadro 3 – Classificação das ações caracterizadas como bullying, Artigo 3º da Lei 13.185

| | |
|---|---|
| verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente. | psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar. |
| moral: difamar, caluniar, disseminar rumores. | |
| sexual: assediar, induzir e/ou abusar. | virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social. |
| social: ignorar, isolar e excluir. | |
| físico: socar, chutar, bater. | |
| material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem. | |

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

Abaixo destaca-se o Art. 4º, os objetivos do Programa criado pela lei 13.185, 06/11/15:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
- V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;
- VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;
- VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
- VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

O Artigo 6º é um ponto que deveria ser o mais fácil para o poder público concretizar, pois a Lei nº 13.185 determina: *“serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações”*. É bem claro o que a lei desejava. Entretanto, a lei que deveria entrar em vigor nos primeiros meses de 2016 não é plenamente cumprida até 2019. Veremos os motivos abaixo.

Divulgando dados do Bullying e algumas medidas do governo do Estado

A publicação de relatórios sobre o bullying também é de responsabilidade das instituições de ensino. Entretanto, o que vimos ao procurar informações e dados para qualificar e quantificar o bullying, a fim de conseguir um diagnóstico mais preciso, é de que estas informações são muito pouco ou quase inexistentes. Vejamos alguns casos:

Carolina Cruz divulgou que das 27 unidades federativas pesquisadas, somente 11 responderam conhecer a Lei nº 13.185/2015 e afirmam possuir programas destinados para o combate ao bullying. Destas 11 unidades, somente São Paulo e Rio Grande do Sul registram as ocorrências sobre o bullying. No caso de São Paulo, este é feito pelo ROE (Registro de Ocorrências Escolares). O mesmo foi pesquisado, mas sem sucesso. Para tentar colocar números nesta nota técnica buscaram-se informações no ROE, mas os procedimentos para tentar obter estas informações são burocráticos, o que dificultou seu acesso e utilização.

O Jornal O ESTADO de SP, em 24/11/2017, questionou o Ministério da Educação (MEC) sobre quantos Estados e municípios haviam produzido os relatórios determinados pela Lei nº 13.185. Resposta do MEC: *“eles não precisam ser encaminhados à pasta por causa da autonomia das redes de ensino.”* Diante desta resposta e do fato de não constar um órgão para realizar a fiscalização do cumprimento desta lei fica difícil conseguir combater a prática do bullying nas escolas em qualquer das esferas de poder público e em todas as redes.

O que temos hoje de efetivo nas escolas é o Programa Educacional de Resistência às Drogas, o PROERD^[2], que, segundo a Polícia Militar do Estado de São Paulo, consiste num esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família e tem como objetivo despertar a consciência em crianças e adolescentes em fase escolar sobre a violência e o uso das diversas drogas existentes em nosso meio. A problemática do Bullying é citada no livro distribuído pela Polícia Militar do Estado de SP de forma sucinta. Este programa tem a duração de quatro meses. As aulas são ministradas por um policial em um dia da semana, por aproximadamente 50 minutos, e são destinadas somente aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo também criou um programa de mediação de conflitos, a partir de outubro de 2017. O programa tem a função de definir e capacitar educadores e gestores da rede estadual de ensino, na prevenção de desentendimentos nas escolas, aproximando alunos, educadores, equipe gestora e família. A capacitação ocorrerá via curso específico elaborado pela EFAP (Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores). O objetivo do curso é conhecer a fundo o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), além de aprender técnicas de justiça restaurativa e com isso restaurar a cultura da paz dentro das escolas.

Um outro exemplo de ações efetivas com o intuito de diminuir os casos de bullying, e que vem obtendo resultados, é o caso da Escola Estadual Jornalista David Nasser, no Capão Redondo, (Zona Sul) da Cidade. Alunos e professores montaram uma peça teatral, contando a história de uma

estudante que sofre bullying por ter o cabelo vermelho e vestir roupas diferentes. O trabalho deu certo, houve diminuição dos casos de bullying na escola, e atualmente o grupo de estudantes apresenta a peça em outras escolas e igrejas do bairro. Já em outra unidade escolar, no Jardim Esmeralda, (Zona Oeste) da Cidade, a coordenadora colocou um painel em cada sala, com um espaço para que cada aluno informe como está se sentindo. Quando um aluno acumula muitos sentimentos negativos, os professores promovem diálogos para que o aluno fale do que está passando.

Como está a política pública, informações e evolução dos casos de bullying na Região do Grande ABC

Na esfera municipal, a dificuldade de obter informação sobre ocorrências de bullying também acontece. Vale destacar que a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996^[3], estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Consta em seu Artigo 11º: “Os municípios incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

Há também a Lei Federal nº 13.005, de 25 de Junho de 2014^[4], que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, como a descrita no seu Artigo 8º “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.”

Diante destas imposições os municípios foram atrás de cumprir as exigências legais, e criaram seu Plano Municipal de Ensino – PME. Ao pesquisar os PMEs dos municípios da Região do Grande ABC chegamos ao quadro Quadro 4. Pode-se observar que somente um município já previa a questão explícita do bullying no seu PME, que é Diadema. Mas outras legislações sobre o assunto existiam – como, por exemplo, em Rio Grande da Serra, que já tinha a Lei 1.954, de 26/06/2012, que dispõe sobre medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no processo pedagógico das Escolas Municipais de Educação Infantil. Ribeirão Pires criou a Lei nº 6.357, de 14/06/2019, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying, nas escolas públicas de Educação Básica.

Quadro 4 – Legislação Municipal da Região do Grande ABC e o termo bullying

| Localidades | Legislação: Plano Municipal de Ensino | Cita o termo BULLYING? | Menciona termos similares? | Tem outra legislação Municipal sobre BULLYING? |
|---------------|---------------------------------------|------------------------|----------------------------|--|
| Diadema | LEI Nº 3.584, 12/04/2016 | SIM | SIM | NÃO |
| Mauá | LEI Nº 5.097, 16/10/2015 | NÃO | SIM | NÃO |
| Rib. Pires | LEI Nº 5.995, 30/06/2015 | NÃO | SIM | SIM [a] |
| R.G. da Serra | LEI Nº 2.130, 30/06/2015 | NÃO | SIM | SIM [b] |
| Santo André | LEI Nº 9.723, 20/07/2015 | NÃO | SIM | NÃO |
| S.B. Campo | LEI Nº 6.447, 28/12/2015 | NÃO | SIM | NÃO |
| S.C. do Sul | LEI Nº 5.316, 18/06/2015 | NÃO | SIM | NÃO |

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

[a] LEI Nº 6.357, DE 14 DE JUNHO DE 2019.

[b] LEI Nº 1.954, DE 26 DE JUNHO DE 2012.

Em relação ao restante dos municípios do Grande ABC, ao se procurar o termo bullying nas metas dos respectivos PMEs, só encontramos descrições genérica do problema, como por exemplo:

“...apoiar a implementação das políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação ou violência, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, bem como propiciar o

conhecimento das leis correlatas ao assunto (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, etc.); ou (...) garantir políticas de combate à violência na escola, garantindo a discussão da diversidade inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção e erradicação de toda forma de violência, opressão e discriminação, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.”

Esta realidade mostra que o bullying não é tratado com a devida atenção que merece pela maioria dos gestores públicos. A disponibilidade e acesso as informações oficiais sobre o bullying, como descrito na Lei nº 13.185, não existe nos municípios da Região.

Para quantificar o tamanho da amostra total, e vale destacar que apenas parte da amostra pode estar sofrendo com a prática do bullying, a dificuldade é justamente saber quantos alunos da amostra são vítimas do bullying. Os dados são do SEADE, onde consta as matrículas escolares de 2018 em todas as redes e em todos os níveis de ensino, conforme mostra o Quadro 5. Depois, no Quadro 6, consta somente os alunos matriculados na rede municipal dos municípios do Grande ABC.

Quadro 5 – Matriculados em 2018 na Região do Grande ABC

| Localidades | Educação Infantil | | Ensino Fundamental | | Ensino Médio | | Educação Especial [a] | | Somatória de todas Redes |
|-----------------------|-------------------|-----------------|--------------------|----------------------------|----------------|----------------------------|-----------------------|----------------------------|--------------------------|
| | Rede Municipal | Rede Particular | Rede Municipal | Rede Estadual + Particular | Rede Municipal | Rede Estadual + Particular | Rede Municipal | Rede Estadual + Particular | |
| Diadema | 13.350 | 5.156 | 12.786 | 8.109 | - | 18.080 | 922 | 1.759 | 60.162 |
| Mauá | 15.076 | 3.535 | 2.554 | 7.406 | - | 16.048 | 191 | 1.349 | 46.159 |
| Rib. Pires | 4.164 | 864 | 3.140 | 2.873 | - | 4.604 | 128 | 968 | 16.741 |
| R.G. da Serra | 1.793 | 205 | - | 80 | - | 1.655 | 2 | 235 | 3.970 |
| Santo André | 17.320 | 13.603 | 17.081 | 26.223 | - | 27.684 | 983 | 1.782 | 104.676 |
| S.B. Campo | 31.499 | 9.764 | 43.799 | 20.765 | - | 30.351 | 1.490 | 2.094 | 139.762 |
| S.C. do Sul | 5.433 | 1.621 | 11.770 | 6.691 | 1.570 | 6.102 | 453 | 414 | 34.054 |
| Total por Rede | 88.635 | 34.748 | 91.130 | 72.147 | 1.570 | 104.524 | 4.169 | 8.601 | 405.524 |

Fonte: Seade, 2019

[a] A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo define que é uma rede de implantação de políticas de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas escolas públicas, implementando uma política pública de atendimento. Atendimento que pode ser realizado em classes especiais, domiciliar, itinerante e Classe Hospitalar. Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-especial>.

Entre as informações divulgadas pela APEOESP (**Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo**), afirma-se que houve aumento de 17% nos casos de bullying ocorridos em 2017 nas escolas estaduais de São Paulo com 564 registros, contra 484 em 2016. Os números foram fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado. Aproximadamente três casos por dia letivo na rede estadual — por exigência legal, há 200 dias de aula por ano. Os registros de bullying no Estado de São Paulo são feitos por meio do ROE (Registro de Ocorrências Escolares), espécie de boletim de ocorrência escolar. As ocorrências são notificadas quando um aluno que sofre humilhações constantes pede ajuda para a direção. O número de ocorrências pode ser maior, já que muitos alunos não denunciam a prática.

Quadro 6 – Matriculados em 2018 apenas na Rede Municipal do Grande ABC

| Localidades | Educação Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Educação Especial | Total por município |
|-------------------------|-------------------|--------------------|--------------|-------------------|---------------------|
| Diadema | 13.350 | 12.786 | - | 922 | 27.058 |
| Mauá | 15.076 | 2.554 | - | 191 | 17.821 |
| Rib. Pires | 4.164 | 3.140 | - | 128 | 7.432 |
| R.G. da Serra | 1.793 | - | - | 2 | 1.795 |
| Santo André | 17.320 | 17.081 | - | 983 | 35.384 |
| S.B. Campo | 31.499 | 43.799 | - | 1.490 | 76.788 |
| S.C. do Sul | 5.433 | 11.770 | 1.570 | 453 | 19.226 |
| Totais por nível | 88.635 | 91.130 | 1.570 | 4.169 | 185.504 |

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

O Quadro 7 mostra o total de matriculados na Rede Estadual presente nos municípios do Grande ABC, chegando a um total de 249.430. Vale destacar que foi divulgada a ocorrência de 564 registros de bullying em 2017. Apenas para termos uma ideia, se mantivermos o valor de 564 registros de 2017 diante do total de matriculados na Rede do Estado de 2018, isto seria o equivalente a 0,2261%.

Quadro 7 – Matriculados em 2018 apenas na Rede Estadual do Grande ABC

| Todos dos municípios do Grande ABC | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Educação Especial | Total Rede Estadual |
|------------------------------------|--------------------|--------------|-------------------|---------------------|
| | 157.554 | 86.545 | 5.331 | 249.430 |

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS

Utilizando o parâmetro estimado acima, 0,2261% e aplicando sobre o total de matriculados na Rede Municipal de toda Região do Grande ABC, total: 185.504, temos o valor de 419 matriculado. Esta estimativa é somente para ilustrar que podemos ter em média mais de 2 matriculados por dia nas escolas do Grande ABC sofrendo de bullying. Vale considerar que no calendário de aulas constam no mínimo 200 dias letivos.

Considerações Finais

As informações desta nota técnica evidenciam que o problema da violência decorrente do bullying é grave. As consequências para a vítima são tão perversas que se transformam em mais violências, que pode ser da vítima com ela mesma; algumas chegam ao suicídio, dentre outras práticas. Mas também geram violência contra outras pessoas, que pode ser quem faz o bullying ou não, como se pode verificar nas notícias de violência ocorridas em escolas. Estas notícias geralmente causam grande comoção nacional. Muitas autoridades policiais indicam a origem em episódios de bullying.

Como consequência desta situação o governo criou legislação para obrigar a divulgação de informações, desenvolver programas e combater esta prática. Entretanto, na realidade, pouco se fez. Com isto o problema está se tornando cada vez mais preocupante. Considerando-se o total de alunos matriculados podemos ter uma ideia do potencial de vítimas da prática do bullying.

O objetivo principal era destacar que falta transparência, mecanismos mais fáceis para quem lida com o bullying poder levar o problema a frente e ter meios mais efetivos para propor soluções

criando formas para se evitar esta violência. Quanto mais cedo ensinar a combater o problema, melhor para todos.

Mas como combater o bullying se não temos informações oficiais para subsidiar a criação de programas e medidas? Precisamos primeiro conhecer a prática, observar a evolução para então ter um diagnóstico mais preciso. O poder público precisa trabalhar melhor a captação de informação, sua divulgação e entender a evolução das práticas do bullying.

Notas

[1] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm

[2] <http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/>

[3] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

[4] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Celoy Sene Rodrigues Silva. Pós-graduanda em Psicopedagogia, Alfabetização e Letramento na USCS, Pedagoga pela USCS, Licenciada em Matemática e Economista.

Vinicius Oliveira Silva. Professor da USCS, Mestre em Economista e Especialista Fundação Procon-SP.

Referências Bibliográficas

APEOESP. **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.** Crescem casos de bullying em escolas da rede estadual-04-2018. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/crescem-casos-de-bullying-em-escolas-da-rede-estadual/>. Acessado em 01-08-2019.

APEOESP. **Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.** Casos de bullying aumentam 8% em escolas estaduais de SP, diz secretaria. Disponível em: www.apeoesp.org.br/print/publicacoes/observatorio-da-violencia/casos-de-bullying-aumentam-8-em-escolas-estaduais-de-sp-diz-secretaria/. Acessado em 01-08-2019.

CAMARGO, Orson. **Bullying.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.html>. Acessado em 26-08-2019.

CAROLINA CRUZ. **Em vigor desde 2016, lei contra bullying é descumprida.** 10/2017. Disponível em: <https://issuu.com/destakbrasil/docs/brasil-1806>. Acessado em 01-08-2019.

CARTOON NETWORK. **Cartilha chega de bullying.** Disponível em: <https://www.chegadebullying.com.br/info.php>. Acessado em 01-08-2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SP. **Escolas da rede estadual paulista terão mediação de conflitos.** 28/9/2017. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/escolas-da-rede-estadual-paulista-terao-mediacao-de-conflitos/>. Acessado em 01-08-2019.

JORNAL O ESTADO de SP. **Sem Fiscalização, lei antibullying engatinha no País.** 24/11/2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-fiscalizacao-lei-antibullying-engatinha-no-pais,70002057787>. Acessado em 01-08-2019.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, encontrada no site da respectiva prefeitura.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Notas sobre o tema Bullying.** Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487. Acessado 01-08-2019.

SEADE. **Informações Municipais.** Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acessado em 01-09-2019.

20. LOCAÇÃO SOCIAL E O GRANDE ABC: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS ITALIANA, FRANCESA E URUGUAIA

Enio Moro Junior

Resumo Executivo

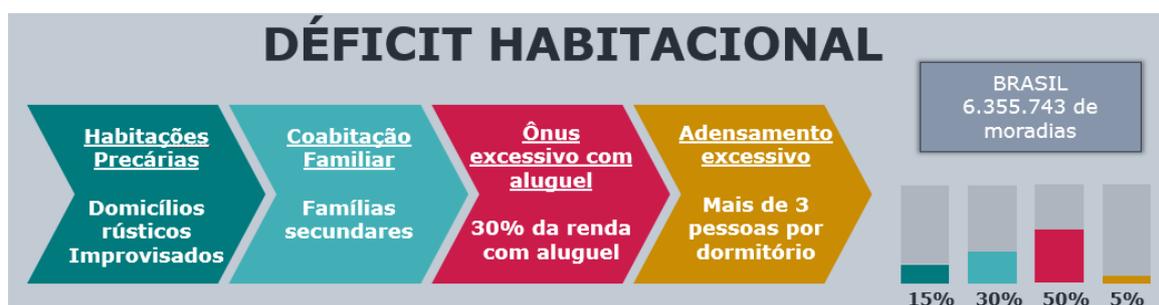
A Locação Social – programa de acesso à moradia para público de baixa renda – é uma experiência de muito sucesso em vários locais do mundo, mas lamentavelmente pouco utilizada no Brasil. O Grande ABC Paulista apresenta um déficit habitacional, para famílias com renda de até três salários mínimos, de cerca de 230.000 unidades. O modelo dominante de produção/venda de habitação social possui baixíssima resolatividade. Esta Nota Técnica discute possibilidades de enfrentamento do déficit habitacional regional a partir de experiências internacionais perenes e exitosas.

A nota técnica “DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO”, publicada na Carta de Conjuntura anterior, discutiu alternativas para enfrentamento da falta de moradias na região do Grande ABC a partir de novos e necessários olhares que ampliassem o modelo dominante de provisão habitacional. Este modelo produz unidades habitacionais padronizadas, de baixa qualidade, com péssima inserção urbana e ainda promove o acesso a partir da comercialização de unidades, quase sempre com valores inadequados aos padrões de renda de seus moradores.

O “sonho da casa própria” é lógica de mercado e não uma efetiva e necessária política pública de Estado para disponibilizar moradias para famílias com renda de até 3 salários mínimos. O déficit habitacional do Grande ABC Paulista para esse público é de cerca de 230.000 unidades, número dramático e de difícil atendimento. A perpetuação deste modelo de aquisição de moradia para populações carentes a partir de dantescos financiamentos bancários travestidos de política inclusiva apenas posterga a resolução do acesso à moradia.

A Fundação João Pinheiro, em seus respeitáveis estudos sobre habitação no Brasil, nos informa (2017) que o principal motivo do déficit habitacional é o ônus excessivo com o aluguel, ou seja, o comprometimento de 30% ou mais da renda de famílias que recebem até três salários mínimos:

Infográfico 1 – Características do Déficit Habitacional no Brasil



Fonte: AGHAZARIAN, Marion. “A produção habitacional no município de São Paulo a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1” – Dissertação de Mestrado Profissional.

Neste infográfico, as habitações precárias (15%), a coabitação familiar (30%) e o adensamento excessivo (5%) representam cerca de metade do déficit habitacional identificado. A outra metade refere-se às dificuldades que as famílias de baixa possuem para pagar seu aluguel.

O déficit habitacional do Grande ABC, com dados consolidados de 2016 em pesquisa produzida pela Universidade Federal do Grande ABC a partir de demanda do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, é de 230.000 Unidades de Habitação (UH). Adotando os números da Fundação João

Pinheiro, o deficit habitacional a partir do “ônus excessivo com aluguel”, em uma livre aproximação, seria de 115.000 UH.

Para esse enfrentamento, políticas de subsídio à locação ou ainda incentivo à produção pública de UH para fins de locação social são alternativas extremamente eficazes. Apresentaremos brevemente as políticas públicas de locação social da Itália, França e Uruguai.

Na Itália, o programa de subsídio à habitação social possui mais de 100 anos! O parque locatício é de 26% das moradias do país, sendo 6% das UH inseridas em diversos tipos de programas subsidiados de locação social, geridos por entidades de atuação regional.

Esse olhar regionalizado permite ações específicas de acesso a recursos por meio de fundos sociais que subsidiam o aluguel de inquilinos sem capacidade de pagamento. A produção habitacional para os programas de locação social são viabilizadas por dois modelos de gestão que trabalham com recursos públicos e privados garantidos em orçamento: as STU (Sociedade de Transformação Urbana) e a SEM (Sociedade de Economia Mista).

A STU é uma sociedade anônima por meio da qual as prefeituras, governos regionais e provinciais podem se associar a empresas privadas para projetar e realizar transformações urbanas. Nessa associação, a provisão habitacional de baixa renda assume também o papel de qualificar cidades e não só construir casas, sendo um item fundamental no processo de transformação urbana. A STU é dissolvida no final da operação.

Já a SEM trabalha com capital predominantemente público funcionando como instâncias reguladoras da produção de habitação social na Itália, atuando em três linhas: delegação de poderes para manutenção do parque locatício, construção de habitação destinada ao aluguel com preço moderado e identificação de fórmulas mistas de gestão da construção e manutenção do parque habitacional em parceria com empresas de construção.

Uma das formas de incentivo para a disponibilização de imóveis para os programas de locação social é que não há cobrança de imposto para o proprietário privado. Para a locação regular, o imposto pago pelo proprietário é de 20%.

Já no caso da França, 38% do total dos domicílios são alugados sendo que 17% no formato de locação social. A questão da habitação enquadra-se a um sistema regulado pelo Estado intensificado a partir da Segunda Guerra mundial para a explosão habitacional no período.

Uma dessas políticas é a Lei da Solidariedade (2000), que obriga as cidades com mais de 3.500 habitantes a garantir, pelo menos, que 20% de imóveis locados integrem o parque locatício social. Este modelo estrutura-se a partir de estratégias que mesclam a *Diversidade Social* (mesclam faixas de rendas distintas), *Habitação Muito Social* (famílias de baixa renda) e a *Habitação Intermediária* (destinado às famílias com tetos de renda e aluguel mais elevados).

O Governo Nacional Francês regulamenta e subsidia o sistema, definindo os tipos de Habitação Social, tetos de renda familiar e valores de aluguel por m²; além disso, o Estado subsidia os inquilinos mais pobres por meio de auxílios personalizados à moradia. Há também as *entidades administradoras de locação social* (são mais de 800!) entre públicas e privadas sem fins lucrativos, que produzem, fazem a manutenção dos imóveis e a gestão locativa. Para auxiliar neste programa, há um imposto de 1% sobre a folha de pagamento, recolhido pelos empregadores.

O vigoroso programa de locação social é ainda composto por banco público que financia a produção de habitação social e auxilia no equilíbrio financeiro das empresas. Os municípios ainda subsidiam as *entidades administradoras de locação social* e as Empresas Públicas de Habitação, que produzem e também administram unidades de locação social. Os valores anuais destinados pela nação francesa aos programas de locação social são de cerca de 14,3 bilhões de Euros.

Talvez a experiência mais próxima em programas de locação social seja no Uruguai. Neste modelo articulam-se subsídios, garantias e projetos de recuperação de áreas degradadas. O modelo de financiamento baseia-se em uma taxa de 10% cobrada nos aluguéis privados, que compõe um fundo garantidor. Este fundo funciona como um fiador, acrescido a um subsídio locacional, permitindo ao locatário, com poucos recursos, pleitear imóveis disponíveis.

Além desse modelo, o Uruguai ainda incentiva as cooperativas de ajuda mútua, entidades que possuem papel central na sua política locacional, destinando cerca de 30% dos recursos públicos de habitação social, chegando a 0,5% do PIB do país.

Como lição para o Grande ABC, a locação social é uma alternativa clara, ligeira e eficiente para o enfrentamento do déficit habitacional. O modelo dominante que ainda insistimos (produção de moradia para posterior aquisição pela população) é um modelo em desuso em vários países europeus ou ainda latino-americanos. A prioridade é o direito à moradia como política pública e não a aquisição da casa própria.

A arrecadação anual dos sete municípios do Grande ABC Paulista ultrapassa os 9,7 bilhões de reais. Se investirmos 0,5% desse valor, teríamos cerca de 49 milhões de reais por ano para subsidiar o parque locatício das famílias, em suas faixas de renda de um a três salários mínimos, que sofrem com ônus excessivo de aluguel.

Enio Moro Junior. Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018); Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>.

Referências Bibliográficas

AGHAZARIAN, Marion. *A produção habitacional no município de São Paulo a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1* – Dissertação de Mestrado Profissional. São Paulo: Belas Artes, 2019.

BALBIM, R. *Serviço de Moradia Social ou Locação Social: alternativas à política habitacional* – Brasília: IPEA, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, <https://www.ibge.gov.br/>; acesso em 3/9/19.

CIGABC / UFABC, *Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC* – Santo André: CIGABC, 2016.

21. ESPAÇOS PÚBLICOS COMO DIREITO HUMANO: O CASO DO MERCADO DE FLORES DA VILA ALPINA E DA PRAÇA ALCIDES FRANCO DE LIMA

Luís Felipe Xavier

Resumo Executivo

A nota técnica trata o **BEM VIVER** nas cidades como **DIREITO HUMANO**, entendendo que as necessidades das pessoas extrapolam os limites do morar, como objeto de uma pesquisa, diagnóstico e proposição formulados como extensão universitária no ano de 2007 e 2008, em parceria com o Sebrae-SP, subprefeitura da Vila Prudente e as floristas impactadas pelo projeto. Pretendemos recuperar os parâmetros educacionais, de lazer, esporte, educação, cultura, formação social e de geração de trabalho e renda elaborados em uma intervenção de um espaço público e institucional – a Praça Alcides Franco de Lima e o Mercado de Flores da Vila Alpina, em São Paulo, Brasil. Por meio das ações propostas no Mercado de Flores, procuramos aumentar as trocas de experiências, o convívio e o leque de oportunidades de trabalho e renda às floristas, na medida em que o padrão de construção precária em que se encontravam (em barracos, antes da execução) mediava de forma negativa as relações de troca e venda – reduzindo a renda das famílias. Por meio desta atividade prático/pedagógica, verificamos ser possível apontar caminhos para a formulação de ações, programas pedagógicos de curso, programas de Extensão Universitária, projetos e políticas públicas que visem o **BEM COMUM**, impactando positivamente na vida das pessoas, que passarão a ter outras formas de apropriação dos espaços públicos, onde a mistura de classes, as atividades socioeducativas, e a ampliação de espaços para ações públicas de lazer, esporte e educação sejam o melhor ganho social.

O trabalho aborda uma intervenção proposta de extensão universitária, que foi iniciada pelo Grupo¹ do Escritório Modelo da Universidade São Marcos, no segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008, na proposição que partiu de uma ação multidimensional e da discussão de uma equipe multidisciplinar, com o propósito de evitar uma reintegração de posse de Floristas - situados na Praça Alcides Franco de Lima.

A ação foi elaborada a partir da discussão colegiada do grupo com: técnicos do Escritório Regional do Sebrae – Capital Leste; servidores da Secretaria de Obras da Subprefeitura da Vila Prudente; floristas que ocupavam o espaço da Praça Alcides Franco de Lima, que expuseram as dificuldades vivenciadas na comercialização de flores bem como sua situação de insegurança jurídica (de ocupação em área institucional); alguns usuários da praça; munícipes que estavam velando parentes e amigos no velório do Cemitério São Pedro, em duas ocasiões em que fizemos a visita com a equipe do SEBRAE-SP.

A partir da situação discutida com os envolvidos no processo, observamos que a situação de vulnerabilidade social, econômica e jurídica das floristas (nas bancas existentes na praça) estava circunscrita em uma dimensão maior (territorial, urbana, econômica, social e ambiental). Quaisquer proposições que envolvessem a resolução da situação das floristas, impactaria na situação da Praça Alcides Franco de Lima, situada defronte ao Cemitério São Pedro. Resolvemos ampliar o debate e discussão sobre as questões que poderiam também ser tratadas na Praça Alcides Franco de Lima, para além da situação da ocupação das floristas.

O trabalho foi pautado (de início) no relato de técnicos da Subprefeitura da Vila Prudente, floristas e pela Patrícia Bega Arcaro (do SEBRAE-SP), a respeito dos problemas existentes relativos às **bancas de flores** (existentes e precárias), conforme segue: barracas na calçada impedindo passagem; barracas de vendas de flores construídas com restos de materiais; tamanhos diferenciados das bancas e materiais afugentam os clientes; localização das barracas impede a visualização da praça e inibe seu uso; falta de lugar apropriado para disposição de resíduos; venda

limitada de flores devido à precariedade do espaço; produtos de revenda de outras floriculturas devido ao espaço precário; sem ponto de água e esgoto para preparo/ manipulação de outros produtos e arranjos de flores; existência de somente um ponto de água para dez barracas; sem ponto de esgoto nas barracas; sem ponto de energia nas barracas – venda limitada ao período diurno; vendedores se valem dos sanitários do cemitério para as necessidades básicas; noção dos vendedores a respeito da insolação forte no período da tarde, caso a frente da barraca se inverta para o outro lado da rua; produtos limitados de venda das bancas, face ao inapropriado espaço de acondicionamento, manejo, exposição e de venda.

Os técnicos da Subprefeitura da Vila Prudente relataram também os problemas existentes na **Praça Alcides Franco de Lima**, conforme segue: barreira visual das bancas impedindo vista do bairro a quem olha da Av. Francisco Falconi; praça com caminhos definidos mas com mau estado de conservação – pouco uso; existência de moradores de rua situados abaixo da contenção de pedra marroada; desnível de 80 cm entre a calçada da Av. Francisco Falconi à praça; circulação transversal a praça irregular e com “caminhos” quebrados; extratos arbóreos e gramas em mau estado de conservação; iluminação deficiente; fluxo de veículos intenso no perímetro da praça; utilização privada da praça com colocação de cavalos por moradores; sem equipamentos para atividades de desportos e lazer; pouca variedade de árvores frutíferas; estacionamento de veículos no perímetro das ruas Caetano Pimentel do Vabo e Av. José da Nóbrega Botelho, de forma inapropriada, oferecendo risco de acidentes.

A partir da discussão dos contextos da praça e das bancas existentes, estabelecemos algumas diretrizes para pautar a partida de intervenção no local em 2007. Identificamos que seria necessário resgatar a memória na região e que a ação deveria ser enfrentada de forma conjunta entre os entes federativos (município, Estado e União), moradores e usuários envolvidos no processo. Notamos que a ausência de espaços institucionais e de áreas verdes no território de análise, considerando uma abrangência de 1000m que, inferia negativamente na vida das pessoas.

Os problemas relatados pelos envolvidos e identificados no local (pela equipe de projeto) serviram como subsídio para a proposta, funcionando como um “diagnóstico médico” – base fundamental para adotarmos um projeto que se “encaixasse” no local e sanasse as “enfermidades” relatadas. Desta forma, foi possível construir e constituir ações propositivas a partir dos relatos, nos quais ficou claro para equipe o “valor do silêncio” de nossa parte, para nos apropriarmos das necessidades e expectativas das pessoas que vivenciavam os conflitos.

Fizemos um treinamento com o SEBRAE-SP e entrevistamos as floristas. Fizemos um diagnóstico sugerindo a execução de box padronizados de alvenaria, para que não houvesse competição entre elas, porque entendemos que a situação vulnerável que se encontravam seria melhor trabalhada se partíssemos de uma ação compartilhada e colaborativa – em forma de cooperativa.

A proposta inicial visando solucionar a questão de remoção das bancas e da praça consistiu em: aproveitamento do recuo do cemitério à Av. Francisco Falconi para disposição das bancas; disposição de 10 bancas de flores (funcionamento de 24 horas) entre os acessos principais do cemitério, com as “costas” virada para o cemitério, e duas lanchonetes nas esquinas do acesso (estas não foram executadas, em comum acordo com as floristas e os técnicos da prefeitura, para não concorrer com a lanchonete do cemitério); disposição de um telefone público no acesso ao cemitério; proposta de novo *lay-out* da praça contendo pista de Skate; colocação de Ilha central – no atual sarjetão da avenida – para parada de veículos nas bancas; manter visibilidade do cemitério através das **bancas**: manutenção de cerca da divisa e disposição dos produtos das bancas com concentração maior nas laterais; aproveitamento do espaço existente entre as árvores e divisa (aprox. 2.00m) com incorporação das árvores na cobertura das **bancas**; extensão da cobertura ao alinhamento da continuação da rua, sobrepondo à calçada, para proteção das **bancas** da insolação do poente aumentando a área coberta para passagem e atendimento aos clientes; recuo do sarjetão ao meio-fio de 3.00m para estacionamento (breve) de veículos, bem como espaço para carga e descarga de produtos para as **bancas**; sinalização para estacionamento com período máximo de 15 minutos para as **bancas**; possibilidade de interligação dos pontos de esgoto das bancas - verificar interligação dos padrões (tipo e localização) de instalação elétrica para as **bancas**;

existência de rede de eletrificação e iluminação pública sobre a área de intervenção das **bancas** - verificar com a empresa de eletrificação a solicitação da mudança dos postes (dois) e da rede; após a execução do novo alinhamento com proteção dos postes através da colocação das guias; verificar programa e espaço “conceitual” idealizado pelo SEBRAE para as **bancas** para venda e manipulação dos produtos (espaço necessário para manipulação, venda e estoque); pesquisar espaços e equipamentos multifuncionais para a **praça**; compatibilizar acesso às **bancas** com percurso de pedestres, ciclistas e veículos; levantar com os envolvidos “qual é a política de gestão de resíduos para a **praça** e o bairro?”; verificar como incorporar novos pontos de luz da **praça** à estrutura existente de iluminação pública.

A Subprefeitura da Vila Prudente (em 2007) estava com uma ação de Reintegração de Posse para executar junto às floristas, pela ocupação de parte da área da Praça Alcides Franco de Lima. Na vistoria ao local, observamos que na frente ao Cemitério São Pedro, entre os acessos de entrada e saída do cemitério, havia uma área pública passível de ocupação por “cessão de direitos”, resolvendo a questão jurídica e fundiária das floristas, onde pudéssemos desenvolver um projeto. Conversamos com o subprefeito sobre a possibilidade de formalizar a ação de regularização da posse das floristas, dado o tempo de uso do local, alocando-as no terreno público do cemitério, entre os acessos do mesmo.

Do outro lado da Av. Francisco Falconi, defronte ao cemitério e na praça, onde estavam situados os “barracos” das floristas (onde ocorria a venda de flores), acumulava muito lixo e havia insuficiência de iluminação pública. As pessoas acabavam evitando passar pelo local, o que dificultava a comercialização dos produtos das floristas. Por trás dos “barracos” tem um desnível na praça de cerca de oitenta centímetros, que era muito ermo em 2007 e com pouca iluminação - sujeito a problemas de toda ordem de violência e de segurança.

A proposta de projeto do Mercado de Flores neste local liberaria a vista da praça e permitiria abrir a vista às áreas verdes do cemitério. Sobre a localização a situação pretendida (e executada) foi mais adequada e funcional para os usuários do cemitério (e transeuntes do local) bem como para as floristas, pois o Mercado de Flores ficou no percurso de acesso ao cemitério e localizado em uma avenida de grande movimentação – o que dá maior visibilidade ao local.

Propusemos fazer uma área de parada (de embarque e desembarque), de carga e descarga de veículos para as floristas (com sinalização), situada entre os acessos do cemitério, na Av. Francisco Falconi. O SEBRAE fez um trabalho bastante interessante de criação de uma marca comum para as floristas.

As floristas fizeram um treinamento no SEBRAE-SP e, posteriormente à implantação do projeto, elas conseguem atender a uma parcela de público maior e mais exigente - eles não só atendem agora aos públicos que saem do cemitério, mas também o público do bairro como um todo. Isso acabou impulsionando a geração de trabalho e renda deles para outras datas comemorativas do ano, que antes ficava restrita ao “Dia das Mães”.

Defronte à área do cemitério, observamos um potencial paisagístico bastante grande e muito pouco aproveitado. Notamos que há pouca área livre disponível para as pessoas espaiarecerem um pouco e relaxarem face a um momento tão frágil de lidar com este momento de transição – que é a morte – dentro do cemitério São Pedro. Nas diretrizes elaboradas em 2007 propusemos qualificar a praça, com espaços que propiciavam o uso mais intenso e melhor direcionado para as pessoas que estavam na área do cemitério (que iam velar os seus); as que passavam pelo local; as que residiam no entorno e na região, que não têm opções de espaços públicos onde pudessem usufruir com atividades diversas. O espaço da praça tem acesso deficiente e não é muito demarcado, e pode ser caracterizado por apenas uma grande área gramada com um playground muito pequeno - sem potencial de uso.

O espaço da praça (Figura 1) foi pensado para atenuar as angústias das pessoas que vão velar os seus no cemitério e para os moradores da região que não têm uma opção de espaço de uso público qualificado. Para o usuário do cemitério é possível criar um alento para lidar com a morte em um

espaço que é pura celebração de vida – com atividades diversas de educação, esporte, lazer, cultura, saúde e formação social. O programa visa dotar a área de espaços diversos que propiciem atividades ao ar livre ou cobertas e que abarquem a diversidade que encontramos na cidade – de idade, gênero, raça ou classe social. Espaços que permitem que mais de 750 pessoas o utilizem simultaneamente, no ensaio que fizemos de uso (de lotação) do espaço simultâneo que pode ocorrer diariamente, mudando a apropriação da praça em diferentes períodos, durante a semana e nos fins de semana.

Figura 1 – Praça Alcides Franco de Lima



Fonte: acervo do autor (16/10/2016)

Foram propostos os seguintes espaços na reforma da praça: auditório ao ar livre com pergolado em uma praça que chamamos de “contos e prosas”, que permite que sejam feitas apresentações e propicia uma excelente vista do pôr do sol; outro espaço denominado “praça das esculturas”, com paisagismo seco, que pode ser uma praça para exposição e onde pode ocorrer a oficina durante a semana com pessoas que moram no bairro ou no entorno bem como de outros lugares na cidade – o que favorece a troca entre intelectuais orgânicos; sanitários voltados para a Av. Francisco Falconi e próximo das pistas de skate; rua interna, onde pode ocorrer uma feira-livre, tanto durante a semana quanto de fim de semana, impulsionando todas as atividades que já ocorrem no território e, principalmente, não ocorrem por ausência de espaços adequados; percurso para caminhadas no perímetro, onde as pessoas podem fazer caminhada no local, além de caminhos dois caminhos adicionais que “cruzam” a praça, interligando os usos; espaços de uso infantil combinado com outras faixas etárias, onde é possível levar as crianças para brincar com uso simultâneo de atividades para adultos e idosos; duas áreas de academias ao ar livre nas duas esquinas superiores, com o intuito de criar dois marcos referenciais e de encontro no local; uma “praça de alimentação” com mesas na cota em nível com o acesso ao cemitério, que pode servir para montagem de barracas de alimentação (em uma feira livre); duas quadras de piso permeável com mais duas áreas de tabela para basquete junto a mais uma área de futebol *society* (em grama); um jardim sensorial, para trabalhar com os sentidos visando atender uma parcela da sociedade que tem alguma necessidade especial e que comumente lhe é negada o ingresso espaços públicos; próximo de uma área de ponto de táxi há mesas onde os taxistas podem confraternizar (brincar e “bater um dominó”); há uma quadra de bocha, com cobertura proposta em Bambu; uma estrutura pavilionar que

chamamos de “área de competição”, com medidas oficiais de área de competição, que podem ser usadas para outros fins (dança de roda, dança de salão, capoeira, atividades físicas); ao lado da área de competição tem mais um foco mais esportivo – com uma parede de escalada (onde é possível fazer escalada e ofertar cursos de cordeiro) e equipamentos de academia ao ar livre; próximo dessa área, nas cotas mais baixas da praça por motivo de diminuição do impacto acústico, há espaço para duas modalidades de skate - uma pista pensada e desenhada para um grupo da região; um relógio de sol; ao longo da entorno dessa praça, integrando todos os usos, foi proposta uma pista de caminhada, onde é possível estabelecer uma percurso de cerca de 750m por toda a praça.

Toda a praça é dotada (na proposta) de rota acessível para o cadeirante e pessoas com mobilidade reduzida usufruírem dos usos, ainda que o contexto atual apresente declividades baixas e médias. Há vagas previstas de veículos (carros e motos) no entorno e diferentes áreas para vagas de bicicletas no entorno e um bicicletário próximo da área infantil. Há dois pontos de paradas de ônibus – na Av. Francisco Falconi (defronte ao cemitério) e na Av. José de Nóbrega Botelho – para facilitar o acesso ao local por transporte público. Foi prevista a redução da velocidade no fluxo de veículos em todo perímetro (vias) da praça, por meio de: faixa e lombo-faixa no início e fim das ruas; plantando árvores no meio da rua que podem ter a irrigação ampliada através de um trabalho de drenagem em “espinha de peixe” na rua Caetano Pimentel do Vabo; pavimentação rústica, com material de demolição e semipermeável - material que gera ruído ao passar. Dessa forma trabalhamos com reaproveitamento de material aliando a um recurso sonoro, para reduzir a velocidade do veículo (intuitivamente), pois a velocidade dos veículos tende a diminuir através do aumento do nível de vibração gerado no trânsito do veículo. Ao reduzir a velocidade no percurso, as pessoas tendem a olhar a VIDA que está acontecendo na praça, resignificando o trajeto feito – geralmente de mobilidade pendular – que pode induzir a apropriação do local em uma das atividades que podem ocorrer na praça.

Conseguimos entregar e finalizar o projeto das **bancas (Mercado de Flores)**². O projeto da praça se restringiu ao plano de massas e diagnóstico do local, pois acabou o ano letivo e a turma envolvida no projeto saiu do Escritório Modelo. Parte do trabalho foi executado - o **Mercado de Flores (Foto 1)** -, e a outra parte (da praça), aguarda uma reorientação pública, pois ofertará ações a muitas famílias que carecem de local de entretenimento que extrapolam os limites do habitar.

Foto 1 – Inauguração do Mercado de Flores



Fonte: acervo do autor (9/4/2009)

Em 2016, resolvi retomar o projeto, dada a oportunidade de ver uma proposta de abrangência multidimensional que vise o **BEM COMUM** ficar parada. Retomando as anotações e lições

apreendidas no processo de projeto, foi proposto o aumento do alcance da ação institucional para além da solução da insegurança jurídica das floristas, resolvida em projeto em 2007 e concluída em abril de 2009. A continuidade do processo de projeto e de obra da Praça Alcides Franco de Lima (em 2016) foi pautada nos princípios da Permacultura, Bioconstrução e Agricultura Sintrópica, construído com materiais reciclados, retrabalhados, reutilizáveis e materiais naturais (como madeira, terra e bambú), que pode servir de apoio a uma ação multidimensional de políticas públicas cruzadas - de esporte, lazer, cultura, educação, geração de trabalho e renda, formação social, nutrição, saúde e segurança alimentar.

A proposta parte de uma intervenção de baixo impacto ambiental, com materiais de reaproveitamento de outras obras - com material de demolição e resíduos de construção. Isso auxilia a formulação da política urbana (de gestão de resíduos de construção) e a consequente redução da disposição de resíduos em aterros, através de ações de políticas públicas que encarem os resíduos e a praça como DIREITO HUMANO.

Observamos que as necessidades das pessoas vão muito além do habitar e perpassam questões mais abrangentes que transitam em várias dimensões da esfera pública e privada – social, urbana, econômica e ambiental. A constituição e formatação de espaços públicos, onde possamos ter um convívio maior, reduz os conflitos bem como os índices de pobreza e de risco social, permitindo que as pessoas possam fazer várias atividades e reconhecer a diferença – o outro. O espaço público por excelência permite que pessoas possam trocar informações que as forjam enquanto seres dotados de empatia. O espaço concebido pode agregar conhecimento e formação social, além das opções de entretenimento, para oferecer outra expectativa para uso do tempo de vida útil das pessoas.

Todas as estruturas/coberturas propostas são feitas com materiais naturais (como madeira e bambu), em diferentes tecnologias e combinações. São de fácil apropriação pelas pessoas que o construirão facilitando o uso e manutenção, em caso de reposição.

Nas áreas de canteiro junto às sarjetas e guias existentes (nos jardins) no perímetro da praça foram propostos jardins de chuva. Em toda a área verde foi previsto o plantio com a técnica de agricultura Sintrópica³ e plantio com plantas alimentícias não-convencionais⁴. Pretende-se, através do projeto paisagístico, aumentar o potencial de absorção de chuva e recarga no aquífero, retenção das águas pluviais e redução das ilhas de calor no local. Aproveitando o desnível criado entre as cotas da Av. Francisco Falconi e a rua interna proposta é possível fazer hortas nos taludes. Por meio do plantio, da poda e no manejo da área objetivamos que toda essa área verde seja concebida como um “canteiro vivo”, um espaço prático-pedagógico para fomento de cooperativas de paisagismo, como observamos no município de Santo André, na concepção dos CESAs⁵. Podemos criar espaços nestas áreas para o fomento de programas de educação, segurança alimentar, nutrição, aliados ao trabalho de paisagismo – no plantio, manejo e poda das espécies.

Trouxe as questões formuladas do processo de projeto da Praça Alcides Franco de Lima e do Mercado de Flores da Vila Alpina em uma disciplina de terceiro semestre na Universidade São Caetano do Sul (USCS), de Sistemas Estruturais – Madeira, no primeiro semestre de 2019, para ampliar a percepção dos alunos e dar uma maior materialidade no ensino.

Iniciamos as atividades pela visita dos educandos a algumas áreas que tinham enfoque paisagístico, pedagógico e de abrangência territorial (do município de Santo André) e, por último, na área da Praça Alcides Franco de Lima (em São Paulo), de modo a fazer uma aula dialogada em campo. O objetivo foi aumentar a compreensão de todo o contexto que poderíamos trabalhar no processo de aprendizagem, de conceituação de projeto e de apropriação de obra. Primeiro visitamos o Parque Escola em Santo André, depois visitamos o CESA João Ramalho⁶, onde fizemos uma caminhada com os educandos, para eles perceberem a apropriação e uso do espaço público. Por último fomos à Praça Alcides Franco de Lima para eles conhecerem o trabalho concluído do Mercado de Flores. Na visita em fevereiro de 2019, observamos a praça em seu estágio atual para os educandos observarem os visuais, acessos, entorno e o potencial paisagístico que um espaço

como esse poderia agregar - de cultura pública -, com outros valores, hábitos e apropriações do espaço público para os transeuntes no local.

Dialogamos sobre a importância de se ter uma praça aberta ao público como um bem de USO COMUM, de caráter público, como constituinte das funções básicas para que as pessoas se desenvolvam de forma plena. A Praça Alcides Franco de Lima é uma das poucas praças que observamos na cidade de São Paulo que não são cercadas e muradas. As praças são patrimônios públicos de valor imensurável, como raros fragmentos de áreas verdes que encontramos, que podemos e devemos encarar como um DIREITO HUMANO.

Espaços públicos favorecem a mistura de classe, pois podem ser constituídos para viabilizar um convívio com pessoas diferentes (o outro, que não é inimigo). A cultura pública é fortalecida ao objetivarmos espaços que favoreçam a troca de informações e experiências ímpares que forjam a personalidade e envolvam a todos em um processo de empatia.

Um trabalho de Extensão Universitária⁷, quando trabalhada dentro de uma grade curricular de um curso de formação, traz uma materialidade maior ao ensino na forma que partimos de uma demanda real e mudamos o protagonismo da ação – de “baixo para cima”, a partir da coleta do OUVIR o próximo. Dentro dos planos pedagógicos de curso, temos ações pré-estabelecidas entre as disciplinas e o método de aprendizagem que são aplicados de forma gradual e linear na grade tradicional. Ao ouvir as pessoas diferentes e suas necessidades, aspirações desejos e vontades, mudamos a origem do pensar – a partir da apropriação do saber e do fazer. O processo de “ida ao local de vulnerabilidade ou de conflito”, onde a demanda se faz urgente, propicia uma maior apropriação dos problemas e das questões que podem ser trabalhadas em uma fundamentação teórica mais embasada e concreta (na realidade).

Partindo da situação concreta, através da ação proposta de projeto, é possível ampliar o enfoque de utilização da área como residência de vários cursos da Universidade para que a instituição cumpra sua função social e dê uma materialidade maior ao ensino - aos educandos e educadores envolvidos. Este processo dialogado permite consolidar as bases do conhecimento pela tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, além de aumentar a apropriação dos problemas e questões transversais ao processo de forma transdisciplinar. A apropriação de conhecimento pelos educandos e educadores e apropriação e troca das pessoas que vão ser beneficiadas pela ação de Extensão Universitária aumenta a possibilidade de fazermos um trabalho que seja pontuado e forjado em uma demanda real, dando maior objetividade ao ensino. O legado que fica para a cidade se dá na forma que os problemas e lições apreendidas são construídos, constituídos e apropriados por todos.

Por meio desta ação de **ensino, pesquisa, extensão, projeto e de obra** propusemos resgatar o valor dos espaços públicos (praça, parque), serviços públicos (educação, esporte, lazer, cultura e saúde), dos recursos minerais (água, meio natural, etc.) como Direito Humano - garantidos pela Constituição, e não aplicados pela cultura equivocada de drenagem dos recursos públicos ao sistema financeiro, desfazimento do patrimônio público, redução do Estado e privatização dos espaços públicos que deveriam servir ao BEM COMUM.

O espaço institucional proposto abarca as dimensões sociais, urbanas, econômicas e ambientais e permite qualificar a ação de intelectuais orgânicos bem como de serviços e de políticas públicas (cruzadas e complementares), visando alterar os indicadores sociais, urbanos, econômicos e ambientais - do local e do entorno. Ações, projetos e programas que fortaleçam as relações afetivas, sociais e de gestão compartilhada auxiliam no forjamento de relações interpessoais, formação de cidadania e envolvimento – através da empatia.

Quando esta sensibilização é construída de forma coletiva, a partir da situação de vulnerabilidade encontrada, mudamos o protagonismo da ação (de baixo para cima) e a forma de encarar os problemas - da constituição de soluções pré-concebidas. A partir de diferentes olhares e experiências, de forma interdisciplinar e transdisciplinar, podemos ter uma apropriação dos problemas de forma mais abrangente, de diferentes formas e interpretações, o que auxilia na

formulação conjunta das questões de conhecimento a serem trabalhadas para a mudança nas formas de apropriação do tempo de vida útil das pessoas que serão impactadas com a ação.

Por meio do relato de floristas e usuários do local, observamos que após a implantação do Mercado de Flores (em Abril de 2009) houve a diminuição do preconceito (e rejeição à precariedade) para com as floristas. Constatamos que ampliou a aceitação das floristas frente ao público, aumentando a venda de seus produtos e, conseqüentemente, a renda - que diminuiu a situação de vulnerabilidade econômica delas.

A celebração da vida que objetivamos na continuidade desta ação, na constituição que este espaço de reforma da Praça Alcides Franco de Lima propicia, se dá pelo entendimento de que a pobreza é multidimensional e o espaço público qualificado pode contribuir para a redução das desigualdades sócio territoriais. Ações e serviços encarados como DIREITO HUMANO, que visem o BEM COMUM, que não corroam o salário das pessoas de forma indireta (ao terem que pagar por um serviço que não é público – como Lazer, Esporte, Cultura e Educação), aumenta a apropriação qualificada de um tempo de vida útil dos usuários e um BEM VIVER, através da valorização do espaço público que permita ampliar o leque de ações e de políticas públicas e gratuitas, sobretudo àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social que representam cerca de 80% de nossa sociedade, que sobrevive com cerca de dois salários mínimos.

Notas

¹ Grupo do Escritório Modelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo constituído por Luis Felipe Xavier (Professor Orientador); Patrícia Grampa (aluna responsável pelo Escritório Modelo); Maria Alejandra Bruschi; Caroline Pereira; Alexandre Barbosa; João Augusto Silva David; Gabriele Galvani. O professor e arquiteto paisagista Leonardo Loyola ajudou a fazer uma leitura dos estratos arbóreos existentes no local. O trabalho foi trazido à Instituição, através do convênio conquistado pela Prof^a Helena Degreas, celebrado entre a Universidade São Marcos e a Prefeitura de São Paulo.

² Ver reportagem “De ambulantes a empresários” in ALVES, T. R.; CRIPPA, L.. De ambulantes a empresários. Revista Conexão - SEBRAE/SP ANO IV – NO 20 – junho/julho 2009, p. 32 – 33, 2009.

³ Agricultura Sintrópica: a agricultura que concilia produção agrícola e recuperação de áreas degradadas.

⁴ PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), ver Kinupp, 2007.

⁵ XAVIER, 2014.

⁶ CESA João Ramalho – Centro e Educação de Santo André João Ramalho: área voltada para Educação, Esporte, Lazer e Cultura que ofertava atividades complementares e extracurriculares, fundamentados em sua concepção original, pelo educador Anísio Teixeira. Ver XAVIER, 2014.

⁷ Para o termo Extensão foram consideradas as “Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira”, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, PROCESSO Nº: 23001.000134/2017-72, PARECER CNE/CES Nº: 608/2018, aprovado em 03/10/2018.

Luis Felipe Xavier. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela FAU-USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS, e da Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. É Sócio-Diretor da LFX-OBRA. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9765522247252729>

Referências Bibliográficas

ALVES, T. R.; CRIPPA, L. De ambulantes a empresários. Revista Conexão - SEBRAE/SP ANO IV – NO 20 – junho/julho 2009.. , p.32 - 33, 2009.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em:<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. (Acesso em 20 de outubro de 2018).

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Cidade - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001.

KINUPP, V.F. 2007. Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre. 2007. 562 p. Tese de Doutorado em Fitotecnia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12870>> . (Acesso em 10 de julho de 2016).

OXFAM BRASIL. O país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em:<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

PASSINI, Felipe dos Santos. A Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch: história, fundamentos e seu nicho no universo da Agricultura Sustentável. Rio de Janeiro, 2017. 104p. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Macaé, RJ. Disponível em: <http://ppgciac.macaee.ufrj.br/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/FELIPE_DOS_SANTOS_PASINI_ok.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

TEIXEIRA, Anísio. A. Educação e a Crise Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

XAVIER, L.F.. *El CESA Jardim Santo André: de la ciudad y para ella. Diseño en Síntesis: Reflexiones sobre la Cultura del Diseño*, v. No. 50-51, p. 10-23, 2014.

22. A SAUDABILIDADE ARQUITETÔNICA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ana Elisa Beio Garcia

Resumo Executivo

Esse texto traz para reflexão – considerando o cada vez maior abismo entre classes - os problemas de saúde pública provocados pela precariedade das moradias.

O ser humano habita um corpo físico-químico-eletromagnético que reage ao meio onde está inserido. Todos nós temos um relógio biológico, o ciclo circadiano, ligado intimamente ao sistema nervoso central, estimulado pela percepção da variação da luminosidade, que oscila conforme períodos claros e escuros do dia; regula a temperatura corporal; sincroniza as funções fisiológicas, e rege a produção equilibrada de hormônios e enzimas para o pleno funcionamento no processo regenerativo do nosso organismo.

Como exemplo, a melatonina responsável por preparar o repouso assim que é percebido o início da noite e o cortisol, produzido por influência da presença de luz. Cada pessoa apresenta variações na expressão rítmica desses padrões biológicos, com tendência a serem mais matutinas ou vespertinas. Para que estejamos sempre ativos com maior percepção do entorno é extremamente importante respeitar tanto essas variações individuais quanto o ciclo diário de recuperação do organismo.

No entanto, o modo de vida atual torna desimportante a preservação desse sistema, e age como principal ator de desequilíbrio. Acometendo potencialmente a população urbana, esses distúrbios do organismo comprometem o rendimento nos estudos, a produtividade - e até a segurança - em locais de trabalho, além de influenciar significativamente nas relações interpessoais, afetando o convívio familiar, íntimo e social. À medida em que o corpo se adapta às agressões do meio, o ritmo biológico vai se desregulando, fragilizando o organismo num processo degenerativo, umas das causas de diversos problemas de saúde como doenças cardiovasculares e metabólicas – arritmias, obesidade e diabetes -, complicações respiratórias – alergias e infecções -, transtornos do sono - insônia durante a noite e sonolência durante o dia -, afetando a memória e a cognição, causando ansiedade, irritabilidade, indisposição e fadiga, podendo se agravar em quadros de depressão e suicídio.

O corpo construído também apresenta “doenças” que vão além do estabelecido pela “Síndrome do Edifício Enfermo” reconhecida, em 1982, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que cita problemas de saúde aos seus ocupantes, causados pela proliferação de microorganismos e presença de partículas de produtos químicos.

Em ambientes internos, vários aspectos de projeto e da manutenção dos sistemas - principalmente em locais de longa permanência como salas de estar, dormitórios, escritórios -. influenciam na relação do corpo edificado com o corpo humano e provocam desalinhamento do ritmo biológico: espaços com dimensionamento dissonante, barulho excessivo, ventilação e iluminação inadequadas, além da contaminação eletromagnética, entre outros.

O contexto dos centros urbanos tem sua influência em relação ao ritmo do ciclo circadiano de toda a população. A poluição sonora do barulho do tráfego, a poluição luminosa e visual, a sensação de insegurança nas vias públicas, a falta de manutenção das calçadas que dificulta e, por vezes, até restringe a circulação de pedestres, a falta de excelência na mobilidade urbana nos deslocamentos ida e volta do trabalho que compromete a quantidade de horas dormidas - faz parte, principalmente,

da classe trabalhadora, moradora das periferias das grandes cidades, dispender parte do seu dia produtivo dentro do transporte coletivo se não em automóveis nos engarrafamentos dos horários de pico. Ainda, a poluição do ar causada, principalmente, pelo excesso de veículos em circulação, a sistemática supressão de cobertura arbórea - grande aliada no controle dessa poluição, responsável por reter material particulado em suspensão – e a desconexão com o ambiente natural, a exposição à radiação não-ionizante artificial geradora de poluição eletromagnética advinda do fornecimento de energia elétrica e dos sistemas de telefonia celular - de antenas a aparelhos -, e outros sistemas radiofrequência/micro-ondas, são alguns dos aspectos que interferem na qualidade de vida e bem estar das pessoas.

O resultado desse processo degenerativo no organismo é a doença e, conseqüente, procura por atendimento médico. Considerando que parte da população mais exposta aos transtornos resultantes da ineficácia do planejamento urbano e do uso de tecnologias nocivas não tem acesso a planos de saúde nem condições de custear medicamentos, é a Rede Pública de Saúde que realiza o acolhimento da demanda. Investimentos em atendimento básico de saúde são realizados pelo governo, assim como o fornecimento de medicamentos. De acordo com o relatório do IPEA, de 2018, *“o gasto do SUS com medicamentos passou de R\$ 14,3 bilhões em 2010 para quase R\$ 20 bilhões em 2015 (crescimento de 40%)”*. (2)

Agora pacientes, essas pessoas trazem queixas de origem física e psicológica, de um problema que se torna crônico, muitas vezes motivo de incapacidade de trabalho e, conseqüente, afastamento da função. Esse acolhimento é realizado pelo Sistema de Previdência Social. Segundo dados do Portal da Previdência, em 2017, somente no âmbito psicológico, os “transtornos mentais e comportamentais” e “outros transtornos ansiosos”, em 10ª e 15ª posição respectivamente, somaram 72,2 mil casos de afastamento, seguido de “transtorno depressivo recorrente” que chegou a 21ª posição, com 20,7 mil casos.

A Rede Pública de Saúde oferece atendimentos, exames de diagnósticos e acompanhamento em diversas especialidades - como nutrição, dermatologia, endocrinologia, psicologia, psiquiatria, dentre tantas outras - e, mais recentemente, integrando a saúde complementar - como acupuntura, fitoterapia, meditação e yoga. Entretanto, trata os sintomas das doenças desencadeadas por problemas complexos do ambiente urbano, sem ferramentas para tratar as causas que, em parte, estão na relação entre o ser humano e as construções.

Segundo a pesquisa contratada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e realizada pelo Datafolha, em 2015, dos 54% da população que já construíram ou reformaram, 85% não contaram com os serviços de profissionais arquitetos ou engenheiros. É sabido que a grande maioria dessas construções está nas periferias das cidades, autoconstruções que apresentam inconformidades no desenho do projeto - na distribuição e dimensionamento dos cômodos -, e na ventilação e iluminação, nos acabamentos, nas paredes, ficando sujeitas a vários problemas construtivos, entre eles a proliferação de mofo/bolor, a exposição à fiação elétrica, a falta de conforto térmico e acústico e de privacidade e individualidade dos integrantes da família, estando muito aquém dos parâmetros mínimos de saudabilidade. Apesar de haver legislação que assegure a assistência técnica para habitação de interesse social, pela lei federal nº 11.888/2008, não há implementação efetiva de política pública nas cidades para que profissionais possam oferecer melhorias habitacionais à população.

A busca por um estilo de vida mais saudável vem crescendo nos últimos anos. Em virtude do alto custo, os novos recursos e tecnologias se tornam cada vez mais privilégio das classes A e B, e possibilitando à classe C um acesso mais restrito aos serviços básicos ou a tecnologias já obsoletas. Segundo relatório publicado em outubro de 2018 pelo Global Wellness Institute, a indústria global de bem-estar cresceu 12,8% de 2015-2017, de US \$ 3,7 trilhões para US \$ 4,2 trilhões, com economia composta por dez segmentos. São eles: medicina preventiva e personalizada e saúde pública, medicina tradicional e complementar, alimentação saudável, nutrição e perda de peso, cuidados pessoais, beleza e anti-envelhecimento, Aptidão e mente-corpo, economia de spa's, nascentes térmicas/minerais, turismo de bem-estar, bem-estar no imobiliário, bem-estar no local de trabalho. Faz-se notar os investimentos em ambientes construídos apenas nos itens: bem-estar no

Imobiliário, que corresponde às novas construções com excelência nos parâmetros de saudabilidade; e, Bem-estar no local de trabalho, sinalizando os investimentos das empresas. Somente estes visam melhorias em locais de longa permanência, os demais são destinados a tratamentos sintomáticos, seja no tratamento de doenças já existentes ou no bem-estar físico ou psicológico.

No Brasil, “as despesas com o consumo final de bens e serviços de saúde atingiram R\$ 546 bilhões em 2015, correspondendo a 9,1% do PIB – de acordo com o IBGE. Atualmente, negócios ligados à saúde e bem-estar se expandiram por segmentos de atividade que vão do agronegócio à indústria. Juntos, eles movimentam um mercado que não para de crescer”, segundo o SEBRAE. (1)

Impulsionando as pesquisas e desenvolvimento de materiais menos agressores ao corpo humano e à natureza, o mercado de produtos da construção civil tem, cada vez mais, se balizado pelos parâmetros das certificações de saudabilidade e sustentabilidade de referência internacional, na última década, ganhando maior relevância em todo o mundo e, também, no Brasil.

Para edificações comerciais, projetos, sistemas e materiais viabilizam a flexibilidade dos ambientes, ventilação e iluminação naturais, o controle da ventilação e iluminação artificiais, a qualidade do ar com controle do mofo, do material particulado em suspensão, da umidade e da temperatura, a baixa emissão de compostos orgânicos voláteis, assim como a qualidade da água consumida pelos ocupantes, livre de hormônios, metais pesados e outros elementos. Com destacada importância, as vistas de qualidade a partir das estações de trabalho, a oferta de locais para práticas de esportes, lazer e descanso dentro do terreno da edificação e a presença de áreas verdes preservam a relação do ocupante com o entorno e a natureza. Muitas empresas, a sua grande maioria, multinacionais, com base nos resultados das pesquisas que indicam a maior produtividade dos trabalhadores em locais com conforto térmico, acústico e luminoso adequados, principalmente, realizam investimentos para alcançar níveis cada vez mais altos nos parâmetros de saudabilidade nesses ambientes, extremamente vantajosos para os lucros.

Já, as edificações residenciais despontando nesse novo nicho do mercado imobiliário prezam pelo bem-estar do indivíduo e convívio em família. Parâmetros estabelecem a integridade dos dormitórios, salas de estar e home offices tornando-os locais estáveis.

Na mesma intenção, têm sido desenvolvidos novos estudos de planejamento urbano - elementos estruturais, equipamentos e traçados da malha urbana -, que buscam privilegiar a interação do cidadão/pedestre com o entorno e a comunidade, a fim de habitar além de ocupar ao promover mais segurança e incentivar o convívio social em esportes, lazer e cultura, descentralizando o desenvolvimento das cidades apenas em função dos automóveis.

Enquanto isso, a população mais carente ainda sofre a falta de equidade na precariedade das moradias e dos investimentos dos governos, principalmente nos países emergentes.

É razoável citar que países de todo o mundo têm buscado inovações em estratégias e tecnologias para que seja possível alcançar, com bom desempenho, os novos parâmetros de saúde com definição estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em publicação de 2000, como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. E, temos ainda as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidas pela ONU, em 2015, para serem alcançadas até 2030, aonde destaco o objetivo 3 que cita “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, “promover a saúde mental e o bem-estar”, “reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo”. Ressalto o objetivo 11 que diz sobre o planejamento urbano ao “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, garantindo o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e à urbanização das favelas”.

Apesar de tantos avanços, o déficit habitacional qualitativo continua uma falha nesse sistema da relação entre o meio ambiente urbano micro e macro. O relatório final do Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC, elaborado pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, de setembro de 2016, aponta para a necessidade da população local.

Tabela 1. 16 – Déficit habitacional quantitativo, qualitativo e total (quantitativo + qualitativo).

| Município | Déficit Quantitativo | Déficit Qualitativo | Déficit Total (Quant. + Qual.) | Total de Domicílios |
|-----------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Diadema | 17.749 (15,1%) | 10.245 (8,7%) | 27.994 (23,8%) | 117.839 (100%) |
| Mauá | 14.557 (11,4%) | 17.170 (13,5%) | 31.727 (24,9%) | 127.232 (100%) |
| Ribeirão Pires | 3.295 (9,7%) | 6.003 (17,6%) | 9.298 (27,3%) | 34.100 (100%) |
| Rio Grande da Serra | 1.548 (11,6%) | 3.333 (25%) | 4.881 (36,6%) | 13.354 (100%) |
| Santo André | 20.079 (9,2%) | 13.398 (6,2%) | 33.477 (15,4%) | 217.355 (100%) |
| São Bernardo do Campo | 26.491 (10,9%) | 27.069 (11,2%) | 53.560 (22,1%) | 242.513 (100%) |
| São Caetano do Sul | 6.242 (12,2%) | 980 (1,9%) | 7.222 (14,1%) | 51.229 (100%) |
| Região do Grande ABC | 89.961 (11,2%) | 78.198 (9,7%) | 168.159 (20,9%) | 803.622 (100%) |

Fonte: Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - Conjuscs, com base nos dados do IBGE (2012).

Alternativas

Apresentam-se a seguir algumas alternativas para mitigar esse quadro podem ser oferecidas à população, desde informação acessível até intervenção para requalificação das construções, desenvolvimento e implementação de programas locais. São elas:

a) Sob a coordenação da Secretaria de Saúde, gestora local do Sistema Único de Saúde (SUS), cabe incorporar ao Programa Saúde da Família (PSF) a capacitação sobre “saudabilidade nas construções” direcionada aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dada a relevância do seu trabalho junto à população, na identificação de problemas ambientais em locais de maior vulnerabilidade. Esta capacitação se alinha às atribuições dos ACS, estabelecida conforme lei federal nº 13.595/18, que determina “como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde”, sendo esta entendida como “práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual”. O PSF é responsável pela promoção de palestras sobre o tema para a comunidade local.

b) Sob coordenação da Secretaria de Habitação, cabe a oferta de profissionais para assistência técnica, conforme lei federal nº 11.888/08, que “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal”. Ainda, é importante criar o Fundo Municipal destinado à Melhorias Habitacionais, com foco no déficit qualitativo.

c) Sob coordenação da Secretaria de Assistência Social - conforme sua função de garantir e atender aos interesses e necessidades da população em situação de risco - realizar avaliação, cadastramento e direcionamento das famílias identificadas para o recebimento do benefício de melhoria habitacional.

Vale ressaltar a relevância das iniciativas de parcerias público-privadas, no contexto atual, sem encerrar a discussão sobre as possibilidades de resolução dos problemas e promoção de saudabilidade nas construções.

Ana Elisa Beio Garcia. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Grande ABC (1998), pós-graduada em Educação Ambiental para a Sustentabilidade, pelo Senac (2015), com extensão em Estratégias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, pela FAU Mackenzie (2019). Profissional qualificada pela certificação de Saudabilidade Healthy Building Certificate (2018).

Referências Bibliográficas

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

https://globalwellnessinstitute.org/wp-content/uploads/2019/04/GWIWellnessEconomyMonitor2018_042019.pdf

http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/10926/347/1/2005_TeixeiraBrionizioPereira.pdf

<https://cidades.ibge.gov.br/>

http://consorcioabc.sp.gov.br/imagens/noticia/Diagnostico%20Habitacional%20Regional%20do%20Grande%20ABC_versao%20final.pdf

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/sus-incorpora-10-novas-praticas-integrativas-e-complementares>

(1) <http://agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/setor-de-saude-e-bem-estar-e-um-dos-mais-promissores-para-os-pequenos-negocios,c9ac9dcde4ee9610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

(2) http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8250/1/TD_2356.pdf

(3) <http://www.previdencia.gov.br/2018/03/saude-do-trabalhador-dor-nas-costas-foi-doenca-que-mais-afastou-trabalhadores-em-2017/>

(4) <https://www.inca.gov.br/en/node/1918>

<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/44375>

<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/>

<http://www.diadema.sp.gov.br/noticias/23016-diadema-entrega-mais-24-moradias-no-novo-habitat>

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/pavs/index.php?p=215712

http://consorcioabc.sp.gov.br/imagens/noticia/Diagnostico%20Habitacional%20Regional%20do%20Grande%20ABC_versao%20final.pdf

23. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS É REALIDADE NAS INDÚSTRIAS E LARES BRASILEIROS, APONTAM ESTUDOS RECENTES

Daniel Vaz

Resumo Executivo

A nota técnica analisa o cenário atual do entendimento por setores da sociedade brasileira e dos organismos internacionais sobre as questões vinculadas ao desenvolvimento sustentável, à luz das seguidas ações controversas do Governo brasileiro na área do meio ambiente.

Em uma tarde de segunda-feira, dia 19 de agosto de 2019. A notícia sobre as queimadas na Amazônia já haviam chegado aos grandes veículos de comunicação do país, ainda de maneira bastante discreta, mas o fato ocorrido naquele dia transformou a Floresta Amazônica e a questão ambiental brasileira em tema de debate mundial.

Uma nuvem de resíduos vinda da região Norte com destino ao Sudeste do país chegou a São Paulo e outras cidades grandes e médias trazendo um alerta grave sobre a situação atual de um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo. O evento, segundo Alberto Setzer, coordenador do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foi gerado pela entrada de uma frente de ar fria e a presença de uma nuvem de fumaça proveniente de queimadas originadas a centenas e até milhares de km de distância.

Os efeitos práticos das queimadas ocorridas nas regiões Norte e Centro-Oeste percorreram o mesmo trajeto e impactaram negativamente a nação e a imagem internacional do país. As medidas apresentadas pelo governo brasileiro foram insuficientes para tratar de tão grave questão, pouco eficiente para intimidar aqueles que praticaram essas ações por interesses econômicos diversos, tais como a exploração madeireira, a mineração e a ampliação de área para cultivos e criação de gado.

Por outro lado, a adoção de critérios de sustentabilidade na área empresarial vem ocupando cada vez mais importância no cenário global, e um ponto importante na agenda comercial entre os países e blocos econômicos. Entre esses *players* existem posições e interesses diversos. Alguns são realmente preocupados com os efeitos desses acontecimentos para o aquecimento global e outras consequências prejudiciais ao Planeta. Outros utilizam tais fatos para obter vantagens nessa dura mesa de negociação, dependendo do peso econômico e interesses desses atores.

Regras de conduta corporativa na área ambiental vêm sendo estabelecidas desde o Protocolo de Quioto, instituído em 1997. O Brasil deve respeitá-las como país signatário do Acordo de Paris, que formaliza o compromisso mundial pela redução de gases de efeito estufa e a adoção de medidas que evitem o aumento da temperatura média no mundo. Deixar de seguir essas orientações pode levar o país a ser prejudicado no comércio global e ter o seu peso diminuído na tomada de decisões nesse âmbito.

Setores produtivos nacionais que possuem atividades vinculadas às áreas agrícola e agropecuária foram aqueles imediatamente afetados pelas queimadas na Floresta Amazônica, mas não foram os únicos. O maior banco nórdico, por exemplo, deixou de comprar bônus brasileiros denominados em dólar ou real até nova avaliação posterior sobre o tema. O mesmo banco também afirma em comunicado que identificou riscos por causa do desmatamento em marcha no país e dos planos do governo brasileiro de relaxamento dos mecanismos de fiscalização e proteção ambientais. A decisão demonstra na prática que política, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável caminham juntos e são cada vez mais interdependentes nas mesas estabelecidas para o comércio e as relações internacionais.

Segundo o documento “Contribuição da Indústria ao Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável no Acordo de Paris”, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) apontam que a indústria é responsável por cerca de 7% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Em 2015, iniciou a vigência do Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS), instrumento que propõe medidas para que o país cumpra os compromissos, assumidos na assinatura do Acordo de Paris.

A defesa da implantação do MDS, segundo apontado pela CNI na referida publicação (lançada em junho/19), colabora para a elevação da competitividade da indústria, ajudando a reduzir o déficit fiscal brasileiro e aumentando a geração de renda e emprego no país. Outras informações que compõem essa publicação recente são importantes de serem destacadas, como a 3ª posição do Brasil em número de atividades de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) registrados, e a estimativa de redução anual das emissões de cerca de 49 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera até abril de 2017.

O estudo destaca também que o foco desses projetos foi a eficiência energética, a troca de combustíveis e a redução de emissão de óxido nitroso (N₂O), que mobilizaram cerca de US\$ 32 bilhões de investimentos. O MDL esteve vigente de 1997 até 2015, sendo introduzido pelo Protocolo de Quioto, inaugurando o mercado mundial de créditos de carbono.

A preocupação com o desenvolvimento econômico atento às questões ambientais é também parte componente dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, agenda global coordenada pela ONU – Organização das Nações Unidas, composta de 17 pontos e 169 metas a serem atingidas até 2030. As organizações internacionais vêm desenvolvendo uma série de iniciativas ao redor desse tema. É o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que apresentou recentemente uma rede de 60 laboratórios de aceleração, responsáveis por apresentar soluções para enfrentar a mudança do clima e o aumento das desigualdades, mirando o desenvolvimento sustentável do século 21. A proposta atraiu, até o momento, mais de US\$ 70 milhões em investimentos, provenientes da Alemanha, Catar, Itália e outros parceiros do PNUD.

Em agosto de 2019, ocorreu, na cidade de Salvador (Bahia), a Semana do Clima, evento de abrangência latino-americana e caribenha, que, entre outras atividades, reuniu importantes membros do setor privado, que debateram sobre a economia de zero carbono e a necessidade de engajamento com as metas baseadas na ciência para conter as mudanças climáticas. Um total de 28 empresas globais, algumas delas sediadas na região do Grande ABC, como Braskem e Scania, detentoras de um capital total de 1,2 trilhões de dólares, utilizaram a ocasião para assumir um compromisso público com as questões climáticas.

Em nível local, verificou-se, no 2º semestre de 2018, a fundação do Núcleo Brasil do CRECES – Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior. Este núcleo é sediado na USCS e vinculado à UNESCO-IESALC – Instituto de Educação Superior para a América Latina e Caribe. O CRECES tem como objetivo principal envolver e comprometer as universidades do país em ações voltadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É importante destacar que uma parte significativa da população brasileira mostra preocupação com as questões ambientais e apoia o desenvolvimento de práticas corporativas que estimulam medidas relacionadas com esse tema. A empresa Nielsen pesquisou mais de 21 mil pessoas em cerca de 8.200 residências para elaborar o estudo “Estilos de Vida 2019”, que aferiu padrões de comportamento sobre diversos temas, tais como tempo livre e hobbies; atitude, valores e metas; meios de comunicação; hábitos de compras (antes, durante e após), saúde e bem-estar.

Os resultados apontam que 42% dos consumidores brasileiros estão mudando seus hábitos de consumo para reduzir o impacto no meio ambiente; 30% das pessoas entrevistadas estão atentas aos ingredientes que compõem os produtos; 58% não compram produtos de empresas que realizam testes em animais; 65% não adquirem produtos de empresas associadas ao trabalho escravo. Para 1/3 do público pesquisado, a sustentabilidade está entre as três principais preocupações no momento de escolha dos seus itens de consumo. Um total de 28% dos lares já adota medidas

saudáveis, em especial o público de maior poder aquisitivo.

Todas as ações destacadas e os dados apresentados nessa nota técnica reafirmam que o Brasil segue uma tendência global de preocupação com as questões ambientais e a dimensão que o tema possui atualmente, envolvendo instituições internacionais, governos nacionais, empresas, universidades e a sociedade em geral. Isto, na busca de realização de iniciativas que colaborem com a melhoria do cenário atual, o que ainda é insuficiente diante da gravidade e urgência dessa questão na agenda global.

A retórica agressiva utilizada pelo governo brasileiro no tratamento com outras nações, ONG's e organismos internacionais é inadequada para ser apresentada como resposta às críticas recebidas sobre a sua atuação em relação à preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais que possuímos. Esse é um posicionamento conflitivo, que segue na contramão do que vem sendo implementado no mundo e, também, por um setor importante para o país, que é o caso da indústria nacional. É também discordante com as opiniões e atitudes de parte significativa da população brasileira. As atitudes tomadas por agentes públicos do país infelizmente vêm prejudicando a economia, as nossas relações internacionais e o desenvolvimento sustentável do país. Como assunto conjuntural, essa questão pode requerer estudos posteriores a serem publicados em edições futuras desta Carta de Conjuntura.

Daniel Vaz. *Publicitário e Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Exerce atualmente a Vice- Presidência da AUALCPI - Associação de Universidades da América Latina e Caribe para a Integração; e a liderança no Brasil do CRECES - Centro Regional para Cooperação em Educação Superior, órgão vinculado à UNESCO-IESALC (Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe). Membro do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/6072505124436159>*

Referências Bibliográficas

Confederação Nacional da Indústria. Contribuição da Indústria ao Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável no Acordo de Paris/Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2019.

<http://opinioenoticia.com.br/noticia/por-queimadas-nestle-reavalia-compra-de-carne-e-cacau-do-brasil/>

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/empresas-ameaa-am-suspender-compras-de-produtos-brasileiros-por-causa-das-queimadas-na-amazonia/458162>

<https://www.seudinheiro.com/maior-banco-dos-paises-nordicos-suspende-compra-de-bonus-do-brasil-por-incendios-na-amazonia/>

<https://www.metrojornal.com.br/foco/2019/08/28/presidente-cicb-desmente-marcas-internacionais-estariam-suspendendo-compra-couro-brasil.html>

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/cni-ve-relacao-equivocada-entre-queimadas-na-amazonia-e-produtos-industriais-brasileiros/>

<https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/orgao-fiscal-pode-embargar-a-operacao-de-uma-empresa-por-conta-de-um-crime-ambiental>

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44616/1/S1900253_pt.pdf

<https://nacoesunidas.org/pnud-lanca-laboratorios-de-inovacao-para-combate-as-desigualdades-e-mudancas-do-clima/>

<https://nacoesunidas.org/setor-privado-participa-de-discussoes-em-salvador-sobre-economia-de-zero-carbono/>

<https://www.oeco.org.br/noticias/pesquisadores-descrevem-fenomeno-que-escureceu-sp-e-sua-relacao-com-as-queimadas-na-amazonia>

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/industria-brasileira-investe-cada-vez-mais-no-desenvolvimento-sustentavel/>

www.nielsen.com

<http://www.bussoladasustentabilidade.org.br/>

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/09/mercado-financeiro-anuncia-risco-bolsonaro-e-afugenta-investidores-do-brasil/>

<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/?tema=responsabilidade-social>

<https://ideiasustentavel.com.br/a-sustentabilidade-e-os-segmentos-empresariais-na-avaliacao-dos-consumidores/>

<https://datasebrae.com.br/indicadores/>

24. INDÚSTRIA QUÍMICA E RELAÇÕES DO TRABALHO: ENTREVISTA COM PAULO LAGE, EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS QUÍMICOS E ATUAL PRESIDENTE DO INSTITUTO ART DO SABER

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi
Renata Veggi Tozato

Nosso entrevistado é Paulo Lage, profundo conhecedor do ramo químico e da indústria do Grande ABC Paulista. Natural de São Bernardo do Campo, Paulo Lage ingressou como sócio do Sindicato dos Químicos do ABC em agosto de 1990. Foi cipeiro na empresa Brascola. Exerceu diversos cargos na direção do Sindicato dos Químicos do ABC. Foi Presidente do Sindicato entre 2003 e 2014. De 2011 a 2013, foi vice-presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Atualmente é Presidente do Instituto Art do Saber.

Entrevistadores: Fale um pouco da sua trajetória profissional.

Paulo Lage: Eu entrei na categoria dos químicos em 1987. Ingressei para o Sindicato em 1990. Segui por dois mandatos e depois participei de uma das chapas que disputava as eleições na época em 1991 e fomos eleitos. Depois, fui secretário regional, coordenador da Regional, secretário geral e de imprensa, secretário de administração e finanças e também presidente do Sindicato dos Químicos e hoje estou na presidência do Instituto Art do Saber.

Entrevistadores: A indústria química é bastante complexa. De certo modo, ela representa o estágio de desenvolvimento tecnológico de um país. Ela vai da matéria prima, do gás e das resinas até os produtos plásticos, eletrodomésticos, componentes automotivos, fertilizantes, cosméticos, medicamentos, limpeza, entre tantos outros derivados. O Sindicato dos Químicos do ABC organizou, em 1992, o “Seminário ano 2000: projeto para o futuro”. Posteriormente, no início de 2000, o sindicato ajudou a constituir o “Fórum da competitividade da cadeia produtiva petroquímica / plástica”, que tomou como base as propostas do seminário defendido pelo sindicato desde 1992. Em 2014, quando você ainda era presidente, vocês realizaram o Seminário “Indústria Química no ABC: situação atual e propostas para o desenvolvimento sustentável”. Que propostas apresentadas por vocês ao longo destes anos foram implementadas e quais continuam válidas?

Paulo Lage: Nós, do Sindicato dos Químicos do ABC, fizemos, no final da década de 1990, salvo engano na Fundação ABC, um seminário importante sobre a indústria química no ano 2000. Depois, fizemos outro sobre a indústria química no ano de 2020, já sob minha gestão. No intervalo de um e outro, nós realizamos um estudo do que significa indústria química no ABC, que hoje tem aproximadamente 1.000 indústrias e 35.000 trabalhadores. A importância do seminário primeiro residiu no entendimento do papel da indústria química na região do Grande ABC. Segundo, ajudou a chamar a atenção para as tendências dessa indústria. Do primeiro seminário, tiramos várias propostas. Uma delas, que foi bem implementada posteriormente, foi o Pólo de Cosméticos de Diadema. A cidade tinha um problema que consistia na visão ruim que as pessoas tinham da cidade, especialmente em virtude da violência e da pobreza na época. Nós, inclusive, usamos um lema na gestão do ex-prefeito José de Filippi Júnior, que era o de associar a indústria de cosméticos de Diadema como sinônimo de beleza, e com isto a própria imagem da cidade. Também foram gerados vários empregos a partir daí. Eu ouvi que os governadores do Nordeste criaram recentemente um consórcio de governadores do Nordeste. O primeiro acordo foi o da realização de compras conjuntas. Nós já tínhamos feito essa proposta no Pólo de Cosméticos: as empresas se juntariam em uma única empresa, que, por sua vez, comprariam as matérias-primas e os insumos, o que diminuiria os custos de produção, gerando mais empregos. Isto durou por

muito tempo. Até que ocorreu um grande problema: os empresários acabaram brigando entre si e o Pólo de Cosméticos acabou se perdendo ao longo do tempo. O Pólo de Cosméticos chegou a ser o segundo maior dentro do Brasil, perdendo somente para o da capital. O seminário nos anos 2000 sobre a indústria química para 2020 foi realizado para tentar enxergar para que direção essa indústria iria na questão de automação, fusões, pólos industriais (por exemplo, as indústrias farmacêuticas estavam naquele momento indo para Goiás; parte da indústria de plástico, para o Paraguai). Então, estes foram alguns dos principais temas tratados naqueles seminários.

Entrevistadores: Que futuro você visualiza para a indústria química, em termos internacionais e nacionais?

Paulo Lage: É muito difícil de se fazer esta análise, porque a indústria química muda muito rapidamente. Tomemos o caso de três grandes empresas internacionais alemãs que haviam: Basf, Bayer e Hoechst. Eram três grandes corporações. A Basf e a Bayer ainda existem, mas a Hoechst sumiu, acabou. Ela foi se dividindo, dividindo... e acabou. Se pegarmos as grandes indústrias farmacêuticas internacionais, quase nenhuma mais existe. Foi fundindo uma com a outra; ou uma comprando a outra. Grandes fusões e aquisições são a tendência. Se, por exemplo, tomarmos o caso das indústrias de tintas hoje, no Brasil, o grupo internacional AkzoNobel, que é um grupo holandês, comprou as Tintas Ypiranga, as Tintas Wanda, as Tintas Coral e o Verniz Sparlack. Tudo agora é pertencente ao grupo. A Sherwin-Williams comprou a Lazzuril, Tintas Globo e Novacor e virou outra empresa. Ou seja, poucas empresas possuem várias marcas. Mais exemplos: a Colgate comprou a Kolynos, que acabou se concentrando num único setor, o de creme dental. A Solvay comprou a Rhodia. São grandes empresas que vão se fundindo e se internacionalizando. É claro que o final disso, infelizmente, tem sido o desemprego e o fechamento de unidades. Imagine: a Rhodia tem três unidades aqui e ela decide que vai concentrar sua produção em uma ou duas unidades, ou que o setor administrativo vai embora, ou que parte da produção se encerrará. Quando se fala em Brasil na indústria química, tem-se o setor plástico como um dos mais importantes. Esse ainda não foi automatizado completamente, ainda não se escuta falar em fusões no Brasil. Está bastante concentrado em São Paulo, com especial destaque para a região do Grande ABC, Campinas e Osasco. Entretanto, quando essa empresa nacional começar a automatizar e se juntar – até por necessidade de sobrevivência – haverá uma grande perda de empregos; novos pólos surgirão, como é o caso de Anápolis que está concentrando parte do setor Farmacêutico, outro problema é o espaço destinado à indústria brasileira. Há muitas empresas, por exemplo, estudando a transferência para o Paraguai. O setor de plásticos tem sido incentivado a esta decisão até mesmo pelo próprio presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico, a Abisplast. Em reportagem, ele disse que lá os custos são bem menores, há terreno de sobra, aqui os impostos são muito altos e outro conjunto de coisas, como a própria econômica brasileira, o que reforça o argumento de que o Paraguai seria uma opção interessante para as empresas. Há governadores de províncias do Paraguai que vêm para cá com vistas a assediar os empresários com esse intuito. Antigamente, por diversos motivos, havia a necessidade de geração de grandes estoques de produção. Hoje, não há mais esta necessidade. Com o just-in-time, pode-se trazer o produto pronto do Paraguai para cá no tempo e na quantidade certos. Não vai ter muita dificuldade. Isto sem contar que o custo do terreno daqui é maior, assim como o custo de energia, de água e uma série de outros itens.

Entrevistadores: O déficit da balança comercial do setor químico brasileiro é estrutural, mas vem crescendo no último período. Segundo a ABIQUIM, em 2019, o déficit comercial já alcançou US\$ 14,1 bilhões no primeiro semestre. Nos últimos 12 meses, o déficit atingiu US\$ 31 bilhões (havia sido de US\$ 29,6 bilhões em 2017). Portanto, em 2019, poderemos ter um déficit comercial recorde. Que políticas deveriam ser adotadas para reverter este déficit no médio e no longo prazo?

Paulo Lage: Na indústria química, a maioria das matérias-primas são importadas. Quase tudo que se produz no Brasil vem do petróleo. Ou seja, uma parte do petróleo ou do gás está presente na roupa, nos calçados, na geladeira, no automóvel, na alimentação e em tantos outros produtos. Tudo que você imaginar contém em sua composição um pouco de química. A indústria

farmacêutica também. A matéria-prima sintética do petróleo é toda enviada para fora do país. É o mesmo que acontece com o minério de ferro: a matéria-prima é exportada e vem um produto acabado. O que vendemos tem um preço lá embaixo, e o que compramos, um preço lá em cima. Na indústria farmacêutica, quase 100% da matéria-prima vem de fora, não é produzida aqui. O mesmo serve para outros segmentos da indústria química. Desde há muito, a gente vem batendo na tecla da questão da necessidade de se investir em tecnologia na indústria brasileira. Se levado em consideração a balança comercial do setor químico, verifica-se que o déficit comercial aumenta ano após ano. Isto requer uma ação de governo. Um país que não tem indústria está fadado a cair para os estágios inferiores do subdesenvolvimento. Se o governo não tiver uma ação muito forte em termos de política industrial – e, neste caso, não estou falando apenas em termos de indústria química, mas sim na indústria brasileira como um todo, o que inclui a indústria de transportes, metalurgia, siderurgia, eletroeletrônicos, vestuário, calçados, enfim... – a indústria continuará a retroceder fortemente no país. Em termos de balança comercial, sabemos o que tem que ser feito. No Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, que funcionou até 2016, por diversas vezes enfatizamos a importância de se acelerar medidas em relação à política industrial brasileira.

Entrevistadores: A cadeia produtiva da Saúde é bastante grande e complexa. Nela, está, por exemplo, a indústria farmacêutica, os laboratórios, as empresas de serviços, as universidades etc., entre outros. É muito grande também no sentido de valor e de agentes envolvidos. Hoje, há uma preocupação, porque há uma discussão de mudanças no que se refere ao Sistema Único de Saúde. Enfim, sobre o complexo de saúde você vê alguma política específica? Você vê alguma ação específica?

Paulo Lage: A indústria química é diferente das demais. Ela é bastante diversificada. Há a petroquímica, a farmacêutica, os plásticos, as resinas sintéticas, as tintas, o verniz... Na indústria farmacêutica, verifica-se a presença de empresas multinacionais e grandes empresas nacionais. Dificilmente você vê empresa farmacêutica de pequeno porte. São poucas as empresas; é alto o grau de concentração. Como disse, parte significativa ou quase toda a matéria-prima vem de fora. A iniciativa privada, evidentemente, tem como prioridade a maximização dos seus lucros. Dessa forma, uma indústria farmacêutica que produzia no Rio de Janeiro resolveu fechar. O argumento da empresa foi o seguinte, nas palavras de um dos seus diretores: “estamos fechando não porque eu estamos tendo prejuízo; estamos fechando porque vamos investir em outros lugares, onde vamos ganhar mais dinheiro”. A empresa deixará de produzir produtos essenciais – que, diga-se, geram lucros para a empresa - para poder fabricar produtos de mais alto valor e rentabilidade. Ao mesmo tempo, nota-se que parcela de atividades e equipamentos públicos foram fechados, como vários laboratórios que fazem medicamentos essenciais para a população, como a insulina. Considerando tudo isto, o setor farmacêutico tem o mesmo viés. Voltamos à questão da importância da ação governamental. Se o governo não tiver uma visão estratégica do setor, nós estamos fadados a não ter mais indústria. Mencionarei aqui um fato que aconteceu com uma empresa do grupo de Texaco, que é da Chevron. Só há uma planta da empresa na América do Sul, e esta planta fica situada no Pólo Petroquímico de Mauá. A planta teve, no último ano dela, um faturamento recorde. Pagou um valor alto de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos empregados. Em seguida, um diretor da empresa chegou até nós e disse: “estamos fechando”. Perguntamos então para ele qual era o motivo do fechamento. Ele nos respondeu: “a empresa matriz nos Estados Unidos avaliou que, se montássemos um terminal no Porto de Santos, trazendo os produtos de Cingapura e de Nova Orleans, iríamos ganhar mais dinheiro”. E nós respondemos “você já não ganhou muito dinheiro?”. Ele: “sim, ganhamos muito, mas vamos demitir todo mundo, colocar três pessoas lá no terminal e ganhar mais ainda”. A visão acaba sendo essa. O empresário prefere importar e ganhar mais dinheiro com muitos produtos vindos de fora. Aqui cabe mencionar que as consequências negativas desta decisão acabam se espalhando para outros setores da indústria. É o caso, por exemplo, do setor gráfico. A maioria dos produtos farmacêuticos que entra no Brasil já vem com a bula, com as especificações técnicas de fora. Vem impresso de fora. Isto destrói a indústria de um país. Poderíamos imprimir aqui a bula ou forçar para que eles imprimam aqui. Mas eles trazem de fora. Reforço aqui mais uma vez a importância de se fortalecer uma política industrial que apoie o setor produtivo nacional.

Entrevistadores: A classe empresarial brasileira, incluindo as lideranças da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), tem defendido as reformas estruturais, como a trabalhista, a previdenciária, a tributária, a privatização e a abertura comercial. Na visão majoritária da classe empresarial, alinhados com perspectiva da atual gestão governamental do país, isto garantiria equilíbrio fiscal e redução dos custos de operação, trazendo, em tese, novos investimentos para o país. Qual é a sua opinião sobre esta visão empresarial?

Paulo Lage: Não me alinho com esta visão. Se ela estivesse correta, a reforma trabalhista feita no Governo Temer teria gerado os milhões de empregos prometidos. Vários empresários diziam que após o impeachment da presidente a economia iria voltar a crescer. Já se passaram três anos e a economia continua caindo e está até pior. O país necessita de uma série de ações e melhorias, é verdade. A infraestrutura é uma delas; a reforma tributária é outra. No Brasil, hoje, boa parte dos produtos é transportada por caminhão. Os custos das estradas ruins, o pedágio, o pagamento de seguro, a escolta da carga... tudo isto encarece o produto. Estamos falando de um país continental: produz-se aqui em São Paulo e o produto é enviado para o Amapá, por exemplo. Isto acumula um custo astronômico. Desta maneira, há outras medidas que precisam ser tomadas. Não é a questão trabalhista ou previdenciária que vai mudar este quadro. Ao contrário: se empregos forem gerados, haverá uma diminuição da pressão sobre a Previdência Social. As pessoas começarão a contribuir. Portanto, eu particularmente não comungo dessa opinião empresarial de que estas reformas que vêm sendo implementadas farão o Brasil sair da crise. Temos muitas outras ações e reformas que precisam ser feitas e que não são pautadas.

Entrevistadores: Vários países avançados vêm aprofundando o chamado “modelo tríplice hélice”, no qual acontece intensa aproximação entre as empresas do setor produtivo, as universidades e a gestão pública em torno de projetos estratégicos, desde a pesquisa básica, passando pela fase da pesquisa aplicada, até a fase do negócio comercial. Você acredita que este modelo é possível no Brasil? Você acredita que os sindicatos deveriam ser um dos protagonistas neste modelo?

Paulo Lage: Tive a oportunidade de viajar para vários países, com vistas a tentar entender um pouco a questão produtiva e sindical desses países. Fico um pouco com pé atrás quando a gente compara alguns países com o Brasil. Por exemplo, a Suécia, a Dinamarca, a França e a Alemanha. Tome-se o caso de países pequenos como a Suíça, que tem um parque industrial interessante, qualidade de vida fantástica. Mas o país é do tamanho do Estado do Rio de Janeiro. Sua população é de aproximadamente 8,5 milhões de pessoas. Já vem de uma cultura industrial. De outro lado, tem-se um país, o Brasil, que é de tamanho continental, com uma enorme desigualdade, com interesses dos mais distintos... Mencionei há pouco os governadores do nordeste que acabaram de criar um consórcio. Vamos torcer para que dê certo. Vejamos até quando... até as próximas eleições? No passado recente, o setor empresarial, as universidades, os sindicatos de trabalhadores e governos pensamos muitas ações em conjunto. Os melhores momentos institucionais do Grande ABC aconteceram quando estas partes se juntaram: universidades, empresários, sindicatos de trabalhadores, setor público. Assim, da Câmara Regional do Grande ABC (1995) saiu o Hospital Mário Covas, os piscinões. Depois, as ações e a conquista pela instalação da Universidade Federal do Grande ABC, as ações na área da mobilidade, o Arranjo Produtivo Local, entre tantas outras ações conjuntas. Então foi o período que mais houve avanços. Tudo isto, é claro, depende muito do poder público, porque ele que no final das contas fomenta e executa as ações. Veja-se o caso da indústria farmacêutica. O Governo do Estado de Goiás decidiu criar um pólo. Isto, por meio inclusive da guerra fiscal, até porque, volto a dizer, não existe atualmente uma política nacional que unifique impostos e que crie uma regra que reduza a disputa entre Estados. Do ponto de vista da indústria, podemos dizer o seguinte: a tecnologia chegou, não vai recuar, vai avançar. Não sabemos mais quais profissões teremos no futuro e por quanto tempo elas vão durar. Não sabemos o quanto tempo a indústria vai estar naquele local e se ela vai se fundir com outra ou criar grandes corporações para sua sobrevivência. Sabemos que o processo vai avançar e nós não estamos preparados para isso. O governo atual não investe e não fomenta a pesquisa e desenvolvimento, a inovação. Portanto, eu não sei se o modelo tríplice hélice é

interessante neste momento, em que não há recursos, linhas de financiamento, vontade política. O momento é de ceticismo completo. Mas, de fato, uma variante deste modelo foi implementada e com sucesso no Grande ABC. É o caso também do referido exemplo do Nordeste. Tomara que lá também dê certo e que perdure. Meu medo é que com a troca governo - que sempre muda e isto foi o que aconteceu no Grande ABC - muda-se também o foco. O gestor público tem que pensar para frente. Por sua vez, os sindicatos que não se envolverem em toda esta discussão aqui colocada serão “atropelados” por todo este conjunto de transformações dos últimos anos.

Entrevistadores: Como você vê a Indústria 4.0? Uma solução para a indústria brasileira? Quais as especificidades da indústria 4.0 no caso do setor químico?

Paulo Lage: A indústria 4.0 está aí, trará impactos. Nós, que já estamos há bom tempo no setor, talvez não vamos enfrentar todo este conjunto de mudanças. Mas a juventude que está nas universidades e escolas técnicas, sim. Sabemos que não haverá emprego suficiente na indústria, seja na indústria metalúrgica, na química e em outras indústrias. Ao contrário: quando a indústria química amplia a sua capacidade de produção, ela geralmente emprega menos pessoas, diminui o número de empregos. A tecnologia é fantástica, mas há fábricas que só tem robô lá dentro. Há profissões que talvez sejam extintas por conta da indústria 4.0.

Entrevistadores: A Região do Grande ABC possui uma expressiva indústria química, como o Pólo Petroquímico de Capuava, Braskem, Rhodia, Solvay, Basf, Akzo Nobel, Colgate, Nazca, entre outras, que vem passando por forte reestruturação nos últimos anos. Pode nos expor uma espécie de diagnóstico sobre a indústria química local nos últimos anos?

Paulo Lage: Na década de 1990, havia grandes corporações, havia o Polo Petroquímico. O Polo representa para Mauá, nos dias de hoje, cerca de 60% da sua arrecadação de ICMS. No Pólo, havia a Unipar, Petroquímica União, a Polietileno, a PoliBrasil, entre outras. Com tempo a Petroquímica União, que era estatal, foi privatizada. A Quattor comprou. No Brasil, existiam três pólos petroquímicos: o da Bahia, o de São Paulo e o do Rio Grande do Sul. Três pólos separados. A Braskem estava comprando os três. Foi ampliando o seu desenvolvimento tecnológico. Vou citar, por exemplo, Mauá, que recebe ICMS, IPTU, entre outros impostos. A empresa que sabe disso investe em tecnologia. Aquele galpão que ela agora não utiliza e pelo qual estava pagando o IPTU, ela elimina este galpão, para não pagar IPTU. Cai a arrecadação da cidade e com isto cai a capacidade da prefeitura prestar serviços à população. Ainda assim, o Pólo Petroquímico é muito forte. Uma das grandes batalhas que travamos foi exatamente a da necessidade de ampliação do Pólo, com vistas a sua “sobrevivência”. Isto porque, quando se tem um Polo Petroquímico em um lugar, tem-se também uma indústria química do lado. O Pólo Petroquímico de Capuava está localizado em uma região bastante populosa, com muitas residências próximas. Na verdade, a cidade foi “se aproximando” do Pólo. Se tomarmos o Pólo da Bahia, verificamos que lá ainda não é assim e o do Rio Grande do Sul, menos ainda. É bem afastado. Se o Grande ABC perde o Polo Petroquímico, “fecha para balanço”. Isto será pior do que uma montadora sair da região. Toda a indústria depende do Pólo, inclusive o setor automotivo. Nós chamamos de “empresa-mãe”. Tudo se dá a partir dessa indústria. Temos lá uma indústria que se chama Oxiteno. Ela fornece todo o princípio ativo que você imaginar – da alimentação aos produtos de higiene, como shampoo, tintas, fluido de freio etc. Quando uma empresa desta vai embora de uma determinada região ou cidade, outras indústrias vão também, porque elas precisam do pólo petroquímico para fazer os seus produtos. Tome-se o caso do setor de tintas aqui na região do Grande ABC. Não sabemos quando uma empresa dessas do setor de tintas tomará a decisão de sair da região. Ou até mesmo deixar o setor de tintas. A empresa ganha dinheiro com tintas; e pode ganhar dez vezes mais fazendo química fina. Exemplo, a SOLVAY, de um dia para outro, comprou a RHODIA - quando, pela lógica, era para ser ao contrário. Então, essas mudanças são muito rápidas e nós não estamos preparados para isso. Sentimos um baque quando recebemos a notícia de saída da Ford. Isto são coisas que, quando vem, ela pode deixar você “sem chão”.

Entrevistadores: Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) reúnem empresas, sindicatos de trabalhadores, gestão pública, sistema S, universidades em torno de uma agenda de trabalho em prol de uma cadeia produtiva Local. O APL de Cosméticos de Diadema, assim como o APL de Ferramentaria do Grande ABC e outros APLs, mostraram bastante ativos, especialmente no período recente, de crescimento da economia brasileira. Você acha que os APLs são um formato estruturação de uma agenda de trabalho setorial local?

Paulo Lage: Destaco o APL de plásticos também. Qual é o grande problema da Indústria? A indústria química é 90% composta por micro e pequena empresas. Lembro-me de uma vez em que convidei um grupo de empresários para falar sobre APL na minha sala. Chegaram apenas seis. Eu fiquei bastante zangado e falei; “a gente está tentando ajudar e os empresários não vêm”. E aí um empresário falou: “não é porque o empresário não gosta do sindicato ou porque não quer vir, é porque ele é o chefe da produção; ele é quem controla as contas a pagar e a receber; se ele sair de lá, a fábrica para e muitas vezes a empresa tem no comando apenas ele, a esposa e os filhos”. Aí eu pensei “caramba eu não tinha pensado nisso”. Então o APL me ajudou bastante nisso. Mas não só nisso. Para se pensar na indústria, em termos de cadeia produtiva, tem-se que se pensar em vários elementos que compõem a produção. O problema é que no Brasil não se dá continuidade em ações como o APL. É essencial que seja uma agenda permanente. E aí tem outra coisa: você necessita de financiamento. O APL foi um dos os melhores projetos regionais aqui no Grande ABC. Pena que não foi estendido para outros setores. Poderia ter sido. O pouco que foi feito foi fantástico.

Entrevistadores: Quais seriam os novos desafios a serem encarados pelos agentes locais (empresários, sindicalistas, autoridades públicas), quando se pensa em uma política para a retomada da competitividade da indústria do ABC Paulista?

Paulo Lage: A gente precisa pensar no parque industrial da Região do Grande ABC. Primeiro, tem que pensar no “novo” parque industrial. É essencial ver com os agentes públicos a questão do custo do terreno, aluguel, entre outros. A infraestrutura já está bem melhor, mas os empresários têm que pensar numa agenda regional com o poder público também. Isto porque, se o empresário pensar somente no seu “eu”, ou se cada cidade daqui pensar somente “em si”, o outro que “se dane”, aí começaremos a brigar. Temos que pensar um pouco nisso, especialmente em regiões industriais tradicionais. Temos que ter em mente que é essencial fortalecer novamente a nossa indústria regional. Tome-se o caso da rota dos restaurantes, do frango com polenta, em São Bernardo do Campo. Estes restaurantes vão fechar. No lugar deles, provavelmente, vai subir uma torre residencial. Não vai ter uma indústria ali. Mas poderia ter? Não sei. Mas é assim que está acontecendo. Se sair uma empresa, não vem outra empresa. Só vem prédio. Os prefeitos deveriam se reunir e fazer de tudo para que essas empresas fiquem, no contexto de um novo modelo de parque industrial e de que tipo de novos investimentos vão querer atrair. Se perguntarmos à ABQUIM e outras empresas sobre a região, de fato eles vão apontar uma série de dificuldades da produção na Região do Grande ABC. No centro não está a questão salarial ou a sindical, está o custo de terreno, a questão da área de preservação, a burocracia. É terrível para se conseguir um laudo de licença para uma empresa. Foi que aconteceu no Pólo Petroquímico, quando nós pedimos a questão da ampliação do Pólo. Lógico que temos que fazer as ações dentro dos procedimentos legais e com os devidos cuidados legais. Às vezes, cabe verificar se é possível alterar a lei.

Entrevistadores: De 2011 a 2013, você foi vice-presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Hoje, a agência passa por uma série crise financeira, com a saída de importantes associados. Como você avalia este processo e o que sugere como alternativas para o futuro?

Paulo Lage: O movimento sindical foi a primeira instituição a mudar a geopolítica daqui da região do Grande ABC. Graças às mobilizações de muitos atores e instituições, criamos em meados dos anos de 1990 a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Hoje, ela passa por uma forte crise. Alguns colegas me disseram: “vou sair da agência”. E eu fui contra. Você não pode falar somente quando você está com seus pares; você tem que saber lidar com as divergências políticas. A interação é bom caminho para você repensar algumas coisas, posturas. Neste sentido, o que se precisa é aperfeiçoar o que se construiu, não piorar ou acabar. Foi uma pena a Câmara Regional do Grande ABC (1995/1997) deixar de existir. Isto porque tanto a Agência de Desenvolvimento Econômico quanto o Consórcio Intermunicipal dependem muito do Governo do Estado. Sabemos que há sempre um viés político na gestão pública. Atualmente, na configuração do Consórcio, os prefeitos são muito ligados no governo do estado. Eles deveriam trabalhar juntos para trazer o governo do estado para dentro, retomar inclusive uma câmara regional. Boa parte dos avanços que houve na época se deu partir da Câmara Regional. Foi a Câmara Regional que impulsionou uma série de ações como a luta pela chegada do metrô ao ABC. Há que repensar o formato das instâncias regionais, como a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, mas não acabar com elas.

Entrevistadores: Atualmente, indústria e serviços se mesclam em vários setores. As tecnologias digitais também contribuem para “quebrar os muros e fronteiras” entre as atividades econômicas. Os negócios são cada vez mais globais. Como os sindicatos dos trabalhadores - que no Brasil ainda são circunscritos às profissões e às cidades – devem, do ponto de vista da organização sindical, buscar responder a estes novos tempos?

Paulo Lage: As empresas são globais e as plataformas de produção também. O que produz aqui, você produz ali ou em outro lugar. Na indústria química, nem tanto. Por exemplo, uma empresa que faz tintas, ela só faz tinta aqui; ela não faz em outros lugares. Mas de fato o mundo do trabalho está mudando e o sindicato deve responder a isso. O movimento sindical precisa acordar para isso. Não são todos os sindicatos, é claro, mas ainda há uma ilusão de que a retomada do crescimento econômico vai mudar todo o quadro negativo, ou seja, de que o crescimento vai dar conta de todos os nossos problemas. Alguns economistas estão prevendo a retomada do crescimento em 2020. Mas não se sabe para onde e nem em que setor esta retomada acontecerá e qual a sua intensidade. Se começar a crescer, as barreiras e as exigências impostas pelas novas tecnologias virão muito mais afloradas, por que o empresário já vai estar “vacinado”. Ele vai ter que investir em novos meios de produção, nas novas tecnologias para ganhar mais valor agregado nos seus produtos. Acho que nem todo o movimento sindical está acordado para isso. Daqui a pouco, nós vamos fazer assembleia para robôs. Hoje, todo mundo tem um aparelho de celular. Antigamente, ao fazer uma assembleia, a pessoa confiava muito naquilo que você falava. Hoje, se você falar algo em uma assembleia, numa palestra ou numa reunião, o pessoal olha o Google, faz uma busca; se você tiver falando alguma coisa errada, você cai por terra.

Entrevistadores: Você está falando de uma assembleia digital?

Paulo Lage: Hoje já tem. Em algumas confederações nacionais de trabalhadores, inclusive a dos químicos, fazemos reuniões por vídeo conferência. É um pouco chato, mas não dá para o associado vir. Então, você faz videoconferência. Não há mais nada daquela apreensão que se tinha na reunião. Então, não sei se é isso que vai vingar. Eu me lembro que nosso colega foi demitido e a negociação foi feita via conferência. Uma chatice isso porque você não consegue interagir intensamente, mas é uma tendência. Talvez as aulas de um professor vão ser assim também. Então, voltamos ao seguinte: quais são as profissões do futuro? E por quanto tempo elas vão durar?

Entrevistadores: Como financiar a atividade sindical com o fim do imposto sindical?

Paulo Lage: Quando se decretou o fim do imposto sindical, eu “pensei com os meus botões”: eu aprendi e fiquei a vida inteira batendo na tecla de que o imposto sindical tinha que acabar, que o sindicato tinha que ser livre, que o trabalhador tem que escolher qual o sindicato que iria representá-lo. E aí, quando acabou deste modo, muita gente que eu vi fazer esse discurso parecia que iria “morrer”. Acho que há males que vêm para o bem. Eu não achei o fim do mundo acabar o imposto sindical. Eu acho que o fim do mundo é pensar que, ao mesmo tempo, não se tem a liberdade sindical, que são duas coisas diferentes. O que se verifica no momento é uma tentativa de que os sindicatos deixem de existir. Por exemplo, recentemente a portaria nº 3873, do governo federal, determinou que, para descontar mensalidade, o sindicato teria que mandar boleto para a pessoa. Então eu pensei, “poxa como é que o sindicato vai saber o salário da pessoa; qual o percentual a ser aplicado?”. A empresa, claro, tem como fazer tudo isto. O que se quer é minar o sindicato. Eu sempre defendi que o sindicato tem que se adaptar aos dias atuais. Quando eu entrei no sindicato na década de 1990, eu ouvia falar que os sindicatos europeus eram “pelegos”, que tinham sindicalização baixa, de cerca de 7% a 10% apenas. E aqui nós tínhamos em torno de 50% a 60%. E eu comecei a viajar a vários países. Desconfiava de que não seria possível eles serem pelegos com uma estrutura de sindicatos nacionais poderosíssimos e a gente com uma estrutura de sindicato formada em sua grande maioria por pequenos sindicatos, que possuíam arrecadação fantástica, mas que não fazem a metade do que o pessoal da Europa faz. Então, tem alguma coisa errada. Os sindicatos precisam pensar em um novo modelo de financiamento, em um novo modelo de diálogo com os trabalhadores. A gente antes fazia a negociação coletiva. Saía da capital e marcava a assembleia num dia da semana. Chegava na assembleia, ela estava lotada. Os trabalhadores não sabiam o que você tinha negociado. Eles iam para o sindicato porque não sabiam o que tínhamos negociado. Hoje, você faz a negociação coletiva, você marca a assembleia durante um dia da semana. O pessoal sai de São Paulo, chega da negociação e já está todo mundo sabendo, porque alguém já disparou uma mensagem no whatsapp, dizendo que saiu negociação. E aí você vai para assembleia e não tem nem meia dúzia de pessoas porque o cara já sabe da proposta.

Entrevistadores: Você é a favor que o acordo tenha somente validade para quem contribui com sindicato?

Paulo Lage: Eu sou. E acho que tem que valer na hora. Você não tem o imposto sindical que servia para você representar a todos os trabalhadores? Na Europa é assim: o sindicato representa o associado; a Convenção Coletiva vale para quem é associado. E se o empresário fizer alguma coisa diferente para quem não é sócio... Existe uma punição pesada. Eu concordo plenamente com isso. Mas também concordo que o sindicato deve pensar em uma nova política de comunicação. Nós estamos falando com um novo perfil de trabalhador. Estamos falando com gente que hoje lê mais. Hoje também tem muita notícia falsa, fakenews. Precisamos ter agilidade nesta área. O imposto sindical já era uma morte anunciada. A gente sempre defendeu isso. O Sindicato dos Químicos do ABC, na época, se preparou para isso. O imposto sindical representava quase metade da nossa arrecadação. Quando ele acabou, ele representava entre 10% e 15%. Nós estávamos nos preparando para isso. Quem não se preparou, acabou caindo com isso.

Entrevistadores: Fale-nos sobre como surgiu o Instituto Art do Saber, criado em 2007 e que tem você como presidente desde então.

Paulo Lage: O Instituto tem cerca de 12 anos de existência. Antes, ele tinha outro papel. Na época, estava mais voltado para a questão de formação e qualificação para dirigentes sindicais. Nós estamos falando de um país que tinha 12 mil sindicatos mais ou menos. Tome-se o setor químico brasileiro. Há sindicatos que nunca realizaram planejamento estratégico, nunca fez seminário para discutir negociação coletiva ou a comunicação. Aqui no Grande ABC, onde se tem sindicatos fortes e toda a estrutura, ainda há alguns sindicatos, aliás, muitos sindicatos, que não têm funcionários, o dirigente que homologa, que prepara uma ata, que faz um acordo. Aqui, em muitos sindicatos, você tem funcionário que faz tudo isto. Trata-se de um sindicato corporativo. A gente começou a perceber que cada um “anda com seus pés”. É necessário muito trabalho para executar um projeto

como esse. Portanto, o Instituto focou um pouco nisso. O sindicato começou a perceber, naquele seminário do setor químico para 2020, que iria ocorrer uma transformação muito forte no setor. Consequentemente, em outros setores também. Esta transformação envolveria fusões de empresas, automação. Mas não esperávamos a crise econômica. A crise econômica veio como uma “pá de cal”. Ou seja, a gente já sabia que ia ter fusões de empresas, automação e aí vem a crise, que gera ainda mais demissões. Deste quadro, emergiu uma realidade que a gente sempre discutiu e que todo sindicato deveria discutir: “está bom enquanto o trabalhador está na categoria, tem emprego; mas o que se faz com esse trabalhador quando ele é demitido?” Então, o Instituto veio para pensar um pouco isso: no trabalhador que está demitido, mas que tem uma ideia, um projeto. Muitas vezes este projeto tem potencialidade para se transformar numa forma de renda. Não raro, o trabalhador se torna um empresário e começa a gerar empregos. Nós começamos a pensar nisso. Reunir essas ideias, atrair também incubadoras, startups; fazer uma mescla. O problema é que a incubadoras são uma burocracia de financiamento. Você acaba expondo a pessoa que desenvolveu, às vezes numa situação até um pouco humilhante, porque você tem espaço, mas não tem financiamento, não tem perspectiva, não tem nada. Aí chega alguém com dinheiro, compra o projeto da pessoa e ganha muito dinheiro em cima. O Instituto veio para pensar nisso, abrir essas oportunidades para as pessoas que desenvolvem alguma coisa e que de repente podem obter uma fonte de renda, trabalho e entrar no mercado de trabalho. O problema é que a crise afeta todo mundo. As ideias são boas, excelentes; são produtos que têm muita possibilidade de mercado. Entretanto, a crise econômica também afeta o terceiro setor. Ou seja, você não consegue financiamento, não consegue mais doação. Estamos aí há 12 anos já e temos a perspectiva de resistir à crise. Isto, com a visão de que, no futuro breve, o poder público deverá pensar nisso: que seja uma linha de crédito pequena, mas que, de repente, com pool de empresas, possa adquirir produtos dessas empresas com o intuito de gerar oportunidades. Aliás, tem uma determinada empresa, vou falar aqui de primeira mão, que eu apresentei para vocês, e que iniciará parceria num dos campi da USCS. Isso ajuda muito. Não é a salvação da lavoura, mas ele tem escala para produção. Se você já começa a ter a ideia fixa de desenvolver e as pessoas comprarem a ideia, já é um avanço. Outras organizações devem pensar nisso porque vai ter muita gente desempregada com possibilidade de transformar as suas ideias em produtos inovadores.

Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Professor Colaborador do Mestrado em Economia da UFABC. Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo (2009-2015). Superintendente do SBCPrev (2015-2016). Diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (2016). Economista do Dieese (1987-2009). Blog: www.blogdojeff.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2840533692107428>.

Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestranda. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

Renata Veggi Tozato. Farmacêutica formada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e ex-bolsista pelo Ciências sem Fronteiras (curso de Farmácia) na Universidade de Illinois, Chicago, UIC. Está envolvida em projetos de pesquisa acadêmica e experiência na Indústria Farmacêutica, atualmente com foco em Farmacovigilância.

25. CONTRIBUIÇÕES INESPERADAS

René Henrique Götz Licht

Inchaço

Quem sabe das coisas,
sabe do quê?
Ganhou conhecimento,
Mas precisa de sabedoria. Para quê?

O conhecimento incha e sacia, a
sabedoria esvazia.
Quando moço andava soberbo
Agora, velho, anda enfermo.

Um balão inflado
Era sua expressão.
Um espírito enrugado é seu coração.

Veio ao mundo para conhecer e
se perder;
Sai do mundo sem ser.

René Henrique Götz Licht

Pressa para quê?

Tenho pressa para escrever.
O tempo perdido compensar,
as dores não reveladas, esconder.
Nada tenho a falar.

Quem vem, fica e nada entende. Quem
parte, no vazio escolhe ficar.
Ah, como eu quisera ser vidente
de alguém que não deseja pernoitar.

A voz está presa, os
dedos agitados.
Mas nada falta à mesa
dos corações endiabrados.

Vem e me diz como agir;
estou pronto para empreender.
Com você consigo rir e
só você aí entender.

Tudo me vem, num instante; estou
atolado de pensamentos
que me desviam para local distante,
longe dos seus sentimentos.

René Henrique Götz Licht

Ao vento

Uma era pálida, embora parecesse sólida
A outra, quase transparente, bem assentada
Essa apresentava-se requintada
Aquela, parecia desvalida.

No tempo, agiam de modo oposto
Uma não suportava correnteza
A outra, exibía sua leveza
A cada uma, seu gosto.

Era só esquentar um pouco que se punha a chorar
Enquanto a outra, ao calor, bailava de alegria
E ria-se na forte ventania
Estando a outra a definhar.

Vela é uma e vela era a outra.

René Henrique Götz Licht

Despassear

É preciso voltar no tempo

... para desquebrar um coração
... para destrair uma paixão
... para deschorar um longo pranto
... para desmorrer d'um vil encanto

... para desestudar tantas inutilidades
... para desconsertar as grandes vaidades
... para desnascer dos seus dogmas
... para descomer todas as sobras

... para desviajar dos seus acertos
... para desconfessar seus muitos erros
... para desviver tantas realidades
... para dessionhar as poucas verdades

... para desdesejar amores
... para despoetizar os rancores
... para descantar os sons da mão
... para desdesejar uma paixão.

Tudo feito, é retornar!

René Henrique Götz Licht

Guiomar Novaes (28/02/1895 – 07/03/1979)

Gira em espiral ascendente
Una corda, sonoridade quase ausente
Imersa no íntimo de sua natureza
Obtém timbres de diáfana leveza
Mescla de intuição e divindade
Acorde cheio, aveludado
Reверbera pleno, escusado

Nuanças sonoras ofegantes
Ordem nos fraseados exuberantes
Vitalidade, energia nos *fortissimi*
Alma, arrebatamento nos *pianissimi*
Exilada, em seu mundo de
Sentido íntimo mais profundo

René Henrique Götz Licht

Ética & Moral

Ética está para teoria
assim como moral, para prática; ambos
estudam o certo e o errado quer no
absoluto ou no relativizado.

Ética e moral relacionam-se com meritocracia assim
como direitos e deveres, com sabedoria; Ética não é
algo para se ter ou possuir:
é sistema de crenças e valores para seguir.

Alguma ética também segue o antiético que
não é a convencional;
nem por isso está errático,
fadado ao caminho do mal.

A ética seguida pelo malfeitor
choca-se com as convenções;
coloca-se deliberadamente como opositor do
que se considera soluções.

O amoral age do seu jeito sem
saber que não faz direito;
o imoral age como lhe apraz
sabendo muito bem o erro que faz.

Primeiro o dever, depois o lazer já
nos ensinavam nossos pais;
equilíbrio entre direito e dever
talvez já não exista mais.

Fazer para merecer
plantar, para colher;
preferir o ser ao ter.

René Henrique Götz Licht

*Ama ser professor e estar com seus estudantes.
Ama animais e plantas. Ama ler e fazer música.
Ama escrever poesias, crônicas e contos.
Ama a Deus acima de tudo!*

*Há 27 anos, professor da USCS. Currículo Lattes:
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728881E7>*

Interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS podem acessar os links abaixo:

1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>

3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

4ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-4a-carta-de-conjuntura/>

5ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>

6ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-6a-carta-de-conjuntura/>

7ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-7a-carta-de-conjuntura/>

8ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-8a-carta-de-conjuntura/>

Notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura:

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição*
2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017- *Jefferson José da Conceição*
4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 – 2017 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto, Antonio Aparecido de Carvalho e Ricardo M. Kawai*
7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES - *José Turíbio de Oliveira*
8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS*
9. INDICADORES INPES - *Daniel Giatti*

Notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura:

1. PERSPECTIVAS DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 - *Francisco R. Funcia*
2. INFLAÇÃO: OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE DO PAÍS E DO GRANDE ABC PAULISTA - *José Carlos Garé*
3. O VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO GRANDE ABC PAULISTA E A ATUAL RETRAÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
4. A COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS EXPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
5. FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
6. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O MERCADO DE CAPITALIS - *Ricardo Makoto Kawai*
7. FORMAÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza e Rubens Topal de C. Bastos*
8. FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro de Souza*
9. GESTÃO DE RISCOS (RISK MANAGEMENT) E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIO PARA O DEBATE ENTRE AS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA- *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. “SMART CITIES” E INVESTIMENTO PRIVADO NA “INDÚSTRIA 4.0” DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniel Vaz*
11. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA E O PROJETO GRIPEN: POTENCIAL E DESAFIOS DO GRANDE ABC PAULISTA PARA PROMOVER EMPREGO E RENDA - *Volney Gouveia*
12. PERFIL DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
13. CARACTERÍSTICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Álvaro Francisco Fernandes Neto e Antônio Aparecido de Carvalho*
14. O ECOSISTEMA DE STARTUPS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA- *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul- ITESCS)*
15. CONSUMO DE CARNE NO BRASIL E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
16. PERFIL DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCA Z1 DO RESERVATÓRIO BILLINGS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DOR CRÔNICA OCUPACIONAL - *Beatriz Tauany Silva, Dariane Beatriz Marino Cardoso, Bianca Martins dos Santos, Julia Fontanezzi Sacramento Veltri Costa, Maria Eduarda Amaral Vieira e Rafael Fassina*
17. INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017) - *Daniel Giatti*

Notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura:

1. A 'VIA CRUCIS' DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*
2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DE LUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018 - *Jefferson José da Conceição*
4. A INDÚSTRIA AEROSPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Volney Aparecido de Gouveia*
5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO - *Volney Aparecido de Gouveia*
6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA A ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - *Daniel Vaz*
7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL - *Roberto Vital Anau*
8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO - *Ricardo Makoto Kawai*
10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL - *Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)*
11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018 - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA - *Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)*
14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA - *Maria do Socorro Souza*
15. A "DESREGIONALIZAÇÃO" DO GRANDE ABC PAULISTA? - *Wendell Cristiano Lepore*
16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO "TETO" DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016) - *Francisco R. Funcia*
18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA? - *Enio Moro Junior*

Notas técnicas da 4ª Carta de Conjuntura:

1. CENTRO REGIONAL PARA A COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CRECES), VINCULADO À UNESCO-IESALC: SEDE NA USCS / GRANDE ABC PAULISTA E OPORTUNIDADE DE AVANÇO NA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO PAÍS- *Daniel Vaz*
2. O SÉCULO XXI E A NOVA ERA DO CAPITAL NO BRASIL: O DOMÍNIO DAS FINANÇAS SOBRE A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS - *Jefferson José da Conceição e Ricardo Kawai*
3. CONHECENDO O “SUPERENDIVIDADO” DO ESTADO DE SÃO PAULO E TAMBÉM DO GRANDE ABC PAULISTA - *Vinicius Silva*
4. ESTIMATIVA DO PIB SETORIAL PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Érick da Silva Cortes e Lúcio Flávio da Silva Freitas*
5. A INEXISTÊNCIA DE UMA AGENDA URBANA DE LONGO PRAZO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
6. PARÂMETROS REFERENCIAIS PARA A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - *Francisco R. Funcia*
7. OS PLANOS COLETIVOS DE SAÚDE DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA: UMA CRISE ANUNCIADA - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
8. O ENVELHECIMENTO EM FOCO NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL - *Irene Cantero Barone, Regina Albanese Pose e Tânia Fator*
9. ACESSIBILIDADE PARA O TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC PAULISTA - *Edson Brunelli Rodrigues, Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*
10. INDICADORES CRIMINAIS DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2018 NO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena - Observatório de Segurança Pública da USCS*
11. INDICADORES CONCILIATÓRIOS DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO CAETANO DO SUL – CEJUSCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
12. O GRANDE ABC PAULISTA EM BUSCA DA INOVAÇÃO: RICA EXPERIÊNCIA, DESAFIO EM ABERTO - *Roberto Vital Anau*
13. IMPACTO DAS TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto (ITESCS)*
14. A EXPERIÊNCIA DOS FAB LABS LIVRES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMO MODELO PARA O GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*
15. COWORKING NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADE DE OCUPAÇÃO E RENDA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
16. INDÚSTRIA 4.0: HORTOLÂNDIA E GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
17. O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0: O CASO DAS OCUPAÇÕES RELACIONADAS À TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO 3D - *Maria do Socorro Souza*
18. O MERCADO ÁRABE DE CARNES E A CERTIFICADORA DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo*
19. A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO HARAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – *Gleibe Pretti*
20. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM COMPARATIVO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ITENS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE AS MPES DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E AS MPES DA REGIÃO DE GUARULHOS - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

21. CONCEITOS DE AEROPORTOS, DESENVOLVIMENTO E GRANDE ABC PAULISTA: MODELOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO E PROPOSTA DE AGENDA - *Volney Aparecido de Gouveia*

22. O “ENFORCAMENTO FINANCEIRO”: EMPRESAS EM SITUAÇÃO PRÉ-FALIMENTAR, CRÉDITO, SPREADS BANCÁRIOS E ENDIVIDAMENTO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado*

Notas técnicas da 5ª Carta de Conjuntura:

1. ESTATÍSTICA, PESQUISAS E ELEIÇÕES - *Regina Albanese Pose e Daniel Giatti de Sousa*

2. UM ANO DE REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E IMPACTO NO EMPREGO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*

3. A DESIGUALDADE RACIAL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVES CONSIDERAÇÕES - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*

4. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – USCS - *Rosana Marçon da Costa Andrade*

5. INDICADORES DE HOMICÍDIO BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*

6. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DO CENTRO DE TRIAGEM DE COLETA SELETIVA DE SÃO CAETANO DO SUL - *Raquel da Silva Pereira, André Luiz da Silva e Maria Lúcia Soares do Amaral*

7. GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, SANTOS E SÃO VICENTE: MOBILIDADE URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*

8. NOTAS PRELIMINARES PARA O DEBATE EM TORNO DA PROPOSTA DE RETIRADA DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SAÚDE DO CÔMPUTO DO LIMITE ESTABELECIDO PARA ESSAS DESPESAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO - *Francisco R. Funcia*

9. REPASSES FEDERAIS E INTERVENÇÕES URBANAS NO GRANDE ABC PAULISTA: RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA PROPOSITIVA - *Enio Moro Junior*

10. TREINAMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: OPÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO DE NEGÓCIOS NAS EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

11. EMPREENDEDORISMO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - *Luiz Lopes Schimitd – Presidente do ITESCS*

12. MOVIMENTO MIGRATÓRIO E CULTURA EMPREENDEDORA: ANÁLISE COMPARATIVA DO GRANDE ABC PAULISTA FRENTE ÀS DEZ CIDADES MAIS EMPREENDEDORAS - *Paulo Roberto Silva – Diretor do ITESCS*

13. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO NO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE - *Vinicius Oliveira Silva*

14. A RECUPERAÇÃO DA EMPRESA NAS LEIS DE FALÊNCIAS DOS EUA E DO BRASIL: BREVE COMPARAÇÃO - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

15. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CAUSAS - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

16. INDÚSTRIA 4.0: OFERTAS DE CURSOS SUPERIORES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Maria do Socorro Souza*

17. OS NOVOS DESAFIOS NA GESTÃO DE PESSOAS: UM OLHAR ESTRATÉGICO NAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL - *Elaine Mattioli – Diretora de RH da Termomecânica e Executiva do Grupo G3 de RH*

18. IMPACTO ECONÔMICO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*

19. VINTE E QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS SERÃO CRIADOS NA ECONOMIA VERDE NO MUNDO ATÉ 2030: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO GRANDE ABC PAULISTA - *Regiane Balestra Vieira*

20. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*

Notas técnicas da 6ª Carta de Conjuntura:

1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”? - *Joaquim Celso Freire Silva*

2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA - *Luis Carlos Burbano Zambrano*

3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES - *Daniel Vaz*

4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*

5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018 - *Alessandra Santos Rosa*

6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*

7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA - *Vinicius Oliveira Silva*

8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA - *Roberto Vital Anau*

9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA - *Antônio Aparecido de Carvalho e Álvaro Francisco Fernandes Neto*

11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - *Maria do Socorro Souza*

12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019 - *Luiz Schimidt (Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS)*

13. REDE FABLAB ABC - *Enio Moro Junior*

14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA - *João Lucas Moreira Pires**

15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - *Volney Gouveia*

16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES - *Luiz Felipe Xavier*
17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL - *Francisco R. Funcia*
18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – *Stefanie Sussai*
19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Vânia Viana*
21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE - *Aristogiton Moura*
22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO (USCS) - *Antônio Fernando Gomes Alves*
23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato X. de Melo*
24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA - *Rubens Topal de Carvalho Bastos*
25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE - *Vânia Viana*

Notas técnicas da 7ª Carta de Conjuntura:

1. OS DESAFIOS DO FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E AS NEGOCIAÇÕES PELA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NA FÁBRICA DA FORD EM SBC NA VISÃO DE UM DOS SEUS NEGOCIADORES – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO INSTITUTO TID-BRASIL, RAFAEL MARQUES - *Jefferson José da Conceição e Gisele Yamauchi*
2. A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA PELA GENERAL MOTORS NOS ESTADOS UNIDOS E A FORTE INTERVENÇÃO DO ESTADO EM 2009 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
3. A MUDANÇA NO PERFIL DO EMPREGO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS, 1989-2017: COMO OS NÚMEROS DEVEM SER LIDOS - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
4. UMA NOVA ERA DA MANUFATURA - *A new manufacturing era* - *Roberto dos Reis Alvarez*
5. PANORAMA DE ÁREAS CONTAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO GRANDE ABC, E A RELAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS COM A INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA - *Nathália Vegi Bohner e Ricardo Gallinaro Pessoa*
6. O GRANDE ABC ESTÁ PREPARADO PARA A MOBILIDADE COMO SERVIÇO? - *Daniel Vaz*
7. ANÁLISE DE IMPACTO ECONÔMICO DO AEROPORTO NO ABC PAULISTA NO CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flávio da Silva Freitas*
8. NOVAS VERTENTES DA ECONOMIA, ECONOMIA CRIATIVA E MERCADO DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Alessandra Santos Rosa*
9. REDE FABLAB JR. PARA O ENSINO MÉDIO NO GRANDE ABC PAULISTA - *Enio Moro Junior*
10. DENSIDADE DE BANDA LARGA FIXA NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Paulo Roberto Silva*

11. "TOP OF MIND ABC": AS MARCAS MAIS POPULARES ENTRE OS CONSUMIDORES DA REGIÃO - *Mauricio Mindrisz*
12. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
13. INDICADORES CRIMINAIS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa*
14. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS TAXAS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Daniela Bucci*
15. MAUS TRATOS CONTRA CRIANÇAS NO GRANDE ABC PAULISTA E SEUS IMPACTOS - *Flavia Pereira dos Santos*
16. INTOXICAÇÃO ALIMENTAR: RESULTADOS DE UMA AMOSTRA DE LOJAS NO GRANDE ABC PAULISTA DE UMA REDE DE FAST FOOD - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Bianca Matiello, Letícia de Souza Gonçalves, Nathália Ruiz Sinefonte e Rodrigo Ramos*
17. ENTEROBACTÉRIAS E PARASITAS PRESENTES EM FRUTAS E HORTALIÇAS DE SUPERMERCADOS E FEIRAS LIVRES DE MAUÁ, SÃO CAETANO DO SUL E SÃO PAULO - *Cícera Cristina Vidal Aragão, Patrícia Aparecida Montanheiro, Beatriz Guedes de Moura, Priscila Silva Brandão e Sara Stefanie Ferreira Conceição*
18. MORTES NO TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Volney Aparecido de Gouveia, Natanael Cabral Nogueira e Mohamad Ali Malat*
19. A EPIDEMIA DE DENGUE EM 2019 NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
20. EXTENSÃO1 UNIVERSITÁRIA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DO JARDIM RINA E ADJACÊNCIAS - *Luis Felipe Xavier*
21. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GERAÇÃO DE RECURSOS NO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA CIDADE DE GUARUJÁ: PROJETO CIDADANIA VIVA - *Márcia Célia Galinski Kumschlies e Sidnei Aranha*
22. DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO PROSPECTIVO COM O PLANEJAMENTO DO PERÍODO DO GOVERNO - *Gloria Patricia Ramírez Gálvis*
23. MODERNIZAR, GOVERNAR E FAZER POLÍTICA EM TEMPOS LÍQUIDOS - *Aristogiton Moura*
24. A INFLUÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DAS PESSOAS - *Antônio Aparecido de Carvalho, Álvaro Francisco Fernandes Neto e Leonardo Birche de Carvalho*
25. A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BRASIL: UMA ATIVIDADE COM REPRESENTATIVIDADE CRESCENTE NA ÚLTIMA DÉCADA - *Fernando Semenzato*
26. CHINA, AMÉRICA LATINA, E A INICIATIVA "UM CINTURÃO, UMA ROTA" - *Adhemar S. Mineiro*

Notas técnicas da 8ª Carta de Conjuntura:

1. OS NÚMEROS RECENTES DO PIB E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA CONTRACIONISTA NO BRASIL - *Adhemar S. Mineiro*
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO: UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO POR MEIO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DO TRABALHO (ICT-DIEESE) - *Leandro Horie e Adriana Marcolino*
3. CORPORATE GOVERNANCE AND NEW COMPANY AND COUNCIL PROFILE - *Eduardo de Camargo Oliva e José Turíbio de Oliveira*

4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO GRANDE ABC À LUZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA - *Roberto Vital Anau*
5. OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS GERADOS NAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO - *Flavia Pereira dos Santos*
6. INDICADORES CRIMINAIS DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA - *David Pimentel Barbosa de Siena*
7. HORIZONTE TEMPORAL E CAPACIDADE ANUAL DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC, PELA CAPITAL PAULISTA E PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - *Francisco R. Funcia*
8. A PROGRESSIVIDADE DO IPTU NOS MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC - *Rosana Marçon da Costa Andrade*
9. DÉFICIT HABITACIONAL NO GRANDE ABC PAULISTA: ALTERNATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO - *Enio Moro Junior*
10. A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO GRANDE ABC: O CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM GESTÃO DE RESÍDUOS EM SANTO ANDRÉ - *Luis Felipe Xavier e Robson da Silva Moreno*
11. O MUNDO, O TRABALHO E O SINDICALISMO EM TEMPOS DE SOCIEDADE HIPERCONECTADA VIA INTERNET - *Aristogiton Moura*
12. A MUDANÇA EM CURSO DO MODELO DE FINANCIAMENTO SINDICAL E CAMINHOS ALTERNATIVOS: UM SUBSÍDIO AO DEBATE POR PARTE DOS SINDICATOS DO GRANDE ABC PAULISTA E BRASIL - *Maria da Consolação Vegi da Conceição*
13. O “BURACO NEGRO DIGITAL” CRIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - *Antônio Aparecido de Carvalho, Leonardo Birche de Carvalho, Milton Carlos Farina e Álvaro Francisco Fernandes Neto*
14. A EPIDEMIA DE FEBRE AMARELA NO BRASIL ENTRE 2017 E 2018: O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IMPACTO NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA - *Stefanie Sussai*
15. IGUALDADE DE DIREITOS, FUTEBOL FEMININO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DECRETO DO PONTO FACULTATIVO EM SÃO CAETANO DO SUL - *Scarlett Rodrigues da Cunha*
16. PERFIL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO GRANDE ABC PAULISTA E ESTRATÉGIA EXPORTADORA - *André Ximenes de Melo e Sonia A. Beato Ximenes de Melo*
17. ESTIMATIVA ECONÔMICA PARA O NOVO AEROPORTO NO ABC PAULISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A “REINDUSTRIALIZAÇÃO” DA REGIÃO - *Volney Gouveia e Lucio Flavio da Silva Freitas*
18. FALÊNCIA DE MUNICÍPIO E O CAPÍTULO 9 DA LEI DE FALÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS: O CASO DE INSOLVÊNCIA DA CIDADE DE DETROIT EM 2013 - *Jefferson José da Conceição e Sandra Collado Gonsales*
19. BRASIL: INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) RECEBIDOS E LUCROS REMETIDOS AO EXTERIOR ENTRE 2006 E 2018 - *Gisele Yamauchi e Gustavo Kaique de Araújo Monea*
20. PROJETO IPH ÍNDICE DE POLUENTES HÍDRICOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS NAS ÁREAS DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E SAÚDE - *Marta Angela Marcondes, Fernanda Amate Lopes e Paula Simone da Costa Larizzatti*
21. REFLEXOS DOS IMPACTOS SOCIAIS E DE SAÚDE RELACIONADOS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS ORIUNDAS DE EMPREENDIMENTOS DE LOGÍSTICA – CASO: CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE (CLCG), EM PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ - *Marta Angela Marcondes e Viviane Pereira Alves*
22. EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO: OUSADIA OU NECESSIDADE? - *Andréa Lacerda e Fernanda Avanzi*

23. AFROEMPREENDEDORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: BRASIL, ESTADO DE SÃO PAULO E GRANDE ABC - *Alessandra Santos Rosa, Jefferson José da Conceição e Vânia Viana*

24. O GRANDE ABC E O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO: ENTREVISTA COM O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DO ITESCS, LUIZ SCHIMITD E THIAGO Y. MATSUMOTO - *Jefferson José da Conceição, Gisele Yamauchi e Ana Paula Lazari Ferreira*

